

REVISTA

VIA SPIRITUS

A EDUCAÇÃO FEMININA NOS SÉCULOS
XVI-XIX 2. TEXTOS E DOCUMENTOS

N.º19'2012



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

REVISTA
VIA SPIRITUS

Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso

DIREÇÃO | José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP/CITCEM); Maria Idalina Resina RODRIGUES (FLUL/CITCEM); Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

CONSELHO DE REDAÇÃO | Isabel MORUJÃO (FLUP/CITCEM); José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP/CITCEM); Luís de Sá FARDILHA (FLUP/CITCEM); Pedro Vilas Boas TAVARES (FLUP/CITCEM); Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

COMISSÃO CIENTÍFICA | Felice ACCROCCA (Pontificia Università Gregoriana, Roma); José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP); Maria Idalina Resina RODRIGUES (FLUL); Maria Lucília G. PIRES (FLUL); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología – Universidad de Salamanca); Roberto RUSCONI (Università Roma Tre); Victor INFANTES (Facultad Filología – Universidad Complutense de Madrid)

CONSELHO CONSULTIVO | Bernard DOMPNIER (Université Blaise Pascal Clermont-Ferrand); Gabriella ZARRI (Università degli Studi di Firenze); José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP); Maria de Lurdes C. FERNANDES (FLUP); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología – Universidad de Salamanca); Roberto RUSCONI (Università Roma Tre); Stefano ANDRETTA (Università Roma Tre); Victor INFANTES (Facultad Filología – Universidad Complutense de Madrid)

SECRETÁRIA EDITORIAL | Maria Inês Nemésio (FLUP/CITCEM)

EDIÇÃO | CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto (Portugal)
email: citcem@letras.up.pt

nº 19 | Ano 2012

Periodicidade: Anual | Tiragem: 300 exemplares

Depósito Legal nº 85227/94

ISSN: 0873-1233-19

Design: HLDESIGN

Impressão e acabamento: Penográfica - Artes Gráficas, Lda

Os números desta revista são monográficos.

Esta publicação está sujeita a peer-review.

Versão digital: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1146&sum=sim>

Serviços de informação: directório da Latindex e distribuição pela EBSCO Publishing.

Esta publicação respeita os critérios da política de livre acesso à informação.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011

SUMÁRIO | CONTENTS

Paula Almeida Mendes

DEDICATÓRIAS E DEDICATÁRIOS DE «VIDAS» DEVOTAS E DE SANTOS EM PORTUGAL (SÉCULOS XVI-XVIII): ENTRE A PROTEÇÃO E A DEVOÇÃO

DEDICATIONS OF DEVOUT AND SAINTS' «LIVES» IN PORTUGAL (XVI-XVIII CENTURIES): BETWEEN PROTECTION AND DEVOTION.....5

Zulmira C. Santos e Helena Queirós

LETRAS E GESTOS: PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVIII-XIX

LETTERS AND GESTURES: FEMALE EDUCATIONAL PROGRAMS IN PORTUGAL (XVIII-XIX CENTURIES)59

Paula Almeida Mendes

ENTRE A APRENDIZAGEM DA SANTIDADE E A PREDESTINAÇÃO DIVINA. ALGUMAS NOTAS SOBRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA EM «VIDAS» DE RELIGIOSAS PORTUGUESAS (SÉCULOS XVII-XVIII)
BETWEEN LEARNING OF HOLINESS OF DIVINE PREDESTINATION. SOME NOTES ON CHILDHOOD AND ADOLESCENCE IN «LIVES» OF PORTUGUESE RELIGIOUS WOMEN (XVII-XVIII CENTURIES).....123

Isabel Morujão

IMAGES DE LA FEMME-AUTEUR DANS LES PARATEXTES DES ŒUVRES NARRATIVES FEMININES PORTUGAISES À L'ÂGE MODERNE

IMAGES OF WOMEN WRITERS IN PARATEXTS OF PORTUGUESE WOMEN NARRATIVES IN MODERN AGE145

VARIA169

Maria Inês Nemésio

«EXEMPLARES NOVELAS» E NOVELAS EXEMPLARES: OS PARATEXTOS DA FICÇÃO EM PROSA NO SÉCULO XVII

«EXEMPLARY NOVELS» AND EXEMPLARY NOVELS: THE PARATEXTS OF FICTION DURING THE 17TH CENTURY171

RECENSÕES233

FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA244

NOTÍCIA248

Normas250

DEDICATÓRIAS E DEDICATÁRIOS DE «VIDAS» DEVOTAS E DE SANTOS EM PORTUGAL (SÉCULOS XVI- XVIII): ENTRE A PROTECÇÃO E A DEVOÇÃO

PAULA ALMEIDA MENDES*

UNIVERSIDADE DO PORTO - CITCEM

paula_almeida@sapo.pt

RESUMO: Tendo como pano de fundo a questão da leitura de obras de espiritualidade, entre os séculos XVI e XVIII, em Portugal, especialmente de «Vidas» de santos e devotas, este estudo pretende apresentar um elenco das suas dedicatórias e dos seus dedicatários, tentando chamar a atenção para algumas questões que se prendem não só com as leituras e as práticas espirituais ou devotas, mas também com as relações dos autores e/ou das várias ordens religiosas com influentes figuras da época, hoje, na sua maioria, praticamente desconhecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Leituras, «Vidas» de santos, «Vidas» devotas, Séculos XVI-XVIII.

ABSTRACT: The background of this study is the problem of the reading of works on spirituality, in the XVI-XVIII centuries, in Portugal, especially saints and devotee «Lives», and aims to present a list of their dedications and people to whom they were addressed, trying to call attention to some issues that relate not only to the readings and spiritual practices or devout, but also the relationships with the authors and/or the various religious orders with influential figures of the time, today mostly virtually unknown.

KEY-WORDS: Readings, Saints' «Lives», Devotee «Lives», XVI- XVIII centuries.

A história da espiritualidade em Portugal na Época Moderna tem vindo a ser, paulatinamente, valorizada em alguns estudos, problematizando dúvidas e lacunas e permitindo repensar muitos problemas da história cultural. Um dos (muitos) domínios da história da espiritualidade que tem vindo a merecer a atenção de alguns autores relaciona-se estreitamente com a produção, a leitura e a circulação de textos que se inscrevem no filão da literatura devota ou de espiritualidade, cujo estudo, como uma ampla bibliografia já sublinhou, poderá revelar-se importante no sentido de um conhecimento mais aprofundado sobre os rumos e linhas que as práticas espirituais e devotas ou, para usarmos a

* Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Investigadora do CITCEM.

expressão de José Sebastião da Silva Dias, as «correntes de sentimento religioso»¹ poderão ter seguido no Portugal moderno.

Neste estudo, tomámos como ponto de partida a questão do interesse e da «partilha» masculina e feminina das leituras e das práticas espirituais e devotas no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, em Portugal, elegendo como objecto de estudo «Vidas» de santos ou «Vidas» devotas², tentando chamar a atenção, sobretudo, para alguns aspectos relacionados com a produção e a circulação de obras de espiritualidade (nomeadamente hagiográficas) e para algumas questões como as práticas espirituais e devotas desta época.

Esta abordagem passou pela leitura e pela análise das dedicatórias dessas obras a ilustres figuras da época, pertencentes, nomeadamente, à Casa Real, à alta nobreza e ao clero, hoje em dia praticamente desconhecidas.

O estatuto funcional da dedicatória não pode ser considerado à margem da sua condição de existência, em dois planos distintos, mas entre si relacionados: o plano intradieético e semionarrativo, e o plano extradieético e sociocultural que, no entanto se projecta no primeiro»³. «No plano extradieético, a dedicatória constitui um componente por assim dizer facultativo e historicamente motivado pelas circunstâncias económicas, sociais e culturais em que se desenvolve e divulga a comunicação literária⁴. Até ao século XVIII, antes da existência de um significativo mercado do livro, que permitiu ao autor alcançar uma certa independência económica, o mecenatismo e o clientelismo eram práticas muito comuns e, apesar das diferenças que os separam⁵ (aquele mais pautado pela lógica do reconhecimento, este pela lógica do serviço), asseguravam sempre ao escritor a possibilidade de se «abrigar à sombra» de uma figura importante, a qual garantia uma certa protecção económica e, em muitos casos, até mesmo

1 DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. 2 tomos. Coimbra, 1960.

2 A caracterização das obras que seleccionámos como «vidas devotas» resulta não só das suas características internas, mas também da comunhão dessas características com as de outras «vidas» de finais do século XVI e do século XVII que, não sendo obras hagiográficas no sentido estrito do termo, partilham com estas idênticos propósitos edificantes e exemplares (quando não os mesmos paradigmas de virtude e santidade), pelo que a «vida» ou «biografia devota» se pode incluir entre as «formas» da hagiografia, ainda que, muitas vezes, não se possa com ela confundir. Cf. FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1993) — *Entre a família e a religião: a «Vida» de João Cardim (1585-1615)*. «Lusitania Sacra», 2ª série, vol. 5, p. 94.

3 REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. (2000) — *Dicionário de Narratologia*. 7ª edição. Coimbra: Almedina, p. 91.

4 REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. (2000) — *Dicionário de Narratologia*. 7ª edição. Coimbra: Almedina, p. 91.

5 Veja-se, a propósito, VIALA, Alain (2003) — *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature et de l'âge classique*. Paris: Les Éditions de Minuit, p. 52-57, e JOUHAUD, Christian; MERLIN, Hélène (1993) — «Mécènes, patrons et clientes. Les médiations textuelles comme pratiques clientélares au XVII^e siècle». *Terrain*, Ministère de la Culture/Maison des Sciences de l'Homme, 21: URL : <http://terrain.revues.org/3070>; DOI: 10.4000/terrain.3070; última consulta em 18 de Setembro de 2012.

religiosa e política. Deste modo, as dedicatórias, assim como os paratextos⁶ das obras desta época, devem ser lidas com a reserva que exige, muitas vezes, a necessidade dos vários tipos de protecção apontados ou então em virtude de mercês recebidas⁷. Como realçou Monica Güell, «el enfoque elegido en al análisis del discurso de la dedicatória privilegiará las relaciones de poder y de dependência entre el autor del libro y/o de la dedicatória y el dedicatario, relaciones en que la noción de homenaje a un protector resulta ser compleja. Más allá de la aparente homogeneidade en la petición de amparo y protección y en el empleo de una retórica codificada, aparecerán diversas estratégias de escritura en función de unas pragmáticas particulares»⁸.

Eis o elenco dos dedicatários de «Vidas» de santos e devotas editadas em Portugal ou de autoria portuguesa, no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII:

- A D. João III dedicou Jerónimo Lopes a *Chronica do sacnto, e virtuoso Iffante D. Fernando filho delrey Dó Iohã primeyro deste nome que se finou em terra de mouros* (1527)⁹, de Fr. João Álvares (O. Avis).

- À rainha D. Catarina foram dedicadas as seguintes obras:

- a tradução de Fr. Gonçalo da Silva (O. Cist.) do *Livro da vida e milagres do glorioso e bem-aventurado S. Bernardo novamente traduzido da língua francesa* (1544)¹⁰, de S. Guilherme, pelo impressor Luís Rodrigues;

- o *Tratado de la vida, loores y excelencias del bienaventurado Evangelista S. Juan* (1554)¹¹, por Fr. Diogo de Estela (O.F.M.);

- a *Vida e milagres da gloriosa Raynha Santa Izabel, molher do catholico rey dō Dinis sexto de Portugal. com ho compromisso da Cōfaria do seu nome & graças a ella concedidas* (1560)¹², de Diogo Afonso de Macedo, por António d'Alpoim e

⁶ Por paratexto entende-se todos os elementos que acompanham o texto principal, tais como prólogos, prefácios, dedicatórias, privilégios, licenças, protestações, poemas laudatórios ou gravuras. O termo foi introduzido por Gérard Genette, que o definiu como «le lieu privilégié de la relation pragmatique entre l'oeuvre et son lecteur» (GENETTE, Gérard (1982) — *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Paris: Éditions du Seuil, p. 9). A importância e a pertinência dos estudos paratextuais tem vindo a ser reconhecida, tendo estes adquirido uma certa legitimidade no campo da investigação literária. Veja-se, a propósito, ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; MONER, Michel (estudios reunidos por) (2009) — *Paratextos en la Literatura Española (siglos XV-XVI)*. Madrid: Casa de Velásquez.

⁷ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1994) — *Recordar os «santos vivos»: leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português*. «Via Spiritus», vol. 1, p. 133-155;

⁸ GÜELL, Mónica (2009) — Paratextos de algunos libros de poesía del Siglo de Oro. Estrategias de escritura y poder. In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; MONER, Michel (estudios reunidos por) (2009) — *Paratextos en la Literatura Española (siglos XV-XVI)*. Ob. cit., p. 19-35, esp. p. 20.

⁹ Lisboa: por Germão Galharde.

¹⁰ Lisboa: por Luís Rodrigues.

¹¹ Lisboa: por Germão Galharde.

¹² Coimbra: por João de Barreira.

António Brandão.

- Ao Cardeal-Infante D. Henrique foram dedicadas as seguintes obras:
 - a tradução da *Historia da vida e martyrio de Santo Thomaz Arcebispo de Cantuária* (1554)¹³, por Diogo Afonso de Macedo;
 - o *Sumario de la vida del primer arzobispo de Granada don fray Hernando de Talavera* (1557)¹⁴, pelo impressor André de Burgos, o qual realça o gosto e o cuidado daquele eclesiástico em relação à edição de «muchos libros deuotos y provechosos ala republica christiana»;
 - a *Chronica dos feitos, vida e morte do Infante Santo D. Fernando* (1577)¹⁵, de Fr. João Álvares (O. Avis), por Fr. Jerónimo Ramos (O.P.), que a emendou e corrigiu, não só pelo facto de D. Henrique lhe ter encomendado a obra, como também «pelo amparo que as cousas deste Senhor Iffante lhe merecem: & por ser justo que a vida do Iffante sancto, se offereça a hum sancto Iffante»¹⁶.
- A D. Martinho Pereira¹⁷ dedicou o Doutor Elias de Lemos a tradução do *Liuro da vida admiravel da b̃eaventurada Catherina de Genoa e de sc̃ta doctrina* (1564)¹⁸, manifestando, sobretudo, a sua gratidão pelo «amor» que aquele senhor «sempre» lhe «teue».
- A D. Juliana de Lara e Meneses, duquesa de Aveiro¹⁹, dedicou André de Resende *Ha Sancta Vida, e religiosa conversão de Fr. Pedro Porteiro do Mosteiro de Sancto Domingos de Evora* (1570)²⁰, em primeiro lugar, como testemunho da

¹³ Coimbra: por João Álvares.

¹⁴ Évora: por André de Burgos.

¹⁵ Lisboa: por Antonio Ribeiro.

¹⁶ Lembremos que D. Fernando é um «santo» que, caso se viesse a concretizar o reconhecimento oficial do seu culto, contribuiria para a afirmação de uma «santidade» dinástica, neste caso concreto, da dinastia de Avis, enquadrando-se, assim, no paradigma de *beata stirps* (sobre a noção de *beata stirps*, veja-se BLOCH, Marc (1961) — *Les rois thaumaturges*. Paris: Armand Colin; VAUCHEZ, André (1977) — «*Beata stirps: sainteté et lignage en Occident au XIII^e et XIV^e siècles*». In DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques (dir.) — *Famille et parenté dans l'Occident Médiéval. Actes du Colloque de Paris (1974)*. Rome, p. 397-406).

¹⁷ D. Martinho Pereira foi ministro da Fazenda durante o reinado de D. Sebastião. Quando este monarca deliberou nomear novos ministros, em substituição dos que vinham do tempo da regência, o cardeal D. Henrique sugeriu o nome de D. Martinho, cujos merecimentos se reduziam em ser adverso ao matrimónio e por conservar a «limpeza da castidade», para a administração dos negócios civis e da fazenda. Todavia, acabou por ser suspenso por D. Sebastião, em Dezembro de 1574 ou princípios de 1575 (cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. XXI, p. 161-162).

¹⁸ Lisboa: em casa de João de Barreira.

¹⁹ D. Juliana de Lara e Meneses era filha de D. Pedro de Meneses, III marquês de Vila Real, e de D. Brites de Lara (filha esta de D. Afonso, VIII Condestável de Portugal, e de D. Joana de Noronha). Casou com D. João de Lencastre, I duque de Aveiro, filho de D. Jorge, II duque de Coimbra, e de D. Beatriz de Vilhena (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1946) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, tomo II, p. 291-292, e Idem (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit. tomo XI, p. 30-31; ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. II, p. 342-343, e vol. III, p. 527).

²⁰ Évora: por André de Burgos. Esta «Vida» foi traduzida na língua latina por Fr. Estêvão de Sampaio, O.P., com alguns aditamentos, e saiu na obra intitulada *Thezaurus arcanus Lusitanis gemmis refulgens* Parisiis: apud Thomam Perier, 1586.

estima que nutria por esta grande senhora, de quem havia sido mestre, durante a puerícia²¹, e, em segundo lugar, pelo cuidado e a preocupação que aquela e o seu marido votavam «às cousas tocantes à piedade e religião».

- À infanta D. Maria²² dedicou Fr. Pedro de Chaves (O.S.B.) a tradução e recopilação de Fr. Francisco Ibañez (O.S.B.) da *Vida do mui glorioso abbade S. Bento* (1577)²³, de São Gregório Magno.

- A D. Bernarda de Lencastre, abadessa de Lorvão²⁴, foi dedicado o *Processo da penitente vida de Santo Amaro, e dos milagres que em sua vida e per seus merecimentos fez Nosso Senhor* (1577), de São Gregório Magno, traduzido e recopilado por Fr. Francisco Ibañez (O.S.B.).

- A Santa Teresa de Jesus foi dedicada a anónima *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nustra Señora del Carmen* (1582)²⁵, e a tradução, feita por Fr. António de São José (O.C.D.) da *Vida da seraphica Madre Santa Tereza de Jesus, composta pela mesma Santa* (1720)²⁶. Foi a própria Santa Teresa de Jesus quem encomendou a escrita de *La vida y milagros del glorioso padre San Alberto de la sagrada religión de Nustra Señora del Carmen* (1582), ao qual aquela tinha por «padre y por abogado», tarefa a que o autor prontamente obedeceu, na medida em que a religiosa o ordenava «para el seruicio de su magestad y para el cósuelo delas hermanas que dessean ler esta vida, como verdadeiras hijas imitadoras deste sancto». A Santa Teresa de Jesus foi também dedicada a *Vida e obras da serva de Deus, a madre Soror Mariana Josepha Joaquina de Jesus, religiosa carmelita descalça do convento de Sancta Theresa do logar de Carnide* (1783)²⁷.

- A D. Ana de Lencastre, comendadeira do mosteiro de Santos²⁸, foram

²¹ André de Resende foi mestre de D. Juliana e de seu irmão, D. Miguel de Meneses, conde de Alcoutim, durante a puerícia, para os quais compôs uma «arte de gramática», intitulada *De uerborum coniugatione commentarius* (1540), Olisipone: apud Lodouicū Rhotorigium.

²² A infanta D. Maria (1521-1577) era filha de D. Manuel I e de sua terceira mulher, D. Leonor de Habsburgo.

²³ Lisboa: por António Ribeiro. À infanta D. Maria dedicou também Fr. Simão COELHO (O.C.) o *Compendio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo* (Lisboa, per António Gonçalves, 1572).

²⁴ Apesar dos esforços desenvolvidos, não conseguimos identificar com certeza quem foi esta D. Bernarda de Lencastre, abadessa do mosteiro de Lorvão. Encontrámos uma referência a uma D. Bernarda de Lencastre, abadessa de Lorvão, que, a avaliar pelas datas, parece-nos ser esta dedicatária, no IV tomo do *Agiológio Lusitano*, de D. António Caetano de SOUSA. Seguimos a edição fac-similada com estudo e índices de Maria de Lurdes Correia FERNANDES (Porto: Faculdade de Letras, 2002, p. 520), que afirma ser esta senhora «neta do grande Rey D. Manoel».

²⁵ Évora: pela viúva de André de Burgos.

²⁶ Lisboa: na Oficina da Musica.

²⁷ Lisboa: na Regia Officina Typographica. Saiu sem o nome do autor, D. José Maria de Melo, que era sobrinho da religiosa biografada.

²⁸ D. Ana de Lencastre, Comendadeira do mosteiro de Santos, o Novo, era filha de D. Luís de Lencastre, comendador da Ordem de Avis, irmão de D. João de Lencastre, I duque de Aveiro, e de D. Madalena de Granada; era, portanto, neta de D. Jorge de Lencastre, II duque de Coimbra, e bisneta de D. João II (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 121-123.

dedicadas as seguintes obras:

– a *Vida da serenissima princesa D. Joana, filha del-rei D. Afonso V de Portugal* (1585)²⁹, de Fr. Nicolau Dias (O.P.), por Fr. Jerónimo Correia (O.P.), pois esta senhora era sobrinha-bisneta da princesa, o que torná-la-ia, de acordo com uma convicção difusa e atendendo aos aspectos ascéticos e espirituais que pautavam o seu comportamento, numa espécie de «herdeira espiritual» da «santa» dominica, mantendo-se, assim, fiel a uma longa tradição, segundo a qual santidade e nobreza de nascimento estariam estreitamente ligadas;

– o *Tratado da vida, virtudes e doutrina admiravel de Simão Gomes, português vulgarmente chamado o Çapateiro Santo* (1625)³⁰, do Pe. Manuel da Veiga (S.J.), em primeiro lugar, em sinal de gratidão pela «singular deuação» desta senhora pela Companhia de Jesus e, muito especialmente, pelas mercês que dela vinha recebendo a Casa de São Roque, e, em segundo lugar, baseado no conhecimento e no relacionamento da dedicatária com o «Sapateiro santo».

• A D. Cecília d'Eça³¹ dedicou Fr. Jerónimo Roman (O.E.S.A.) a *Historia de la vida del muy religioso varón fray Luis de Montoya* (1589)³², não apenas como acto de gratidão pelas mercês que recebia da dedicatária e de seu marido, Luís César, mas também pela «affiçõ» que esta senhora tinha a «las letras, y ler libros sanctos, y de outra lection curiosa y honesta, y tratar de ellos con tanta claridade de ingenio, que todas las cosas que toca las pone en sus próprios lugares, y segun merecen».

• Ao cardeal Alberto, arquiduque de Áustria³³, dedicou Diogo Mendes de Vasconcelos a *Vita Gondisalvi Pinarii Episcopi Visensis* (1591)³⁴.

• A D. Catarina, duquesa de Bragança³⁵, dedicou o Pe. João de Lucena (S.J.) a *Historia da vida do Padre Francisco de Xavier e do que fizerão na India os*

²⁹ Lisboa: por Antonio Ribeiro.

³⁰ Lisboa: por Mattheus Pinheiro.

³¹ D. Cecília d'Eça era filha de Fernão de Castro, alcaide-mor de Melgaço, e de D. Helena d'Eça, filha esta de D. Francisco d'Eça, que serviu em África e faleceu em 1480, em Azamor, e de D. Cecília Pereira. Casou, em primeira núpcias, com o desembargador Jorge Machado Boto, e, em segundas núpcias, com Luís César (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 394)

³² Lisboa: por António Alvares.

³³ Alberto VII (1559-†1621), cardeal arquiduque de Áustria, era o sexto filho do imperador Maximiliano II e de Maria de Áustria. Foi educado na corte de Filipe II de Espanha e abraçou o estado eclesiástico. Foi vice-rei de Portugal durante o domínio castelhano, de 1583 a 1598 (cf. CAEIRO, Francisco (1961) — *O Arquiduque Alberto de Áustria. Vice-rei e Inquisidor-mor de Portugal, Cardeal legado do Papa, Governador e depois soberano dos Países Baixos*. Lisboa: [Edição do Autor].

³⁴ Eborac: apud Martinum Burgensem.

³⁵ D. Catarina de Bragança (1540-1614) era filha do infante D. Duarte, filho de D. Manuel I e de sua segunda mulher, D. Maria, e de D. Isabel, filha esta de D. Jaime, IV duque de Bragança, e de sua primeira mulher, D. Joana de Mendoza. Casou com D. João I, VI duque de Bragança (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 447-448)

mais religiosos da Companhia de Jesus (1600)³⁶, manifestando, sobretudo, a sua gratidão pelas mercês que a Companhia de Jesus vinha recebendo da Casa de Bragança, mas também a sua confiança de que a obra, «por ser a vida d'hum varam santo, & santos trabalhos dos que na Índia o acompanharam, & seguiram na dilatação da fê com ardente zelo da gloria de Deos, & saluaçam das almas», seria do gosto desta grande senhora.

• A D. Ana de Velasco, duquesa de Bragança³⁷, dedicou Manuel Álvarez de los Reys o *Libro real de las alabanzas de la gloriosa Ana y San Joachin, y su carta ejecutoria, y letras en loor de otros santos* (1604)³⁸, impressionado por ser esta grande senhora «endiosada en deuoció, y llena de oracion, y assi por su particular Christiandad, como por singular prudencia, sumo valor y auentajado entendimento, y otras naturales dotes de la diuina Magestad de Dios».

• A D. Francisco de Sandoval y Rojas, I duque de Lerma³⁹, dedicou Pedro de Mariz a primeira parte da *Historia do bem-aventurado S. João de Sabagun, patrão salamantino* (1609)⁴⁰, manifestando, sobretudo, a sua gratidão em nome do reino de Portugal e lembrando a devoção deste senhor àquele santo.

³⁶ Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

³⁷ D. Ana de Velasco era filha de Juan Fernández de Velasco, condestável de Castela, I duque de Frias, marquês de Berlanga, conde de Haro, e de sua mulher, D. Maria Girón (filha esta do I duque de Ossuna). Casou, a 17 de Julho de 1603, com o duque D. Teodósio, filho de D. João I, VI duque de Bragança, e de sua mulher, D. Catarina, dedicatária da *Historia da vida do Padre Francisco de Xavier e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesus* (1600), pelo P.^o João de Lucena (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1949) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo VI, p. 318).

³⁸ Lisboa: por Jorge Rodrigues.

³⁹ D. Francisco de Sandoval y Rojas (1553-1625), I duque de Lerma, era filho de D. Francisco Gomez de Sandoval Rojas y Zuñiga, IV marquês de Denia, e de D. Isabel de Borja (filha esta de São Francisco de Borja, IV duque de Gandia, e de D. Leonor de Castro Melo e Meneses). Casou com D. Catalina de La Cerda (Cf. FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa (1989) — *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. III. Braga: Carvalhos de Basto, p. 42). D. Francisco de Sandoval y Rojas foi primeiro-ministro de Filipe III de Espanha, tendo exercido uma autoridade ilimitada no período compreendido entre 1598 e 1618. Foi durante o seu governo que se estabeleceram definitivamente os tratados de paz com a Inglaterra e a Holanda. Quando a sua mulher faleceu, fez-se nomear cardeal, supondo consolidar, por esse modo, o seu poder; todavia, foi esse o momento escolhido pelos seus inimigos para o derrubarem, em 1618. À frente destes encontrava-se o seu próprio filho, o duque de Uzeda, que o suplantou no favor do rei e o afastou da corte (cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Ed. cit., vol. XIV, p. 977). A este grande senhor foi dedicado um número de obras muito significativo: GUTIÉRREZ DE LOS RÍOS, Gaspar (1600) — *Noticia para la estimación de las artes y de la manera en que se conocen las liberales de las mecánicas y ser útiles, con una exhortación a la honra de la virtud y del trabajo contra los ociosos, y otras particulares para las personas de todos estados*. Madrid: por Pedro Madrigal; ANTOLÍNEZ, Fr. Augustin, O.S.A. (1605) — *Vida de S. Joan de Sahagun, de la Orden de S. Augustin, N.P.* Salamanca: por Artus Taverniel; COVARRUBIAS Y OROZCO, Sebastián de (1610) — *Emblemas morales*. Madrid: por Luis Sánchez; CABRERA DE CÓRDOBA, Luis (1611) — *De historia, para entenderla y escribirla*. Madrid: por Luis Sánchez; MATUTE DE PEÑAFIEL CONTRERAS, Diego (1614) — *Prosapia de Christo*. Baça: por Martín Fernández Zambrano; ÁLAMOS DE BARRIENTOS, Baltasar (1614) — *Tácito español ilustrado con aforismos*. Madrid: por Luis Sánchez. Veja-se, a propósito, CIVIL, Pierre (2000) — «Livre et pouvoir au début du XVII^e siècle: les dédicaces au duc de Lerma». In *Le pouvoir au miroir de la littérature*. Paris: Publications de la Sorbonne/Presses de la Sorbonne Nouvelle (Travaux du CRES, XVI), p. 181-197.

⁴⁰ Lisboa: por António Alvares.

• A D. Catalina de Zuñiga e Sandoval⁴¹, condessa de Lemos e Andrade e marquesa de Sarria, dedicou Pedro de Mariz a segunda parte da *Historia das coisas notaveis e misteriosas de S. João de Sabagun, patrão salamantino* (1609)⁴², baseado na «vassalagem» que a esta senhora «deuião os Parentes do Sancto», assim como na «intima Deuação» que «mostrava naquele Patrocinio», até porque mais que «mayormente, que todos os Agradecimentos de Deuação de Sanctos, somente a Senhoras, se hauião de dar sempre: & quanto mais illustres, então com mayor confiança. Pois he nellas tão propria a Deuação, que a Igreja Catholica, por prerogatiua muy apropiada, quando as quer honrar, o faz cõ este Titulo. Exêplos temos muytos nas Historias Ecclesiasticas de muytas Senhoras illustres, a que a Deuação Piedosa que teuerão com algũs Sanctos, & a Piedade deuota que vsarão com muytos Martyres, fez muyto mais illustres no Ceo & na Terra».

• A D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra e conde de Arganil⁴³, dedicou o impressor Francico de Lyra a *Vida, y Corona de Christo Nuestro Salvador* (1610)⁴⁴, do Pe. João Rebelo (S.J.), na qual acentua, por um lado, a matéria, «que he retrato» que aquele prelado tinha «diãte dos olhos, na vida de sua pessoa, & no governo de sua igreja», e, por outro, a religião do autor, de quem tinha mostrado «tanta satisfação, que sobre todas as mercês» que lhe tinha feito se vinha ocupando, por aquela altura, «na fabrica da capella mòr, em o insigne collegio de Coimbra, para sepultura do seu corpo, assi como envida escolhia o mesmo Collegio para consolação de sua alma».

⁴¹ D. Catalina de Zuñiga y Sandoval (1555-1628) era filha de Francisco Gomez de Sandoval y Zuñiga, IV marquês de Denia, e de D. Isabel de Borja e, portanto, irmã de D. Francisco de Sandoval y Rojas. Casou com D. Fernando Rodriguez de Castro, III marquês de Sárria e IX conde de Lemos. Foi camareira-mor da rainha D. Margarida de Áustria, mulher de Filipe III (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo IX, p. 89). A esta senhora dedicou também Fr. Bartolomé de Segura (O.S.B.) a *Amaçona Christiana. Vida de la B. M. Theresa de Jesus*, Valladolid, por Francisco Fernández de Córdoba, 1619, visando, por um lado, um largo agradecimento aos antepassados de D. Catalina, nomeadamente a sua tia-avó, D. Luísa de la Cerda, fundadora de um dos primeiros conventos do Carmelo descalço, e à religiosa Catalina de Jesus (no século, D. Catalina de Sandoval), prioresa do convento de Veas, e, por outro, o seu reconhecimento em relação à sua prática de «heroicas obras». Sobre a biblioteca desta grande senhora, veja-se: BARBEITO CARNEIRO, Maria Isabel (1988) — «La biblioteca de VI Condessa de Lemos». In *Varia Bibliographica. Homenaje a José Simón Díaz*. Kassel, p. 67-84.

⁴² Lisboa: por António Alvares.

⁴³ D. Afonso de Castelo Branco (1522-†1615) era filho ilegítimo de D. António Castelo Branco, deão da capela real e neto dos primeiros condes de Vila Nova de Portimão. Foi bispo do Algarve (1581) e de Coimbra (1585). Em 1603, foi nomeado vice-rei de Portugal por Filipe II, exonerando-se do cargo um ano depois. Foi também professor do Real Colégio de São Paulo e deputado da Mesa da Consciência e Ordens e comissário da Bula da Santa Cruzada. Praticando largamente a caridade, ficou conhecido como o «bispo-esmolero», tendo sido também um dos que mais contribuíram para que o túmulo da rainha Santa Isabel fosse de prata, deixando, por sua morte, trinta mil cruzados para a canonização daquela e vinte mil cruzados para reparação das estradas coimbrãs, além de importantes legados para o hospital e a Misericórdia de Coimbra (cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — Ob. cit., vol. VI, p. 183).

⁴⁴ Lisboa: por Francisco de Lyra.

• Ao papa Paulo V dedicou D. Francisco Gonzaga, «Príncipe do Imperio, Marquez de Castilhone, & de Medole, Camareiro da Magestade Cesarea, seu Conselheiro & Embaixador na corte da Santidade do Papa Paulo V», a *Vida do beato Luiz Gonzaga da Companhi de Iesu* (1610)⁴⁵, do Pe. Virgilio Ceparí (S.J.), e Fr. Diego de Yepes (O.S.H.) a *Vida, virtudes y milagros de la bienaventurada virgen Teresa de Jesus* (1616)⁴⁶.

• A D. Inés de Vargas y Carvajal⁴⁷ dedicou Fr. Álvaro de Hinojosa y Carvajal (O.S.B.) o *Libro de la vida y milagros de S. Ines con outras varias obras a lo Divino* (1611)⁴⁸, em primeiro lugar pelo facto de ter sido nesta senhora que «depositó y atherosó la família de los Caruajales toda su hõra, nobleza, y virtud juntansose a esto, para que en todo se eternize, y quede más perfecta, el felicissimo casamiento, a cuya causa se vnió, y vinculó esta família con la de los nobilísimos Calderones, con que la família Caruajal quedó en su punto, supuesto que ha produzido varones muy famosos, que todo el mundo sabe» e, em segundo lugar, por ser esta obra a «Vida» de Santa Inês, a quem aquela senhora «por muchas razones deue de ser aficionada».

• A D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa⁴⁹, foram dedicadas as seguintes obras:

– os *Dialogos sobre a vida, e morte de Bartholameu da Costa Thezoureiro Mór da Sé de Lisboa* (1611)⁵⁰, de António Carvalho de Parada, pois este «breue tratado da vida de hũ taõ verdadeiro, & exẽplar Sacerdote» ser-lhe-ia «uma cousa de tão gosto», na medida em que este a «ajudou a cultivar cõ sua doutrina, & exẽplo»;

– *La vida que hizo el siervo de Dios Gregorio López* (1615)⁵¹, de Francisco Losa;

– a tradução do P. Diogo Monteiro (S.J.) do *Compendio da vida, virtude*

⁴⁵ Referimo-nos à tradução do P. Jerónimo Álvares (S.J.), editada em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, em 1610.

⁴⁶ Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

⁴⁷ D. Inés de Vargas Camargo y Carvajal, II condessa de Oliva de Plasencia, era filha de D. Miguel de Vargas Camargo, cavaleiro da ordem de Santiago e senhor de Oliva de Plasencia, e de D. Elvira de Trejo y Carvajal; casou com D. Rodrigo Calderon de Aranda, I marquês de Siete Iglésias. Era prima de Luísa de Carvajal e Mendoza (cf. SALAZAR Y CASTRO, D. Luis de (1795) — *Arboles de costados de gran parte de las primeras Casas de estos Reynos, cuyos dueños vivian en el año de 1683*. Madrid: en la Imprenta de D. Antonio Cruzado, p. 207. A D. Inés dedicou também Fr. Pedro de Veja (O.S.A.) a *Tercera Parte de la Declaracion de los siete psalmos penitenciales*. Madrid: por Miguel Serrano de Vargas, 1603.

⁴⁸ Braga: em casa de Frutuoso Lourenço de Basto.

⁴⁹ D. Miguel de Castro era filho de D. Diogo de Castro, alcaide-mor de Alegrete, e de D. Leonor de Ataíde. Doutorou-se em Teologia na Universidade de Coimbra e foi prior na paróquia de S. Cristóvão de Lisboa, inquisidor também nesta cidade (18-VI-1566), deputado do Conselho Geral (3-IX-1577), bispo de Viseu (15-IX-1579), arcebispo de Lisboa (1585) e vice-rei de Portugal, por nomeação de Filipe II (1615-1617). Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Ed. cit., p. 251-252.

⁵⁰ Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

⁵¹ Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

e milagres do Beato Padre Francisco Xavier Apostolo da India Oriental (1620)⁵², composto pelo P^e. Tomás de Villacastín (S.J.).

- A D. Fr. Aleixo de Meneses (O.E.S.A.)⁵³ dedicou Fr. Luís dos Anjos (O.E.S.A.) a *De vita, et laudibus S. P. N. Aur. Augustini hipponensi episcopi* (1612)⁵⁴.

- Ao P^e. Claudio Aquaviva (S.J.)⁵⁵ dedicou o P^e. Nicolau Godinho (S.J.) a *Vita Patris Gonzali Sylveriae [...] in urbe Monomotapa martyrium passi* (1612)⁵⁶.

- A D. Maria Corella y Mendoza, condessa de la Puebla⁵⁷, dedicou Fr. João Pinto da Vitória (O.C.) a *Vida del ven. Siervo de Dios nuestro padre maestro Fr. Juan Sanz, seguida de las vidas de las hijas espirituales del dicho padre venerable, com sermones para los dias de sus ferias* (1612)⁵⁸.

- A D. Guiomar Ruiz de Corella y Cárdenas, VIII condessa de Cocentaina⁵⁹,

⁵² Lisboa: por Antonio Alvares. A D. Miguel de Castro foi também dedicado o *Caminho espiritual das almas christãs para a salvaçam* (Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1613), de Manuel de Goes Vasconcelos.

⁵³ D. Fr. Aleixo de Meneses (25-I-1559/3-V-1617) era filho de D. Aleixo de Meneses, aio de D. Sebastião, e de D. Luísa de Noronha, filha de D. Álvaro de Noronha, capitão de Azamor. Tomou o hábito dos eremitas de Santo Agostinho, com o nome de Fr. Aleixo de Jesus, no convento da Graça, em Lisboa, a 24-II-1574. Coursou em Coimbra as faculdades de Teologia e Filosofia e foi prior dos conventos de Torres Vedras, Lisboa e Santarém, e definidor da Ordem. Em 21-XI-1594, foi eleito arcebispo de Goa, onde fundou, à sua custa, dois hospícios: um para donzelas pobres e outro para mulheres pecadoras arrependidas. Fundou também o mosteiro de Santa Mónica, cuja construção terminou em 1627. Distinguiu-se pela sua grande caridade; todavia, vendo que não podia praticar esta virtude como desejava, por estarem exaustas as rendas do arcebispado, dirigiu-se a Madrid, onde pediu renúncia. Esta não foi aceite e o rei pediu-lhe não só que voltasse ao arcebispado, como ainda que aceitasse o cargo de vice-rei de Portugal, o qual veio a exercer, depois de ouvir o conselho de Pio V. Em Madrid, ocupou o cargo de presidente do Conselho de Estado do reino de Portugal (cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Ed. cit., vol. XVI, p. 921).

⁵⁴ Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro.

⁵⁵ O P^e. Claudio Aquaviva nasceu em Nápoles, a 15 de Setembro de 1545, e era o filho mais novo de Giovanni-Antonio, duque de Atri. Depois de ter estudado Direito civil e canónico em Perúsia, foi camareiro de Pio IV e de Pio V e, mais tarde, a 25 de Julho de 1567, foi admitido, por São Francisco de Borja, na Companhia de Jesus, onde desempenhou vários cargos administrativos, entre os quais se contam o de reitor do seminário romano, reitor do colégio de Nápoles, provincial de Nápoles e provincial de Roma; após a morte de Everard Mercurian (S.J.), foi eleito Geral da Companhia, a 19 de Fevereiro de 1581. Faleceu a 31 de Janeiro de 1615 (cf. DUDON, P. (1937) — «Claude d'Aquaviva». In *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique*. Paris: Beauchesne, tome I, cols. 829-834).

⁵⁶ Lugduni: apud Horatium Cardon.

⁵⁷ D. Maria Ruiz de Corella y Mendoza era filha de D. Ximen Pérez de Corella, VI conde de Cocentaina, e de D. Beatriz de Mendoza. Casou com Alonso de Cardenas y Alvarez de Toledo, III conde de la Puebla del Maestre (cf. SALAZAR Y CASTRO, D. Luis de (1697) — *Historia Genealogica de la Casa de Lara, justificada con instrumentos, y escritores de inviolable fe*. Madrid: en la Empronta Real: por Mateo de Llanos y Guzman, tomo II, p. 639).

⁵⁸ Valencia: por Juan Crisóstomo Garriz.

⁵⁹ D. Guiomar Ruiz de Corella y Cárdenas (1604-1612), VIII condessa de Cocentaina, era filha de Gastón Ruiz de Corella, VII conde de Cocentaina, e de sua mulher e sua prima, D. Brianda de Cárdenas y Corella, V marquesa de la Puebla del Maestre, filha esta de Alonso de Cardenas y Alvarez de Toledo, III conde de la Puebla del Maestre, e de D. María Ruiz de Corella y Mendoza (cf. SOLER SALCEDO, Juan Miguel — *Nobleza española: grandeza inmemorial 1520*. Madrid: Vision Libros, p. 173). D. Guiomar era, portanto, neta de D. Maria Ruiz de Corella y Mendoza, dedicatária da *Vida del ven. Siervo de Dios nuestro padre maestro Fr. Juan Sanz, seguida de las vidas de las hijas espirituales del dicho padre venerable, com sermones para los dias*

dedicou Fr. João Pinto da Vitória (O.C.) a *Vida del principe sacro de Macedonia Don Pedro Cernouichio, aliàs Fr. Angelo Cernouichio, Religioso professo, y Sacerdote de la Orden de nuestra Señora del Carmen* (1612)⁶⁰.

• A D. José de Melo, VII arcebispo de Évora⁶¹, foram dedicadas as seguintes obras:

– a *Relação summaria da vida do illustrissimo e reverendissimo senhor D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora* (1614)⁶², de Nicolau Agostinho, pois conhecia a «muita affeição, & amor que en quanto viueu» D. Teotónio, seu «antecessor, & tio tão chegado», por ele nutria e, por isso considerou que «deuia elle [D. Teotónio] no Ceo, onde sua alma stà, ser grãde parte pera vossa Illustrissima Senhoria subir a essa dignidade Pontifical, vendo os muitos merecimētos, que na pessoa de Vossa Senhoria hà para ella, & outras mayores dignidades: & para dar fim a causas, a que elle determinaua dallo, se mais viuera, como he quietar as diferenças entre os Freires da Ordem de Sanctiago, & Auis, com os Prelados deste Arcebisnado tantos annos ha mouidas, & effectuar a casa das Donzellas orfaás, obra tão necessaria, & de seruiço de nosso Senhor, para a qual tinha ja comprado juro, & Herdades: & em fim acabar o Mosteiro de Scala Cæli da Carthuxa, que elle leou na garganta (como dizem) por não poder darlhe a fim que desejava. A estes ajunto eu a grande obrigação que a Vossa Senhoria Illustrissima fica, não só de imitar a vida de hum tão perfecto Prelado, & tio...»⁶³;

– *Teresa militante* (1630)⁶⁴, de Fr. Manuel das Chagas (O.C.).

• A D. Luís de Silveira, III conde de Sortelha⁶⁵, dedicou Bernardo de Cienfuegos a tradução da *Vida del bienaventurado padre Gonçalo da Silveira*

de sus ferias (1612), escrita pelo mesmo biógrafo. D. Guiomar, que faleceu com oito anos, é a mais jovem dedicatária desta listagem; a ela dedicou também Fr. Vincente Gomez, O.P. (1609) *Los sermones y fiestas que la ciudad de Valencia hizo por la Beatificacion del glorioso Padre san Luys Bertran*, Valencia: en casa de Iuan Chrysostomo Garcia.

⁶⁰ Valencia: Juan Crisóstomo Garriz.

⁶¹ D. José de Melo, VII Arcebispo de Évora (c. 1550-1633), era filho ilegítimo de D. Francisco de Melo, II marquês de Ferreira (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo X, p. 104); logo, não era sobrinho de D. Teotónio de Bragança, que era irmão de D. Eugénia de Bragança, mulher de D. Francisco de Melo. D. Teotónio de Bragança e D. Eugénia de Bragança eram filhos de D. Jaime, IV duque de Bragança, e de D. Joana de Mendonça.

⁶² Évora: por Francisco Simões.

⁶³ Note-se que D. José de Melo era filho ilegítimo de D. Francisco de Melo, II marquês de Ferreira; logo, não era sobrinho de D. Teotónio de Bragança, que era irmão de D. Eugénia de Bragança, mulher de D. Francisco de Melo. D. Teotónio de Bragança e D. Eugénia de Bragança eram filhos de D. Jaime, IV duque de Bragança, e de D. Joana de Mendonça.

⁶⁴ Lisboa: por Matheus Pinheiro.

⁶⁵ D. Luís da Silveira, III conde de Sortelha (c. 1570-1617), era filho de D. João da Silveira (c. 1540 – Alcacer-Quibir, 1578), filho este de D. Diogo da Silveira, II conde de Sortelha, e de D. Madalena de Lancastre, filha esta de D. Luís de Lancastre, I comendador-mor de Avis, e de D. Madalena de Granada. O P^c. Gonçalo da Silveira era irmão de D. Diogo da Silveira, avô paterno de D. Luís da Silveira. D. Luís da Silveira foi guarda-mor de Filipe II, comendador da Ordem de Cristo, senhor de Góis, etc. (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 398).

(1614)⁶⁶, do P^o. Nicolau Godinho (S.J.), porque «ha sido la família de los Sylueiras en todos los siglos ilustre, por auer auido siempre en ella personas insignes, assi en paz como en guerra, que por la antiguead de su sangre, y nouedad de sus hechos, merecieron, y alcançaron de sus Reyes los ilustres titulos, y cargos...».

• Ao P^o. Octavio Accoramboni, colector apostólico em Portugal, dedicou Fr. Pedro Fragoso (O.C.) a tradução da *Relação summaria da vida, morte, milagres e canonização de S. Carlos Borromeo. Acrescentado de novo um exercicio quotidiano de vida espiritual ensinado pelo mesmo santo* (1616)⁶⁷, de Francisco Peña.

• A D. Luísa de Noronha, comendadeira-mor do mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação de Avis, da Ordem de São Bento⁶⁸, dedicou Fr. Isidoro Barreira (O. Cristo) a *Historia da vida e martyrio da gloriosa virgem Santa Eria* (1618)⁶⁹, para que «veja, & communique a essas senhoras Religiosas [do mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação de Avis], que estam a sua obediência, como Commendadeira mayor, que he desse mosteyro de nossa Senhora da Encarnação de Auis, que a infanta Dona Maria Filha del Rey Dom Manoel, & Irmãa del Rey Dom Ioam terceyro com tam catholico zelo por seu testamento ordenou, & de entam para cà por tantos tempos esteue em silencio, como cousa que pello Ceo estaua destinada, & guardada para V. S. a cujo ser, sangue, & prudência natural, principiari, ordenar & por em effeyto tão santa obra, tão necessaria, & de tanto proveito, como se espera, assi no fruyto espiritual das religiosas, que nelle começarem sua infantia com o leyte da doutrina de tal pessoa, como tambem no tẽporal da criaçam de muytas do mais nobre sangue deste Reyno, que nelle se hão de recolher, pera depois de doutrinadas por V. S. & acrescentadas nos dotes naturaes tornarẽ ao mundo, & a primeira Ordem que Deos nelle ordenou, de quẽ como de ramos tirados da aruore desta sãta Religiam procedam, & naçam fruytos tam correspondentes a seus antepassados, que em nada enuejem os heroicos feytos delles, antes acrescentem a honra, & fama de tam nobre, & antigo Reyno»⁷⁰.

⁶⁶ Madrid: por Luis Sánchez. A D. Luís da Silveira dedicou também Francisco Rodrigues Lobo *O Pastor Peregrino. Segunda Parte da sua Primavera*, Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1608.

⁶⁷ Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

⁶⁸ D. Luísa de Noronha era filha de D. António de Noronha, o Catarasto, capitão de Diu, e de D. Francisca de Noronha, filha esta de D. Álvaro de Noronha e de D. Mécia da Silveira de Távora e irmã de D. Luísa de Noronha, mãe de D. Fr. Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa (cf. FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa (1989) — *Ob. cit.*, vol. VI, p. 682).

⁶⁹ Lisboa: por Antonio Alvares.

⁷⁰ Este convento foi a última obra arquitectónica patrocinada pela Infanta D. Maria. De acordo com Carla Alfêres Pinto, «no parágrafo 15 do testamento, a Infanta mandava que se fizesse um convento de freiras – com a invocação de Nossa Senhora da Encarnação – que observassem a mais estreita regra beneditina. Contudo, por determinação de Filipe II, a casa é entregue às Comendadeiras da Ordem Militar de São Bento de Avis. Por razões que se prendem com a difícil gestão da fortuna da Infanta, este mosteiro começou a ser edificado

• À «Camara, e governo da notável villa de Viana, e a toda a mais nobreza & povo della» dedicou Fr. Luís de Sousa (O.P.) a *Vida de D. Fr. Bartholameo dos Martyres da Ordem dos Pregadores* (1619)⁷¹.

• A D. Lopo de Azevedo e Mendonça, almirante de Portugal⁷², dedicou Diogo Pires Cinza a *Vida, martírio e ultima tresladação do Martyr S. Vicente* (1620)⁷³.

• A D. Luísa Coutinho, condessa do Sabugal⁷⁴, foram dedicadas as seguintes obras:

– a *Vida e morte do Padre Fr. Estêvão da Purificação, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da provincia de Portugal* (1621)⁷⁵, de Fr. Luís de Mértola (O.C.), referindo as suas relações (e de sua mãe, D. Catarina de Meneses) com os religiosos carmelitas, e muito especialmente com Fr. Estêvão da Purificação, a quem estas duas senhoras «tiuerão tanto amor, & deuação que posso dizer foy seu esmoller: & de contino desejauão velo, & tratalo a fim de gozar de sua santa conversação», e delineando um retrato exemplar da mesma, recorrendo à insinuação de comparação de muitas das suas atitudes com as de Fr. Estêvão da Purificação: «Aqui acharà [D. Luísa] grandes motiuos pera fomentar suas heroycas virtudes. He amiga dos pobres, & necessitados como esse hospital de quatrocentos, ou quinhentos enfermos, em que Deos a poz está pregoando? Aqui tem exemplo, & companhia em semelhante virtude. Visita a miude ainda os mais asquerosos dessas enfermarias? Aqui tem hum santo que se não daua por satisfeito sem primeiro por a boca nas chagas dos mesmos enfermos. He dada a exercicios de lição, & meditação? Aqui acharà quem foy nisto muy auentajado. Empregase na frequencia dos Sacramentos? Aqui verá quem outra cousa não

mais tarde (1614), e só em 1630 (a 15 de Setembro) entram as primeiras religiosas: D. Luísa de Noronha e Maria da Purificação, do mosteiro da Esperança, e D. António da Silva, do de Odivelas» (cf. PINTO, Carla Alferes (1998) — *A Infanta Dona Maria de Portugal. O mecenato de uma princesa renascentista*. Fundação Oriente, p. 113-114). Veja-se também: CARDOSO, Jorge (2002) — *Agiolôgio Lusitano*. Ed. cit., tomo II, p. 229-230-h.

⁷¹ Viana do Castelo; por Nicolau Carvalho.

⁷² D. Lopo de Azevedo e Mendonça era filho de D. João de Azevedo, XV almirante de Portugal, e de Brites Corte-Real, filha esta de Vasco Anes Corte-Real e de D. Catarina da Silva. Casou com D. Guiomar Mascarenhas (ou da Silva), filha de D. Fernando Martins Mascarenhas, comendador de Santa Maria de Mascarenhas, na Ordem de Cristo, e de D. Maria da Silva. (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 244-245).

⁷³ Lisboa, por Pedro Craesbeeck. A D. Lopo de Azevedo e Mendonça dedicou também Manuel Quintano de Vasconcelos *A Paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1622, e Fr. João Cardoso (O.F.M.) a *Jornada dalma libertada, guiada no arriscado, e tempestuoso mar, do mundo, por Christo Piloto diuino, na Não da Igreja ao porto celestial d saluação. Cuja moralidade, se funda & prossegue em discursos moraes, sobre o Psalmo cento, & treze*. Lisboa: por Geraldo da Vinha, 1626.

⁷⁴ D. Luísa Coutinho (†31-01-1639) era filha de D. João Coutinho (por alcunha o *Cavalinho*) e de D. Catarina de Meneses. Casou com D. Francisco de Castelo Branco, II conde de Sabugal (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 246).

⁷⁵ Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

pregava, nem ensinava com mais efficacia que essa. He facil, & affauel pera todos os que della querem alcançar merces? Aqui se lhe offerece hum santo que nunca soube ser de cerimonia, senão com toda a facilidade, & affabilidade acodia aos que nelle buscaão remedio...»;

– a tradução do *Epítome da vida apostólica e milagres de S. Thomas de Villa Nova arcebispo de Valença, exemplo de Prelados, & pay de pobres, da Ordem nosso Padre Santo Agostinho. Com um tratado da vida do veneravel P. Fr. Luis de Montoya, Mestre que foy dos nouiços em Salamanca, sendo o Glorioso S. Prior delle; & assi mais de algũs seruos de Deos que deu à Igreja assi là, como nesta Prouincia sendo Prelado della* (1629)⁷⁶, por Fr. Duarte Pacheco (O.E.S.A.), seu primo, que sublinha e aconselha o gosto desta em imitar as virtudes dos santos, em particular a prática da esmola; deste modo, Fr. Duarte Pacheco, justificando a dedicatória da «Vida» deste santo, afirma que «sendo [São Tomás de Vilanova] insigne em todas as virtudes, na da esmola o foy tanto, que ganhou titulo, & appellido de eleemosynario: & quando não ouuera outra rezão, esta bastava para dedicar o liuro a V. S. & querer que sáisse emparado, & honrado com a sombra do nome de hũa senhora, que tão amiga foy sempre desta virtude, herdada ja de seus mayores, de cujas nobrazas, & grandezas não falo, porque a rezão de parentesco que há entre nós não faça suspeito o que disser deles»; além disso, esta dedicatória faz também referência à particular devoção desta senhora a alguns veneráveis e religiosos agostinhos e, em especial, à particular protecção desta senhora aos agostinhos da província de Portugal: «Deu tambem o santo muitos filhos spirituais ao Ceo, como na historia relato, de que coube grande parte a este Prouincia, & bastava caberlhe o santo Padre frey Luis de Montoya pera V. S. ter muita rezam de aceitar este penhor, & eu nenhũa pera deixar de lho offerecer sem fazer aggrauo à mesma Prouincia, de que V. S. sempre foy particular protectora: cuja vida com a do senhor Conde conserue Deus por largos annos...»⁷⁷.

• A D. Duarte, marquês de Flechilla⁷⁸, dedicou D. Fr. António de Gouveia

⁷⁶ Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

⁷⁷ Sobre estas e outras dedicatórias, entre as quais se contam o *Jardim de Portugal* (Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1626), de Fr. Luís dos Anjos (O.E.S.A.), em edição póstuma, por Fr. António da Purificação (O.E.S.A.), e o *Socorro das Almas do Purgatório* (Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1627), por Amaro de Robredo, dirigidas a esta grande senhora, veja-se: FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1994) — *Recordar os «santos vivos»: leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português*. «Via Spiritus», vol. I, p. 133-155.

⁷⁸ D. Duarte era filho de D. João I, VI duque de Bragança, e de sua mulher, D. Catarina. Casou duas vezes: a primeira, em 1596, com D. Brites de Toledo Monroy y Ayala, marquesa de Jarandilla e herdeira presuntiva da Casa de Oropesa (que não chegou a herdar devido à sua morte prematura), c.g.; a segunda, com D. Guiomar Pardo y Tavera, marquesa de Malagón, s.g.. Filipe II fê-lo marquês de Frechilla e elevou-o à Grandeza; foi ainda senhor de Vila Ramiel, comendador de Castelново, alferes-mor da Ordem de Alcântara e gentil-homem da Câmara de Filipe III e Filipe IV (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, volume II, p. 447). Como afirma José Adriano de Freitas CARVALHO, D. Duarte era um habitual dedicatário de livros impressos (cf. LOBO, Francisco Rodrigues (1992) — *Corte na Aldeia*. Int., notas e fixação do texto de José Adriano Freitas de CARVALHO. Lisboa: Presença, p. 52). Sobre a figura deste grande senhor, veja-se: BOU-

(O.E.S.A.) a *Vida y muerte del bendito Pe. Juan de Dios* (1624)⁷⁹.

• Ao «Padre Prouincial, & Vigairo Geral o P. Doctor Frey Manuel de Lemos Calificador do Santo Officio da Inquisição» dedicou Fr. Bernardino de Santo António (O.SS.T.) a *Summaria relação da vida e morte do grande servo de Deos o Reverendissimo P. Mestre Fr. Simão de Rojas religioso da Ordem da Santissima Trindade e Confessor da Serenissima Raynha de Espanha D. Izabel de Borbon e das vidas dos Bemaventurados Padres Fr. Bernardo de Mouray, Mestre na Sagrada Theologia, Fr. João de Aguila, Fr. João de Palácios, redemptores de cativos, que padecerão em Argel* (1625)⁸⁰.

• A D. Luísa da Silva e Mendonça⁸¹ dedicou Fr. Luís de Mértola (O.C.) a *Vida de la bienaventurada Madre Soror Maria Magdalena de Pazzi* (1626)⁸², em primeiro lugar, em sinal de gratidão pelos «benefícios» que, recentemente, havia recebido «da mão» desta senhora e, em segundo lugar, para oferecer a «vida de vna santa a quien dessea y trata de veras serlo» e também às filhas de D. Luísa «la lición que mas les combiene», pois este (alto) exemplo «sera medio efficacissimo para alcançar sus intentos de ser perfetas religiosas y esposas de Christo».

• Ao P. António Mascarenhas (S.J.) dedicou António Vaz de Sousa a tradução da *Historia da vida da Virgem Maria Senhora Nossa tirada dos Santos Padres com suas meditações, e acrescentada com orações, e ladainhas, e milagres da mesma Virgem* (1626)⁸³, de Lucas Pinello (S.J.).

• A D. Fernando Alvia de Castro⁸⁴ dedicou Manuel Tomás *El angelico doctor S. Thomaz de Aquino, su vida, excellencias y muerte* (1626)⁸⁵.

• A Nuno Dias Mendes de Brito, fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Alcoutim⁸⁶, dedicou Francisco Lopes *Sam Gonçalo de Amarante: nacimiento, criação, vida, morte, e milagres* (1627)⁸⁷.

ZA, Fernando (2003) — *En la corte y en la aldeã de D. Duarte de Braganza. Libros y pinturas del Marqués de Frechilla y Malagón*. «Península. Revista de Estudos Ibéricos», n.º 0, p. 261-288.

⁷⁹ Madrid: por Tomas de Junta.

⁸⁰ Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

⁸¹ D. Luísa da Silva e Mendonça era a segunda filha de Duarte de Melo da Silva, senhor de Povolidé, e de D. Margarida de Mendonça (descendente dos duques do Infantado). Casou com D. Constantino de Sá Noronha (†1630), governador e capitão-geral da ilha de Ceilão (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. XI, p. 440).

⁸² Lisboa: por Geraldo da Vinha.

⁸³ Lisboa: por Antonio Alvares.

⁸⁴ D. Fernando Alvia de Castro foi um escritor genealogista castelhano, cavaleiro da Ordem de Calatrava, vedor geral da Gente de Guerra e Presídios de Portugal. Viveu entre os finais do século XVI e princípios do século XVII (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Ed. cit., vol. II, p. 234).

⁸⁵ Lisboa: por Jorge Rodrigues.

⁸⁶ Nuno Dias Mendes de Brito era um financeiro cristão-novo (cf. ALMEIDA, A. A. Marques de (1997) — *O Zangão e o mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séc. XV-XVII)*). «Oceanos». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, n.º 29, p. 23-35).

⁸⁷ Lisboa: por Geraldo da Vinha.

• A D. Jerónimo de Melo Coutinho⁸⁸ dedicou Soror Maria Madalena de São Pedro (O.S.C.) a *Historia, prerogativas e louvores do glorioso S. João Evangelista tirado de vários autores* (1628)⁸⁹.

• A Luís da Cunha⁹⁰ dedicou Fr. Duarte Pacheco (O.E.S.A.) a tradução da *Vida, virtudes e milagres de Santa Clara de Monte Falco* (1628)⁹¹, de Fr. Miguel Solón (O.E.S.A.), realçando as «calidades» que aquele senhor herdou «de seus Ilustres progenitores, entre os quais não tem o lugar vltimo o Grande Tristão da Cunha», bisavô de Luís da Cunha, «que sendo Embaixador em Roma em a ocasião em que elrey dom Manoel offertara primícias das riquezas do Oriête ao serviço da Igreja com a obediência ao Sumo Pontifice daquele grande Imperio, ostentar naquela Corte cabeça do Mundo tanta majestade, & zelo Christão, que deixou larga materia as lingoas, & penas de Italia pera celebrar seu nome».

• A D. Catarina de Meneses⁹² dedicou Fr. Manuel das Chagas (O.C.) o *Tratado da vida, excelencias e morte do bemaaventurado Santo André Curcino, bispo de Fesula, religioso da sagrada ordem de Nossa Senhora do Carmo* (1629)⁹³.

• A S. Francisco Xavier dedicou D. Fernando Alvia de Castro a sua tradução

⁸⁸ D. Jerónimo de Melo Coutinho, comendador de Punhete, era filho de Jorge de Melo Coutinho e de D. Maria de Meneses, irmã de D. Jorge de Sottomayor, senhor de Fermoselhe e de Alconchel. Casou com D. Maria de Noronha, filha de D. Tomás de Noronha (filho este de D. Leão de Noronha e de D. Branca de Castro) e de D. Helena da Silva, a qual era consultada como «oraculo pelo vasto conhecimento, que tinha das Famílias, e Antiguidade deste Reyno». De D. Leão de Noronha, avô paterno de sua mulher, D. Maria de Noronha, escreveu D. Jerónimo de Melo Coutinho uma «Vida» devota, destinada a preservar a *fama sanctitatis* deste grande senhor que era, já em vida, considerado um «santo vivo», a qual foi objecto de estudo por parte de José Adriano de Freitas CARVALHO (1996), em «*Vida e Mercês que Deus fez ao venerável D. Leão de Noronha: do santo de corte ao santo de família na Época Moderna em Portugal*». «Via Spiritus», vol. 3, p. 81-161. D. Jerónimo, que «viveo tão observante dos preceitos Evangelicos, que parecia ser mais Religioso, que secular», faleceu em 1645 e foi sepultado na sacristia nova do convento de Santa Maria de Xabregas (cf. MACHADO, Diogo Barbosa (1966) — *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra: Atlântida, tomo II, p. 507-508).

⁸⁹ Lisboa: por Antonio Alvares.

⁹⁰ Luís da Cunha, senhor do morgado de Paio Pires, era filho de Jerónimo da Cunha e de Maria de Meneses. Casou com Joana de Meneses (ou de Vilhena), filha de Bernardim Ribeiro Pacheco e de D. Maria de Vilhena e irmã de Fr. Duarte Pacheco, tradutor desta «Vida» (cf. FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa (1989) — *Ob. cit.*, vol. IV, p. 151, e vol. VIII, p. 19).

⁹¹ Lisboa: por Antonio Alvares.

⁹² D. Catarina de Meneses era filha de D. Manuel de Meneses (filho este de D. Jorge de Meneses, VI senhor de Cantanhede, e de D. Leonor Manuel) e de D. Brites de Vilhena (filha esta de João de Melo da Silva e de D. Leonor Fogaça). Casou, em primeiras núpcias, com Brás Afonso de Albuquerque, s. g., e em segundas núpcias com D. João Coutinho, alcaide-mor de Santarém e Almeirim e senhor de Alvaiázere, c. g.. Foi mãe de D. Luísa Coutinho, condessa do Sabugal, dedicatária da *Vida e morte do Padre Fr. Estêvão da Purificação, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da provincia de Portugal* (1621), de Fr. Luis de Mértola (O.C.) e da tradução do *Epitome da vida apostólica e milagres de S. Thomas de Villa Nova arcebispo de Valença, exemplo de Prelados, & pay de pobres, da Ordem nosso Padre Santo Agostinho. Com um tratado da vida do veneravel P. Fr. Luis de Montoya, Mestre que foy dos nouiços em Salamanca, sendo o Glorioso S. Prior delle; & assi mais de algus seruos de Deos que deu à Igreja assi lá, como nesta Prouincia sendo Prelado della* (1629), por Fr. Duarte Pacheco (O.E.S.A.) (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 479).

⁹³ Lisboa: por Pedro Craesbeek.

DO *Compendio italiano de la vida del Santo Francisco Xavier* (1630)⁹⁴, de Muzio Vitelleschi (S.J.).

• A Luís Correa Monsanto, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo⁹⁵, dedicou Fr. António de Moura a *Vida del Santissimo Patriarcha S. Juan de Dios compuesta por Fr. Antonio de Gouvea Obispo de Cynera* (1632)⁹⁶, em primeiro lugar, como sinal de gratidão pela piedade e pelo zelo que, «por tantas vias», aquele senhor mostrava para com as enfermarias e os religiosos da Ordem da Hospitalidade e, em segundo lugar, pelo facto deste ser filho de Marcos Fernandez Monsanto, «a cuya generosidade no ay obra pia, no ay ocasion del culto divino, y honra de los santos, que no deua afecto tan fervoroso, como efetos liberales».

• A António Teles da Silva⁹⁷ dedicou Ignacio Stafford (S.J.) a *Historia de la celestial vocación, misiones apostólicas y gloriosa muerte del Padre Marcelo Franco Mastrili* (1639)⁹⁸.

• À Virgem Maria, sob diferentes invocações, foram dedicadas as seguintes obras:

– a *Tercera Parte de la Vida de Jesus*⁹⁹ (1566), e o primeiro tomo da *Segunda Parte de la Vida de Jesus*¹⁰⁰ (1568), por Fr. Luis de Montoya (O.E.S.A.);

– a Nossa Senhora do Amparo dedicou Luís de Tovar o *Poema mystico del glorioso Santo Antonio de Padua: contiene su vida, milagros y muerte* (1616)¹⁰¹;

– à Virgem do Monte Carmelo dedicou Fr. Luís de Mértola (O.C.) a *Vida de la bienaventurada Madre Soror Maria Magdalena de Pazzi* (1642)¹⁰²;

⁹⁴ Lisboa: Pedro Craesbeeck.

⁹⁵ Luís Correa Monsanto e seu pai, Marcos Fernandez Monsanto, eram financeiros (cf. VENTURA, Maria da Graça Mateus (1997) — *A União Ibérica e o mundo atlântico*. Edições Colibri, p. 77).

⁹⁶ Madrid: por Francisco de Ocampo.

⁹⁷ O autor não deixa pistas que nos permitam saber com exactidão quem era este António Teles da Silva, mas, tendo em conta a data da obra e o facto de aquele se dirigir a este como «Capitã General», cremos tratar-se de um dos filhos de Luís da Silva, alcaide-mor e comendador de Seia na Ordem de Avis, governador da Relação do Porto, veador da Fazenda e do Conselho de Estado, tendo servido durante algum tempo de mordomo-mor, padroeiro do mosteiro das Chagas de Lamego, e de D. Mariana de Lencastre, aia do príncipe D. Teodósio, filha de D. Francisco de Faro, IV senhor de Vimeiro, e de sua segunda mulher, D. Guiomar de Castro. António Teles da Silva entrou, sendo moço, na Religião de Malta, que não professou e de todo a largou; achou-se na restauração da Baía, em 1625; em 1635, foi capitão-mor das naus da Índia; achou-se na aclamação de D. João IV, que o mandou por governador do estado do Brasil com a promessa do título de conde; voltando para o reino, tendo governado durante sete anos, em 1650, perdeu-se o navio em que vinha, de que era capitão de mar e guerra Álvaro de Carvalho, e dando à costa em Buarcos morreu afogado. Deixou por seu herdeiro a seu irmão Fernão Teles e instituiu umas capelas na Misericórdia de Lisboa e deixou outros legados pios. Não casou nem teve sucessão. (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo IX, p. 334-336).

⁹⁸ Lisboa: por Antonio Alvarez.

⁹⁹ Lisboa: em casa de Manuel Juan.

¹⁰⁰ Lisboa: por António Gonçalves.

¹⁰¹ Lisboa: Pedro Craesbeeck.

¹⁰² Lisboa: por Antonio Alvares.

– a Nossa Senhora da Conceição, «protectora deste Reyno de Portugal», dedicou Fr. Luís de Mértola (O.C.) o *Extracto dos processos que se tirarão por ordem dos illustrissimos ordinarios na forma do direito sobre a vida e morte do veneravel padre Antonio da Conceição, religioso da congregação de S. João Evangelista* (1647)¹⁰³ e D. Juliana Maria de Santo António a tradução do P. Gaspar de Santo António de *La dichosa peregrina Santa Brigida de Suécia, princeza de Nericia* (1714)¹⁰⁴;

– a Nossa Senhora da Encarnação dedicou Nuno Barreto Fuzeiro a *Vida da gloriosa virgem a madre Santa Theresa de Jesus* (1691)¹⁰⁵;

– à Virgem Maria dedicou António Lopes Cabral (O. Cristo) a tradução da *Vida da Magdalena no estado de pecadora, amante e penitente* (1695)¹⁰⁶, de Anton Giulio Brignole Sale;

– a Nossa Senhora do Rosário dedicou António Álvares Carvalho a *Vida da gloriosa Infanta Santa Quitéria Virgem, e Martyr prodigio da graça, natural da augusta, e nobilíssima Cidade de Braga Primaz das Espanhas* (1712)¹⁰⁷;

– a «Maria Santissima, Rainha da gloria» dedicou o P. João Antunes Monteiro o *Breve compendio da prodigiosa vida, e estupendos milagres do glorioso Arcebispo de Myra S. Nicolao taumaturgo, advogado universal de todos os pecadores* (1720)¹⁰⁸;

– A Nossa Senhora da Vitória dedicou Francisco Afonso de Chaves e Melo *A Margarita animada, idea moral, politica e historica de tres estados, discursada na vida da veneravel Margarida de Chaves, natural da cidade de Ponte Delgada na ilha de S. Miguel* (1723)¹⁰⁹;

– o *Ceo mystico. A gloriosíssima senhora Santa Ana* (1725)¹¹⁰, do P. Sebastião Azevedo (C.O.);

– a Nossa Senhora do Alecrim dedicou Francisco Gomes de Sequeira a *Vida do Padre Antonio de Almeida Villanova, chamado vulgarmente o Padre dos Terços, reformador que foy do methodo de rezar em vos alta o terço de Nossa Senhora em as igrejas, oratorios, cazas particulares, etc.* (1735)¹¹¹;

– a Nossa Senhora dos Remédios dedicou Domingos Dias Seixas as *Memorias da vida e virtudes da Madre Soror Anna de S. Joaquim, religiosa professa da Ordem da Santissima Trindade, elucidadas com reflexões mysticas* (1740)¹¹²;

– a Nossa Senhora da Graça dedicou Soror Madalena da Glória, sob o

¹⁰³ Lisboa: por Antonio Alvares.

¹⁰⁴ Lisboa: por Antonio Pedrozo Galvão.

¹⁰⁵ Lisboa: por Francisco Villella.

¹⁰⁶ Lisboa: por Miguel Deslandes.

¹⁰⁷ Lisboa: na Officina Real Deslandesiana.

¹⁰⁸ Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva.

¹⁰⁹ Lisboa: por Antonio Pedroso Galvão.

¹¹⁰ Lisboa: por António Pedroso Galvão.

¹¹¹ Lisboa: por Miguel Rodrigues.

¹¹² Coimbra: por António Simões.

pseudónimo de Leonarda Gil da Gama, a *Águia real, feniz abrazado e pelicano amante. Historia panegirica e vida prodigiosa do ínclito patriarcha que alcançou ouvir da boca de Deos o titulo de grande, Santo Agostinho* (1744)¹¹³;

– a Nossa Senhora da Penha de França foi dedicada a *Vida de D. Nuno Alvares Pereira, segundo Condestável de Portugal (...) Progenitor da Casa Real, pela Serenissima de Bragança, em Portugal, ascendente das de Castella, França, Austria, Saboya, e os mais dos Monarcas, Soberanos, Principes, Potentados, Senhores, e ilustres familias da Europa* (1723)¹¹⁴, de Fr. Domingos Teixeira (O.E.S.A.);

– a Nossa Senhora do Rosário dedicou a clarissa soror Madalena da Glória, sob o pseudónimo Leonarda Gil da Gama, o *Astro brilhante em novo mundo, fragrante flor do Paraíso plantada no jardim da America. Historia panegyrica e vida prodigiosa de Santa Rosa de Santa Maria* (1733)¹¹⁵;

– À Província da Arrábida dedicou D. Francisco Manuel de Melo, *El mayor pequeño. Vida y muerte del serafin humano Francisco de Assis* (1647)¹¹⁶.

• A D. Francisco de Melo, I conde de Assumar e marquês de Vellescos¹¹⁷, dedicou Fr. Miguel Pacheco (O. Cristo) o *Epitome de la vida, acciones y milagros de Santo Antonio, natural de Lisboa* (1647)¹¹⁸, impressionado não tanto pelo culto e pela devoção que a Casa deste senhor revela por este santo, mas, sobretudo, para que o «rezo particular» que deste franciscano se imprimiu em Flandres, governando D. Francisco de Melo «las armas daquellos Estados», «se comunique à muchos: y para este efecto procuro por tantos médios se imprimiesse de nuevo en esta Corte».

• A Enrique Broier dedicou Tomás de Freitas Africano a tradução dos *Prodigios raros de altíssima perfeccion en la vida maravillosa de [...] Catalina*

¹¹³ Lisboa: na Officina Pinheirense da Musica e da sagrada religião de Malta.

¹¹⁴ Lisboa: na Officina da Musica.

¹¹⁵ Lisboa: na Officina de Pedro Ferreira.

¹¹⁶ Lisboa: por Manoel da Sylva. A edição de 1650 (Lisboa: por Manoel da Sylva) é também dedicada à Província da Arrábida.

¹¹⁷ D. Francisco de Melo, I conde de Assumar, era filho de D. Constantino de Bragança e de D. Beatriz de Castro. Casou com D. Antónia de Vilhena, filha de Henrique de Sousa Tavares, I conde de Miranda, e de D. Mécia de Vilhena (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo X, p. 249). Foi membro do Conselho de Portugal, embaixador em Roma, e passou depois, com o mesmo cargo, para Viena de Áustria, cidade onde estava quando eclodiu a revolução de 1640. Continuando ao serviço de Espanha, tornou-se encarniçado inimigo da causa portuguesa, a ponto de ser um dos que mais influiu na prisão de D. Duarte de Bragança, irmão de D. João IV. Filipe IV concedeu-lhe, logo depois de 1640, o título de marquês de Vellescos e, em 1648, o de marquês de La Laguna. Foi, também ao serviço de Espanha, plenipotenciário em Vestefália, capitão-general da Sicília, de Aragão e da Catalunha e governador de Flandres. Comandou o exército espanhol na guerra contra a França e foi vencido na batalha de Rocroi, pelo príncipe de Condé (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 328). D. Fernando de Melo e D. Álvaro de Melo, irmãos de D. Francisco, foram, respectivamente, bispo do Porto e conde de Moura.

¹¹⁸ Madrid: por Julian de Paredes.

Adorno (1647)¹¹⁹.

• A D. Rodrigo de Castro, I conde de Mesquitela¹²⁰, dedicou Francisco Barreto de Landim o *Panegyrico da sancta vida e gloriosa morte do grande Patriarcha S. João de Deus* (1648)¹²¹, impressionado pelas façanhas heróicas daquele senhor, «terror, & espanto de Atroposfera,/temeroso stupor do horrendo Marte,/cujo sublime nome, cujas glorias/por mais que digão, não dirão historias».

• A João Nunes da Cunha, I conde de São Vicente¹²², dedicou D. Francisco Manuel de Melo a primeira parte de *El fenis de Africa, Agustino Aurelio, obispo hiponense hallado entre las inmortales cenizas de su memoria* (1648)¹²³.

¹¹⁹ Lisboa: por Manuel de Sylva.

¹²⁰ D. Rodrigo de Castro (†1662) era filho de D. Rodrigo de Castro, alcunhado «o Ombrinhos», e de Maria Luís de Castro. D. Rodrigo de Castro foi senhor do morgado do Torrão e um dos primeiros capitães de cavalos que D. João IV nomeou em Janeiro de 1641. Em 1643, derrotou os espanhóis em Albuquerque; em 1646, atacou Valência de Alcântara, mas retirou, com elevadas perdas; no ano seguinte, foi nomeado governador das Armas das comarcas da Guarda, Pinhel, Lamego e Esgueira. Em 1649, fez nova incursão na direcção de Ciudad Rodrigo, na vizinhança da qual queimou o lugar de Sabugo, a duas léguas da mesma. Em coordenação com as forças de D. Sancho Manuel, as forças sob o seu comando saquearam e incendiaram repetidas vezes povoações fronteiriças. A vila de Bódio foi por ele tomada e saqueada, sendo degolados o governador e quarenta soldados que resistiram. A crueldade demonstrada por D. Rodrigo nos actos de guerra fez com que D. João IV mandasse devassar do seu procedimento e do de alguns oficiais seus. Da devassa não resultou culpa relevante, mas enquanto o rei viveu não tornou a exercer o governo da província. Em 1657, retomou, com êxito, a sua série de feitos militares de fronteira e em 1658 foi nomeado mestre-de-campo-general para comandar a infantaria e a artilharia do Alentejo. Passou depois a governador das Armas de Trás-os-Montes; tomou também parte na batalha das Linhas de Elvas. Depois desta campanha, voltou para Trás-os-Montes, onde voltou a exercer o governo militar, e deteve várias investidas dos espanhóis contra o reino português. Em 1662, foi nomeado governador das Armas do Alentejo e, no mesmo ano, ingressou no Conselho de Guerra. Casou com D. Catarina Maria de Meneses, filha de D. António de Sousa, comendador de Santa Marta de Viana, na Ordem de Cristo, e de sua mulher, D. Maria de Meneses; c.g. (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 738-739).

¹²¹ Lisboa: por Manuel da Silva.

¹²² João Nunes da Cunha (1619-1668), I conde de São Vicente, era filho de Nuno da Cunha, senhor dos morgados da Coutadinha e Landeira e restaurador da Baía nas guerras contra os holandeses (1625), e de sua mulher, D. Francisca de Lima, filha esta de D. João Gonçalves de Ataíde, IV conde de Atouguaia, e de D. Maria de Castro e tia de D. Madalena de Castro, condessa da Torre (filha de sua irmã, D. Joana de Castro, dedicatária da *Arte de Orar* (1630), do P^o. Diogo Monteiro (S.J.), e de D. Francisco de Sá de Meneses, II conde de Penaguão), a quem Pedro da Cruz Juzarte (O.C.D.) ofereceu a sua *Tresladação do veneravel Padre Fr. Estêvão da Purificação, da villa de Moura, com addiçoens espirituaes em que ocupou o tempo, maravilhas que obrou, veneração que se pode dar à sua imagem e reliquias; doze cartas a pessoas diferentes* (1662). Foi deputado da Junta dos Três Estados, gentil-homem da Câmara do príncipe D. Teodósio e depois de D. Afonso VI e do príncipe-regente D. Pedro, governador da Casa de D. Teodósio, conselheiro da Guerra, conselheiro de Estado de D. Afonso VI e do príncipe-regente D. Pedro, senhor de Gestaçõ, Panóias, do morgado da Coutadinha e do de Refóios, comendador de Castelejo, São Romão do Erdal e Santa Maria de Vouzela, na Ordem de Cristo, censor e presidente da Academia dos Generosos. Foi nomeado, a 11-III-1666, XXX vice-rei da Índia. Organizou uma grande armada que mandou para o estreito de Ormuz com o propósito de derrotar os árabes e tomar Mascate, empresa que falhou devido a uma tempestade violenta que dispersou a esquadra. Preparava novos empreendimentos militares quando a morte o surpreendeu. Casou com D. Isabel de Bourbon, filha de D. Luís de Lima Brito e Nogueira, II conde dos Arcos, e de sua mulher, Victoire de Cardaillac, c.g. (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 356).

¹²³ Lisboa: por Paulo Craesbeeck.

• A D. Francisco de Faro e Noronha, VII conde de Odemira¹²⁴, dedicou o impressor Paulo Craesbeeck *La caída para levantarse. El ciego para dar vista. El montante de la Iglesia en la vida de San Pablo Apostol* (1648)¹²⁵, de Francisco de Quevedo y Villegas, realçando que considerou «ufano» que por sua «industria se juntasse al mejor montante de la Fè, que resplandece en las manos del Apostol, la mejor espada de la Patria, que reluce» nas mãos daquele grande senhor, «porquien ella espera vitorias, S. Magestad seruicios, el mundo admiraciones».

• Ao P^o. D. Fr. Luís de Sousa, «Don Abbad del Real Conuento de Alcobaça, y Limosnero mayor de Sua Magestad»¹²⁶, dedicou D. Francisco Manuel de Melo a segunda parte de *El fenis de Africa, Agustino Aurelio, obispo hiponense hallado entre las inmortales cenizas de su memoria* (1649)¹²⁷.

• Ao P^o. São Teotónio dedicou D. Timóteo dos Mártires (C.R.S.A.) a tradução da *Vida do bemaventurado padre Santo Theotónio primeiro prior do real mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra, de Conegos Regulares do patriarcha Sancto*

¹²⁴ D. Francisco de Faro e Noronha (†1661), VII conde de Odemira, era filho de D. Estêvão de Faro, II conde de Faro, e de sua mulher, D. Guiomar de Castro, filha dos IV barões de Alvito (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 578). D. Francisco de Faro e Faro veio a herdar a Casa dos condes de Faro por morte de sua sobrinha, D. Juliana de Faro, filha dos III condes de Faro e, sucessivamente, duquesa de Caminha e condessa de Unhão, pelos seus casamentos com o II duque de Caminha e o II conde de Unhão, ambos s.g.. A morte do VI conde de Odemira, sem sucessão, fez vagar para a Coroa a grande Casa que lhe pertencia e D. João IV, para premiar os serviços de D. Francisco, parente consanguíneo do último conde, renovou nele a mercê com a posse de toda a Casa e honras inerentes a ela, entre as quais o tratamento de «sobrinho de El-Rei». A razão da boa-vontade régia fora a sua constante adesão à causa nacional contra os espanhóis, tendo sido dos que logo de início tomaram voz por D. João IV. «Já em 1625 se portara galhardamente na restauração da Baía, ocupada pelos holandeses. Entrando para o Conselho de Estado, foi ministro de grande valimento junto de D. João IV e, depois da morte deste soberano e durante a regência de D. Luísa de Gusmão, o chefe incontestado do chamado «partido velho», ao qual se opunha o «partido novo» de que o Conde de Cantanhede era a figura marcante. Apesar dos desejos de conciliação da Rainha-Regente, que a levaram a fazer um governo no qual entravam os chefes das duas facções adversas, o «partido velho» perdeu terreno e o Conde de Odemira, retirado da política activa, conservou apenas a honrosa e difícil missão de preceptor e aio do jovem Rei D. Afonso VI. A natureza deste e as péssimas companhias que sempre buscou tornaram baldados os esforços do Conde para lhe dar uma boa formação para o seu estado de Rei. De facto nunca conseguiu a menor influência no ânimo do seu real pupilo» (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 67). Foi senhor das vilas de Penacova e Mortágua, alcaide-mor de Alvor, senhor do Paul de Muge e comendador de seis comendas na Ordem de Cristo. Casou com D. Mariana da Silveira, filha herdeira de Francisco Soares, o fidalgo *da Cotovia*, por ser senhor do prazo desse nome em Lisboa; c.g. (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 67). A D. Francisco de Faro e Noronha dedicou também o P^o. Lucas de Andrade a edição de 1656 das *Advertencias Spirituaes para mais agradar a Deos Nosso Senhor. Com hum exercicio pera depois da sagrada Comunhão* (por Antonio Alvarez), compostas por seu pai, Luís Alvarez de Andrade.

¹²⁵ Lisboa: por Paulo Craesbeeck.

¹²⁶ D. Fr. Luís de Sousa era filho de Luís de Sousa Ribeiro de Vasconcelos, alcaide-mor e comendador de Pombal e senhor de Mouta Santa, e de D. Maria de Moura e Távora, dama da rainha D. Margarida de Áustria, filha de Fernão Rodrigues de Almada, provedor da Casa da Índia e do Conselho de el-rei. «Foy Monge de S. Bernardo. D. Abbadé Geral da sua Religião, Esmolero mor, do Conselho delRey, Governador do Arcebispado de Evora, eleito Bispo do Portor» (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo IX, p. 126-127).

¹²⁷ Lisboa: por Paulo Craesbeeck.

Agostinho. Escripita em latim por um religioso contemporaneo e discípulo do mesmo sancto. Traduzida em nosso vulgar portuguez, e juntas as vidas de outros sanctos e sanctas, coligidas de diversos e graves autores (1650)¹²⁸.

• Ao «Deão, Dignidades, & Cónegos, Cabido da Santa See Cathedral» do bispado de Coimbra dedicou Pedro Henriques de Abreu *A vida e martyrio de S. Quitéria e de suas oito irmãs, todas nascidas de hum parto, portuguezas e prothomartyres de Hespanha* (1651)¹²⁹.

• A D. Julio Rospigliosi, Arcebispo de Tarso e Núncio Apostólico «en los reynos de España, por la Santidad de nuestro Beatissimo Padre Inocencio X», dedicou António Vasques *San Filipe Neri: Epitome de su vida delo que della han escrito authores diversos* (1651)¹³⁰.

• Ao P. Vincentio Caraffa, «Praeposito Geral da Companhia de Jesus», dedicou o P. António Fernandes (S.J.) a tradução da *Vida da Santissima Virgem Maria, mãe de Deus, senhora nossa* (1652)¹³¹.

• A Salvador Correa de Sá e Benavides, do Conselho de Guerra e Ultramarino do reino português¹³², dedicou o P. Simão de Vasconcelos (S.J.) a *Vida do P. João de Almeida da Companhia de Jesus da provincia do Brasil* (1656)¹³³, realçando a sua ligação à Companhia de Jesus e muito em particular a sua devoção a este sacerdote jesuíta: «como Deos Nosso Senhor tomou a grandes Principes na Europa por meio pera fundar, & aumentar a Companhia, assi dispoz na America, que os Illustrissimos Sàs fossem dos primeiros, & maiores Bemfeitores della...»; «V. S. encomendendo ao Bom P. Ioam d'Almeida, objecto desta Historia, o Negociar com Deos no Rio de Janeiro o Despacho, que teue em

¹²⁸ Coimbra: por Manuel de Carvalho.

¹²⁹ Coimbra: por Manuel Carvalho.

¹³⁰ Madrid: por Gregorio Rodrigues.

¹³¹ Goa: no Collegio de S. Paulo.

¹³² Salvador Correa de Sá e Benavides (1602-1688), alcaide-mor da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, almirante da costa do sul e Rio da Prata, superintendente em todas as matérias de guerra da dita costa, governador da capitania do Rio de Janeiro, administrador de todas as minas do Brasil, conselheiro dos conselhos de Guerra e Ultramarino, restaurador e governador de Angola, era filho de Martim Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro, e de Maria de Mendoza y Benavides (cf. FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa (1989) — *Ob. cit.*, vol. IV, p. 439). É importante notar que sempre manteve as melhores relações com os padres da Companhia de Jesus, pondo-se ao lado daqueles missionários no magno problema da liberdade dos Ameríndios, e teve carta de irmandade em 1648. Fundou, em Santos, o colégio jesuíta de São Miguel. Em 1663, voltou a Portugal e tomou o partido do conde de Castelo Melhor na revolução palaciana de 1667. Assim, caiu no desagrado do príncipe regente durante algum tempo, até que, favorecido pelos jesuítas do colégio de São Roque (onde estava recluso), a má vontade desapareceu e ele voltou a ocupar o seu cargo de conselheiro ultramarino (cf. *Salvador Correia Sá e Benavides*. In SERRÃO, Joel (coord.) — *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1992, vol. 5, p. 400-401). Simão de Vasconcelos, no «Livro terceiro» da *Cronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, tece rasgados elogios a esta família dos Sás. Veja-se também: NORTON, Luis (1943) — *A Dinastia dos Sás no Brasil (1558-1662)*. Lisboa: Divisão de Publicações e Bibliotecas/Agência Geral das Colónias, p. 23-148.

¹³³ Lisboa: na Oficina Craesbeeckiana.

Angola¹³⁴. Elle persuadiu a V. S. a apressada Partida do Rio de Janeiro contra os Pareceres de muitos, & ainda Interesses de V. S. enchendo a V. S. de tam firmes esperanças da vitoria, como de couza, que o P. tinha ja despachada com Deos. Com este, & muitos outros Casos particulares, que na Historia se verèm, mostrou o P. Ioam d'Almeida quanto à sua conta tinha o usar de sua valia com Deos para as Felicidades de V. S.».

• A D. Inês Antónia de Távora¹³⁵ ofereceu Diogo Gomes Carneiro a tradução da *Historia do Capuchinho Escocez* (1657)¹³⁶ de Giovanni Battista Rinucini, arcebispo de Fermo.

• A D. Jorge Luís Mascarenhas de Menezes, II Conde de Serém, «do Conselho de Sua Magestade, Marichal dos reynos de Portugal, senhor das villas de Cerèm, & Prestimo Commendador das villas de Pusos, Casais do Porto de Mendo, São Salvador do Campo de Neiva, Villa Cova, Santo Estevão d'Aldroins, São João de Brito, Sam-Tiago de Torres Vedras, Montalvão, & Alcaide mòr da mesma Villa»¹³⁷, dedicou Fr. António Correia (O.SS.T.) a *Fama posthuma do V. P. Fr. Antonio da Conceição Trinitario* (1658)¹³⁸, nela acentuando o facto de ter sido este senhor o mandatário da obra, pois este «ensauiu os primeiros alentos de sua vida» com «os dictames» da «espiritual doutrina» daquele virtuoso religioso, ainda que a sua pouca idade não lhe permitisse «imitar exemplos alheios».

• A D. João Mascarenhas, «Conde de la Torre, del Consejo de su Magestad,

¹³⁴ Com o objectivo de resolver a questão dos holandeses em África, o Conselho Ultramarino, em 1647, decidiu organizar uma armada, sob o seu comando, então nomeado governador de Angola. Com a rendição dos holandeses, recuperou Luanda, Benguela e S. Tomé.

¹³⁵ D. Inês Antónia de Távora era filha de Luís Francisco de Oliveira e Miranda, XI senhor dos morgados de Oliveira, Sobrados e Patameira, comendador de Santa Eulália, na Ordem de Cristo, e de D. Luísa de Távora (filha esta de Álvaro Pires de Távora, senhor do morgado e Torre de Caparica, e de D. Maria de Lima). Depois de viúva, D. Luísa de Távora fundou o mosteiro da Conceição dos Cardais, de religiosas carmelitas descalças, em Lisboa, «onde viveo, tendo o habito de Santa Theresa, sem professar, para com as rendas da Casa da Caparica, de que era senhora, o poder acabar» (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 135). D. Inês Antónia de Távora casou com João de Saldanha de Sousa, senhor do morgado de Barcarena e de Quinta da Azinhaga, comendador de São Martinho de Santarém, da Torre e de Santa Maria de África, na Ordem de Cristo; foi mestre-de-campo na batalha de Montijo, tenente-general da cavalaria da provincia da Beira, governador das Armas de Setúbal e deputado da Junta dos Três Estados. Entre os vários filhos que nasceram deste matrimónio, contam-se D. Helena de Lencastre, religiosa carmelita, e D. Maria, religiosa da Ordem de São Domingos no mosteiro do Sacramento de Lisboa. D. Inês Antónia de Távora, depois de viúva, foi dama de D. Catarina de Bragança, rainha da Grã-Bretanha (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 143-144).

¹³⁶ Lisboa: por Henrique Valente de Oliveira.

¹³⁷ D. Jorge Mascarenhas, II conde de Serém, era filho único de D. Fernando Mascarenhas, I conde de Serém, e de D. Leonor de Meneses. Foi marechal do Reino (1650), senhor das vilas de Serém e de Albergaria e do morgado de Aitão. Morreu solteiro e s.g. (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 371). D. Leonor de Meneses, sua mãe, foi uma das «filhas espirituais» de Fr. António da Conceição, como relembra Fr. António Correia na «Vida» do religioso trinitário.

¹³⁸ Lisboa: por Henrique Valente de Oliveira.

de la Orden de Christo, de las Encomiendas de Santiago, de Fuente Arcada, Villa del Rosmaniñal, San Martin de Cambres, y San Martin de Pindo, Señor de los lugares de Corulin, y Verondá en el Estado de la India Oriental, Mestre de Campo, y Governador de la Plaça de Campo Mayor en la Provincia de Alentejo»¹³⁹, dedicou Fr. Francisco Carvalho a *Historia de la vida, muerte y milagros de fr. Juan de Dios* (1658)¹⁴⁰, de D. Fr. António de Gouveia (O.E.S.A).

- A Santo António dedicou o impressor Henrique Valente de Oliveira o *Epítome de la vida, acciones y milagros de Santo Antonio, natural de Lisboa* (1658)¹⁴¹, de Fr. Miguel Pacheco (O. Cristo).

- A todos os religiosos da Companhia de Jesus dedicou o P. Sebastião de Abreu (S.J.) a *Vida e virtudes do admiravel Padre João Cardim, portuguez da Companhia de Jesus* (1659)¹⁴², realçando que esta é «a perfeita vida de hum mancebo secular, & estudante até idade de vinte, & seis annos, tam ajustada com as leys Divinas, que pode servir de exemplar aos mais perfeitos, & particularmente a todos os que desejão viver no mundo christãmente, com que os nossos Mestres podem instituir a seus discípulos propondolhes por modelo de suas vidas a que fez hum mancebo bem nacido estudante na Universidade em todo o tempo de seus estudos».

- Ao papa Alexandre VII dedicou Fr. João da Conceição Macedo a *Vita*

¹³⁹ D. João Mascarenhas (†6/09/1681) foi I marquês de Fronteira, II conde da Torre, Senhor do Morgado de Gocharia, comendador de Santiago de Fonte-Arcada, S. Julião do Rosmaninhal, S. Nicolau de Carracedo, S. João de Castelães, S. Martinho de Cambres, etc. na Ordem de Cristo, do Conselho de Estado e Guerra, Gentil-homem da Câmara do rei D. Pedro II, sendo Príncipe Regente, de quem foi muito favorecido, era filho de D. Fernando Mascarenhas, I conde da Torre, e de D. Maria de Noronha (filha esta de D. Luís Lobo da Silveira e de D. Joana de Lima). Era filho segundo dos primeiros condes da Torre, pois o primogénito foi assassinado por D. Diogo de Eça, em 1649. Serviu na guerra com reputação na província de Alentejo, sendo mestre de campo de infantaria, em 1657; achou-se no assalto de Badajoz, na empresa de Valença de Alcântara, recuperação de Mourão e sítio de Badajoz. Foi mestre de campo general da província do Minho, donde passou para general da cavalaria da província de Alentejo, posto que ocupou na campanha do ano de 1662. Achou-se na batalha do Canal, governando um das linhas do exército, e depois na de Montes Claros, em 1665, tendo o seu valor e disposição muita parte naquela vitória (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XII-Parte I, p. 18). Foi o fundador da Casa de Benficia, dos marqueses de Fronteira, uma das mais artísticas e opulentas residências dos grandes senhores, em Portugal, em grande parte ampliada e transformada pelo V marquês (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 623-624). Casou com D. Madalena de Castro, dama do paço, que faleceu a 10 de Setembro de 1673, última filha de D. Francisco de Sá de Meneses, II conde de Penaguião, camareiro-mor dos reis Filipe IV e D. João IV, senhor de Sever e alcaide-mor do Porto, e de D. Joana de Castro, filha de D. João Gonçalves de Ataíde, IV conde de Atouguia, comendador de Andufe na Ordem de Cristo, Gentil-homem de boca de Filipe II, e de D. Mariana de Castro, dama da imperatriz D. Isabel, filha de Martim Afonso de Miranda, camareiro-mor do infante Cardeal D. Henrique, alcaide-mor de Monte Agraço, e de D. Joana de Lima. D. Joana de Castro foi dama da rainha D. Margarida de Áustria (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XII-Parte I, p. 16-17, e ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 112).

¹⁴⁰ Lisboa: Henrique Valente de Oliveira.

¹⁴¹ Lisboa: por Henrique Valente de Oliveira.

¹⁴² Evora: na Oficina da Universidade.

sanctorum Ioannis de Matha et Felicis de Valois (1660)¹⁴³, de Fr. Francisco de Santo Agostinho (O.F.M.).

- À venerável Congregação da Cadeia dos Escravos da Virgem Nossa Senhora sita na igreja de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa dedicou Fr. Manuel das Chagas (O.C.) a *Vida, virtudes e morte do Irmam Fr. João de Sam-Sam, carmelita calçado* (1662)¹⁴⁴.

- A D. Nuno Álvares Pereira, Condestável de Portugal, dedicou, a título póstumo, e a D. Madalena de Castro, condessa da Torre¹⁴⁵, ofereceu Fr. Pedro da Cruz Juzarte (O.C.D.) a *Tresladação do veneravel Padre Fr. Estêvão da Purificação, da villa de Moura, com addiçoens espirituas em que ocupou o tempo, maravilhas que obrou, veneração que se pode dar à sua imagem e reliquias; doze cartas a pessoas diferentes* (1662)¹⁴⁶.

- A Manuel de Faria e Silva, Fidalgo da Casa de sua Majestade, dedicou o Pe. António da Silva (S.J.) o *Sol do Oriente S. Francisco Xavier da Companhia de Jesus do qual como em breve Mappa descreve os dez annos da sua milagrosa vida no Oriente* (1665)¹⁴⁷.

- Ao abade Giacomo Rospigliosi¹⁴⁸ dedicou Francisco de Santo Agostinho Macedo (O.F.M.) a *Vita Teresiae Reginae Legionis* (1667)¹⁴⁹.

- A D. Francisco de Melo de Torres, I marquês de Sande, I conde da Ponte e embaixador de Portugal em França e Inglaterra¹⁵⁰, dedicou D. Fr. Cristóvão de Almeida a tradução da segunda parte da *Historia do Capuchinho Escosés*

¹⁴³ Roma: Ângelo Barnabò à Verme.

¹⁴⁴ Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello.

¹⁴⁵ D. Madalena de Castro, dama do paço, faleceu a 10 de Setembro de 1673 e era a última filha de D. Francisco de Sá de Meneses, II conde de Penaguião, camareiro-mor dos reis Filipe IV e D. João IV, senhor de Sever e alcaide-mor do Porto, e de D. Joana de Castro, filha de D. João Gonçalves de Ataíde, IV conde de Atouguia, comendador de Andufe na Ordem de Cristo, Gentil-homem de boca de Filipe II, e de D. Mariana de Castro, dama da imperatriz D. Isabel, filha de Martim Afonso de Miranda, camareiro-mor do infante Cardeal D. Henrique, alcaide-mor de Monte Agraço, e de D. Joana de Lima. Casou com D. João Mascarenhas, I marquês de Fronteira e II conde da Torre, dedicatário da *Historia de la vida, muerte y milagros de fr. Juan de Dios* (Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1658), de Fr. António de GOUVEA (O.S.A.). Cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo IX, p. 258; ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 624.

¹⁴⁶ Lisboa: por Henrique Valente de Oliveira.

¹⁴⁷ Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello.

¹⁴⁸ Giacomo Rospigliosi era sobrinho de Giulio Rospigliosi, que foi o papa Clemente IX.

¹⁴⁹ Roma: Filipo Maria Mancini.

¹⁵⁰ D. Francisco de Melo e Torres (†1667), único marquês de Sande e I conde da Ponte, era filho de Garcia de Melo e Torres, capitão de Sofala, cavaleiro da Ordem de Cristo e vedor da Fazenda, na Índia, e da sua segunda mulher, D. Margarida de Castro. D. Francisco de Melo e Torres foi senhor das vilas de Sande e da Ponte, comendador de São Salvador de Fornelos, Santiago da Grilha e outras, na Ordem de Cristo, alcaide-mor de Terena, dos conselhos de estado e da guerra, governador de Olivença, general de artilharia, entre 1648 e 1656, e diplomata na Grã-Bretanha. Casou com D. Leonor Manrique, filha de Afonso de Torres, comendador de Montemor-o-Novo, na Ordem de Cristo, e Violante de Mendonça (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 283-285).

(1667)¹⁵¹, de Giovanni Battista Rinucini, em primeiro lugar, em sinal de gratidão pelo «grande amor» que aquele senhor tinha «aos filhos desta sagrada Religião, cujas heroicas virtudes» louvou ao tradutor, e, em segundo lugar, por ser a «Vida» de um escocês, «porque bem sabe o mundo o grande emparo» que achavam no dedicatário «todos os Estrangeiros».

• À rainha D. Luísa de Gusmão¹⁵² foram dedicadas as seguintes obras:

– *Virginidos, ou Vida da Virgem Nossa Senhora* (1667)¹⁵³, por Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcelos;

– a *Vida de Sam Joam Evangelista* (1682)¹⁵⁴, por Nuno Barreto Fuzeiro.

• A D. Pascoal de Aragão, «Cardenal de la Santa Iglesia de Roma, de el Titulo de Santa Balbina, Protector de España, Arçobispo de Toledo, Primado de las Españas, Chanciller mayor de Castilla, a el Consejo de Estado, y de la Iunta del Gobierno» dedicou Fr. Simão de Castelo Branco (O.E.S.A.) as *Virtudes y milagros en vida y muerte del B. P. Fr. Juan de Sahagun* (1669)¹⁵⁵.

• A D. Francisco Barreto, «do Concelho de Sua Magestade, e do Geral do Santo Officio, Cónego na Santa Sé de Lisboa, e Bispo nomeado do Reyno do Algarve», dedicou Carlos do Vale a segunda parte dos *Discursos predicaveis sobre a vida, virtudes e milagres do gigante dos Menores, Hércules Portuguez, divino Atlante Santo Antonio* (1669)¹⁵⁶, de Jerónimo Coelho.

• A Giovanni Paolo Oliva, Prepósito Geral da Companhia de Jesus, dedicou o Pe. António de Macedo a *Vita P. Joannis de Almeyda Societ. Jes. Praesbytery Provinciae Brasiliensis* (1669)¹⁵⁷.

• A São João Evangelista dedicou António Lopes Cabral (O. Cristo) a tradução de *Sam Ioam Baptista* (1670)¹⁵⁸, de Giuseppe Battista.

¹⁵¹ Lisboa: por Domingos Carneiro.

¹⁵² D. Luísa de Gusmão era a terceira filha de D. Manuel Alonso Pérez de Guzmán, VIII duque de Medina Sidónia, e de D. Juana Lorenza Gómez de Sandoval y la Cerda (filha esta de D. Francisco de Sandoval y Rojas, I duque de Lerma, dedicatário da *Historia do bem-aventurado S. João de Sahagun, patrão salamantino* (1609), de Pedro de Mariz, e de D. Catalina de La Cerda). Casou com o rei D. João IV (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1949) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo VII, p. 135). A D. Luísa de Gusmão foram também dedicadas outras obras que se inscrevem no filão da literatura de espiritualidade, tais como: a primeira parte da *Chronica da antiqúissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hipponia, & principal Doutor da Igreja* (Lisboa, por Manoel da Sylva, 1642), por Fr. António da PURIFICAÇÃO (O.E.S.A.); os *Montes de Coroas de Santo Agostinho nelle, e na sua eremítica Família recebidas* (Lisboa, na Officina de Henrique Valente de Oliueyra, 1663), por Fr. António da NATIVIDADE (O.E.S.A.). Sobre a figura desta rainha, veja-se a recente obra de VALLANCE, Monique (2012) — *A rainha restauradora. Luísa de Gusmão*. Círculo de Leitores.

¹⁵³ Lisboa: por Diogo Soares Bulhões.

¹⁵⁴ Lisboa: por João Galvão.

¹⁵⁵ Madrid: Imprenta Real.

¹⁵⁶ Lisboa: por Domingos Carneiro.

¹⁵⁷ Patavii.

¹⁵⁸ Lisboa: na Officina de Antonio Craesbeeck de Mello. A edição de 1691 (Lisboa: por Bernardo da Costa Carvalho) é também dedicada ao mesmo Santo.

• A D. Alexandre da Silva, «Inquisidor à el supremo Consejo, i Canonico dela Cathedral de Braga», dedicou Fr. António de Escobar (O. C.) *El heroe portugues. Vida, haçañas, vitorias, virtud i muerte del Excellentissimo señor, el señor Don Nuno Alvarez Pereira* (1670)¹⁵⁹.

• A D. Catarina, rainha da Grã-Bretanha¹⁶⁰, dedicou António de Sousa de Macedo o *Építome panegyrico de la vida admirable, y muerte gloriosa de S. Rosa de Santa Maria, virgen dominicana* (1670)¹⁶¹, baseado não só na «Caridade com que em Inglaterra se procurou, sem se conseguir, a tradução da Historia da vida de S. Rosa Virgem Dominicana, que está impressa em Latim», mas também na devoção com que aquela senhora «alcançou Jubileo na sua Real Capella para o dia desta Santa»¹⁶². A esta rainha dedicou também o P. Manuel Luís (S.J.) o *Theodosius Lusitanus, sive Principis Perfecti vera effgies* (1680)¹⁶³.

• Ao P. Fr. Aires da Silva, «Presentado em a sagrada Theologia, Provincial da Ordem de Nossa Senhora do Carmo», dedicou Fr. António de Escobar (O.C.) a *Vida de Santo Ângelo Martyr Carmelita* (1671)¹⁶⁴.

• À senhora D. Maria¹⁶⁵ dedicou Fr. José Sottomayor, provincial da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, *A cortesã da gloria ou vida da beata Verónica, religiosa do convento de Santa Marta de Milão da Ordem de S. Agostinho* (1671)¹⁶⁶,

¹⁵⁹ Lisboa: por Diogo Suares de Bulhões.

¹⁶⁰ D. Catarina era filha de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão. Casou com Carlos II de Inglaterra. Foi D. Catarina «ornada de excelentes virtudes, grande Christandade, e devoção, honesta, prudente, e entendida»; falava pouco, era liberal, benigna e grande esmolter; quando regressou a Portugal, fundou em Arroios, perto de Lisboa, uma Casa para os religiosos da Companhia de Jesus, para que nesta se formassem jovens para as missões da Índia (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1949) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo VII, p. 179; 186). Sobre esta senhora, veja-se também de TRONI, Joana Almeida (2008) — *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa: Colibri.

¹⁶¹ Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello.

¹⁶² D. Catarina de Bragança foi, de facto, extremamente zelosa relativamente à promoção da fé católica na Grã-Bretanha, o que levou Pedro de Azevedo TOJAL a editar, em 1716, um poema heróico intitulado *Carlos Reduzido, Inglaterra Illustrada*.

¹⁶³ Eborae, ex Typographia Academiae.

¹⁶⁴ Lisboa: por João da Costa.

¹⁶⁵ D. Maria de Bragança (1644-1693) era filha bastarda de D. João IV. Viveu recolhida no mosteiro de Santa Teresa das carmelitas descalças de Carnide, próximo de Lisboa. D. João IV estimou muito a esta filha, «porque não só a declarou no seu testamento, mas nelle lhe fez merce da Comenda mayor da Ordem de Santiago e das villas de Torres Vedras e Collares, e dos lugares da Azinhaga, e Cartaxo, que juntamente fez logo villas com jurisdicção à parte, e estas doações de juro, e herdade para sempre, sogetas à Ley Mental» (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1949) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. ob. cit., tomo VII, p. 142). Além disto, o rei deu-lhe cinquenta mil cruzados em dinheiro para compor a sua casa. Os reis que se seguiram a D. João IV sempre a trataram com grande atenção, sobretudo seu irmão D. Pedro. D. Maria viveu sempre no mosteiro de Carnide, «em habito de religiosa, ainda que de materia mais fina. Fez a Igreja, que ornou com retabolos, e ricas alfayas, preciosa Custodia para expor o Santíssimo, em que gastou mais de cincoenta mil cruzados; mandou lavrar os dous Córos das religiosas, a que deu quarenta mil cruzados para se empregarem em renda para o Mosteiro, em que fez outras muitas obras de grande custo, de sorte que veyo a ser Padroeira delle, como o era do Mosteiro de religiosas da mesma Ordem no Lugar de Carnide da invocação de São João da Cruz» (cf. *Ob. cit.*, tomo VII, p. 141-143).

¹⁶⁶ Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello.

de Fr. João Freire (O.E.S.A.), baseado não só no facto de ser esta senhora um «exemplar de perfeição, que pella abnegação das grandezas do mundo, pella contemplação das do Ceo, & pelo exercício de todas as virtudes» vivia em clausura.

- A Jorge da França, «fidalgo da Casa de Sua Alteza», dedicou Pedro Lobo Correia a tradução da *Vida de nosso pay Adão. Traduzida em portuguez (...) com um tratado para os mareantes e outras orações contra as tempestades* (1672)¹⁶⁷, de Francisco Loredano.

- Ao coronel Francisco Gil de Araújo¹⁶⁸ dedicou o P. Simão Vasconcelos (S.J.) a *Vida do veneravel Padre Jozé de Anchieta da Companhia de Jesus, thaumaturgo do Novo Mundo* (1672)¹⁶⁹.

- A D. Fr. Cristóvão de Almeida, bispo de Martiria¹⁷⁰, dedicou Manuel Carvalho a tradução do *Compendio da vida do glorioso Patriarcha S. Caetano Thiene* (1673)¹⁷¹.

- Aos irmãos da Ordem Terceira da Congregação do Real Convento de S. Francisco de Lisboa dedicou Fr. Manuel do Sepulcro (O.F.M.) a *Rosa franciscana. Tratado da prodigiosa vida da virgem Santa Rosa de Viterbo, professa da veneravel ordem terceira de S. Francisco* (1673)¹⁷².

- A Manuel Pimentel de Sousa, «do Conselho de Sua Alteza & do Geral do

¹⁶⁷ Lisboa: por António Craesbeck.

¹⁶⁸ Francisco Gil de Araújo, soldado desde 1635, já era alferes quando Nassau invadiu a Baía, em 1638, e governava naquela ocasião a companhia do mestre de campo D. Fernando de Lodena, com a qual defendeu o baluarte da banda do mar, tendo sido queimado no rosto e nas mãos por alcanzias que o inimigo lançou. Em 12 de Junho de 1639, era capitão. Foi, de facto, uma figura importante na sociedade colonial da época. Em 1660, foi juiz da Câmara da Baía: vendo a falta de dinheiro que havia para socorro da infantaria, assistiu-a com pontualidade todo aquele ano nos socorros de cada mês, com os subsídios dos vinhos e «restos dos tesoureiros e recebedores das imposições e fintas passadas, que cobrou sem lançar outras de novo ao povo, serviço esse muito digno de premio». Em 1674, comprou a António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, por quarenta mil cruzados, a donataria do Espírito Santo, confirmada por carta régia de 18 de Março de 1675. «Em outros serviços prestados ao Espírito Santo, sabe-se que trouxe da Bahia, onde tinha engenhos, muitos caseas de colonos, aos quaes doou terras, e tanto a estes, como aos antigos moradores, assistiu com cabedais para fornecerem seus engenhos e lavouras. Fundou a vila de Guarapari, consignando-lhe seis léguas de terras, que começavam na ponte da Fruta, e se contavam para o Sul, deferindo assim a petição que lhe fizeram os moradores desse districto, queixando-se-lhe de que a dez léguas da igreja mais próxima, com ruínas passagens de rios, morriam os pobres se confissão e pasto espiritual». Faleceu a 24 de Dezembro de 1685 (Cf. PORTO SEGURO, Visconde de — *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª edição integral. São Paulo / Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de São Paulo, tomo III, p. 290, 299).

¹⁶⁹ Lisboa: por João da Costa.

¹⁷⁰ D. Fr. Cristóvão de Almeida (1620-1679) professou no convento dos Eremitas de Santo Agostinho de Évora, em 1637. Foi mestre da Ordem, qualificador do Santo Officio e examinador das três ordens militares. O príncipe-regente D. Pedro nomeou-o, em 1669, coadjutor do arcebispo de Lisboa, com o título de «bispo de Martíria». Foi um dos mais notáveis oradores do seu tempo, correndo impressas várias peças oratórias sacras da sua autoria, sob o título *Sermões* (tomo I, Lisboa, 1673; tomo II, Lisboa, 1680; tomo III, Lisboa, 1680; tomo IV, Lisboa, 1686). Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — Ob. cit., vol. II, p. 41.

¹⁷¹ Lisboa: na Off. de Ioam da Costa.

¹⁷² Lisboa: por Antonio Rodrigues de Abreu.

Santo Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra», dedicou o impressor Pedro Vancibecerspel *A conversão miraculosa da feliz egípcia penitente Santa Maria. Sua vida e morte. Composta em redondilhas* (1674)¹⁷³, de Leonel da Costa.

- A D. Catarina Luísa de Meneses, filha dos condes de Vila Verde¹⁷⁴, dedicou Luís de Castanheda Raposo a reedição emendada da *Vida da serenissima princeza D. Joanna, filha delrey D. Affonso V, a qual viveo santamente no convento de Jesus de Aveiro* (1674)¹⁷⁵, de Fr. Nicolau Dias (O.P.).

- A D. Pedro II, ainda príncipe regente, dedicou D. Leonardo de São José a tradução da *Aureola da Corte Santa, Tratado segundo. Epitome da santa vida, e relação da gloriosa morte do Beato Pedro de Arbues, chamado communmente o Santo Mestre Epila, Inquisidor Apostolico de Aragão*, de Diogo Garcia de Transmiera (1674)¹⁷⁶ e D. Fernando Correia de Lacerda a *Historia da vida, morte, milagres, canonização e trasladação de Santa Isabel, sexta Rainha de Portugal* (1680)¹⁷⁷, o qual lhe ordenou a escrita da obra; sendo já monarca, foram-lhe dedicadas:

- a *Vida, virtudes e morte do veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas, franciscano* (1687)¹⁷⁸, pelo P. Manuel Godinho (S.J.), e a *Historia da vida do veneravel Irmão Pedro de Basto coadjutor temporal da Companhia de Jesus e da variedade de sucessos que Deos lhe manifestou* (1689)¹⁷⁹, pelo P. Fernando de Queirós (S.J.).

- A Manuel Teles da Silva, II conde de Vilar Maior e I marquês de Alegrete¹⁸⁰,

¹⁷³ Lisboa: por Pedro Vancibecerspel. A Manuel Pimentel de Sousa foi também dedicada a edição de 1672 do *Alivio de Tristes, & Consolaçam de Queixosos* (Lisboa: na Officina de Joam da Costa), de Mateus Ribeiro.

¹⁷⁴ D. Catarina Luísa de Meneses, ou de Noronha, (2.8.1657-21.10.1682) era filha de D. António de Noronha, I conde de Vila Verde (filho este de D. Pedro de Noronha e Sousa, IX senhor de Vila Verde, e de D. Juliana de Noronha) e de D. Maria de Meneses (filha esta de D. Duarte Luis de Meneses, II conde de Tarouca, e de D. Luísa de Castro (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo X, p. 382-383).

¹⁷⁵ Lisboa: por Francisco Villela.

¹⁷⁶ Lisboa: na Officina de Joam da Costa.

¹⁷⁷ Lisboa: por João Galvão.

¹⁷⁸ Lisboa: por Miguel Deslandes.

¹⁷⁹ Lisboa: por Miguel Deslandes.

¹⁸⁰ Manuel Teles da Silva (13-II-1641/12-IX-1709) era filho de Fernão Teles da Silva, I conde de Vilar Maior, e de sua mulher D. Mariana de Mendonça. Fernão Teles da Silva era filho de Luís da Silva, comendador e alcaide-mor de Seia e de Moura, na Ordem de Avis, do Conselho de Estado, vedor da Real Fazenda, e de sua mulher D. Mariana de Lencastre. Antes da Restauração serviu na Flandres e no Brasil. Em 1640 foi um dos conjurados aclamadores de D. João IV e um dos que prenderam a Duquesa de Mântua, vindo a distinguir-se na guerra da Restauração, em que tomou aos espanhóis Valverde e o castelo de Elges, atacou a Vila de São Martinho e a Aldeia do Bispo. Em Vale de la Mula derrotou-os e bateu-os de novo junto à Nave do Sabugal (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 529). Manuel Teles da Silva foi coronel, comandante de um terço de ordenanças, tomou parte com valentia na tomada de Évora, depois da batalha do Ameixial. Nos dramáticos conflitos palacianos no tempo de D. Afonso VI, tomou partido pelo Infante D. Pedro, que depois o distinguiu com muitas honrarias. Foi regedor da Casa da Suplicação (1669), conselheiro de Estado e vedor da Fazenda (1672). Em 1686, foi encarregado de ir a Heidelberg buscar a princesa D. Maria Sofia de Neuburg, filha do Eleitor Palatino, que vinha casar com D. Pedro II. Por este motivo, foi distinguido com o título de marquês de Alegrete em 19-VIII-1687. Era notável latinista e em latim escreveu

foram dedicadas as seguintes obras:

– a *Virtuosa vida e santa morte da Princesa D. Joanna, reflexoens moraes e politicas sobre sua vida e morte* (1674)¹⁸¹ e a *Historia da vida do Bemaventurado Padre S. João da Cruz primeiro carmelita descalço: reflexões sobre algumas acções da sua vida a Historia da vida do Bemaventurado Padre S. João da Cruz primeiro carmelita descalço: reflexões sobre algumas acções da sua vida* (1680)¹⁸², ambas por D. Fernando Correia de Lacerda;

– Ao P^c. Fr. Francisco de San Antonio, Geral da Ordem da Hospitalidade, dedicaram os religiosos da mesma Ordem a *Vida del Santissimo Patriarcha S. Juan de Dios compuesta por Fr. Antonio de Gouvea Obispo de Cynera* (1674)¹⁸³, de Fr. António de Moura.

• A Santo Inácio de Loyola dedicou o impressor Domingos Carneiro *El peregrino Atlante S. Francisco Xavier, Apostol del Oriente. Epitome historico, y panegirico de su vida, y prodigios* (1674)¹⁸⁴, de Francisco de la Torre.

• A D. Juan José de Áustria¹⁸⁵ dedicaram os religiosos do convento de San Agustin de Saragoça a edição de 1674 de *El fenis de Africa. Vida de nuestro P. San Agustin* (1^a e 2^a partes)¹⁸⁶, de D. Francisco Manuel de Melo, manifestando a sua gratidão pelas muitas mercês que aquele senhor havia feito a esta casa religiosa e relembrando a sua piedosa devoção áquele santo fundador.

• A D. André Furtado de Mendonça, bispo de Miranda¹⁸⁷, dedicou Vitoriano Costa *El mayor entre los grandes: vida, muerte y milagros de S. Victorian* (1675)¹⁸⁸.

• A D. Luís de Meneses, III conde de Ericeira¹⁸⁹, dedicou Pedro Lobo

De Rebus Gestis Joannis II (Lisboa, 1689; Haia, 1712). Deixou manuscrito o principio de uma história, em latim, de D. João I, epístolas, epigramas, etc. Foi impressa uma carta sua em louvor da *Vida de Santa Isabel*, de Fernando Correia de Lacerda. Casou com D. Luisa Coutinho, filha de D. Brites de Meneses, III condessa de Sabugal, e de seu primeiro marido, D. Nuno Mascarenhas Costa, senhor de Palma (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 222).

¹⁸¹ Lisboa: por Antonio Crasbeeck de Mello.

¹⁸² Lisboa: por Miguel Manescal.

¹⁸³ Madrid: por Roque Rico de Miranda.

¹⁸⁴ Lisboa: Domingos Carneiro.

¹⁸⁵ D. Juan José de Áustria (1629-1679) era filho natural de Filipe IV de Espanha e de Maria Inês Calderón y Velasco, acriz conhecida como *Calderona* (cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — *Ob. cit.*, vol. XIV, p. 278).

¹⁸⁶ Zaragoza: por A. Verges.

¹⁸⁷ D. André Furtado de Mendonça (†21-07-1676), bispo de Miranda, era filho de João Furtado de Mendonça e de sua mulher, D. Madalena de Távora (filha esta de Álvaro de Sousa, senhor do morgado de Alcube, e de sua mulher, D. Francisca de Távora. Cf. SOUSA, D. António Caetano de (1954) — *Ob. cit.*, tomo XII, parte II, p. 18).

¹⁸⁸ Coimbra: na Oficina de la viuda de Manuel de Carvalho.

¹⁸⁹ D. Luís de Meneses (1632-1690) era filho de D. Henrique de Meneses, V senhor de Louriçal, e de D. Margarida de Lima (filha esta de D. João Gonçalves de Ataíde, IV conde de Atougúia, e de D. Mariana de Castro). Casou com D. Joana Josefa de Meneses, única filha de seu irmão, D. Fernando de Meneses, II conde Ericeira, e de D. Leonor Filipa de Noronha. Foi comendador de S. Martinho de Frazão, São Cipriano de Angueira e São Bartolomeu da Covilhã, na Ordem de Cristo. Aos oito anos de idade, entrou para o serviço do príncipe D.

Correia a tradução da *Nascimento, vida e morte admiráveis do grande servo de Deus Gregorio Lopes Portuguez, natural da antiga villa de Linhares* (1675)¹⁹⁰.

• À princesa D. Isabel Luísa Josefa de Bragança¹⁹¹ foram dedicadas as seguintes obras:

– a *Vida de la serenissima infanta D. Maria, hija delrey D. Manuel, fundadora de la insigne capilla de Nuestra Señora de la Luz* (1675)¹⁹², de Fr. Miguel Pacheco (O. Cristo), baseado no facto de ser esta princesa «preciosa perola da nossa Coroa» e «por nascimento e por educação christianissima, da qual confiadamente esperamos que, com lição e exemplo desta vida, será gloriosa imitadora das mesmas virtudes»;

– a *Vida da emperatriz Theodora* (1677)¹⁹³, de Duarte Ribeiro de Macedo;

– *A Fenix de Portugal, a flor transformada em Estrella, a estrella transferida a Sol: a idea moral, politica, historica de tres estados discursada a vida da Raynha Santa Izabel Infanta de Aragoão* (1680)¹⁹⁴, por Fr. António de Escobar (O.C.).

• Ao P.^o Mestre José dos Anjos, «religioso da Congregação de S. João Evangelista, Mestre jubilado em a Sagrada Theologia, Qualificador do Santo Officio, Reytor que foi do Convento de S. João de Evora, Diffinidor da mesma Congregação, Procurador Gèral della na Curia Romana, e ultimamente Reitor do Mosteiro de São Salvador de Villar de Frades», dedicou o Pe. Francisco de

Teodósio, filho de D. João IV. Em 1650, estando para partir para a Índia o vice-rei conde de Aveiras, planeou D. Luís de Meneses acompanhá-lo, mas como a guerra da Restauração era, por essa altura, também honrosa e útil ocupação para fidalgos, convenceu-o o conde de Soure, governador das Armas do Alentejo, a militar naquela província contra os espanhóis. Em todas as importantes batalhas daquela campanha se achou D. Luís de Meneses, havendo-se sempre com a distinção e valentia que o seu nome ilustre e a tradição de sua Casa faziam esperar. Nas batalhas de São Miguel, Linhas de Elvas, Ameixial e Montes Claros e nas tomadas de Évora e de Valência de Alcântara «ajudou valerosamente a fazer as páginas da História de que mais tarde seria o brilhante cronista. Foi especialmente assinalada a sua intervenção, como comandante da artilharia, nas batalhas do Ameixial e de Montes Claros». Depois de concluída a paz com Espanha, foi nomeado, em 1673, governador das Armas de Trás-os-Montes, mais tarde deputado da Junta dos Três Estados e, em 1675, vedor da Fazenda; enquanto ocupou este cargo, promoveu medidas de fomento da indústria, do comércio e da navegação para a Índia. Foi um dos homens mais cultos do seu tempo, tendo um conhecimento bastante aprofundado das línguas francesa, espanhola e italiana (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1948) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo V, p. 213).

¹⁹⁰ Lisboa: por Domingos Carneiro.

¹⁹¹ D. Isabel Luísa Josefa (1669-1690) era a única filha de D. Pedro II e de sua primeira mulher, D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo VII, p. 415; tomo VIII, p. 223). A princesa D. Isabel Luísa Josefa «distinguiu-se pela sua cultura, em que avultavam os conhecimentos da História e das línguas cultas» (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 562).

¹⁹² Lisboa: por João da Costa.

¹⁹³ Lisboa: na Officina de Joam da Costa.

¹⁹⁴ Coimbra: por Manoel Dias. A D. Isabel Luísa Josefa dedicou o P.^o Francisco de SANTA MARIA (C.S.J.E.) a *Agua do Empyrio, excellencias do discipulo amado, reducidas a compendio panegyrico*, Lisboa: na Officina de Miguel Manescal, 1687, e o P.^o Manuel FERNANDES (S.J.) os três tomos da *Alma instruída na doutrina, e vida christã*, Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, 1688-1699 (cujos belíssimos frontispícios apresentam a princesa rodeada por figuras alegóricas).

Santa Maria (C.S.J.E.) a *Saphira veneziana* e *Jacinto portuguez*. *Vida, morte, heroycas virtudes, & maravilhas raras do gloriosíssimo Protopatriarcha S. Lourenço Justiniano e do veneravel Padre Antonio da Côceição* (1677)¹⁹⁵.

• A D. María de Guadalupe de Lencastre Cardenas y Manrique, VI duquesa de Aveiro¹⁹⁶, dedicou Fr. Pedro de Jesus a edição de 1681¹⁹⁷ de *El mayor pequeño. Vida y muerte del serafin humano Francisco de Assis*, de D. Francisco Manuel de Melo.

• Ao Padre Fr. João Osório, geral da Congregação de S. Bento, dedicou Fr. João dos Prazeres (O.S.B.) a primeira parte de *O Principe dos Patriarchas S. Bento* (1683)¹⁹⁸.

• A D. Juan Fernando de Frias y Toledo, chantre «en la Iglesia Magistral de San Justo y Pastor de Alcalá, del Consejo de Su Eminencia, Vicario General en la Corte Arçobispal de la Ciudad de Alcalá, y en todo el Arçobispado de Toledo, y Visitador de Madrid» dedicou o impressor Francisco Garcia Fernandez a edição de 1688 de *El fenis de Africa. Vida de S. Agustin, nuestro padre* (1ª e 2ª partes)¹⁹⁹, de D. Francisco Manuel de Melo, acentuando, sobretudo, a erudição deste eclesiástico, mecenas e patrono da obra.

• Ao P. Fr. Vicente dos Santos, Dom abade geral da congregação de São Bento em Portugal, ofereceu e ao cardeal D. José de Aguirre dedicou Fr. João dos Prazeres (O.S.B.) o segundo tomo de *O Principe dos Patriarchas S. Bento* (1690)²⁰⁰.

• A D. Pedro Luís de Meneses, II marquês de Marialva e IV conde de Cantanhede²⁰¹, dedicou Fr. Gabriel da Purificação (O.S.H.) o *Espelho diafano e*

¹⁹⁵ Lisboa: Francisco Vilela.

¹⁹⁶ D. María de Guadalupe de Lencastre Cardenas y Manrique (1630-7/2/1715), VI duquesa de Aveiro, era filha de D. Jorge de Lencastre, I duque de Torres Novas, e de D. Ana Maria de Cardenas y Manrique de Lara (filha esta de D. Bernardino de Cardenas y Portugal, III duque de Maqueda, e de D. Luísa Manrique de Lara, V duquesa de Najéra), e irmã do IV e do V duques de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre e D. Pedro de Lencastre. Casou com D. Manuel Ponce de León (1633-1693), VI duque de Arcos, conde de Baylen e de Casares, marquês de Zara e de Elche, alcaide-mor de Sevilha, senhor de Marchena, Rota, Chipiona, Mayrena, Ilha de Leão, Palacios, Ubrique, de la Serrania, de Villa Longa, comendador-mor de Castela e comendador de Carrião e Calatrava-a-Velha na Ordem de Calatrava, filho de D. Rodrigo Ponce de León, IV duque de Arcos, marquês de Zara, conde de Baylen e de Casares, do Conselho de Estado do rei Filipe IV, vice-rei de Valença e Nápoles, cavaleiro do Tosão, e de D. Ana Francisca Folch de Cardona Fernandez de Cordoba-Aragon y Fernandez de Cordoba-Figueroa, filha esta dos IV duques de Segorbe (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 98-103).

¹⁹⁷ Zaragoza: por los Herederos de Diego Dormer.

¹⁹⁸ Lisboa: por João Galvão.

¹⁹⁹ Alcalá de Henares: en la Imprenta de Francisco Garcia Fernandez.

²⁰⁰ Lisboa: por João Galvão.

²⁰¹ D. Pedro António de Meneses (31-III-1658/19-I-1711) era filho de D. António Luis de Meneses, I marquês de Marialva e III conde de Cantanhede, e de sua mulher D. Catarina Coutinho, filha herdeira de D. Manuel Coutinho, senhor de Torre do Bispo e do morgado de Medelo, e de sua mulher, D. Guiomar da Silva, filha dos primeiros condes de Sabugal. Foi senhor das vilas de Cantanhede, Marialva, Melres e dos morgados de Medelo e S. Silvestre, comendador de S. Bartolomeu de Santarém, Santa Maria de Almonda (em Azinhaga), S.

crystalino, em que se retratão as vidas dos dous mais austeros penitentes, S. Jeronymo, habitador dos asperos desertos da Syria, & S. Bruno, morador nos desabridos montes da Cartuxa (1690)²⁰².

• À rainha D. Maria Sofia de Neuburg²⁰³ dedicaram os religiosos jesuítas da Província de Portugal a tradução do P. Francisco Matos da *Vida do serenissimo Principe Eleitor D. Felipe Wilhelmo, Conde Palatino do Rheno, Archithesoureiro do Imperio Romano, Duque de Baviera, de Julia, de Clivia, & dos Montes: Conde de Veldencia, de Spanhemio, de Marquia, de Ravenspurgo, & de Mersia: senhor de Ravenstein, &c.* (1692)²⁰⁴, pai da dedicatária, da autoria do P. Johann Bodler (S.J.).

• A D. Veríssimo de Lencastre, «Cardeal da Santa Igreja Romana, Inquisidor geral destes Reynos, do Concelho de Estado do Serenissimo Rey Dom Pedro», dedicou o P. Manuel Coimbra a tradução do *Epitome historial da vida, virtudes, & portentos do invicto, & glorioso Padre S. Joam Capistrano [...] colhido dos Annaes da Ordem, & outros graves autores* (1692)²⁰⁵.

• A D. Fr. Luís da Silva, Arcebispo de Évora²⁰⁶, dedicou Fr. António de

Salvador de Sanguinhedo (no arcebispado de Braga), S. Miguel de Ribadio, todas na Ordem de Cristo, e das de Santa Maria de Serpa, na Ordem de Avis; padroeiro de numerosas igrejas. Foi gentil-homem da Câmara de D. Pedro II (a quem serviu também como estribeiro-mor e monteiro-mor) e de D. João V e presidiu à Junta do Comércio (1692). Como militar, foi mestre-de-campo do Terço de Cascais e tomou parte nas campanhas da Beira de 1704, durante a Guerra da Sucessão de Espanha. Ascendeu depois a marechal do Reino. Nomeado membro do Conselho de Estado (1704), foi, seguidamente, ministro assistente ao despacho de D. João V (1706). Casou, em 1676, com D. Catarina Coutinho (1652-1722), sua sobrinha e prima coirmã, filha de D. Rodrigo de Meneses (irmão do I marquês), gentil-homem da Câmara e estribeiro-mor do Príncipe-Regente D. Pedro, presidente do Desembargo do Paço, regedor da Casa da Suplicação, etc., e de sua mulher e sobrinha, D. Guiomar de Meneses (irmã do II marquês); c. g. (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 722-723).

²⁰² Lisboa: por Manoel Lopes Ferreira.

²⁰³ D. Maria Sofia de Neuburg (1666-1699) era filha de Filipe Guilherme de Neuburgo, eleitor palatino do Reno, e de sua mulher, Isabel Amália, filha de Jorge II, landgrave de Hesse-Darmstadt. Casou com D. Pedro II de Portugal (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 561).

²⁰⁴ Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes.

²⁰⁵ Lisboa: por João Galrão.

²⁰⁶ D. Fr. Luís da Silva era filho de Francisco da Silva, clérigo e deputado da Inquisição de Lisboa, onde morreu moço no ano de 1629, filho este de Luís da Silva, alcaide-mor e comendador de Seia, e de sua mulher D. Mariana de Lencastre, única filha de D. Francisco de Faro, IV senhor de Vimieiro, e de sua segunda mulher, D. Guiomar de Castro. Nasceu a 27 de Outubro de 1626; foi frade da Ordem da Santíssima Trindade; e tendo sido mestre em Teologia na sua Religião e reitor do colégio de Coimbra, foi nomeado bispo de Titiopoli, para fazer os pontificais na capela real no ano de 1670, e sagrado a 30 de Agosto do ano seguinte. D. Pedro, sendo Príncipe-Regente, fê-lo deputado da Junta dos Três Estados, e deão da capela real, e depois bispo de Lamego: nesta cidade entrou a 22 de Junho de 1677, sendo depois transferido para o da Guarda, onde entrou a 6 de Junho de 1684 e fez imprimir as suas Constituições. A 6 de Janeiro de 1691, D. Pedro II promoveu-o à Igreja Metropolitana de Évora e tomando posse dela pelo seu coadjutor, o bispo de Targa, D. Fr. Bernardino de Santo António, entrou neste arcebispado a 23 de Janeiro do ano seguinte e foi um dos exemplares arcebispos e esmoleres que teve esta diocese: nela fundou e dotou em Estremoz a Casa dos Padres do Oratório de São Filipe Neri; fez grandes esmolos nesta e nas prelazias que ocupara e obras dignas de um bom Pastor; foi douto não só na sua profissão, mas também no Direito Canónico; pregava excelentemente, e fê-lo nas suas igrejas e em muitas de Évora. Morreu com grande sentimento de suas ovelhas, que com públicas preces e procições

Almada (O.E.S.A.), *Despozorios do Espirito celebrados entre o Divino Amante, e sua Amada Esposa a Ven. Madre Soror Mariana do Rozario Religiosa de veo branco no Convento do Salvador da Cidade de Evora* (1694)²⁰⁷.

- Ao «Lado sacramental de Jesu Christo» dedicou Fr. João dos Prazeres (O.S.B.) o *Epitome da admiravel vida de S. Gertrudes a Magna, virgem e abadessa da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento* (1696)²⁰⁸.

- A Nossa Senhora da Conceição dedicou e a Lourenço Pires Carvalho²⁰⁹ ofereceu Soror Maria Francisca Isabel (O.S.C.) a tradução da *Vida da venerável Madre Maria Amada de Blonay, religiosa da Visitação de S. Maria, terceira superiora do primeiro mosteiro da mesma ordem* (1698)²¹⁰, de Charles Auguste de Sales, lembrando, sobretudo, a obrigação e gratidão não só da comunidade seráfica, à qual pertencia a tradutora, mas também da corte, a este senhor.

- A D. Juliana Maria de Santo António²¹¹ dedicou Fr. Agostinho de Santa Maria (O.S.A.) a *Historia da vida admiravel, e açcoens prodigiosas da veneravel Madre Sor Brizida de Santo Antonio* (1701)²¹².

- A D. Luísa Maria de Mendonça e Eça, marquesa de Monteabelo²¹³, dedicou

pediam a Deus lhe aumentasse a vida que lhe faltou, deixando evidentes sinais da sua predestinação a 13 de Janeiro de 1703; jaz na Sé de Évora. Cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo IX, p. 335-336.

²⁰⁷ Lisboa: por Manoel Lopes Ferreira.

²⁰⁸ Lisboa: por Miguel Deslandes. A edição de 1728 (Lisboa: na Officina da Musica) apresenta a mesma dedicatória.

²⁰⁹ Lourenço Pires Carvalho era filho de Lourenço Pires Carvalho, alcaide-mor dos Paços e Casas Reais, e de sua mulher, D. Madalena de Vilhena, filha esta de Henrique de Sousa, I conde de Miranda, e de D. Mécia de Vilhena. Foi porcionista do Colégio Real de Coimbra, onde entrou em Outubro de 1657, Doutor em Cânones, chantre da Sé do Porto, desembargador dos Agravos e juiz da Coroa no Porto, desembargador dos Agravos em Lisboa, arcediogo de Santarém, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, deputado da Junta dos Três Estados, sumilher da cortina de D. Pedro II e comissário geral da Bula da Cruzada, de que tomou posse a 27 de Novembro de 1694 (Cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 554-555).

²¹⁰ Lisboa: por Miguel Manescal.

²¹¹ D. Juliana Maria era filha de Diogo Lopes Torres e de D. Isabel Henriques, filha esta de Diogo Rodrigues Lisboa e de D. Branca Torres. D. Isabel Henriques reedificou o convento de Marvila (de religiosas brigittinas), no qual se recolheu, juntamente com sua filha, a 25 de Março de 1681. De acordo com Fr. Cláudio da Conceição (O.F.M.), D. Isabel «deu logo duas alampadas de prata, hum Pallio rico com varas do mesmo metal, seis castiças para o Altar-Mór, a cruz para as procissões, outra para o Santo-Lenho, hum cofre para o Santissimo, Custodia, côroas para as imagens, e diademas para os Santos, e outras cousas mais de grande valor. Instituiu neste Convento quatro Capellas, com rendas suficientes, e a dois destes Capellães avantajou a esmola para serem confesores da Comunidade». Faleceu a 16 de Julho de 1691, após dez anos de clausura, e foi sepultada no coro de baixo. A sua filha D. Juliana Maria continuou a viver no mesmo convento, fazendo-lhe muitas obras e esmolas; por sua morte, deixou «hum legado de cem mil reis annuaes para a Comunidade, e cincoenta para varias festas particulares do Convento, augmentou a cõngua aos dois Padres Confesores, e aos dois Capellães». Faleceu a 3 de Agosto de 1714, aos setenta e quatro anos, e foi sepultada no coro de baixo (cf. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, O.F.M. (1819) — *Gabinete Historico, que a Sua Magestade Fidelissima, o Senhor Rei D. João VI em o dia de seus annos, 13 de Maio de 1818, oferece Fr. Claudio da Conceição. Tomo IV. Desde 1640 até 1668*. Lisboa: na Impressão Regia, p. 275-276).

²¹² Lisboa: por Antonio Pedrozo Galrão.

²¹³ D. Luísa Maria de Mendonça e Eça era filha de Manuel de Sousa da Silva, comendador do Casal, na Ordem

o P^o. António Maria Bonuci (S.J.) a *Vida de S. Rosalia, virgem Palermitana, advogada contra a peste. Recopilada de varios, e variados Authores* (1701)²¹⁴, esperançado não só de que esta senhora admita «aos sagrados retiros do seu domestico Oratorio» aquela santa, como também de que procure «promover em todas as senhoras de sua qualidade, & particularmente no animo de seus queridos filhos, hũa perfeyta imitação dos esplendidos exemplos de santidade»; o biógrafo não se esquece de louvar o quanto D. Luísa Maria «se esmera nos actos de piedade, & religião, sem fazer caso das mais prendas de sangue, & de fortuna».

- A João Andrade Rego e Vasconcelos dedicou Fr. Agostinho de Santa Maria (O.S.A.) a tradução do *Exemplo raríssimo da paciência, e vida prodigiosa, e singular da Santa, e admiravel Virgem Santa Maria Liduvina escrita em latim por Fr. João Brugmano da Ordem dos Menores de Flandes seu Confessor, recopilada por Fr. Lourenço Súrrio Cartuxo* (1703)²¹⁵, lembrando, em primeiro lugar, como «os livros espirituais, & que tratão de virtudes singulares» tinham vindo a merecer áquele senhor «tantos agradós» e, em segundo lugar, a «sua religiosa piedade, & suas grandes virtudes».

- A Josefa e Caetana Cardim, religiosas no mosteiro de Odivelas, dedicou Pascoal Ribeiro Coutinho *A nova fenix mais que entre incendios renacida, em pegos perpetuada. S. Iria, sua vida, martyrio, sua morte e sepultura* (1704)²¹⁶, baseado no facto de ter sido Santa Iria «hũa perfeita Religiosa», cujo exemplo poderia servir para que aquelas suas duas sobrinhas também o fossem.

- A Santa Gertrudes foi dedicada, por um devoto, a tradução da *Vida da gloriosa virgem Sancta Gertrudes a Magna* (1708)²¹⁷, do P^o. Alonso de Andrade (S.J.).

- A D. Margarida de Vilhena²¹⁸, condessa de Atouguia, «comendadora das comendas de Nossa Senhora da Graça, de Castelo Novo e Alpedrinha, senhora

de Avis, e de São Martinho do Bispo, na Ordem de Cristo, vedor da Casa da rainha D. Maria Francisca de Sabóia, e de sua segunda mulher, D. Joana de Mendonça, filha herdeira de Diogo de Mendonça, comendador do Casal na Ordem de Avis, governador e capitão general do estado de Brasil, e de sua segunda mulher, D. Maria da Cunha. Casou com António Félix Machado, II marquês de Montebelo, senhor de Entre Homem e Cávado, comendador de São João de Coucieiro, na Ordem de Cristo, governador de Pernambuco e alcaide-mor de Mourão (Cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo X, 1953, p. 354-355).

²¹⁴ Lisboa: na Officina de Manoel Lopes Ferreyra.

²¹⁵ Lisboa: por Antonio Pedrozo Galrão.

²¹⁶ Lisboa: por António Pedrozo Galrão.

²¹⁷ Lisboa: na Offic. de Antonio Pedrozo Galrão.

²¹⁸ D. Margarida de Vilhena (c. 1650-1725) era filha de D. João de Mascarenhas e de D. Beatriz de Meneses, III condessa do Sabugal. Casou, em primeiras núpcias, com Diogo Lopes de Sousa, IV conde de Miranda, e, em segundas núpcias, com D. Luís Peregrino de Ataíde, VIII conde de Atouguia (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XII, parte I, p. 331, e tomo IX, p. 257; ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 336).

da alcaidaria-mor da mesma vila e da comenda de Santa Cristina de Afife», dedicou Fr. Francisco de Ara Coeli a *Norma viva de religiosas. Tratado historico e panegyrico em que se descreve a vida e açcoens da serva de Deos Leocadia da Conceição, religiosa no recolecto Mosteiro da Madre de Deos de Móchique* (1708)²¹⁹, em primeiro lugar, em sinal de gratidão pelas mercês que vtinha recebido da dedicatária, e, em segundo lugar, pelo facto de esta imitar as virtudes de madre Leocádia da Conceição, fabricando, assim, «hum luminoso espelho, a que pôde bem comporse esta Corte».

• A D. João V foram dedicadas as seguintes obras:

– o primeiro tomo da *Estrella Dominica novamente descuberta no Ceo da Igreja. Historia panegyrica ornada com todo o genero de erudição divina e humana* (1709)²²⁰, por Fr. Lucas de Santa Catarina (O.P.);

– a *Vida e milagres de São Caetano Thiene, fundador dos Clerigos Regulares* (1722)²²¹, por D. Jerónimo Contador de Argote, nela lembrando o seu zelo em tudo o que dizia respeito ao culto divino e a sua devoção particular ao biografado;

– a *Historia do nascimento, vida e martyrio do veneravel P. João de Brito da Comanhia de Jesus Martyr da Asia e Protomartyr da Missão de Madure* (1722)²²², de Fernando Pereira de Brito, por D. Fernando de la Cueva e Mendoza;

– a *Vida de D. Nuno Alvares Pereira, segundo Condestável de Portugal (...)* *Progenitor da Casa Real, pela Serenissima de Bragança, em Portugal, ascendente das de Castella, França, Austria, Saboya, e os mais dos Monarcas, Soberanos, Principes, Potentados, Senhores, e ilustres familias da Europa* (1723)²²³, por Fr. Domingos Teixeira (O.E.S.A.);

– a *Historia tripartita compreendida em tres tratados. No primeiro se descrevem as Vidas, e os gloriosos triumphos dos Sanctos Martyres Verissimo, Maxima, & Julia, suas Irmãas, Padroeyros de Lisboa, & do Real Mosteyro de Santos. No segundo se dà noticia da vinda, & Prêgação do Apostolo Santiago ás Hespanhas, & do principio, & origem da sua esclarecida Ordem, & de seus notabilíssimos Mestres Portuguezes. No terceyro se descrevem os princípios do Real Convento de Santos, & a noticia de suas Illustres Comendadeyras, desde o anno de 1212 até os nossos tempos* (1724)²²⁴, de Fr. Agostinho de Santa Maria (O.S.A.), em primeiro lugar, por ser este monarca o grande mestre da Ordem de Santiago e, em segundo lugar, pela sua grande devoção aos santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia;

²¹⁹ Lisboa: por Miguel Manescal.

²²⁰ Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes.

²²¹ Lisboa: por Paschoal da Sylva.

²²² Coimbra: no Real Collegio das Artes.

²²³ Lisboa: na Officina da Musica.

²²⁴ Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Pedrozo Galram.

– a tradução da *Historia da vida, acções heroicas e virtudes insignes do glorioso S. Fernando, rey de Castella e Leão, espelho de principes perfeitos, meretissimo filho da veneravel Ordem Terceira do seráfico Padre S. Francisco* (1728)²²⁵, de D. Afonso Nunes de Castro, por José Pereira Baião, impressionado não tanto com a «propensão» que o monarca tinha para com as artes e as ciências, mas, sobretudo, com o grande número de escritores e a «notavel multidão de Livros, que todos os dias sahem à luz sobre assumptos vários»;

– o *Epitome da vida, e prodígios de Santa Rita de Cassia, viúva, & religiosa da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, aclamada pela devoção dos Povos Advogada dos Impossiveis* (1728)²²⁶, de Fr. Manuel de Figueiredo (O.E.S.A.), baseado na sua devoção a esta santa, a quem vinha «erigindo, e adornando Altares, e repetindo esmolos para se lhe adiantarem os cultos»;

– o *Compendio da vida do glorioso pontifice S. Pio V, illustrado com reflexões moraes, politicas e predicáveis* (1728)²²⁷, de D. Sebastião de Sampaio (C.R.S.A.);

– a tradução de D. José Barbosa da *Vida de S. Vicente de Paulo, fundador e primeiro superior geral da Congregação da Missão* (1738)²²⁸, por Fr. João do Santíssimo Sacramento (O.S.A.);

– a *Relazione della vita e martyrio del venerabile Padre Ignatio de Azevedo ucciso degli heretici com altri trenta nove de la Compagnia de Giusu, cavata de processi autentici formati per la loro canonizzazione* (1743)²²⁹, do P. António Cabral (S.J.).

• A D. Francisca de Meneses, condessa de Vimioso²³⁰, dedicou Fr. Agostinho de Santa Maria (O.S.A.) as *Rosas do Japam, cândidas açucenas, e ramalhete de fragrantes, & peregrinas flores, colhidas no Jardim da Igreja do Japão, sem que os espinhos da infidelidade, & idolatria as pudessem murchar, em as vidas das muyto*

²²⁵ Lisboa: na Oficina de Pedro Ferreira.

²²⁶ Lisboa Occidental: na Oficina de Joseph Antonio da Sylva.

²²⁷ Roma: por João Zempel e João de Meil.

²²⁸ Lisboa: por José António da Silva.

²²⁹ Roma: Antonio Rossi.

²³⁰ D. Francisca Rosa de Meneses era filha de Manuel Teles da Silva, I marquês de Alegrete, II conde de Vilar Maior, dedicatário da *Virtuosa vida e santa morte da Princeza D. Joanna, reflexoens moraes e politicas sobre sua vida e morte* (1674) e da *Historia da vida do Bemaventurado Padre S. João da Cruz primeiro carmelita descalço: reflexões sobre algumas acções da sua vida* a *Historia da vida do Bemaventurado Padre S. João da Cruz primeiro carmelita descalço: reflexões sobre algumas acções da sua vida* (1680), ambas por *Historia da vida do Bemaventurado Padre S. João da Cruz primeiro carmelita descalço: reflexões sobre algumas acções da sua vida* a *Historia da vida do Bemaventurado Padre S. João da Cruz primeiro carmelita descalço: reflexões sobre algumas acções da sua vida* (1680), ambas por D. Fernando Correia de Lacerda, e de sua mulher D. Luísa Coutinho. Casou, a 24 de Setembro de 1699, com D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, II marquês de Valença e VII ou VIII conde de Vimioso, filho de D. Miguel de Portugal, VI ou VII conde de Vimioso, e de sua mulher Antónia de Bulhões. A Providência ornou D. Francisca de «esclarecidas virtudes, brilhando a prudencia, e gravidade em animo pio, e devoto, com applicação aos livros, e talento admirável» (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo X, p. 464).

Illustres Senhoras, D. Julia Nayto, D. Luzia da Cruz, ou Caraviaxi, & D. Thecla Inácia, ou Muni, & de suas companheiras, congregadas em o santo recolhimento da Imperial Cidade de Macao, corte dos Imperadores do Japam, aonde forão prezas, & padecerão pela Fê muytos tormentos em odio della; & donde forão lançadas, & desterradas para a cidade de Manila em Filippinas (1709)²³¹, em primeiro lugar, porque «se desvela» aquela senhora «na liçam dos livros santos» e, em segundo lugar, para que, como «benigna mãy», o leia aos de sua família, para que «tambem se aproveitem da doutrina deles» e «procurem imitar a sua santidade, & sigam seus santos exemplos».

• A João de Sá Pereira²³² dedicou o impressor José Antunes da Silva a tradução de Pedro Lobo Correia da *Vida de nosso pay Adam. Traduzida em portuguez (...) com um tratado para os mareantes e outras orações contra as tempestades*, de Francisco Loredano (1709)²³³.

• A D. José de Meneses, I conde de Viana²³⁴, dedicou Fr. António de São Caetano (C.R.S.A.) o *Breve compendio da vida, e Martyrio dos cinco gloriosos Martyres de Marrocos da Sagrada Religião de S. Francisco com hum modo de orar no triduo da sua Festa, que se celebra no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a 14 de Janeiro* (1711)²³⁵.

• A D. Álvaro de Abranches, bispo de Leiria, «do Conselho de Sua Magestade, Regedor da Casa da Supplicação», dedicou Domingos Lopes Coelho a sua tradução do castelhano da *História da prodigiosa vida do apóstolo S. Vicente Ferrer* (1713)²³⁶, de Fr. Francisco Gavaldá e Fr. André Ferrer Valdecebro.

• À própria Santa Catarina de Alexandria dedicou Soror Maria do Céu (sob o pseudónimo de Marina Clemência) *A Fénix aparecida na vida, morte, sepultura e milagres da gloriosa Santa Catarina, rainha de Alexandria* (1715)²³⁷.

• A soror Teresa Maria de Jesus, religiosa no convento de Nossa Senhora

²³¹ Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galram.

²³² João de Sá Pereira, comendador da redizima de Setúbal, era filho de Manuel de Sá Pereira e de Luísa de Melo. Casou com Joana de Sá, filha de Heitor de Sá e de Luísa de Eça (cf. FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa (1989) — *Ob. cit.*, vol. IX, p. 326).

²³³ Coimbra: na Officina de Jozeph Antunes da Sylva.

²³⁴ D. José de Meneses, I conde de Viana, era filho de D. Rodrigo de Meneses (filho este de D. Pedro de Meneses, II conde de Cantanhede, e de D. Constança de Gusmão) e de D. Guiomar de Meneses (filha esta de D. António Luís de Meneses, I marquês de Marialva, e de D. Catarina Coutinho), irmã de D. Pedro Luís de Meneses, II marquês de Marialva e IV conde de Cantanhede, a quem dedicou Fr. Gabriel da Purificação (O.S.H.) o *Espelho diáfano e cristalino, em que se retratão as vidas dos dous mais austeros penitentes, S. Jeronymo, habitador dos asperos desertos da Syria, & S. Bruno, morador nos desabridos montes da Cartuxa* (1690). Casou com D. Maria Rosa de Lencastre, filha de D. Luís da Silveira, II conde de Sarzedas, e de Mariana da Silva e Lencastre (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1948) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo V, p. 168).

²³⁵ Coimbra: por Bento Seco Ferreira.

²³⁶ Lisboa: Officina Real Deslandesiana.

²³⁷ Lisboa: na Officina Real Deslandesiana.

da Quietação de Alcântara²³⁸, dedicou Francisco Ferrão de Castelo Branco a sua tradução da *Vida de S. Felix de Cantalicio* (1716)²³⁹ e o impressor Filipe de Sousa Vilela *A Advogada dos impossíveis: a Bemaventurada Rita de Cassia, donzela, cazada, viuva, religiosa e defunta, freira professa no Convento de Santa Maria Magdalena de Cassia da Ordem eremítica de Santo Agostinho* (1726)²⁴⁰, de Fr. Francisco de Brito (O.E.S.A.).

- À própria Santa Ana dedicou António da Silva Pereira a tradução de António de Faria Barreiros da *Vida, Prerogativas, e excellencias da Inclita Matrona a Senhora Santa Ana* (1716)²⁴¹, do P. Fr. Francisco de Lezana (O. Merc.).

- A D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo da Baía, dedicou o Pe. Francisco de Matos (S.J.) a *Vida chronologica de Santo Ignacio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus* (1718)²⁴².

- À madre abadessa e às religiosas do convento de Santa Clara do Desterro, na Baía, dedicou D. Sebastião Monteiro da Vide (S.J.) a *Historia da vida e morte da Madre Soror Victoria da Encarnação, religiosa professa no convento de S. Clara do Desterro, da cidade da Bahia* (1720)²⁴³, baseado no desejo de que este «exemplo domestico de huma irmam, e companheira» incitasse à imitação.

- A D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga, dedicou António de Mariz Faria o *Curioso peregrino na vida, morte, tresladação e milagres de S. João Marcos na augusta cidade de Braga* (1721)²⁴⁴.

- A D. Vitória de Távora, condessa de Unhão²⁴⁵, dedicou D. Francisco Xavier do Rego a *Vida de Santa Victoria, virgem e martyr portugueza, padroeira da cidade de Cordova* (1721)²⁴⁶, realçando que as «gloriosas açcoens, e variedade de sucessos» narrados na obra poderão servir à dedicatária de «agradavel

²³⁸ Soror Teresa Maria de Jesus (que, no século, foi D. Teresa Maria de Melo) era filha ilegítima de D. Nuno Álvares Pereira de Melo, I duque de Cadaval, IV marquês de Ferreira e V conde de Tentúgal, e de Isabel de Araújo. Desde os cinco anos de idade, foi educada no mosteiro de religiosas flamengas de Alcântara, junto a Lisboa, da primeira regra de Santa Clara, onde professou em 1683 (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo X, p. 201).

²³⁹ Lisboa: por Miguel Manescal.

²⁴⁰ Lisboa: por Filipe de Souza Villela.

²⁴¹ Lisboa: por Bernardo da Costa de Carvalho.

²⁴² Lisboa: por Paschoal da Sylva.

²⁴³ Roma: por João Domingos Chracas.

²⁴⁴ Lisboa: por Antonio Pedroso Galrão.

²⁴⁵ D. Vitória de Távora era filha de Miguel Carlos de Távora (filho este de D. António Luís de Távora, II conde de São João da Pesqueira, e de D. Arcângela Maria de Portugal) e de sua mulher, D. Maria Caetana da Cunha, II condessa de São Vicente (filha esta de João Nunes da Cunha, dedicatário da *El fenis de Africa, Agustino Aurelio, obispo hiponense hallado entre las inmortales cenizas de su memoria* (1648), de D. Francisco Manuel de Melo, e de sua mulher, D. Isabel de Bourbon). Casou com D. Rodrigo Xavier Teles de Meneses Castro e Silveira, IV conde de Unhão, filho de D. Fernão Teles de Meneses e Castro, III conde de Unhão, e de sua mulher, D. Maria de Lencastre, I marquesa de Unhão (filha esta de D. Martinho Mascarenhas, IV conde de Santa Cruz, e de D. Juliana de Lencastre); c.g. (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo IX, p. 48).

²⁴⁶ Lisboa: na Officina da Musica.

divertimento em algũa daquelas horas, que à lição dos Livros felizmente se aplica».

• A Fr. José de Santa Maria, «Jubilado na Sagrada Theologia, & digníssimo Dom Abade Geral da Religião de S. Bento neste Reyno de Portugal, e Provincia do Brasil», dedicou Fr. Bento da Ascensão (O.S.B.) a *Vida e Martyrio da insigne Virgem e Martyr prodigiosa Santa Quiteria Serenissima Infanta de Portugal no monte de Pombeiro Interamnense* (1722)²⁴⁷.

• A Inácio de Cabedo e Vasconcelos, inquisidor da Inquisição de Évora, dedicou Fr. Agostinho de Santa Maria (O.S.A.) o *Triumvirato espiritual, e historico nas prodigiosas vidas de 3 insignes varoens, o veneravel Padre Diogo Ortis, o veneravel D. Fr. Agostinho da Corunha Bispo de Popayan, e do veneravel Irmão Bartholameu Lourenço Portuguez da Companhia de Jesus* (1722)²⁴⁸.

• A D. João V e a toda a Família Real dedicou Brás Luís de Abreu o *Sol nacido no Occidente e posto ao nacer do Sol. S. Antonio Portuguez: epitome historico e panygyrico da sua admiravel vida e prodigiosas açoens* (1725)²⁴⁹.

• A D. José I foram dedicadas as seguintes obras:

– *O servo prudente constituído sobre a familia de seu Senhor. Vida e morte de S. Jozè Esposo da sempre Virgem Maria e Pay putativo de Christo com reflexoens Moraes de varia doutrina* (1726)²⁵⁰, de Fernando de Abreu e Faria, pelo impressor Miguel Rodrigues;

– o primeiro tomo da *Vida de S. Jeronimo Patriarcha, Cardial, Presbítero e Doutor Maximo da Igreja* (1743)²⁵¹, de Fr. João de São Pedro (O.S.H.);

– a *Vida e martyrio dos bemaventurados septe martyres, que pela confissão da fé de Jesus Christo derramaram o sangue na cidade de Marrocos em 4 de Julho de 1585* (1761)²⁵², de Fr. José de Santa Rosa (O.F.M.);

– o *Compendio da admiravel vida da veneravel Maria do Lado* (1762)²⁵³, de Fr. Bernardino das Chagas (O.F.M.).

– À infanta D. Maria Bárbara²⁵⁴ dedicou José Pereira Baião o *Portugal glorioso e illustrado com a vida e virtudes das bemaventuradas Raynhas Santas Sancha, Thereza, Mafalda, Izabel e Joanna* (1727)²⁵⁵ e Lourenço Morganti, bibliotecário do cardeal-patriarca de Lisboa, a tradução da *Vida de Santa Zita Virgem Luqueza*,

²⁴⁷ Lisboa: na Officina Ferreiriana.

²⁴⁸ Lisboa: por Antonio Pedrozo Galvão.

²⁴⁹ Coimbra: por Jozé Antunes da Sylva.

²⁵⁰ Lisboa: por Miguel Rodrigues.

²⁵¹ Lisboa: na Officina Sylviana e da Academia Real.

²⁵² Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa.

²⁵³ Lisboa: por Miguel Rodrigues.

²⁵⁴ A infanta D. Maria Bárbara (1711-1758) era filha de D. João V e de D. Maria Ana de Áustria. Casou, em 1729, com Fernando VI de Espanha.

²⁵⁵ Lisboa: na Officina de Pedro Ferreira.

*traduzida do idioma italiano no Portuguesez, acrescentada com huma breve noticia do Santo Christo, ou verdadeiramente o Santo Vulto, obrado por S. Nicodemus, que se acha na Cathedral da Cidade e Republica de Lucea em Toscana (1735)*²⁵⁶, por ser esta a «Vida» da «prodigiosa Advogada contra a esterilidade».

- Ao Sacramento do Altar foi dedicada a segunda edição da *Vida (...) Frei Antonio das Chagas (...). Novamente impressa e acrescentada com (...) elegias e devoções do mesmo venerável padre (1728)*²⁵⁷, do P^r. Manuel Godinho (S.J.).

- A D. Jaime Álvares Pereira de Melo, III duque de Cadaval²⁵⁸, dedicou João Rodrigues, mercador de livros e a cujas custas se fez esta edição, a terceira edição da *Chronica dos feitos, vida e morte do Infante Santo D. Fernando (1730)*²⁵⁹, emendada e corrigida por Fr. Jerónimo Ramos (O.P.).

- A D. Francisco, infante de Portugal²⁶⁰, dedicou António da Silva de Sampaio *A Flor de Florença ou Vida da Extatica Virgem Santa Maria Magdalena de Pazzi (1730)*²⁶¹.

- A todas as religiosas da Ordem de Santa Clara dedicou Fr. Manuel de São Luís os dois «Livros» das *Instruções moraes e ascéticas deduzidas da vida e morte da veneravel Madre Soror Francisca do Livramento, abbadessa que foy no mosteiro da Nossa Senhora da Esperança de Ponte Delgada (1731)*²⁶².

- A Francisco Pinheiro, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, ofereceu o

²⁵⁶ Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Pedrozo Galram. A D. Maria Bárbara dedicou também o Doutor D. José de Renales Carrascal, «Canonigo de la Santa Iglesia Cathedral de Siguenza», *Las nueve infantas de un parto, martyres de Galicia, hijas de reyes de la gran Lusitania, y singular nacimiento, vida, y martyrio de la esclarecida Virgen, y Martyr Santa Vvilgeforte, ò Librada, Patrona, que se venera en la Santa Iglesia Cathedral de la Ciudad de Siguenza, y su Obispado* (Madrid: por los Herederos de Juan Garcia Infanzon, 1736), baseado no facto de residir «la similitude gloriosa de la virtud, y excelências de las Santas, que son el principal ornamento de el Alma» na dedicatória.

²⁵⁷ Lisboa: por Miguel Rodrigues.

²⁵⁸ D. Jaime Álvares Pereira de Melo, III duque de Cadaval e V marquês de Ferreira, era filho de D. Nuno Álvares Pereira de Melo, I duque de Cadaval e IV marquês de Ferreira, e de sua terceira mulher, a princesa Margarida Armanda de Lorena (filha esta de Luís de Lorena, conde de Armagnac e de Harcourt, estribeiro-mor de Luís XIV, e de Catarina de Neuville). Casou, em primeiras núpcias, com D. Luísa de Portugal, filha do rei D. Pedro II e de Maria da Cruz Mascarenhas, e, em segundas núpcias, com a princesa Henriqueta Júlia Gabriela de Lorena (filha esta de Luís de Lorena, príncipe de Lambesch, e da princesa Joana Henriqueta Margarida Durfort (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 460-461).

²⁵⁹ Lisboa: por Miguel Rodrigues.

²⁶⁰ O infante D. Francisco (1691-1742) era filho de D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburg. Foi duque de Beja, senhor desta cidade e de Serpa, Moura, Alcouthim, Vila Real, Almeida, Ranhados, Canelas, Abreiro, Freixel, Lamas de Orelhão, Vimioso, Honra de Sabrosa, Valença do Minho, etc. Foi D. Francisco «ornado de excelentes partes», porque nele se viu «a piedade, e Religião, da qual serão eternos padroens a sua Capella do Palacio da Bemposta; porque às rendas, com que fora dotada pela Rainha da Grã Bretanha sua tia, unio com facultade da Santa Sé Apostolica huma rendosa Igreja do seu padroado para mayor aumento do culto Divino; e o Hospicio, que deu, e fez edificar muy polidamente junto ao mesmo Palacio, para os Religiosos Capuchos da Provincia da Conceição» (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo VIII, p. 231-238).

²⁶¹ Lisboa: por Miguel Rodrigues.

²⁶² Lisboa: na Officina Augustiniana.

P^{re}. António Vicente, presbítero do hábito de São Pedro a *Historia abbreviada da vida, martyrio e tresladaçoens do invictissimo martyr e levita S. Vicente padroeiro de ambas Lisboas, primo com irmão do gloriozissimo Levita, e Martyr o Senhor S. Lourenço padroeiro da cidade de Roma* (1734)²⁶³, de Diogo Pires Cinza, devido ao facto de a nau que transportava o corpo daquele mártir ter aportado no local onde, à época, estavam «fundadas as cazas» em que habitava o dedicatário.

• A D. Maria Ana Josefa de Almada Amaral Valente²⁶⁴, filha e única herdeira do tenente-coronel Domingos de Amaral Valente e de D. Leocádia Antónia de Almada, dedicou José Pereira Baião o *Epitome chrono-genealogico e critico da vida, virtudes e milagres do prodigioso portuguez S. Antonio de Lisboa* (1735)²⁶⁵, de Fr. Miguel Pacheco, na qual acentu, por um lado, a grande devoção com que esta senhora sempre havia venerado Santo António e, por outro, o seu exercício de virtudes.

• A D. Jaime²⁶⁶ dedicou Pedro da Costa de Barbuda, escrivão da irmandade de São Marçal, a *Vida e novena do glorioso S. Marçal, discípulo de Jesu Christo, inclito bispo e especial advogado contra os incêndios* (1736)²⁶⁷, de Fr. José da Quietação (O.F.M.), baseado no «grande zello» com que aquele senhor «serve ao Glorioso S. Marçal sendo seu perpetuo Provedor, empregando se nos seus obséquios em comum, e em particular», esperando, assim, que «se augmente a devoção» deste santo «para que todos ajustando suas consciências mereção alcançar de Deos por interceção do Glorioso S. Marçal o verem-se livres» dos

²⁶³ Lisboa: por Maurício Vicente de Almeida.

²⁶⁴ D. Maria Ana Josefa de Almada Amaral Valente era filha e única herdeira de Domingos do Amaral Valente, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, tenente-coronel de um dos regimentos da Guarnição da Corte, e de sua mulher D. Leocádia de Almada. Casou com Martinho de Sousa, comendador da Ordem de Cristo, filho de José de Sousa Pereira, colegial do colégio real de São Paulo de Coimbra, Doutor em Leis e lente de Instituta, desembargador e comendador da dizima do pescado da ilha de Porto Santo, na Ordem de Cristo; foi secretário da embaixada a Roma, de que foi embaixador o bispo de Lamego, D. Luís de Sousa, depois arcebispo de Braga; voltando ao reino, foi fidalgo da Casa Real, conselheiro da Fazenda de Capa e Espada, e de sua mulher, D. Maria Josefa de Alcáçova; s. g. (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, ob. cit.*, tomo XI, p. 502-503). D. Leocádia de Almada era filha de António de Almada da Fonseca, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e de D. Isabel Antónia Maria Piamonte de Lemos. Era piedosamente afeiçoada a São Vicente Ferrer, cuja escultura mandou colocar na capela de São João Evangelista do convento do Carmo, em Lisboa (SANTA ANA, Fr. José Pereira de, O.C. (1745) — *Chronica dos Carmelitas, da antiga e regular observância nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus domínios*. Lisboa: na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, tomo I, p. 680). A Domingos do Amaral Valente dedicou o P^{re}. José Pereira Baião a *Historia verdadeira do famosissimo Heroe, e invencivel cavalleiro Hespanhol Rodrigo Dias de Bivar, chamado por excellencia o Cid Campeador; de suas grandes Cavallarias, Conquistas, Vitorias, e outras Açoens, e virtudes insignes; em que se dá tambem muitas noticias dos Reys, e Reynos de Hespanha de seu tempo*. Lisboa, por Antonio de Sousa da Sylva, 1734.

²⁶⁵ Lisboa: por Antonio de Sousa da Silva.

²⁶⁶ O autor não nos fornece pistas suficientes que nos permitam identificar com clareza quem seja este senhor. Será D. Jaime Álvares Pereira de Melo, III duque de Cadaval, que casou, em primeiras núpcias, com D. Luísa de Portugal, filha ilegítima de D. Pedro II?

²⁶⁷ Lisboa: por Maurício Vicente de Almeyda.

continuados incêndios que se vinham registando por todo o reino.

- A D. Inês de Lencastre, condessa das Galveias, D. Mariana de Lencastre, abadessa no mosteiro da Esperança, e D. Teresa de Lencastre e Portugal, religiosa comendadeira no mosteiro da Encarnação²⁶⁸, dedicou Fr. Marceliano Ascensão (O.S.B.) a *Vida do glorioso S. Bento, pai de todos os monges, mestre e legislador da cenobítica vida monástica e príncipe de todos os patriarcas* (1737)²⁶⁹.
- A Santa Brígida, princesa de Nerícia, ofereceu Bento Soares a tradução, feita por Vitorino José da Costa, sob o pseudónimo de P. Manuel Caldeira, da *Vida e purgatório de S. Patrício* (1737)²⁷⁰.
- A D. Filipa de Noronha²⁷¹ dedicou Manuel da Silva de Morais a *Vida*

²⁶⁸ Estas três senhoras eram filhas de D. João de Lencastre, fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo das comendas de S. João de Trancoso, S. Pedro de Lardosa e S. Brás da Figueira e alcaidaria-mor desta vila, e de D. Maria Teresa de Portugal, filha herdeira de D. Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, e de D. Luísa de Portugal. D. João de Lencastre foi capitão de cavalos, posto com que se achou nas batalhas de Ameixial e de Montes Claros, sendo capitão das guardas do marquês de Marialva, general daquele exército. Feita a paz com Castela, em 1668, recolheu-se à corte, onde ocupou o cargo de comissário geral da cavalaria; foi, posteriormente, mestre de campo do Terço da Armada e governador e capitão general do reino de Angola. No ano de 1694, governou o Brasil com patente de capitão general de mar e terra; no seu tempo foram descobertas as minas de Salitre, e nele começaram a aparecer as de ouro. Assistiu durante nove anos na cidade da Baía com este posto, com grande satisfação do rei D. Pedro II, que o estimou muito e atendia com particular atenção (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 213-214). D. Maria Teresa de Portugal faleceu em 1703, dotada de muitas virtudes (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 214).

D. Inês de Lencastre nasceu a 14 de Dezembro de 1680. Foi dama da rainha D. Maria Sofia de Neuburg. Casou com António de Melo de Castro, III conde das Galveias, comendador de S. Maria de Torradeira, S. Cristóvão de Nogueira e S. Pedro de Monsaraz, todas na Ordem de Cristo, e da de Colos e Monquelas, na Ordem de Santiago, e da das Galveias, na Ordem de Avis, couteiro-mor da Casa de Bragança; s. g. (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 215; ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 631). D. Mariana de Lencastre nasceu a 26 de Março de 1686. Foi religiosa no mosteiro da Esperança, onde, trocando o apelido da sua esclarecida Casa pelo humilde da religião, se chamou «das Estrelas». Foi abadessa daquele mosteiro durante três anos «que acabará em Mayo de 1729, com grande saudade daquela Religiosa Casa, em que luzindo o seu talento, entre tão esclarecida observância, deixou da sua singular atenção, e prudência, feliz memoria: pelo que foy segunda, e terceira vez eleita Abbadessa, e o seria sempre, se as Leys o não encontrarão, e ella não desejasse unirse à obediência de súbdita». (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 215). D. Teresa Margarida de Lencastre nasceu a 14 de Janeiro de 1684. Foi freira no mosteiro da Encarnação. Faleceu em Junho de 1723 (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 215). Quatro irmãos seus seguiram também a vida religiosa: D. António de Lencastre, que foi Deão da capela ducal de Vila Viçosa e Principal da Santa Igreja Patriarcal; D. Lourenço de Lencastre, monge de S. Bernardo, Dom Abade do mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Lisboa; D. Cecília de Lencastre e D. Joana Vitória de Lencastre, freiras no mosteiro da Encarnação (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1953) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo XI, p. 215).

²⁶⁹ Lisboa: por José António da Silva.

²⁷⁰ Lisboa: por António Pedroso Galvão.

²⁷¹ D. Filipa de Noronha (ou Coutinho) nasceu a 6 de Maio de 1682 e era filha de D. Luís Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde, VII conde de Monsanto, II marquês de Cascais, e de sua mulher, D. Maria Joana Coutinho (filha esta de D. António Luís de Meneses, I marquês de Marialva, e de D. Catarina Coutinho). Foi dama das rainhas D. Maria Sofia de Neuburg e de D. Maria Ana de Áustria; mais tarde, recolheu-se no

*admiravel do mais raro milagre da natureza, prodigio da graça, assombro da penitencia, portento de virtudes, modelo e exemplar da humildade, admiração dos serafins, Abrahão da lei da graça, Elias do Novo Testamento, Eliseu de maravilhas, tesouro de divinos poderes, substituto dos amores de Cristo nas suas chagas, novo homem do mundo, o glorioso patriarca seráfico S. Francisco de Assis (1737)*²⁷², impressionado pelo facto de esta senhora, que era «astro de mayor magnitude na Corte», ter escolhido para a sua residência «entre as menores das Religiosas», mas também com a sua «humildade de genio, e de trato» e a sua «natural caridade».

• A João Álvares da Costa, «do Conselho de Sua Magestade, Dezembargador do Paço, Procurador da Coroa, Juiz do Fisco Real», dedicou D. José Barbosa a tradução da *Breve narração da admiravel vida e prodigiosa morte do beato Pedro de Negles eremita (1738)*²⁷³, baseado não só no facto de aquele senhor ter trazido da Cúria Romana «hum precioso, e inestimável tesouro de documentos, e de memorias» sobre aquele desconhecido varão «ilustre em santidade» português, «adquiridos com a sua grande curiosidade, e examinados com a sua delicadissima observação», como no desejo de que este (re)conhecimento resulte «utilíssimo, já para o patrocínio, já para a imitação».

• À «sagrada, e milagrosa imagem do Menino Salvador» do mosteiro de Santa Clara de Trancoso dedicou Simão Cardoso Pacheco a *Vida e milagres da veneravel Madre Soror Francisca da Conceição, religiosa exemplarissima do mosteiro de S. Clara da villa de Trancoso (1738)*²⁷⁴.

• Ao próprio P. Bartolomeu do Quental dedicou Francisco José Freire a tradução da *Vida do Veneravel Padre Bartholomeu do Quental, fundador da Congregação do Oratorio nos Reynos de Portugal (1741)*²⁷⁵, do P. José Catalano.

• À rainha D. Maria Ana de Áustria ofereceu e à rainha D. Luísa de Gusmão dedicou Fr. António de São Bernardino (O.F.M.) o *Tratado do nascimento, vida e morte do Doutor João Pissarro, prior da igreja paroquial de S. Nicolau da corte e*

mosteiro de Santa Clara de Lisboa (cf. SOUSA, D. António Caetano de (1946) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., tomo II, p. 308-311). Segundo um volume de *Genealogias manuscritas (A.N.T.T., 21- E. 12, fls. 215v.-216)*, D. Filipa teve de D. João V «huma filha bastarda que se criou em caza do secretario das mercês Bartolomeu de Sousa Mexia a qual morreo de Bexigas de 3 anos no de 1713 foi a sepultar em S. Vicente de Fora» (apud CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz de Morais (1984) — *A fortuna de uma nobre portuguesa no século XVIII: D. Filipa de Noronha e a sua testamentaria*. «Revista de História Económica e Social», vol. 13, p. 93-140, esp. p. 97). O conteúdo desta genealogia é confirmado por outra genealogia (A.N.T.T., 21-D. 31, fl. 309), a qual refere que D. João V era solteiro e que a filha de D. Filipa se chamava Teresa. A razão que levará D. Filipa de Noronha a isolar-se do mundo e a viver o resto da sua vida num convento estará, certamente, ligada ao nascimento de sua filha Teresa, que terá ocorrido em 1709 ou 1710, visto que esta morre em 1713, com três anos, e que terá sido um motivo de vergonha para esta senhora.

²⁷² Lisboa: por Manuel Fernandes da Costa.

²⁷³ Lisboa: por Manoel Fernandes da Costa.

²⁷⁴ Lisboa: por António Pedroso Galvão.

²⁷⁵ Lisboa: por Antonio Isidoro da Fonseca.

cidade de Lisboa (1741)²⁷⁶.

• A D. João da Mota e Silva, «Presbytero Cardeal da S. Igreja Romana», dedicou Fr. José Pereira de Santana (O.C.) a *Vida da insigne Mestra de espirito a virtuosa Madre Maria Perpetua da Luz, religiosa carmelita calçada do exemplaríssimo convento da Esperança da cidade de Beja* (1742)²⁷⁷.

• A D. Nuno da Cunha, «Presbytero Cardeal da Santa Igreja de Roma do Titulo de Santa Anastasia, Inquisidor Geral do Conselho de Estado», dedicou e a Domingos Pires Bandeira, «cavalleiro professo na Ordem de Christo, Escrivão da Camera de Sua Magestade pelas trez ordens militares, e Secretario da Meza da Consciência», subdedicou Fr. Jerónimo de Belém (O.F.M.) a *Vida justificada, morte preciosa, virtudes e milagres do Padre Fr. Jozé de Santa Anna, filho da Santa Provincia dos Algarves do regular observância de nosso Padre S. Francisco* (1743)²⁷⁸.

• A Fr. Filipe de Santa Teresa, «Doutor na Sagrada Theologia, Mestre Jubilado, Examinador Sinodal do Patriarcado» e provincial da Ordem do Carmo, dedicou o impressor Pedro Ferreira a tradução de Bernardo José Lemos Castel Branco de *O heroe portuguez: vida, proezas, victorias, virtude e morte do senhor D. Nuno Alvares Pereira* (1744)²⁷⁹, de Fr. António de Escobar (O.C.).

• À rainha D. Mariana Vitória de Bourbon foram dedicadas as seguintes obras:

– a tradução de D. Jerónimo Contador de Argote da *Vida da veneravel Madre Rosa Maria Serio de Santo Antonio, carmelita da antiga observância e priora do Mosteiro de São Jozé de Fazano, baliado da religião na Provincia de Bari do reyno de Napoles* (1749)²⁸⁰, do P^{re}. José Gentile;

– o *Compendio histórico da vida e milagres do beato e extatico P. Miguel dos Sanctos, da ordem dos descalços da Sanctissima Trindade e resumo das actas da sua beatificação* (1750)²⁸¹, por Fr. Manuel de São José (O.S.S.T.);

– a *Vida de Sancto Andrè Avelino, clerigo regular, especial protector contra accidentes apopleticos e mortes repentinas* (1767)²⁸², por D. Tomás Caetano do

²⁷⁶ Lisboa: por Miguel Rodrigues. À rainha D. Maria Ana de Áustria foram também dedicadas as seguintes obras: PERIM, Damião de Froes (1736) — *Theatro Heroico, Abecedario Historico, e Catalogo das Mulheres Illustres em Armas, Letras, Acçoens Heroicas, e Artes Liberais. Offerecido á Serenissima Senhora D. Marianna de Austria Rainha de Portugal*. Lisboa Occidental: na Officina da Musica de Theotonio Antunes Lima, tomo I; ODDI, Longaro degli, S.J. (1743) — *Vita dell'Infanta d'Austria suor Margherita della Croce Monaca Scalza di Santa Chiara del sacro Ordine Serafico composta e dedicata alla Sacra Real Maestà di Marianna Giuseppa d'Austria Regina di Portogallo &c. da Longaro degli Oddi della Compagnia di Gesu*, Roma: nella stamperia di Girolamo Mainardi al Vicolo della Cuccagna.

²⁷⁷ Lisboa: por Antonio Pedrozo Galrão.

²⁷⁸ Lisboa: por Miguel Manescal da Costa.

²⁷⁹ Lisboa: na Officina de Pedro Ferreira.

²⁸⁰ Lisboa: por Francisco da Sylva.

²⁸¹ Lisboa: na Officina de Francisco Luis Ameno.

²⁸² Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa.

Bem (C.R.), confiante de que a lição da «Vida» deste santo ser-lhe-á agradável, na medida em que nesta senhora resplandeciam «tantas virtudes, que em huma Rainha se forma o cumulo da felicidade, e gloria Portuguesa»;

– a *Vida do Beato Fr. Simão de Roxas da Ordem da SS. Trindade, confessor da augustíssima, e catholica rainha Dona Isabel de Borbon, primeiro fundador da Congregação dos Escravos do Dulcissimo Nome de Maria. Escrita e dedicada á augustíssima, e fidelíssima Dona Marianna Victoria Rainha de Portugal N. Senhora (1772)*²⁸³, de Fr. Caetano de São José (O.SS.T.), em primeiro lugar, pelo facto de a sua ascendente, a rainha D. Isabel de Bourbon, mulher de Filipe IV de Espanha, ter sido devotíssima do biografado (que foi, aliás, seu confessor) e, em segundo lugar, por se verem as virtudes não apenas de Fr. Simão de Roxas, como também de D. Isabel, em D. Mariana, principalmente na «comiseração para com os necessitados; a misericórdia para com os pobres; a escrupulosa observância dos preceitos Divinos; a religiosa reverencia às cousas sagradas; o profundo respeito ao Supremo Deos; a fervorosa, e ardente devoção à sempre Virgem Maria Mãe de Jesus Christo, e Rainha dos Anjos».

• A João de Melo, «Principal da Santa Igreja Patriarcal, do Conselho de sua Magestade» dedicou o Pe. Pedro Correia a *Vida e vinda dos Santos Tres Reys Magos, advogados dos caminantes (1745)*²⁸⁴.

• Ao próprio biografado dedicou o Pe. Sebastião do Rego a *Vida do veneravel Padre Jozé Vaz da Congragação do Oratorio dde S. Filippe de Neri da cidade de Goa (1745)*²⁸⁵.

• Ao infante D. António²⁸⁶ dedicou o P. André de Barros (S.J.) a *Vida do apostolico Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, chamado por antonomasia o Grande (1746)*²⁸⁷.

²⁸³ Lisboa: na Regia Officina Typografica.

²⁸⁴ Lisboa: por Miguel Manescal da Costa.

²⁸⁵ Lisboa: na Real Oficina Silviana e da Academia Real.

²⁸⁶ O infante D. António (1695-1757) era filho de D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburg. Foi D. António «ornado de excelsas virtudes, benigno, agradável, generoso, magnifico, estimador das gentes, e favorecedor de toda a pessoa benemerita, ou seja Civil, ou Militar», que ele socorria generosamente com a sua protecção e liberalidade; era um príncipe «vivo, bizarro, robusto, e desembaraçado, com sublime entendimento, curioso, e sciente, dado às Mathematicas, e Filosofias modernas, em que teve por Mestre a Manoel de Azevedo Fortes, General de Batalha, e Engenheiro mór, insigne professor da architectura Militar, sciente na Filosofia moderna, e na Mathematica, e ornado de erudição, e virtudes», mas também à lição da História, que lia não só na língua materna, mas igualmente em latim, francês, italiano e castelhano, tendo mesmo uma grande livraria «escolhida com excelente eleição», onde se encontravam alguns manuscritos e impressos raros. Distinguiu-se também na música, na arte equestre e na de toureiro e na caça. Era devoto e piedoso: distribuía «largas esmolas aos seus, e Estrangeiros» e tinha «universal estimação ao estado Religioso, distinguindo os doutos, e de santa vida com especial atenção, e favorecendo a todos com benigna, e agradável vontade». Faleceu solteiro e s.g. (Cf. SOUSA, D. António Caetano de (1951) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. ob. cit., tomo VIII, p. 239-243).

²⁸⁷ Lisboa: na Oficina Salviana.

• À mártir Santa Celerina²⁸⁸ dedicou Estêvão Lis Velho o *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Torpes, mordomo e valido de Nero, na qual se expõe desde o seu nascimento até o seu glorioso triumpho, e se relata a vinda prodigiosa do seu sagrado corpo a este reino, á villa de Sines, onde Sancta Celerina conhecendo-o por especial revelação de Deus, lhe deu recente sepultura, construindo-lhe um magnifico templo, que foi o primeiro da Europa e o segundo da christandade, o que se justifica com indubitáveis fundamentos, deduzidos dos mais antigos e verídicos escriptores, com dissertações e noticias muito curiosas sobre o mais que contem a mesma historia* (1746)²⁸⁹.

• A D. Joana Antónia de Noronha, condessa de Vale de Reis²⁹⁰, dedicou Reinério Bocache o anónimo *Breve Compendio da vida, morte, virtudes e milagres de Sancta Isabel, sexta rainha de Portugal, e infanta de Aragão* (1746)²⁹¹, em primeiro lugar, por ser esta senhora devotíssima da «Rainha Santa» e, em segundo lugar, para que «continue em exercicios espirituais».

• Ao P^{re}. Mestre Fr. Sebastião de São Plácido, «Lente de Durádo na Universidade de Coimbra, Dom Abbade que fo duas vezes do Collegio de S. Bento da mesma Cidade, Visitador Geral da Congregação, Dom Abbade do Real Mosteiro de São Martinho de Tibães, Donatario da Coroa, Capitão Mór, e Senhor dos Coutos de Tibães, de Mendo, e Estella, e Geral da Congregação Benedictina nos Reynos de Portugal, e suas conquistas», dedicou Frei Marceliano Ascensão (O.S.B.) o *Epitome da vida do glorioso Santo Amaro, monge beneditino* (1748)²⁹².

• A Luís Francisco Pimentel, «fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cosmografo Mór do Reyno, e Academico do numero da Academia Real da Historia Portuguesa», dedicou Francisco Álvares Vitério a primeira parte da *Vida e acções memoraveis do veneravel D. Fr. Bartholomeu dos Martyres... dividido em duas Partes, e extrahido dos excellentes escritos de Fr. Luiz de Granada, Fr. Luiz de Cacegas, Fr. Luiz de Sousa, e Luiz Munós* (1748)²⁹³.

²⁸⁸ Celerina (ou Celarina, ou Catarina), senhora romana, viúva de um governador, que vivia em Sines, teve um sonho, no qual um anjo a avisou para ir receber o corpo do mártir São Torpes, que fora oficial da casa do imperador Nero, à praia. Celerina encontrou-o então numa jangada de junco, velado por um cão e por um galo e sepultou o cadáver junto da ribeira da Junqueira.

²⁸⁹ Lisboa: por Miguel Manesal da Costa.

²⁹⁰ D. Joana Antónia de Noronha era filha de D. António de Noronha, II marquês de Angeja, e de D. Luísa Josefa de Meneses (filha esta de D. João Gomes da Silva e de sua mulher, D. Joana Rosa de Meneses, IV condessa de Tarouca, e, portanto, irmã da madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus, de quem foi escrita uma «Vida», publicada em 1783). Casou com D. Lourenço Filipe Nery de Mendonça e Moura, V conde de Vale de Reis, filho de D. Nuno Manuel de Mendonça, IV conde de Vale de Reis, e de D. Leonor de Maria Antónia de Noronha (filha esta de D. Pedro António de Noronha, I marquês de Angeja, e de D. Isabel Maria Antónia de Mendonça). Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. II, p. 282; vol. III, p. 465.

²⁹¹ Lisboa: por Pedro Ferreira.

²⁹² Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus.

²⁹³ Lisboa: Oficina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram.

- A Nossa Senhora dedicou e às religiosas do mosteiro de Santa Clara de Amarante subdedicou Fr. Bernardo de Santa Maria Rosa (O.F.M.) o *Espelho de perfeição religiosa a que se podem ver as almas que quizerem segurar nos caminhos da vida espiritual as grandezas do amor de Deos no exercicio das virtudes e caminho seguro da cruz, composto do crystal da innocente vida da Madre Soror Guiomar Teresa do Cenáculo, religiosa que foy no mosteiro de Santa Clara de Amarante* (1750)²⁹⁴.

- Ao Padre Mestre Fr. António de Santa Maria dos Anjos Melgaço, «Doutor na Sagrada Theologia pela Universidade de Coimbra, Lente de Prima na mesma faculdade nos Reaes Estudos de Mafra, Ministro Provincial da mesma Santa Provincia de Portugal», dedicou Fr. António do Sacramento (O.F.M.) a *Vida da veneravel Madre e Serva do Senhor Soror Joanna Luiza do Carmelo, Religiosa da Ordem Terceira de São Francisco no Real Mosteiro de Santa Anna de Lisboa* (1751)²⁹⁵.

- Às «imagens da Virgem Maria no mysterio da sua Conceição Purissima, e ao Patriarcha S. Joseph, colocadas na Altar Mór das religiosas do Convento dos Cardaes» dedicou Domingos Lopes Coelho a sua tradução da *História da prodigiosa vida do apóstolo S. Vicente Ferrer* (1752)²⁹⁶, de Fr. Francisco Gavaldá e Fr. André Ferrer Valdecebro.

- A Manuel Mendes de Almeida, capitão-mor da cidade de São Paulo, dedicou o Pe. Manuel da Fonseca (S.J.) a *Vida do venerável P. Belchior Pontes, da Companhia de Jesus da província do Brasil* (1752)²⁹⁷, lembrando não apenas o exercicio, por parte daquele senhor das suas muitas virtudes, mas também o seu socorro aos pobres da cidade de São Paulo e «a grande liberalidade, ás Familias Religiozas, entre as quaes não tocou pequena parte á Companhia; pois não contente com o exercicio do Syndico no Convento do Serafim da terra S. Francisco, cuidou tanto, em augmentar o Mosteiro do grande Patriarcha S. Bento, que tendo passado tantos annos sem cora por causa da sua pobreza», se esperava «que brevemente à expensas» do dedicatário se vissem «bem logrados os santos desejos daqueles Religiosissimos Monjes».

- A D. João da Bemposta²⁹⁸ dedicou Fernando Joaquim de Sousa o *Christiados, ou Vida de Christo Senhor Nosso. Poema sacro dividido em tres cantos*

²⁹⁴ Coimbra: por Luís Seco Ferreira.

²⁹⁵ Lisboa: na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galrão.

²⁹⁶ Lisboa: por Domingos Gonçalves.

²⁹⁷ Lisboa: por Francisco da Silva.

²⁹⁸ D. João da Bemposta era filho do infante D. Francisco de Bragança, VII duque de Beja, e de Mariana da Silveira. Casou com D. Maria Margarida de Lorena, II duquesa e IV marquesa de Abrantes, filha de D. Rodrigo de Melo e de sua mulher, D. Ana Maria Catarina Henriqueta de Lorena, I duquesa e III marquesa de Abrantes; s.g. (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. I, p. 563).

(1754)²⁹⁹.

- À própria biografada foi dedicado o *Epitome da Vida de Santa Joanna, Princeza de Portugal, religiosa da Ordem de S. Domingos, chamada vulgarmente a Santa Princeza. Traduzido do italiano em Portuguez, e acrescentado por hum seu devoto* (1755)³⁰⁰.

- A D. Francisco da Anunciação, «do Conselho de sua Magestade, Prior do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Geral Visitador, e Reformador da Congregação dos Conegos Regulares do Grande Patriarcha Santo Agostinho neste Reino de Portugal, com poderes de capitulo Geral, e Definitorio por sua Santidade: Cancellario, Reformador, e Reitor da Universidade de Coimbra»³⁰¹ foi dedicada a tradução de José Ribeiro Neves de *A heróica vida, virtudes e milagres do grande S. Francisco de Borja, antes duque de Gandia, e depois terceiro geral da Companhia de Jesus* (1757)³⁰², de D. Álvaro de Cienfuegos, na medida em que foi aquele senhor o primeiro que, não só na cidade, como na universidade de Coimbra, «excitou, e promoveo a devoção de S. Francisco de Borja, fazendo imprimir, e espalhando livros, com que ateava o amor, e a devoção do Santo nos corações de todos: o que, como digníssima Cabeça do nobilíssimo, e sapientíssimo corpo deste Atheneu Conimbricense, elegeo a Borja para seu Patrono: e não satisfeito o seu affecto com este obsequio, passou a solicitar, que o Patronato de Borja se estendesse por todo este Reino, e suas Conquistas, isto he, pelo mundo todo».

- Ao infante D. Pedro³⁰³ dedicou Caetano de Andrada Pinto, «fidalgo da Casa de Sua Magestade, e seu Guarda-Roupa», a *Vida portentosa da serva de Deus D. Thomazia de Jesus, Terceira professa na Ordem de S. Domingos, que morreu no convento do Salvador desta cidade de Lisboa, onde faleceo no dia 26 de Maio de 1755* (1757)³⁰⁴, de Fr. João Franco (O.P.).

- A São José dedicou o P^o. João Batista de Castro a *Vida do glorioso patriarcha S. José, extrahida e reduzida a compendio do que escreveram os Sagrados Evangelistas, Santos Padres e varões pios* (1761)³⁰⁵.

- A D. Maria I foram dedicadas as seguintes obras:

- ainda antes de ter subido ao trono, dedicaram-lhe a abadessa e as religiosas

²⁹⁹ Lisboa: na Officina de Pedro Ferreira.

³⁰⁰ Lisboa: na Officina de Manoel Soares.

³⁰¹ D. Francisco da Anunciação era VII neto de São Francisco de Borja, pois era filho de Aires de Saldanha de Albuquerque, gentil-homem do infante D. António e governador do Rio de Janeiro, e de D. Maria Leonor de Moscoso, VI neta de São Francisco de Borja e dama da rainha D. Sofia.

³⁰² Coimbra: no Real Collegio das Artes.

³⁰³ O infante D. Pedro (1717-1786) era filho de D. João V e de D. Maria Ana de Áustria. Casou com a rainha D. Maria I, sua sobrinha.

³⁰⁴ Lisboa: por Miguel Manescal da Costa.

³⁰⁵ Lisboa: por Miguel Manescal da Costa.

do Real convento do Santíssimo Sacramento do Louriçal as *Memorias da vida e virtudes da serva de Deus Soror Maria Joana, religiosa do Convento do Santissimo Sacramento do Louriçal* (1762)³⁰⁶, de Fr. José Caetano de Sousa (O.C.), em primeiro lugar, por serem as «notorias virtudes» desta princesa «hum emprego dos mais reverentes affectos» daquela comunidade e, em segundo lugar, como sinal de gratidão pelas muitas mercês e benefícios que aquela casa religiosa, fundada por D. João V, avô paterno da dedicatária, vinha recebendo da Casa Real; já depois da sua subida ao trono, foram-lhe dedicados: a *Vida de S. Julião Esposo de Santa Baziliza, virgem, e mártires de Antiochia* (1790)³⁰⁷, por Joaquim da Nóbrega Cão e Aboim, e o *Epitome da vida do excellentissimo e reverendissimo Sr. D. Fr. Ignacio de S. Caetano, confessor da Rainha nossa Senhora, arcebispo de Thessalonica, inquisidor geral, e ministro assistente no despacho, etc.*, (1791)³⁰⁸, por Fr. Manuel de Santo Ambrósio (O.C.D.).

• A D. Gaspar, arcebispo de Braga³⁰⁹, dedicou a Madre Maria Benta do Céu (O. Concep.) o *Jardim do Ceo, plantado no convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga; em que se tracta das memorias da fundação d'este primeiro convento do reino dedicado à Conceição purissima de Nossa Senhora e se expõe a vida da venerável D. Beatriz da Silva, fundadora d'esta ordem e as de outras religiosas illustres em sanctidade, que no referido convento floreceram desde o anno de 1629 até o de 1764* (1766)³¹⁰.

• A Sebastião José de Carvalho e Melo, I conde de Oeiras e I marquês de Pombal³¹¹, dedicou António Pereira de Figueiredo o *Compendio da vida e acçoens do veneravel Joã Gerson, cancellario da Universidade de Pariz, chamado por antonomasia o Doutor Christianissimo* (1769)³¹².

• A D. João da Cunha, «Cardeal da Santa Igreja, Arcebispo de Evora», dedicou D. Jerónimo da Cunha o *Compendio da vida, virtudes, milagres, e obras prodigiosas de S. Vicente de Paulo, fundador da Congregação da Missão, e das servas dos pobres, chamada Filhas da Charidade* (1779)³¹³.

• A José Xavier da Cunha Eça Castro Teles Carvalho e Silva, «Fidalgo da Casa de sua Magestade, Alcaide mór de Aveiro, e Tenente General da Artilharia

³⁰⁶ Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues.

³⁰⁷ Lisboa: Regia Officina Typographica.

³⁰⁸ Lisboa: na Regia Officina Typographica.

³⁰⁹ D. Gaspar era filho ilegítimo de D. João V e de D. Madalena Máxima de Miranda (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. I, p. 604).

³¹⁰ Lisboa: na Oficina de Manuel Coelho Amado.

³¹¹ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) era filho de Manuel de Carvalho de Ataíde, fidalgo da Casa Real e capitão de cavalaria, e de sua mulher, D. Teresa Luísa de Mendonça e Melo, filha dos morgados de Souto de El-Rei. Foi secretário de Estado durante o reinado de D. José I (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, vol. III, p. 133-150).

³¹² Lisboa: na Oficina de Antonio Vicente da Silva.

³¹³ Lisboa: na Regia Officina Typographica.

do Reino»³¹⁴ dedicou D. Tomás Caetano do Bem a *Vida do veneravel Padre D. Alberto Maria Ambiveri, clerigo regular* (1782)³¹⁵.

- Ao cardeal João Archinto foi dedicada a tradução do *Resumo da vida e morte do servo de Deos Bento José Labre* (1785)³¹⁶, de João Batista Alegiani.

- Às religiosas do mosteiro da Ordem da Visitação de Lisboa dedicou o Pe. António Joaquim (C.O.) a *Vida de S. Francisco de Sales, Bispo e Principe de Genebra, Patriarcha da Ordem da Visitação de Sancta Maria* (1791)³¹⁷.

- A D. Marcelino José da Silva, bispo de Macau, dedicou Fr. Nicolau Pedro de Oliveira (O.C.) o *Compendio da vida do excellentissimo e reverendissimo Senhor D. Eusebio Luciano Carvalho Gomes da Silva, bispo de Nankin* (1792)³¹⁸, irmão do dedicatário.

- A D. Carlota Joaquina de Borbón, «princesa do Brazil»,³¹⁹ dedicou o Pe. António Luís de Carvalho a tradução a *Vida do glorioso S. José Calazans, fundador da religião das Escolas Pias* (1794)³²⁰.

No conjunto destas duzentas e dezasseis dedicatórias, notámos que um grande número das «Vidas» analisadas (cinquenta e oito) foram dirigidas a membros do clero, tanto secular como regular, confirmando, assim, a tendência verificada na Época Moderna de direccionar textos pertencentes ao filão da literatura de espiritualidade (sobretudo as obras mais «escolásticas», como as de exegese bíblica e até mesmo sermões) a este tipo muito específico de destinatários.

Um número muito significativo de obras (dezoito) foram dedicadas a monarcas, o que bem ilustra a funcionalidade e a eficácia da dedicatória enquanto meio para alcançar a benevolência e o favor régios³²¹.

Depois de 1640, verificámos um significativo aumento de dedicatórias «políticas» (dezanove), ou seja, de obras dirigidas a figuras pertencentes,

³¹⁴ José Xavier da Cunha Eça Castro Teles Carvalho e Silva era filho de Manuel Gomes de Carvalho da Silva e de Ana José Rita da Cunha d'Eça Teles de Meneses Salema Correia Carreiro (cf. FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa (1989) — *Ob. cit.*, vol. IV, p. 182; vol. XII, p. 79).

³¹⁵ Lisboa: na Regia Officina Typographica. Saiu novamente incorporada nas *Memorias Historicas e Chronologicas da sagrada religião dos Clerigos Regulares em Portugal e suas conquistas, na India Oriental*, Lisboa: na Regia Offic. Typ.; Tomo I (1792); Tomo II (1794).

³¹⁶ Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

³¹⁷ Lisboa: por Francisco Luís Ameno.

³¹⁸ Lisboa: na Regia Officina Typ.

³¹⁹ D. Carlota Joaquina de Borbón (1775-1830) era filha de Carlos IV de Espanha e de sua mulher, D. Maria Luisa di Borbone, princesa de Parma. Casou com D. João VI de Portugal (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Ob. cit.*, tomo I, p. 699-704).

³²⁰ Lisboa: na Regia Officina Typographica.

³²¹ CHARTIER, Roger (1996) — *Le prince, la bibliothèque et la dedicasse. In Le pouvoir des bibliothèques: la mémoire des livres en Occident*. Sous la direction de Marc BURATIN et Christian JACOB. Paris, Albin Michel, 1996, p. 204-223; VOINIER, Sarah — «Dedicatoria y poder en unas crónicas históricas del siglo XVII». In *Paratextos en la literatura española, ob. cit.*, p. 283-292.

sobretudo, à nobreza, que desempenharam importantes cargos políticos, diplomáticos ou militares nos tempos que se seguiram à Restauração.

Por outro lado, notámos a presença de um número muito significativo de destinatários particulares, nomeadamente femininos – em especial da Casa Real (vinte e cinco dedicatórias) e da alta nobreza (vinte e quatro dedicatórias) – de várias destas «Vidas» de santos e devotas, as quais parecem-nos merecer uma especial atenção, nomeadamente pelo que nos revelam da vida espiritual e devota destas grandes senhoras.

Este fugaz percurso pelos dedicatários de “Vidas” de santos e devotas, editadas no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, permitiu-nos chamar a atenção para aspectos que só mais recentemente têm vindo a ser valorizados por uma bibliografia que tem vindo a estudar a importância do aparato paratextual, no complexo caminho de leituras e leitores.

Deste modo, como alguns autores já realçaram, o estudo das leituras dos variadíssimos tipos de obras ou textos de espiritualidade na Época Moderna e da sua circulação não pode, por sua vez, ser dissociado do universo constituído pelos dedicatários a quem aqueles eram dirigidos. Ainda que as dedicatórias das obras da Época Moderna sejam, em muitos casos, motivadas pela necessidade de protecção (política, económica ou religiosa) dos seus autores ou impressores, ou como acto de gratidão devido a mercês recebidas, não devem deixar de ser tidas em conta por quem lê ou estuda estes textos, não só pelo que nos revelam acerca das complexas redes, muitas vezes «clientelares», que uniam estas figuras, como também pelo que podem dar a conhecer sobre devoções, práticas espirituais, orientações de leituras ou pautas de comportamento. Neste caso, cremos poder concluir que o estudo das dedicatórias contribui para a identificação de famílias que promovem os seus próprios membros, «patrocinando» autores ou edições, estabelecendo, assim, uma «rede de solidariedades», que terá marcado o contexto religioso e cultural do Portugal moderno³²².

Artigo recebido em 22/05/2012

Aceite para publicação em 25/06/2012

322 CARVALHO, José Adriano de Freitas (2007) – *Lectura espiritual en la Península Ibérica (siglos XVI-XVII): programas, recomendaciones, lectores, tiempos y lugares*. Salamanca: Semyr.

LETRAS E GESTOS: PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVIII-XIX

ZULMIRA C. SANTOS E HELENA QUEIRÓS
UNIVERSIDADE DO PORTO - CITCEM

zcoelho@letras.up.pt

helena.queiros.mail@gmail.com

RESUMO: Este artigo transcreve dois «regulamentos» pedagógicos de ensino feminino, um das Visitandinas, certamente da autoria de Teodoro de Almeida [1722-1804], embora reproduzindo modelos franceses, e outro das Ursulinas de Braga, com probabilidade «tirado» das de Paris, como aconteceu com os regulamentos das religiosas que precedem os das discípulas no volume do Arquivo Distrital de Braga. Acompanhando a divulgação destas pautas de educação, as autoras estudam, nas respectivas introduções, a organização, a estrutura, as linhas mestras de uma prática quotidiana de ensino que contribuiu para a construção identitária de paradigmas de educação no feminino, orientados para grupos sociais diversos, permitindo evidenciar a permanência de modelos de longa duração.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Mulheres, Séculos XVIII e XIX

ABSTRACT: This paper transcribes two pedagogical regulations for female education, one from the Visitandinas Congregation, certainly written by Teodoro de Almeida [1722-1804], although reproducing French models, and the other one from the Ursulinas Congregation of Braga, likely «taken» from Paris, as happened with the regulations of the religious, which precede the disciples of the volume of the District Archives of Braga. Following the dissemination of these models of education, the authors study in their respective introductions, the organization, structure, and guidelines of a daily teaching procedure that became the basis of long term female education paradigms oriented to different social classes.

KEY-WORDS: Education, Women, XVIII-XIX Centuries

Na obra colectiva *Genre et identité aux Pays-Bas méridionaux. L'éducation religieuse des femmes après le concile de Trente* (Louvain-la-Neuve, 2010), Sílvia Mostaccio retoma, nas palavras iniciais¹, a afirmação de Natalie Zemon Davis e Arlette Farge no texto introdutório a *L' Histoire des Femmes* (séc. XVI-XVIII): «Prendre la femme au sérieux, c'est restituer son activité dans le champ de relations qui s'instituent entre elle et l'homme, faire du rapport

¹ MOSTACCIO, Sílvia — «Introduction» a *Genre et identité aux Pays-Bas méridionaux. L'éducation religieuse des femmes après le concile de Trente*. Louvain-la-Neuve, 2010, p. 7.

des sexes une production sociale dont l'historien peut et doit faire l'histoire»². O longo caminho percorrido neste campo de estudos tem vindo a estimular a «reconstrução» do debate teórico em torno da história das mulheres como disciplina científica. Consagrado por uma ampla bibliografia³, o tema encontra duas sínteses fundamentais e inspiradoras nas páginas de Gabriella Zarri, «Le donne come oggetto e soggetto di storia», inseridas na obra *La memoria di lei. Storia delle donne, storia di genere* (1996)⁴, e de Sofia Boesch Gajano, «Saperi e poteri religioso. Complementarità e conflitti fra uomini e donne»⁵. A G. Zarri se deve, nas páginas referidas, o exame dos problemas da formação da «história das mulheres» e da institucionalização da disciplina, enquanto Sofia Boesch Gajano revisita percursos no âmbito da história comparada das religiões, discutindo paradigmas interpretativos e sublinhando como «I testi propri della storia religiosa antica, medioevale, moderna conservano una memoria eccezionale, cioè impossibile di trovare in altri tipi di fonti, delle esperienze religiose femminili; le donne possono essere soggetto o oggetto delle scritture – autobiografie, biografie, e altre memorie in genere scritte dai confessori, ma non prive di tracce autobiografiche –, ma in un caso come nell'altro si aprono nuovi orizzonti per la storia delle donne e per i rapporti fra uomini e donne, nella dialettica fra sfera individuale/spontanea e sfera comunitaria normativa,

² «Introduction». In DUBY, George et PERROT, Michelle (eds., 1991) — *Histoire des Femmes en Occident*. Vol. 3 - *XVI^e-XVIII^e siècles*, avec édition de Natalie Zemon Davis et Arlette Farge. Paris: Plon, p. 13-19, sobretudo p. 14.

³ Bastará ler os artigos de BARANDA, Nieves (2010) — «L' éducation des femmes dans l'Espagne post-identine»; de HENNEAU, Marie-Élisabeth (2010) — «À l'école du cloître au 17^e siècle: formation et éducation dans les ordres contemplatifs féminins»; ou de ANNAERT, Philippe (2010) — «L'éducation dispensée par les ursulines aux 17^e et 18^e siècles», os três in MOSTACCIO, Silvia (ed.) — *Genre et identités aux Pays-Bas méridionaux: l'éducation religieuse des femmes après le concile de Trente. Actes du colloque international, Université catholique de Louvain 7 mars 2008 (Sillages, 14)*. Louvain-la-Neuve: Academia-Bruylant, para verificar como estamos perante um campo de investigação em pleno desenvolvimento que muito deve aos notáveis trabalhos de estudiosas como Gabriella Zarri (*Donne e fede. Santità e vita religiosa in Italia*. A cura e con Introduzione di Lucetta Scaraffia e Gabriella Zarri. Roma-Bari: Laterza, 1994; *Donna, disciplina, creanza cristiana dal XV al XVII secolo*. Studi e testi a stampa a cura e con introduzione di Gabriella Zarri. Roma: Edizioni ai Storia e Letteratura, 1996; *Per lettera. La scrittura epistolare femminile tra archivio e tipografia (secoli XV-XVII)*. A cura e con Introduzione di Gabriella Zarri. Roma: Viella, 1999; *Le Clarisse in Carpi. Cinque secoli di storia XVI-XX*, vol. 1. *Saggi*, a cura di Gabriella Zarri, e vol. 2. *Testi*, a cura di Anna Maria Ori. Fondazione Cassa di Risparmio di Carpi, Reggio Emilia: 2003, «Introduzione», vol. 1, p. 2-27; *Storia della direzione spirituale*. Diretta da Giovanni Filoramo, III. *L'età moderna*, a cura di Gabriella Zarri. Brescia: Morcelliana, 2008, p. 1-628; *Monasteri femminili come centri di cultura tra Rinascimento e Barocco. Atti del convegno storico internazionale, Bologna 8-10 dicembre 2000*. A cura di Gianna Pomata e Gabriella Zarri. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2005, p. 406; «Alle origini della biografia femminile: dal modello alla storia». A cura e con Introduzione di Catherine Brice e Gabriella Zarri. In *Melangsés de L'Ecole Française de Rome. Italie et Méditerranée*, 113, 2001-1, p. 7-285) e Sofia Boesch Gajano (GAJANO, Sofia Boesch e PACE, Enzo (2007) — *Donne tra saperi e poteri nella storia delle religioni*. Morcelliana).

⁴ ZARRI, Gabriella (1996) — *La memoria di Lei. Storia delle donne, storia di genere* (con la collaborazione di Claudia Pancino e Fiorenza Tarozzi). Torino: SEI.

⁵ GAJANO, Sofia Boesch e PACE, Enzo (eds., 2007) — *Donne tra saperi e poteri nella storia delle religioni*. Brescia: Morcelliana, «Introduzione», p. 7-21.

fra dimensione interiore e dimensione istituzionale della religione». A definição de uma base epistemológica consistente depende, assim, entre muitos outros aspectos, dos resultados de uma investigação que se tem vindo a processar em áreas diversas e que, para além, por exemplo, do estudo da vida monástica como possibilidade de aprofundamento cultural ou centro de complexas relações sociais, do enquadramento de diferentes modelos de santidade femininos relacionados com estratégias «familiares», visando processos de beatificação ou canonização, não ignora perfis biográficos de relevo nem marginaliza os diferentes papéis sociais desempenhados pelas mulheres.

Os «programas» que a seguir se transcrevem, fontes documentais que podem escorar o estudo dos paradigmas de pedagogia feminina em Portugal, evidenciam, para além da atenção a espaços religiosos e culturais, a existência de um modelo de educação «católica» de longa duração que, em pleno século XVIII, no caso das Visitandinas, recuperando seguramente modelos anteriores de matriz francesa⁶, reproduz muitas das ideias registadas pelos programas «pedagógicos» humanistas⁷ e, mais tarde, por tratados de que pode servir de paradigma, tendo em conta diferenças pontuais, a conhecida e traduzida obra de Fénelon *Traité de l'éducation des filles* (1682, pub. em 1687). Vocacionados para grupos sociais diferenciados – as Visitandinas, ainda que com sérias dificuldades de «recrutamento» em Portugal e, em certos momentos, também em França – visavam, essencialmente, a educação de meninas nobres, enquanto as Ursulinas⁸ acolhiam grupos sociais mais diferenciados, estes «regulamentos» podem contribuir para penetrar no universo, ainda pouco conhecido, entre a casa de família e o convento, pois que se dirigem não apenas a futuras religiosas, mas também a meninas educandas de variados estratos culturais e sócio-económicos, difundindo modelos de comportamento feminino que fixavam, para além de «ler, escrever e contar», gestos, formas de olhar e manter o rosto, expressões faciais, maneiras de falar, gerindo condutas em público que visavam simultaneamente o controle da palavra e o controle dos gestos, ambos submetidos a uma «retórica» da contenção que em muito contribuiu para os diferentes papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

⁶ Fundada em terras do duque da Sabóia, no dealbar do século XVII, a ordem expandiu-se rapidamente em França e logo em Itália, na Suíça, na Alemanha, Áustria e Polónia. V. *Visitation et visitandines aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Org. Bernard Dompnier et Dominique Julia. P. U. de Saint-Étienne, 2001.

⁷ V., no âmbito de uma ampla bibliografia, FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1995) — *Espelhos, cartas e guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica*. Porto: ICP.

⁸ CHANTAI GUEUDRE, Mère Marie de (1957) — *Histoire de l'ordre des Ursulines en France*, 2 vols. Paris: Édition Saint-Paul.

1. «Do seminário das meninas. Pensionado»: regulamento e história da Visitação em Portugal*

O «Livro 5º» da «Historia da Visitação», manuscrito seguramente da autoria de Teodoro de Almeida [1722-1804], embora as cópias conhecidas possam ter acrescentos posteriores de outras «mãos», narra, recorrendo a uma interpretação de teor «providencialista» tão cara ao autor, a vinda das discípulas de Jeanne Frémoyot de Chantal para Portugal em 1784 e expõe o primeiro programa completo de educação feminina, em termos de organização e aplicação práticas, de que parece haver notícia em ambiente conventual em Portugal. Organizado em temas independentes – «Da Educação», «Do Vestido e do Toucado», «Dos Castigos», «Da sua Modestia e Gravidade», «Do seu Fervor e Devoção», «Da disposição para aprenderem», «Da primeira comunhão que fazem as Meninas na Visitação», «De S. José do Seminário», «Da protecção do Anjo da Guarda», «Da Protecção de S. Francisco de Sales» – configura uma brevíssima «Ratio studiorum», em que as considerações expressas examinam as disciplinas ensinadas e explanam estratégias pedagógicas.

A primeira parte deste «Livro 5», dedicado ao «Seminário das meninas. Pensionado.», equaciona um conjunto de questões relativas à «educação» enquadrando planos de aprendizagem que comportam um estádio inicial que consistiria em aprender a ler, escrever, contar e «a Religião». Num momento posterior, surgiria o ensino da «Grammatica Portugueza»⁹, que antecedia a francesa, a italiana, a latina e a inglesa, no percurso de ensino destas línguas. Com toda a probabilidade, o francês deverá ter tido um peso maior que o dos outros idiomas, com excepção do português, pois que se tratava da língua materna das fundadoras, vindas da casa-mãe de Annecy, e o próprio texto regista que mesmo as alunas mais novas, que não o aprendiam ainda nas aulas, acabavam por adquirir alguma competência linguística, apenas por estarem imersas num ambiente em que se falava francês. De resto, o domínio deste idioma facultava a distinção entre as três classes criadas para «causar emulação e premiar o adiantamento nos estudos»¹⁰: à primeira pertenciam as meninas que falassem «francamente» e soubessem bordar bem. Aliás, no cenário definido por Teodoro de Almeida, de resto um experimentadíssimo professor de «Filosofia

* Este texto retoma e resume, com alterações, parte do estudo inserido em SANTOS, Zulmira C. (2004) — «Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII: a fundação e os programas pedagógicos das visitandinas». In *Estudos de homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, p. 987-1001; e em SANTOS, Zulmira C. (2007) — *Literatura e espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida [1722-1804]*. Lisboa: FCT-FCG. KEMMLER, Rolf; ASSUNÇÃO, Carlos; e FERNANDES, Gonçalo (2010) — «A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786)». *Diacrítica* 24-1, p. 373-394.

¹⁰ *Historia da Visitação*. In SANTOS, Zulmira C. (2007) — *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida [1722-1804]*. Lisboa, FCG.

Moderna», o percurso traçado, na aprendizagem das línguas, revela-se rigoroso e preciso. As alunas começariam pelo estudo da gramática portuguesa, cujo conhecimento facilitaria o acesso a outros idiomas. Passariam em seguida ao francês e «estando correntes», porque eram «obrigadas a fallar continuamente», acediam ao italiano e depois ao latim. Só as que expressamente o desejassem aprendiam inglês, asserção que deixa supor tratar-se do aproveitamento da existência de duas irmãs irlandesas, susceptíveis de leccionarem a língua em causa. O programa comportava ainda o estudo da Geografia, de alguma história Sagrada, cravo e solfa, o ensino da costura, da renda e do bordado de branco «de oiro e matizes».

O estudo de um leque de línguas vulgares constituído pelo francês, italiano e inglês – que, como se acentuou, Teodoro de Almeida considerava um segundo patamar de aprendizagem, logo depois das primeiras letras – não surpreende, na medida em que os escassos exemplos documentados de saberes femininos nestas áreas e para estes grupos sociais, em Portugal, a partir, essencialmente, da década de cinquenta, corresponde na globalidade a este padrão de conhecimento¹¹. Aliás, os estudos sobre os programas pedagógicos das visitandinas em geral revelam que o modelo original, numa ordem que não tinha nascido com tais objectivos, se applicava com alguma elasticidade. No seio da comunidade de Aurillac, por exemplo, as meninas aprendiam «le latin, l'arithmétique et le chant»¹².

No caso português, que Teodoro de Almeida certamente adaptou de modelos que conheceu quando esteve em Annecy e Auch, este núcleo programático orientava-se para dois campos diversos: o do desenvolvimento intelectual propriamente dito, investindo na competência linguística, na geografia e na música e o da habilidade manual, traduzida na confecção de rendas e bordados, como formas úteis de ocupar o tempo livre sem cair na ociosidade, razões que, como é sabido, vinham a ser repetidas não apenas por muitas das formulações de humanistas e moralistas ao longo de todo o século XVI, e mesmo bem antes, mas, muitas vezes também pela literatura ficcional dirigida ao público feminino ou pelos tratados de comportamento social de vocação «disciplinadora».

Teodoro de Almeida confere a este «regulamento» uma particular dimensão pragmática, no sentido em que não se demora em considerações de natureza

¹¹ SANTOS, Zulmira C. (2002) — «Percurso e formas de leitura 'feminina' na segunda metade do século XVIII». Revista da Faculdade de Letras, Série de Línguas e Literaturas, II Série, vol. XIX, p. 71-110. CABRITA, Lígia Maria Sánchez Coelho da Silva (2011) — *A representação da mulher no pensamento dos filósofos iluministas portugueses*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado em Estudos Românicos.

¹² SARRET, Philippe (1997) — «La vie interne d'une communauté: les visitandines d'Aurillac». In *Vocations d'Ancien Régime. Les gens d'Église en Auvergne aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Revue d'Auvergne, n° 544-545, p.165. DUVIGNACQ-GLESSGEN, Marie-Ange (1994) — *L'Ordre de la Visitation à Paris*. Paris: Les Éditions du Cerf, p. 240-244.

teórica, provavelmente porque lidava com um programa já largamente experimentado que, certamente com outros contornos, conhecia bem pelo contacto com as discípulas de Jeanne Frémyot de Chantal de Bayonne e Annecy, durante o período em que residiu em França e esporadicamente na Sabóia, entre 1768 e 1778. Em todo o caso, e tal como parece comum aos diferentes pensionados, deve ter procedido a adaptações, circunstância que o faz enfileirar com Martinho de Mendonça de Pina e Proença, para os «meninos nobres»¹³, e L. A. Verney¹⁴ e Ribeiro Sanches¹⁵, para as considerações sobre a dimensão feminina – cada um no seu tempo particular e de modo também específico – no limitado conjunto de autores que, em Portugal, no século XVIII, se preocuparam com a discussão e elaboração de programas pedagógicos. Aliás, pelo que respeitava às meninas, estes programas mais não faziam que revalorizar as propostas humanistas, reproduzidas, de algum modo, nos modelos formulados por Fénelon ou Rollin, que em muito inspiraram os quadros pedagógicos das Luzes declinados no feminino, sobretudo em Portugal.

O programa ministrado às pensionistas da Visitação privilegiava um padrão de sociabilidade que ia de encontro à voga de assembleias e salões, evidenciando, simultaneamente, a possibilidade de perfeição em qualquer estado, no sentido da projecção e da circulação do modelo das «cortes santas». Enfatizando a competência nas línguas vulgares e na música intentava desenvolver, bastante salesianamente, através destas jovens que, pelo menos em teoria, deveriam ser aristocratas, modelos de comportamento devoto que preservavam a capacidade de «brilhar» nos círculos de corte, mas se queriam modelos de «perfeição» feminina. O itinerário pedagógico da Visitação portuguesa configurava, assim, na globalidade, um paradigma de educação religiosa que comportava a abertura a alguns saberes reputados como essenciais para as donzelas nobres, criando simultaneamente um padrão de dama de corte que não ignorava as línguas ou as actividades artísticas que cimentavam a sociabilidade, mas as enquadrava numa abrangente matriz devota como padrão de conduta.

O programa proposto dedicava-se ainda a determinar o uniforme usado pelas pensionistas, explicando como o uso de uma fita carmesim com um laço, mais larga ou mais estreita, pretendia traduzir o estado de adiantamento nos estudos, criando emulação entre as jovens. No entanto, o texto dedica bem mais

¹³ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e (1734) — *Apontamentos para a educação de hum menino nobre que para seu uso particular fazia*. Lisboa Occidental: Na officina de Joseph Antonio da Sylva. In GOMES, Joaquim Ferreira Gomes (ed., 1964) — *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

¹⁴ VERNEY, Luis António (1746) — *Verdadeiro Método de Estudar*. Ed. de António Salgado Júnior. Lisboa: Sá da Costa, 1952.

¹⁵ SANCHES, A. Nunes Ribeiro — «Cartas sobre a educação da mocidade (Colónia, 1760)». In CORREIA, M. (ed., 1959) — *Obras*, vol. I. Coimbra, Por Ordem da Universidade de Coimbra, p. 201-366.

espaço a examinar os castigos, excluindo os corporais, porque eram meninas «nobres e se crião com animos nobres», sublinhando a atenção que haveria que prestar a todas as questões relativas ao comportamento e conduta em público. Sempre que necessário, as mais pequenas eram privadas de brincar ou obrigadas a ir para a cama imediatamente a seguir ao jantar. Às mais velhas impedia-se a comunhão em «algum dia grande, ou dia de alguma devoção que se concede ás outras». O texto revela um claro investimento na dimensão afectiva, – que não surpreende, bem pelo contrário, no contexto da Visitação, tendo em conta a sua origem «salesiana» – realçando o autor que as repreensões «galantes e suaves» se afiguravam as mais eficazes no percurso visando um comportamento modelar.

O ponto particular reservado à «Modestia e Gravidade» visava, essencialmente, uma espécie de gestão do corpo em cerimónias públicas, comum aos diferentes tratados de civilidade que percorriam o século, insistindo na obrigação de manter um rosto «natural e alegre», olhos «nem abertos com dessolução nem baixos com assustação», postura direita e suave, não tratar as companheiras por tu, não beber água sem licença, não dar nada «a alguma de suas companheiras sem consultar a Mestre, nem troca peça alguma de seu uzo sem licença»¹⁶.

No desenvolvimento da dimensão mais propriamente religiosa, presente no artigo referente ao «Fervor e Devoção» e «Da primeira comunhão que fazem as meninas na Visitação», T. de Almeida surge, uma vez mais, como director espiritual modelar, insistindo nas linhas de uma espiritualidade terna e afectiva que, aliás, lhe foi atraindo muitas críticas e censuras provenientes sobretudo de sectores predispostos a uma piedade mais «regulada». Em todo o caso, o aspecto a que o texto reserva mais espaço e atenção reside na cerimónia da primeira comunhão, evidenciando a importância e centralidade que T. de Almeida lhe atribuía. Desde as roupas até às palavras, tudo se preserva, como se se quisesse fixar um cerimonial típico da Ordem. No final deste «Livro 5º», numa espécie de epílogo que termina a «Historia da Visitação», o autor agradece a S. Francisco de Sales, relatando o prodígio de três curas devidas à sua intercessão, pela particular protecção à Visitação de Lisboa, como se a presença do santo, em Portugal, se tornasse mais visível e evidente, pela existência efectiva das suas mais directas discípulas.

A «Historia da Visitação», que integra este Livro V, revela-se, assim, um documento importante, não apenas no conjunto da obra de T. de Almeida, mas também como preciosa e indispensável fonte para estudar os primórdios das visitandinas em Portugal. A qualidade inegável de ser da mão do oratoriano, embora, com muita probabilidade com acrescentos posteriores de outras

¹⁶ V. *Historia da Visitação*. In SANTOS, Zulmira C. (2007) — *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida [1722-1804]*. Lisboa, FCG.

autórias, valoriza-o como repositório de informações, ainda que, naturalmente, os dados obtidos se devam cruzar com as fontes arquivísticas disponíveis que são, todavia, muitas vezes fundamentais do ponto de vista de rendas ou dotes, mas demasiado lacónicas face às vocações, às condições de ingresso ou à vida quotidiana no interior das instituições. Desse ponto de vista, e correndo o risco da interpretação individual, haverá que valorizar testemunhos que, como o de Almeida, revelam, pela própria legitimação providencialista, aspectos da vida religiosa e tendências de espiritualidade que conviveram, frequentemente de forma conflituosa, com algumas das dimensões mais «ilustradas» ao longo do nosso século XVIII.

2. Ursulinas e educação feminina¹⁷

Os «Regulamentos p.^a as Religiozas Ursulinas. Do q. pertence à instrução das Meninas»¹⁸ são um manuscrito de 26 páginas, escrito a duas mãos e datado vagamente do século XVIII, com probabilidade da sua segunda metade, e norteariam as fundações de Ursulinas em Portugal: o Colégio de Pereira do Campo de Coimbra (1753), o Real Colégio das Chagas de Viana da foz do Lima (cerca de 1777) e o de Braga (1785) e o colégio da Misericórdia de Lisboa para a educação de órfãs (cerca de 1788).

Segundo as Constituições das Religiosas de Santa Úrsula¹⁹, no seu capítulo VI «Da clausura», «Permite-se às Religiosas o ter Educandas em um apartamento ou lugar separado, mas fechado dentro da clausura do Mosteiro, no qual elas habitarão, comerão, dormirão e serão instruídas por quem a Superiora ordenar» e «Haverá um lugar separado na clausura com suas classes ou escolas, aonde as donzelas de fora virão para serem ensinadas». Havia, portanto, «dois colégios de meninas: um de internas, chamadas porcionistas ou pensionistas, geralmente constituído por meninas nobres e ricas que podiam pagar a sua hospedagem e educação; e outro público, gratuito, aberto à comunidade civil, destinado às educandas pobres ou de menos recursos»²⁰. As primeiras estavam sujeitas à clausura; as segundas não.

Estes Regulamentos para a instrução de meninas estão divididos em duas partes: a primeira dedicada às discípulas internas e a segunda às externas. Na Primeira Parte, temos os capítulos²¹ «Da ordem das classes», «Do regulamento

¹⁷ O texto que se segue é da autoria de Helena Queirós.

¹⁸ ADB, Fundo Monástico-Conventual, U 16.

¹⁹ Transcritas por ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da — *O Real Colégio das Chagas do Convento das Ursulinas. Instrução de Meninas em Viana 1778-1884*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 224-268. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea.

²⁰ Idem — *Ibidem*, p. 125.

²¹ Transcrevemos os títulos de acordo com a nossa edição.

da Madre Prefeita das educandas», «Regulamento das mestras das Classes», «Do regulamento dos exercícios espirituais das educandas» (subdividido em «Do modo como deve a mestra instruir as educandas nas cousas de piedade e como devem fazer o catecismo», «Do que a mestra deve fazer para fazer confessar as educandas», «Para a comunhão», «De como se devem instruir as educandas para a primeira comunhão», «Como se devem instruir as educandas para receber o sacramento da confirmação», «Modo de fazer-se oferecer a Deus as educandas»), «Da mestra de escrever», «Da mestra da conta e da ortografia», «Das mestras dos instrumentos e das que ensinam a ler o Vulgar e Latim etc.», «Das mestras de renda, costura e de toda a casta de lavor», «Regulamento para quem tem cuidado da roupa de linho e de cor» (que inclui «Regulamento das que têm cuidado das cousas de comer» e «Regulamentos para todas as mestras em geral») e «Regulamento das que penteiam e vestem as educanda[s]».

Na Segunda Parte, o capítulo I ocupa-se de certas questões gerais relativas às externas (localização das classes, número de meninas e de mestras, procedimento ao entrar para as classes, horário das actividades, etc.). Seguem-se «Regulamento do que a Madre Prefeita deve fazer e praticar com as discípulas externas», «Regulamentos das mestras das discípulas externas» e «Regulamento das discípulas externas», que inclui «Da ordem que devem guardar nos dias que vão à classe».

Este documento explana não só as matérias que deveriam ser ensinadas, como ainda as estratégias pedagógicas a adotar, apresentando indicações práticas (como pegar na pena, postura, colocação do papel, etc.). A especificação do gesto insere-se num sistema clássico²². Entre os 104 volumes compendiados no inventário de 20 de agosto de 1884²³, constavam: Dicionário Português-Francês, Dicionário Italiano-Português, Gramática Francesa, Método Francês, Gramática Italiana, Compendio de Música, Teatro Eclesiástico, Diálogos entre Discípulo e Mestre²⁴ e uma Arte Nova de Escrever, que seria, provavelmente, a *Nova Arte de Escrever*, de António Jacinto de Araújo, publicada em Lisboa, em 1793²⁵. Parece, pois, bem dotada a biblioteca e atualizada, para servir os

²² Sobre manuais de escrita espanhóis nos séculos XVI e XVII e a sua fortuna no resto da Europa, veja-se MARTÍNEZ PEREIRA, Ana (introd.) — *Francisco Lucas. Arte de escribir*. Calambur, 2005.

²³ ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da — *Ibidem*, p. 144.

²⁴ Se a cartilha, com um conteúdo básico composto por alfabeto, silabário e textos da Doutrina cristã, constituía «El primer material del que disponia el niño para adquirir estas destrezas», «En ocasiones este contenido se ampliaba con algún diálogo entre maestro y alumno en el que se repasaba el catecismo o se trataban temas relacionados con las buenas costumbres y se desarrollaban unas breves nociones de escritura». (MARTÍNEZ PEREIRA, Ana — *El Arte de escrever de Manuel Barata en el ámbito pedagógico de la segunda mitad del siglo XVI*. «Península. Revista de Estudios Ibéricos», n.º 1 (2004), p. 238.

²⁵ Ana MARTÍNEZ PEREIRA resume a produção caligráfica impressa portuguesa entre os séculos XVI e XVIII em «Un calígrafo español en la corte de D. João V: Marcos de las Roelas y Paz», «Península. Revista de Estudios Ibéricos», n.º 0 (2003), Instituto de Estudios Ibéricos / Faculdade de Letras da Universidade do

objetivos pedagógicos das Ursulinas.

As internas estavam divididas por mestra de escrever, mestra da conta e ortografia, mestra dos instrumentos, vulgar e latim, mestra de renda, costura e labores. Havia diferentes mestras segunda as matérias, o que era prática comum no século XVIII²⁶. Percebemos três grandes áreas em que se dividia o ensino: o ensino religioso, moral e civil, compreendendo o catecismo, a preparação para a primeira comunhão, exercícios espirituais; o ensino literário, compreendendo ler, escrever (e isto quer em Latim, quer em vulgar) e contar; o ensino artístico, compreendendo costura e renda e a música.

Há também uma série de instruções quanto a higiene (tratamento da roupa, conservação dos alimentos, cuidados ao pentear e vestir as educandas, asseio pessoal) e civilidade (boas maneiras e regras de convivência), recorrentes neste tipo de regulamentos²⁷.

Preconiza-se a prática da emulação e do que hoje chamaríamos «reforço positivo». A emulação foi, como se sabe, muito desenvolvida pelos Jesuítas. Pressente-se igualmente a sensibilidade inaciana no cuidado especial para com aquelas que estivessem indispostas e na leveza dos castigos. A proximidade das Ursulinas aos Jesuítas rasteia-se, pelo menos, aquando da sua fundação, em 1608, em Paris, tendo sido os mesmos a redigir os seus estatutos, baseados na Regra de Santo Agostinho²⁸. Poder-se-ia dizer que os Jesuítas estão para a instrução masculina, como as Ursulinas para a feminina. Aliás, a cartilha do padre Inácio Martins (S.J.) é indicada no ponto 3, capítulo XXIX, das Constituições das Ursulinas. Um dado muito curioso é o facto de se preconizar que as alunas mais adiantadas se ocupem de outras, o que poderá ser eco da própria *Ratio Studiorum*. O marquês de Pombal considerava-as criaturas afetas à Companhia de Jesus porque usavam hábito com roupeta e os inacianos eram os encarregados dos seus negócios. Para a sua instalação em Portugal, valeu a tenacidade de D. Luíza Botelho, fundadora de Coimbra²⁹, o que ainda se fez sob os auspícios do jacobino D. Miguel da Anunciação.

Quanto às recriações, defende-se o princípio do *prodesse ac delectare*, tão ao

Porto, p. 354-368. Para tipologias de manuais considerados em função das matérias tratadas, veja-se MARTÍNEZ PEREIRA, Ana — *Manuales de escritura de los Siglos de Oro. Repertorio Crítico y Analítico de Obras Manuscritas e Impresas*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2006, p. 53-56. Segundo a autora, existem artes de escrever (ensino do traçado das letras *tout court*); artes de escrever e ortografias e/ou gramáticas; artes de escrever e artes de contar; compêndios que tratam de quase todas as disciplinas (arte de escrever, aritmética, ortografia, gramática), frequentes, sobretudo, no século XVIII; coleções de amostras e alfabetos, utilizados como modelos nas classes.

²⁶ Idem — *Ibidem*, p. 69.

²⁷ Veja-se SONNET, Martine — *L'Éducation des Filles au Temps des Lumières*. Paris: Cerf, 1987, p. 150-160.

²⁸ Ainda antes da constituição como ordem religiosa de clausura, o que chegou a 13 de junho de 1612, com o Breve do Papa Paulo V. ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da — *Ibidem*, p. 56.

²⁹ Idem — *Ibidem*, p. 68.

gosto da Contrarreforma, ambiente que viu nascer este Instituto, e proibem-se os entremezes e outros jogos pouco decorosos e ainda os «recados», o que não era inédito à época³⁰. É o velho receio de que «le siècle envahisse le cloître» e «l'horreur des mélanges»³¹, consubstanciado ora no desfasamento dos horários em relação à comunidade, ora nas folgas «para não andarem a vir pelas ruas em dias tão tumultuosos», ora por estarem externas e internas divididas pela clausura, ora na proibição de recados e jogos profanos.

Da leitura das instruções das externas adivinhamo-las menos «controladas». Já no caso das internas, a educação é mais «fina», o que, de resto, não surpreende. Note-se o concretismo das descrições, nomeadamente da comunhão na grade.

Parece ser possível concluir que, embora separadas, já que as internas estavam sujeitas à clausura, internas e externas partilhavam objetivos e métodos pedagógicos. As externas somavam à sua formação colegial a doutrina cristã. Também a semana escolar, as férias e os feriados eram iguais.

Aqui entrevemos um programa de ensino desenvolvido pelas Ursulinas cujo máximo expoente seria o Colégio de Coimbra, o qual, segundo Fortunato de Almeida, «foi talvez a mais afamada casa de educação feminina em Portugal»³², chegando a incorporar religiosas professoras estrangeiras na docência. Por outro lado, pelo menos para o caso de Viana, as educandas eram oriundas dessa cidade, do Porto, Braga, Valença, Barcelos e de todo o Alto Minho, mas ainda de Lisboa e Olivença, o que parece dizer do seu prestígio³³. Não obstante, não se nos afigura, pelo menos pelo que deixa ver, mais completo do que o das Visitandinas. Com efeito, estas tinham ainda gramática francesa, italiana e inglesa, sendo aliás a primeira tão usada como a portuguesa³⁴. O estudo destes idiomas parecia, aliás, corresponder a um modelo pedagógico concreto,

³⁰ Vejam-se, a título de exemplo, o caso das Devassas do Convento de S. Salvador de Braga em QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas — *D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), Director Espiritual e Biógrafo. A Inacabada Vida de Josefa Maria da Trindade (O.S.B.)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, 2 tomos, p. 83 e 84. Dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008, p. 83 e 84.

³¹ SONNET, Martine — *Ibidem*, p. 143-144.

³² ALMEIDA, Fortunato — *História da Igreja em Portugal*, volume III, p. 99.

³³ ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da — *Ibidem*, p. 143.

³⁴ Sabemos, contudo, que no Colégio de Coimbra, em 1853, o programa de ensino era bem mais completo, nomeadamente ao nível das línguas, incluindo também gramática portuguesa, francesa, italiana e inglesa. Elencaremos rapidamente as matérias lecionadas: catecismo, preparação para a primeira comunhão, prática dos exercícios religiosos e cristãos, explicação sucinta do Evangelho e aplicação moral de todas as suas máximas aos usos da vida, princípios e regras da civildade, ler, escrever e contar, desenho linear com aplicação aos labores e bordadura, Geografia, cosmografia portuguesa, noções de cosmografia e cronologia, História Sagrada do Antigo e Novo Testamentos, História Profana, especialmente a portuguesa, Mitologia, princípios, regras e usos gerais da economia doméstica, noções elementares de higiene, ponto de malha, fazer meia, rendas, costura, bordadura, Música, cantar e tocar piano, arte floral e desenho (RIBEIRO, José Silvestre — *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871-1893, Tomo XI, p. 89-90).

correlato de um «modelo de comportamento devoto na corte»³⁵. Quanto à aprendizagem da música, os Regulamentos das Ursulinas referem-se somente a «instrumentos»; das Visitandinas sabemos que estudavam solfa e cravo.

Nos Regulamentos das Ursulinas são parcas as referências a castigos, enfatizando-se sempre a brandura e a compaixão. No caso das Visitandinas, havia castigos, mas, obviamente, nunca corporais: ficavam privadas de brincar ou iam para a cama logo depois do jantar. Privar as mais velhas de comungar seria pena bem sentida.

No seu Livro V, acerca do Seminário das meninas, Teodoro de Almeida fala do «vestido e toucado» que deveriam trazer: «Todas trazem de semana os seus vestidos de lã ou chita como pede a estação do tempo e da cor que mais lhe agrada; por quanto o uniforme he só para o Coro e Actos de Cerimonia. O uniforme porem he deste modo: hum vestido preto de lã com a sua Cauda; os canhoens de tafeté carmezim, como tambem a fita do cabelo e outra que cahe sobre o lenço do pescoço para suspender a cruz de prata propria da Vizitação. Duas argolinhas de oiro nas orelhas e huma fitinha preta no pescoço, vental de cambraia e véo de cambraia na cabeça». As disposições de vestuário não estão presentes nos Regulamentos das Ursulinas, mas sabemos que usavam o hábito de Santo Agostinho.

Quanto à origem socioeconómica, o programa de Teodoro de Almeida está voltado exclusivamente para a educação das meninas nobres, ao passo que o das Ursulinas abrange outros estratos sociais. Embora se considerasse o ensino gratuito, havia uma propina destinada a gastos de alimentação e hospedagem, inicialmente no valor de «40\$000 reis por mês, paga em dois semestres, tendo passado para 50\$000 reis na 1ª década de 1800»³⁶. Resulta claro que as famílias teriam que ser pelo menos abastadas para suportar os custos da entrada.

Estes Regulamentos permitem já perceber um pouco o que era o programa de estudo das Ursulinas em Portugal. Contudo, seria interessante traçar a filiação europeia deste modelo pedagógico, o que ultrapassa o âmbito deste trabalho. Se cotejarmos estes Regulamentos com os das Ursulinas Francesas ou se os confrontarmos com as propostas de educação coevas, que continuidades e que diferenças? E como interpretá-lo?

³⁵ SANTOS, Zulmira — *Literatura e espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida: (1722-1804)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, p. 139.

³⁶ ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da — *Ibidem*, p. 143.

Crítérios de Edição³⁷

Trata-se de uma edição modernizadora, muito embora venha ao de cima o desejo de não alterar demasiado os textos. O critério – subjetivo, claro está – foi o de alterar somente quando estavam em causa a inteligibilidade e fluidez da leitura.

Nesta conformidade:

1. Modernizei todos os casos de metáteses («premissão», «ofercerão» etc) e outras formas, ainda que se conservem hoje em registos populares (ex.: «câmera», «véspora», «tãobem» etc). Estas correções não constam do aparato crítico.
2. Atualizei o texto à luz das normas ortográficas e morfológicas vigentes. O mesmo para a distribuição de minúsculas e maiúsculas. Estas correções não constam do aparato crítico.
3. Eliminei palavras repetidas e outros *lapsi calami*. Estas correções constam do aparato crítico.
4. Desenvolvi as abreviaturas. Estas alterações constam do aparato crítico.
5. Introduzi pontuação e acentuação;
6. Procedi a correções de natureza morfológica e sintática. Estas correções constam do aparato crítico.
7. Eliminei os sublinhados do original, mas fazendo-os constar do aparato crítico.
8. A adição de letras, caracteres ou palavras indica-se por meio de [].
9. Optámos por grafar na edição a palavra «Jesus» quando no original estava «Jesu», sem qualquer referência à nossa alteração. Porém, se, na globalidade do original, existe flutuação entre «Jesu» e «Jesus», indicamos a nossa alteração por meio de [].
10. Em aparato crítico, indico, à esquerda a opção do editor e, separado por dois pontos, o que constava do original, referenciado como *REG* para «Regulamentos» ou *VIS* para «Visitandinas». Faço ainda outras observações relativas a apresentação / disposição física do texto no original, nomeadamente, no caso de que certa palavra / expressão / frase fosse introduzida entrelinhas ou à margem e ainda no caso de rasuras.

³⁷ Modernização dos textos da responsabilidade de Helena Queirós.

Livro 5

Do seminário das meninas. Pensionato³⁸

Não é razão que, dando nós uma notícia exata e miúda desta fundação, deixemos de, com mais individuações de uma parte dela que tem concorrido muito para a boa aceitação deste mosteiro, como temos dito e agora veremos.

Principiou o pensionato no dia de Santa Ana do ano de 1784. Pregou o Superior dos Barbadinhos italianos, chamado o padre Fr. Adriano, homem grande em todo o género, que nos deixou, pela sua morte na idade de 37 anos, uma bem grande saudade, igual ao seu merecimento.

Entraram nesse dia 5 meninas: D. Maria do Carmo e Aguiar, que hoje se acha professa; mademoiselle Dufour, que hoje se acha em França na companhia de sua irmã, e as três irmãs Silveiras, que ainda hoje persistem com muito adiantamento e satisfação de seus pais. Depois disto, foram entrando várias meninas nobres e algumas ilustres, que fazem número de 41. Mas, como não é possível ir dizendo de cada uma o que nela há que louvar ou que admirar, iremos discorrendo por vários artigos em geral, dizendo então se há algum caso particular, cuja narração interesse.

IIº

Da educação

Como já o número de meninas é bastante, já se pode ver qual é a sua educação. Ensinam-lhes a ler, escrever, contar e a religião. Além disso, se lhes ensina a gramática portuguesa, a qual lhes serve de muito e de porta para as gramáticas francesa, italiana, latina, inglesa, por que todas estas línguas se lhes ensinam por princípio, se as querem aprender. Também se lhes ensina a coser, meia, renda e bordar de branco e de oiro e matizes; e ultimamente solfa, cravo e geografia.

Mas o que mais admira nestas meninas, ainda nas de mui pequena idade, é a gravidade e modéstia em todos os atos públicos, fazendo-se objeto da admiração de todos.

Do vestido e toucado

Todas trazem de semana os seus vestidos de lã ou chita, como pede a estação do tempo, e da cor que mais lhes agrada, porquanto o uniforme é só para o coro e atos de cerimónia.

O uniforme, porém, é deste modo: um vestido preto de lã com a sua cauda; os canhões de tafetá carmesim, como também a fita do cabelo e outra que cai sobre o lenço do pescoço para suspender a cruz de prata própria da Visitação; duas argolinhas de oiro nas orelhas e uma fitinha preta no pescoço, [a]vental de cambraia e véu de cambraia na cabeça.

³⁸ Pensionato: Pensionado *VTS*. Equívoco presente em todo o texto. Escusamo-nos a voltar a registá-lo em aparato crítico.

Para causar emulação e premiar o adiantamento nos estudos, dividem as meninas em 3 classes. A primeira é daquelas que estão mais adiantadas e que falam francamente o Francês e sabem bordar bem e se aplicam à música, geografia, etc. Tem por distintivo no braço esquerdo, sobre o uniforme, uma fita larga carmesim com o seu laço. As da segunda ordem, em que estão as menos adiantadas, têm por divisas uma fitinha estreita, também carmesim e com o laço no braço esquerdo. Mas a terceira, que é das principiantes, não tem esta distinção.

Dos castigos

Como estas meninas são nobres e se criam com ânimos nobres, não há castigo nenhum corporal para seus crimes e todos são de mortificar o gosto ou as paixões. Os mais fortes são de privá-las de brincarem com as outras nos dias de sueto. Isto é se falamos das mais pequenas.

Outro castigo mais ligeiro é fazê-las deitar na cama, logo que acabam de ceiar, privando-as daquela hora de recreio com as suas companheiras de que elas fazem muito caso.

Para as maiores, o castigo mais sensível é privá-las da santa comunhão em algum dia grande ou dia de alguma devoção em que se concede às outras. Aqui contaremos alguns desses castigos e os seus bons efeitos.

Em uma quarta-feira da Quaresma, veio falar com o padre Almeida uma sua confessada que ainda não tinha doze anos: Vinha chorosa e, perguntando-lhe o seu confessor a causa, disse com lágrimas que a sua mestra madame Lourenço lhe dera licença para se confessar, mas não para comungar e, perguntando-lhe o motivo, respondeu que tinham feito queixa dela à sua mestra de que não estava no coro com a decência devida. E, replicando a perguntar o confessor se isso era assim, respondeu que a consciência não a acusava. Então o padre a consolou e, depois de a confessar, a alertou a que sofresse com paciência aquele imputado crime, em memória dos que imputaram³⁹ ao Senhor Jesus na sua Paixão. Recebeu o conselho, lamentando-se que havia tanto tempo que não comungava (tinha comungado⁴⁰ no domingo p[r]ecedente) e, apresentando-se à sua mestra, lhe disse que o padre Almeida a confessara, mas que, quanto à comunhão, deixara isso à disposição da sua mestra. Ela então lhe declarou o crime e disse assim: «Nem menos de 3 religiosas me têm dito que vós no coro estais com inquietação, ora tirando o lenço, ora metendo-o na algibeira, ora abrindo o livro, ora fechando-o e que muitas vezes ledes pelo índice do livro e em lugar de vos ocupardes com as orações e não é este o modo estar na presença

³⁹ imputaram: imputerão *VIS*.

⁴⁰ comungado: comingado *VIS*.

do Senhor. Amanhã⁴¹ não comungareis; comungareis domingo». A humildade e a emenda foram conhecidos prémios desta submissão.

Esta mesma menina teve um ameaço das mesmas penitências que produziu⁴² um grande efeito. Foi o caso: pouco menos de seis meses havia que esta menina tinha entrado, tendo⁴³ sido criada com muito mimo, e não tinha instrução alguma quando viera. Seu pai, indo visitá-la, se informou de como ia sua filha e lhe responderam que se ia desembaraçando bem no Francês. Achou que era pouco o adiantamento para quase⁴⁴ seis meses e, não obstante o dizer-se que tinha aprendido a ler muito bem e a escrever com asseio, a contar e a sua religião, a coser e a bordar, tudo isto achava pouco por tantos meses, que tanto cega muitas vezes o ânimo, amor dos pais, que chega a persuadi-los que geraram Anjos e não criaturas humanas, cuja herança e dote primitivo é a ignorância. Sobreveio neste tempo a Madre Mestra e respondeu à queixa do pai que, se a filha não falava o Francês, era por acanhamento e entendia tudo quanto eles estavam falando.

Acabada a visita, foi esta menina chamada pela Madre Mestra, a qual lhe disse: «Vós, menina, fostes testemunha do dissabor que tive com o vosso pai por não falardes Francês. Vós o sabeis e por acanhamento o não quereis falar. Eu vos protesto que nem mais uma palavra vos direi nesta matéria; fazei o que quiserdes, mas seguro-vos que se daqui até dia da Conceição vos ouvir uma só palavra em Português, não haveis de comungar em dia da Conceição». Pronunciada a sentença, se retirou a Madre Mestra e a menina tomou a resolução de nunca mais falar senão em Francês, fosse como fosse. Sete dias depois voltou o pai (que ignorava o que se tinha passado) e procurou sua filha. Entrou ela no locutório falando espontaneamente em Francês ao pai, que ficou admirado; foi respondendo em Francês e a conversação se continuou. Tentou-a o pai, falando em Português, mas a filha, tremendo o formidável raio da penitência, foi sempre respondendo em Francês e teve a consolação de comungar no dia da Conceição da Senhora, prémio bem estimado por ela do seu grande trabalho e obediência.

Outro castigo mais forte se deu a uma menina por⁴⁵ haver dito certa mentira, que veio aos ouvidos de sua Mestra. Perguntou-lhe ela diante de algumas pessoas pelo objeto da mentira e a menina a sustentou, não querendo confessar o seu crime em público. A Madre Mestra, que estava bem informada, foi argumentando e apertando e, enfim, a menina houve de ceder e confessar com lágrimas que havia mentido. «E como assim – replicou a Madre Mestra –

⁴¹ Amanhã: á manhã *VIS.*

⁴² produziu: peoduzio *VIS.*

⁴³ entrado, tendo: entrado e tendo *VIS.*

⁴⁴ quase: quazi *VIS.*

⁴⁵ por: poe *VIS.*

vos atreveis⁴⁶ a dizer uma mentira e a sustentá-la?! E isto sendo vós das meninas que já comungam! Não⁴⁷ cuidei que vós fôsseis capaz de semelhante crime!» Lançou-se-lhe a menina aos pés a pedir perdão e a sua Mestreza respondeu compassiva e severa: «Eu de boa vontade vos perdoarei, porque também desejo que Deus me perdoe a mim, mas é preciso que primeiro Deus vos perdoe e que a vós perdoem as vossas companheiras, que todas estão escandalizadas. Ide ao pensionato pedir perdão às vossas companheiras», o que ela executou com pontualidade e, vindo a dar contas do que feito havia, para conseguir o perdão da Madre Mestreza, lhe pediu que lhe ensinasse alguma penitência oportuna para que Deus lhe perdoasse. Então a Madre Mestreza, considerando um pouco lhe disse: «Eu creio que vós não estais hoje capaz de entrar no coro. E assim, quando as vossas companheiras entrarem a fazer a sua oração costumada, vós ficareis à porta pedindo a Deus perdão».

Assim se executou e, à hora costumada, entrando todas segundo a sua ordem, a menina criminosa ficou de joelhos fora da porta, lavada em lágrimas e sumindo-se pelo chão, em certo modo, pela confusão e arrependimento em que estava, acompanhando-a com lágrimas de ternura todas as pessoas que a viam. Acabado o tempo da oração, foi abraçada pela mestreza e companheiras, que ficaram muito mais edificadas da sua humildade, do que haviam sido escandalizadas⁴⁸ da sua mentira.

Não é razão que passemos em silencioso outra ameaça de castigo, que por graça se fez e foi motivo de grande divertimento e prova de candura e de inocência de uma menina. Tinha ela pouco mais de quatro anos de idade; estava ali por recomendação de Sua Majestade, pois em três semanas esta menina e mais duas irmãs haviam perdido pai e mãe, ficando todas três em pouca idade.

A Madre Assistente, que então era a madame Ferrée, achando-se no regaço com algumas amêndoas, deu o seu quinhão a algumas meninas⁴⁹, que à roda dela estavam⁵⁰ e coube a sua porção a D. Maria Benedita de Vasconcelos, de quem falamos. Como era muito viva, em certo movimento que fez a Madre Assistente, lhe furtou três amêndoas; foi percebida e a Madre Assistente, com ar sério⁵¹ lhe disse: «Minha menina, vós não sabeis que é lei em Portugal que quem furta é enforcado? Vós furtastes amêndoas, tende paciência, que vos hei de matar. Tenho bem pena porque sou vossa amiga, mas não há remédio: haveis de ser enforcada. Ide-vos despedir da vossa mãe.» Pontualmente a inocente se

⁴⁶ vos atreveis: vos atreveis-vos *VIS*.

⁴⁷ Não: Nõa *VIS*.

⁴⁸ escandalizadas: excandalizadas *VIS*.

⁴⁹ meninas: menianas *VIS*.

⁵⁰ estavam: esravão *VIS*.

⁵¹ sério: série *VIS*.

foi despedir da Madre Superiora, do qual nada sabia, mas, ouvindo a relação do crime e a sua sentença, respondeu que sentia muito aquela desgraça, mas que ela não podia ir contra as leis do Reino. Abraçou-a m[u]ito, reprimindo com dificuldade o riso.

Com esta tácita permissão da Superiora, se foi a criminosa apresentar à Madre Assistente, a qual [a] mandou também despedir de sua Mestra. Continuou esta o engano começado e, com lamentação fingida, abraçou a sua discípula, significando-lhe o grande sentimento de tamanha desgraça. Já com este segundo passaporte para a morte merecida representou D. Maria Benedita a Madre Assistente. Bem custava a esta sustentar o papel nesta tragédia e lhe ocorreu perguntar-lhe se se tinha despedido de sua tia. «Mas ela não está cá hoje...» – respondeu a criminosa – e a Madre Assistente, abafando o riso com um enfado de admiração, lhe disse: «Pois, menina, que dirá vossa tia se vier cá e eu vos tiver morta sem vos despedirdes dela? Esperemos que ela venha para vos despedirdes e então eu vos matarei.» Com gosto aceitou a suspensão da morte, mas a este momento sentiram rodar uma carruagem e a pequena foi voando a ver se era a tia e veio alvoroçada dizendo em altas vozes: «Não é minha tia, não é minha tia!» e ficou diferida a sentença por alguns dias.

Nestes sucedeu que a Rainha fosse visitar as religiosas e a menina, insinuando-se por entre as religiosas, foi com todo o desembaraço contar à Rainha que a Madre Assistente a queria enforcar porque ela tinha furtado três amêndoas.

A Rainha se informou do caso e houve por bem dizer que não dava licença para que a enforcassem. Então, triunfante, a menina passava diante da Madre Assistente e lhe disse mui ufana: «Não há de matar, não há de matar!», celebrando a Rainha e as pessoas reais a intentada tragédia da inocente.

Em outra ocasião percebeu a Madre Mestra que certa menina estava no coro com inquietação, voltando a cabeça para olhar para outras. Observando isto, se levanta, pega nela em peso e a pôs de joelhos voltada para a porta do coro dizendo: «Vede, minha menina, à vossa vontade o que quereis ver. Não vos estejais mortificando em olhar para trás, estando voltada para diante». Julgue-se qual seria a confusão da criminosa e qual a cautela das companheiras.

Com este ar de amizade, as Religiosas todas concorriam para as fazer mui atentas a tudo o que era devoção. Sucedeu⁵² que uma pequenina não estava mui quieta no tempo da missa, revistando com os olhos o que lhe ficava ao lado. Viu isto certa religiosa que, por galantaria, a tinha lisonjeado com o título de sobrinha e pontualmente a apeou desta dignidade e desconheceu deste parentesco. Ficaram as companheiras escarmentadas daquele castigo e, estando

⁵² sucedeu: succdeo *VIS*.

na grade com o padre Almeida, lhe disseram que aquela menina já não tinha⁵³ lá ninguém que a quisesse e lhe contaram o motivo. Sobreveio neste tempo a religiosa fundadora – noutro tempo fora sua tia – e o padre Almeida intercedeu por ela. Estava então a pequenina bem junto da religiosa, a qual, lançando-lhe o braço pelo pescoço e chegando-a muito a si, desmentiu com as palavras⁵⁴ o que fazia com as ações: «Nada, nada. – dizia – Eu não quero sobrinhas que, em vez de atender a Nosso Senhor, estão olhando para as ilhargas no tempo da missa. Nunca eu quereirei ter sobrinhas semelhantes.» Estas galantes repreensões fazia[m] naquelas inocentes efeitos maravilhosos.

Da sua modéstia e gravidade

Esta circunstância é⁵⁵ das mais plausíveis na educação das meninas. Quando no coro aparecem para alguma⁵⁶ função pública, lavam os olhos a todas e fazem um corpo tão grave, tão modesto, tão engraçado, que não se fartam os assistentes de olhar para as meninas e de gabá-las. Cada uma delas parece uma senhora mui respeitável, que tal é a sua postura direita, modesta e suave. Quando as mais pequenas de 4 e 3 anos ou menos vêm atrasar alguma ordem da Mestra, as que estão com as tochas ou em algum emprego, são⁵⁷ um objeto digno de agradável riso, porque de quando em quando fazem as suas medidas com tal gravidade, como fariam umas senhoras da corte nos exercícios do Paço. Nenhuma volta a cabeça, nenhuma dá movimento ao corpo que não seja com muita gravidade. O seu uniforme dá nos olhos porque quarenta meninas com os seus vestidos justos, pretos e suas caudas racionais, seus lenços no pescoço cruzados ante o peito e aventais mui aseados, uma fita carmesim larga ao pescoço, donde pende a cruz de prata própria da Visitação, outra fita carmesim no cabelo, que se via através do véu de cambraia, que lhes cobre as cabeças e isto com o rosto natural de alegre, olhos nem abertos com dissolução, nem baixos com assustação. Tudo isto faz um painel vivo, porém mudo, que consola o ânimo e recreia os olhos.

Nenhuma trata as suas companheiras por tu, nem abusa para falar à cortesia da convivência perpétua. As mais nobres e as ilustres se distinguem na civilidade e na humildade e, quando lhes escapa alguma tal ou qual palavra de menor urbanidade, se cultivam ao mesmo tempo. Como sempre falam em Francês, o tratamento de vós é geral entre todas, o que evita as enfadonhas contendas de tratamento que traz a desigualdade do nascimento.

⁵³ tinha: tindhão *VIS.*

⁵⁴ palavras: pappalavras *VIS.*

⁵⁵ é das: é a das *VIS.*

⁵⁶ alguma: laguma *VIS.*

⁵⁷ são: sôa *VIS.*

Do fervor e devoção

N[e]sta matéria não poderíamos⁵⁸ merecer crédito, se não tivéssemos o testemunho do padre Almeida, diretor da maior parte das meninas e também o testemunho da própria mestra, que tem grande conhecimento de suas almas, o que se comprova pelos factos seguintes.

Quando é chegado o tempo da apresentação – em que, segundo a Regra, todas as religiosas têm dez dias de retiro para se prepararem para a renovação de votos – muitas meninas metem empenhos e pedem com instância que as deixem ter alguns dias de retiro, o que a sua mestra concede ou nega com muita prudência. O padre Almeida, num desses anos passados, recomendou à primeira mestra do pensionato que lhe⁵⁹ mandasse à grade grande as meninas que estivessem admitidas aos exercícios, para lhes fazer sua exortação⁶⁰ proporcionada. Quando este padre ali foi, se achou com quinze meninas, do que ficou muito edificado e, passando depois ao confessionário para que quisessem falar-lhe ali, veio uma de quase doze anos e, dizendo-lhe o padre Almeida que estava mui edificado do fervor das meninas, esta respondeu com ar mui grave: «As grandes o⁶¹ querem fazer bem deveras; agora nas pequenas é alguma coisa de apetite» Metia-se aí na conta das grandes. E, com efeito, todas as religiosas confessam que muitas lhe[s] servem de grande edificação porque fazem o seu retiro com um tal fervor que, sendo religiosas, não o fariam melhor.

Aconteceu que mademoiselle Du Gourq, que teria então de idade de nove para dez anos, estava de retiro um dia em que sucedeu que a Rainha fosse à Visitação. É costume permitir a soberana as mães das meninas que entrem na clausura na comitiva real, para terem e darem consolação às pequenas. Entrou madame⁶² Du Gourq e achou sua filha no coro, imóvel diante do Santíssimo; festejou-a e, querendo que viesse com ela ver todo o convento, como faziam às mais meninas as suas mães, a pequena lhe respondeu diante do estribeiro-mor e outros cavalheiros que haviam entrado com a Rainha: «Se não posso sair daqui porque estou em exercícios e estou assistindo ao Santíssimo». Não foram bastantes os rogos e instâncias da mãe para a [a]balarem, até que um dos camaristas, edificado e compungido do fervor da menina, procurou a m[adr]e Vitória para que lhe concedesse a licença que a mãe tão ansiosamente pedia, o que ela fez com prudência.

Uma destas meninas, quando houve de fazer os seus doze anos, pediu à sua

⁵⁸ poderíamos: poderia-mos *VIS.*

⁵⁹ lhe: lhes *VIS.*

⁶⁰ exortação: axhortação *VIS.*

⁶¹ o: os *VIS.*

⁶² madame: madama *VIS.*

mestra licença para se preparar com três dias de retiro, nos⁶³ quais queria fazer uma confissão geral. Com efeito a fez e o confessor ficou pasmado da perfeição com que a fizera, tal que seria mui louvável s[e] fosse em alguma pessoa de 40 anos. A penitente fazia várias reflexões; depois da confissão, disse ao confessor: «Ora bem viu Vossa Reverendíssima, tem visto o que Deus tem sido para comigo e o que eu tenho sido para com Deus».

Para que melhor se conheça a abundância da graça com que Deus chamava esta inocente, contaremos aqui o modo com que tomou para seu diretor o padre Almeida. Tinha este padre então somente 3 meninas por dirigidas e outro padre governava outras e, entre⁶⁴ elas, uma era⁶⁵ esta menina de quem falamos. Sucedeu que ouviu dizer à sua mestra casualmente que as dirigidas do padre Almeida eram mais fervorosas e, desde então, começou a perseguir a sua mestra que lhe dissesse o que ela havia de fazer para ser tão boa como eram as dirigidas do padre Almeida, o que deu grande consolação à sua mestra. E, para dar realce ao que dissemos, é de saber que tinha ela muito apego ao seu diretor, como também as do padre Almeida tinham ao seu, caráter próprio da Nação, de que as fundadoras se admiravam por serem tão tenras as suas idades, de sorte que serviu de recreação às religiosas⁶⁶ uma grande disputa que houve entre elas, sobre qual dos dois diretores era melhor. Cada qual descobria a sua razão de preferência⁶⁷ para o seu, no que se ouviam várias razões de muita viveza. Sobre todas, quando uma⁶⁸ menina, desfazendo no diretor das outras, dizia que o padre delas tinha o d[e]feito de ser surdo de um ouvido, acudiu a outra prontamente: «É a melhor cousa que ele tem, para lhe não sair por um ouvido o que lhe tiver entrado pelo outro». Contamos isto para realçar o que vamos a dizer agora. Era esta menina dirigida de outro padre como dito fica e, apesar do apego que lhe tinha, por ouvir dizer que as do padre Almeida eram mais fervorosas, entrou no pensamento de se mudar para ele. Este era objeto de sua oração, das suas súplicas⁶⁹ à mestra e de muitas novenas que esta lhe mandou fazer por espaço de muitos⁷⁰ meses, em que durou esta pretensão, até que, escrupulizando a mestra, deu parte ao padre Almeida. Este a mandou chamar à grade e lhe disse que, como ele vinha à Visitação muitas vezes em que não vinha o seu diretor, que então a confessaria e lhe ensinaria o que soubesse para ser santa, mas que lhe parecia mal mudar ela de diretor, pelo menos que ele não se atrevia a comunicar

⁶³ nos: em os *VIS*.

⁶⁴ entre: netre *VIS*.

⁶⁵ uma era: era huma *VIS*.

⁶⁶ religiosas: religiozsa *VIS*.

⁶⁷ preferência: preferencia *VIS*.

⁶⁸ uma: huima *VIS*.

⁶⁹ súplicas: Applicas *VIS*.

⁷⁰ muitos: muitas *VIS*.

isso ao outro padre, respondendo a prudente menina⁷¹ (teria ela então 11 anos): «Isso sempre é ter dois diretores: o melhor será dizer-lho eu mesma» Aprovou o padre Almeida esta resolução por ser mais própria de um coração sincero, mas que se admirava de que ela tivesse valor para tanto, sabendo muito⁷² bem que isto havia de ser sensível ao seu diretor pelo muito que a estimava, ao que respondeu a menina: «Por Deus tudo se faz». Não tardou a ocasião e, sendo chamada esta menina pelo seu diretor, ela com ânimo lhe disse assim: «Eu tenho um padre que quer fazer uma pergunta a Vossa Reverência. Uma pessoa tem um diretor, que tomou por certa razão política, mas não tem abertura do coração com ele, nem lhe pode dar, sem muito custo, conta do⁷³ seu interior, ao mesmo tempo que o coração se lhe inclina para outro diretor, com quem facilmente se abrirá. Essa pessoa faz bem em mudar de diretor?». Respondeu o padre Almeida que sim, porquanto sem abertura de coração não podia haver aproveitamento espiritual; então se declarou de todo e obteve a aprovação da mudança que intentava e com muito gosto se veio entregar à direção do padre Almeida, que louvou a Deus pelo fervor, prudência e descrição desta inocente, que se tem adiantado muito no caminho do Senhor e sirva às mais de modelo e exemplo, de forma que, em quase três anos que está na Visitação, não consta que meninas, nem criadas, nem religiosas achem que repreender nesta menina. A natureza e a graça à competência a favorecem. Deus a abençoe.

Devemos aqui dizer a santa emulação com que as maiores se empenham em ser santas. A sua m[e]stra lhes dá em alguns dias especiais ou tempo mais devoto certos exercícios e práticas de virtude com que se afavoram e é pasmar ver o empenho com que se aplicam a este desafio. Duas meninas estavam desafiadas a praticar mortificações dos sentidos e, falando uma delas com o padre espiritual, lhe disse com candura em presença da companheira: «Ela tem feito hoje três mortificações, mas eu já tenho feito sete».

Uma destas meninas gostava muito de certa religiosa fundadora e, querendo mortificar-se, se foi pôr no lugar por onde ela havia de passar, com ânimo de não levantar os olhos para a ver, o que fez pontualmente.

Mui frequentemente pediam licença à sua mestra⁷⁴ para fazer alguma devoção particular ou jejuar algum⁷⁵ dia ou fazer alguma visita ao Santíssimo e a fazer alguma mortificação. A sua mestra tinha estabelecido que, para comungar, lhe haviam de pedir licença três dias antes, em ordem a que nesses dias houvessem de se preparar para tão santo sacramento com os exercícios que

⁷¹ menina: menine *VIS.*

⁷² muito: muoto *VIS.*

⁷³ do: dos *VIS.*

⁷⁴ mestra: mestar *VIS.*

⁷⁵ algum: alguma *VIS.*

ela lhe mandasse. É este um dos grandes prémios que se lhes concede quando há merecimento especial, dar-lhe licença para mais uma comunhão.

Nenhuma bebe água sem licença, nem dá nada a alguma de suas companheiras sem consultar a mestra, nem troca peça alguma de seu uso sem licença. Quando os parentes dão algum dinheiro à m[e]stra para algumas bagatelas que precisassem as meninas, a mestra⁷⁶ muitas vezes respondia – com rara advertência – que desse esse dinheiro às meninas, «apenas que tenham – dizia – a consolação de o ter e vão aprendendo a governá-lo bem, porquanto estou certíssima que [n]em um real há de gastar sem me pedir licença».

Da disposição para aprenderem

Não é somente para a virtude, mas também para as artes e toda a instrução que estas meninas têm disposição singular, de forma que as fundadoras ingenuamente confessam que nunca tinham encontrado m[e]ninas com tanta disposição para aprender e para a piedade como em Lisboa, excetuando uma ou outra para quem a natureza tinha sido mais mesquinha. Meninas houve que em três meses se explicava[m] em Francês⁷⁷ muito suficientemente e que o pronunciava[m] muito bem. Uma das suas mestras compôs de propósito para elas um resumo da gramática portuguesa, que elas aprendiam com notável facilidade e, depois de conhecerem a organização metódica da língua materna, lhes ficava mais fácil o conhecer a organização de qualquer outra língua porque em todas sempre é a mesma substancialmente, posto que variem nas circunstâncias. Deste modo voavam na gramática francesa, que⁷⁸ aprendiam radicalmente e por princípios e, estando correntes no Francês⁷⁹, que eram obrigadas a falar continuamente, passavam à gramática italiana. Vencida esta dificuldade (se o queriam), passavam para a gramática latina e tradução dos livros, o⁸⁰ que dava grande consolação às que se destinavam para as religiosas, pela inteligência que tinham dos salmos e escrituras que liam e rezavam. A mesma facilidade experimentava a religiosa inglesa nas que tomava à sua conta, pasmando da facilidade com que lhe escreviam em Inglês as suas tenras discípulas.

A divina Providência tudo foi dispendo de forma que, como dissemos, sem mestre ou mestra alguma de fora, tudo pudessem aprender com as religiosas, de forma que as obras das meninas se mostravam pela corte com admiração. Todas escreviam com um talho de letra muito bom e engraçado e escreviam as

⁷⁶ mestra: mestre *V/S*.

⁷⁷ Francês: Frnaces *V/S*.

⁷⁸ que: que a *V/S*.

⁷⁹ Francês: Fransez *V/S*.

⁸⁰ o: e *V/S*.

mais⁸¹ adiantadas suas cartas em Português, Francês e Italiano, que fazia gosto a quem as lia e era este um objeto dos seus certames, em ordem a certos prémios que lhes ofereciam. Já se supõe⁸² que eram perfeitas na costura e mais prendas femininas. As mestras da geografia e de solfa e de cravo com grande satisfação viam o ardor com que as suas discípulas se aplicavam, sendo o estímulo e a glória em louvores, que recebiam dos que viam as suas matérias, que recebiam estes louvores das pessoas reais. O que mais é para admirar é a facilidade com que se deixam instruir em qualquer matéria que seja. De ordinário voam na História da Bíblia e nos santos Evangelhos. Menina há – e não é das maiores – que decora cada dia seis Evangelhos das missas sem errar um ponto.

O padre Almeida compôs para elas um resumo de geografia local em Português e em Francês, que muito lhes facilitou a inteligência da geografia, sendo sua mestra uma religiosa destinada para isso. As que, pela sua mui pequena idade, não podiam aprender o Francês com lições regulares, aprendiam por brinco e galanteria e falavam meramente pelo uso de ouvir falar as outras.

Quem conhece o génio da Nação, não tem estas maravilhas por incríveis em Portugal porque a experiência mostra a grande viveza do engenho que aqui têm as meninas, ainda em tenra idade, em quem regularmente a inteligência se adianta dos anos. Temos visto nos nossos dias coisas que, se os olhos não fossem testemunhas, lhes não daríamos crédito. Eu vi uma menina (antes que houvesse em Lisboa a Visitação) que, na idade de cinco anos, cantava ao cravo uma ária italiana bem a compasso e um menino que, na idade de dois anos, posto no colo de sua mãe cantava com ela pedaços de outra ária de *Terra delas* e um menino que, de 20 meses, repetia com alma muitos versos que aprendia de cor com suma facilidade. Os estrangeiros que nunca estiveram em Portugal terão dificuldade em acreditar estes factos, se bem que, em Baiona, encontrou o padre Almeida um irmão de certa religiosa da Visitação (Sor Edelim) que, antes de ter trinta meses, respondia lindamente em quatro línguas: Francês, Espanhol, Gascão e Vascuense⁸³. Chamava-se Lião Edelim.

Tudo contribuía à perfeita educação destas meninas: a vigilância de sua⁸⁴ mestra e o cuidado, o trabalho e paciência e jeito para as ensinar; a natureza viva, a estimação que delas fazem pessoas de distinção e, mais que tudo, a benção do santo Sales. Por tudo se deve dar glória a Deus.

Da primeira comunhão que fazem as meninas da Visitação

Postas as meninas em coro, vestidas com o seu vestido de cerimónia e

⁸¹ mais: amis *VIS.*

⁸² supõe: suppoem *VIS.*

⁸³ Vascuense: Bascuense *VIS.*

⁸⁴ sua: seua *VIS.*

cobertas as cabeças com os véus brancos, o sacerdote que faz esta cerimónia, toma sobrepeliz, estola, a capa de asperges e, sentado junto da grade do coro, lhes diz assim:

«Vós, venturosas filhas de Jesus Cristo, tendes a felicidade de o ser desde a primeira infância porque vossos pais – aprovando-o assim o uso da Igreja – vos anteciparam essa felicidade que na primitiva Igreja se concedia só aos adultos, esperando-se então pelo uso da razão para escolherem os pais a Fé de Jesus Cristo, [para] entrarem na Igreja com claro conhecimento dos seus altíssimos mistérios. Porém, como corriam muito perigo de que a morte vos surpreendesse antes que recebésseis o batismo, vo-lo antecipam ao uso da razão, suprimindo a Fé dos vossos padrinhos a que vós, nessa tenra idade, não podeis ter e respondendo eles por vós ao que o ministro da Igreja vos perguntava. Agora, porém, que com bastante instrução quereis chegar à sagrada mesa, é muito louvável que vós, pela vossa própria boca, confirmeis tudo quanto por vós disseram os padrinhos e que vos deis por obrigadas ao que eles em vosso nome prometeram. Esta renovação das promessas vos dá uma alta ideia do benefício que Deus vos fez em vos chamar à Sua Igreja e vos disporá para serdes melhores cristãs e chegar⁸⁵ agora com mais perfeição aos outros sacramentos».

Perguntou-vos então o ministro de Deus que é o que pretendíeis e respondestes que pedíeis a Fé. Ele replicou: «E que esperáveis vós conseguir pela Fé?». Respondestes que a Vida Eterna.

Respondestes bem, minhas filhas, porque sem o batismo e sem a Fé vós éreis pagãs; não tínheis nada com Jesus Cristo, nem ele era vosso Pai. Porém, pelo batismo e a Fé que ele supõe⁸⁶, ficastes filhas de Jesus Cristo, com direito não só de gozar a amável companhia do vosso Pai, na frequência da sagrada mesa, mas também com direito à herança do Céu, de forma que, sem o batismo e sem a Fé, não poderíeis salvar-vos porque, não sendo filhas de Jesus Cristo, não podeis ser herdeiras do Seu Reino. Pelo que haveis de saber que Jesus Cristo, mor[r]endo na cruz e derramando por nós o Seu sangue, deixou a virtude deste precioso sangue nas águas do batismo, para que por ele renascessem para Jesus Cristo como filhos Seus os que já tinham nascido para o mundo pela geração dos pais.

Perguntou-vos mais o ministro de Deus: se creíeis em Jesus Cristo, se creíeis no mistério da Trindade. E dissetes: «Creio». Agora convém mostrardes com as vossas obras que os vossos padrinhos, respondendo por vós, não mentiram, nem quiseram enganar a Jesus Cristo, cujo ministro lhes falava: «Se as vossas obras forem daqui por diante conformes à vossa Fé, o Senhor vos reconhecerá por filhas Suas e filhas abençoadas. Pelo contrário, [s]e as vossas obras não

⁸⁵ chegar: chegando *V/S*.

⁸⁶ supõem: supõe *V/S*.

corresponderem à vossa Fé, sereis filhas, sim, porém filhas a quem o Pai celeste não dará a sua bênção e algum dia vos chamarão amaldiçoadas, quando⁸⁷ à face de todo o mundo, no dia do Juízo Universal, fizer patente a todos os vossos pecados, privando-vos para sempre da herança do Céu. Agora, porém, com[o] vós, pela confissão geral que fizestes, detestastes⁸⁸ todas as vossas maldades e prometestes a Deus nova vida e confirmais os vossos procedimentos com a Fé que professastes, o Senhor vos olhará daqui por diante como filhas amaldiçoadas».

A terceira pergunta que vos fez foi se renunciáveis⁸⁹, isto é, se aborrecíeis e detestáveis o Demónio⁹⁰ e dissestes que sim. Perguntaram-vos mais: se não só aborrecíeis o Demónio, mas⁹¹ todas as suas obras⁹². Dissestes que sim. Oh, filhas minhas, conservai sempre a⁹³ memória desta palavra e, se quereis aborrecer o Demónio, haveis de aborrecer as obras que ele vos aconselha, isto é, os pecados. E não só essas obras malditas, mas a pompa, a vaidade e tudo aquilo que dispõe⁹⁴ o ânimo para as obras do Demónio e os pecados. Vede agora se quereis desdizer-vos na presença do Altíssimo do que então lhe dissestes ou se estais pelo prometido. As vossas obras daqui por diante o hão de dizer. Jesus Cris[t] o quer agora ver se, recebendo-O a Ele na casa da vossa alma, pela comunhão sacrossanta – a que vos dispuserdes⁹⁵ – quereis ser falsas, perjuras e desmentidas [n]a palavra que lhe destes ou se quereis ser filhas fiéis, amantes de vosso divino Pai.

Quanto às cerimónias da Igreja na administração deste admirável sacramento, como nessa tenra idade não tínheis a reflexão para as ver e ponderar, convém que agora as saibais e a sua significação, para estimardes em vós o tesour[o] que tínheis até agora e não apreciáveis.

O ministro de Deus, cuja boca está santificada muitas vezes com o sacratíssimo⁹⁶ corpo e sangue do Filho do Altíssimo e cujas palavras são o órgão do Espírito Santo, três vezes soprou na vossa face, dizendo estas palavras: «Sai daqui espírito imundo e dá lugar ao espírito Santo⁹⁷!». E daqui vedes que, antes do batismo, era⁹⁸ vossa alma o covil dos demónios, mas que, depois deste sacramento,

⁸⁷ quando: quanto *VIS*.

⁸⁸ detestastes: detestantes *VIS*.

⁸⁹ se renunciáveis: se renunciáveis *VIS*.

⁹⁰ Demónio: Demonio *VIS*.

⁹¹ mas: mais *VIS*.

⁹² as suas obras: as suas obras *VIS*.

⁹³ sempre a: sempre e a *VIS*.

⁹⁴ dispõe: dispõem *VIS*.

⁹⁵ dispuserdes: dispordes *VIS*.

⁹⁶ sacratíssimo: sacratíssimo *VIS*.

⁹⁷ Sai daqui espírito imundo e dá lugar ao espírito Santo: sahe daqui espírito imundo, e dá lugar ao Espírito Santo *VIS*.

⁹⁸ era: o era *VIS*.

ela ficou Templo do Espírito Santo⁹⁹. Para isso a Igreja e para isso o ministro da Igreja vos fez o sinal da Cruz na testa, em ordem a que o Demónio saísse da vossa cabeça e vos deixasse crer os mistérios da Fé e também vos fez a cruz no peito para que o Demónio saísse do vosso coração e vos deixasse amar a Jesus Cristo e obrar segundo a sua santíssima Lei. Depois disto, impondo a sua mão sagrada sobre a vossa cabeça, orou a Deus com fervor, pedindo-Lhe que rompesse as prisões com que o Demónio tinha ligado a vossa alma, implorando para esse fim todos os merecimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, Seu amado Filho.

Seguiu-se o meter-vos o sacerdote um pouco de sal bento na vossa boca, sal sobre o qual tinha feito descer a bênção do Céu, em ordem a que, sendo este sustento santificado pelo Espírito Santo, a vossa alma ficasse isenta da corrupção dos pecados, conservando-se por virtude dele na inocência que haveis de receber nas águas do batismo.

Depois desta cerimónia, tornou o m[a]estro da Igreja a exorcismar o Demónio, mandando-lhe de novo que saísse da vossa alma e com tanto¹⁰⁰ império que o fez em nome de toda¹⁰¹ a Santíssima Trindade e em nome de Deus Padre Onnipotente, em nome de Deus Filho, Seu terrível Juiz, e em nome do Espírito Santo, lembrando nesse maldito tirano a injustiça com que se ocupava [d]a vossa alma, pois o Onnipotente a formara de propósito para que vós fosseis o Templo da Su[a] Glória. Então o sacerdote, tomando da sua saliva, vos tocou nos ouvidos, para que ficassem abertos às vozes de Deus e no mais para que percebêsseis o cheiro da Virtude que dessem as boas obras. E depois vos ungiu com o óleo santo dos catecismos no peito e nas espáduas, para terdes valor e força de levar o jugo da Lei santa, a que pelo batismo vos sujeitáveis.

Feitas estas preparações¹⁰², tornou a certificar-se o ministro da Igreja se vós queríeis ser batizada¹⁰³ e lavar no sagrado banho as vossas almas manchadas e, respondendo-lhe por vós os vossos padrinhos que sim, por três vezes derramou o sacerdote a água da Salvação sobre a vossa cabeça, em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo, significando nestas palavras que toda a Santíssima Trindade se empenhava em obrar esta maravilha de vos fazer filhas de Jesus Cristo, sendo até então escravas do Demónio. Então, o sacerdote vos tornou a ungiu com o óleo santo do¹⁰⁴ crisma na cabeça, para vos fortalecer e conservar no vosso entendimento a Fé que recebeis no batismo e, nesse mesmo momento em que caiu sobre a vossa cabeça a água de Salvação, desceu o Espírito Santo

⁹⁹ Templo do Espírito Santo: *Templo do Espírito Santo VIS*.

¹⁰⁰ com tanto: comtanto *VIS*.

¹⁰¹ toda: toda *VIS*.

¹⁰² preparações: perparaçoens *VIS*.

¹⁰³ batizada: baptizado *VIS*.

¹⁰⁴ do: da *VIS*.

sobre vós e a vossa alma ficou mais bela e resplandecente nos olhos dos Anjos do que o mesmo sol nos dos homens. Toda a Santíssima Trindade veio habitar nas vossas almas e ali morou o Altíssimo Senhor, vosso Deus, enquanto¹⁰⁵ os pecados, que depois fizestes, o não expulsaram fora para¹⁰⁶ tornar a introduzir o maldito Demónio, porquanto¹⁰⁷ esta é a desgraça das pessoas que cometem um pecado mortal pois, nesse instante, Deus – que não pode ver o pecado – se retira da alma e, apenas Deus se retira, o Demónio toma posse do que perdera. E depois somente pela confissão bem feita ou verdadeira contrição é que torna a fugir o Demónio e Deus torna a viver dentro da alma e tanto¹⁰⁸ a estima e tanto amor lhe¹⁰⁹ tem, que não se despreza de entrar onde encontrou o Seu inimigo.

Para se dar a conhecer esta feliz mudança da vossa alma, vos puseram um véu branco sobre a cabeça e antigamente se vestiam internamente de branco as que se batizavam, para que até nos vestidos se conhecesse a formosura e limpeza e a pureza [que] a alma tem depois do santo batismo. Oh, se assim vós [a] tivésseis conservado sempre...!

Também vos puseram na mão uma vela acesa para mostrar que, assim como a luz material afugenta as trevas, brilhando com consolação de quem a vê, assim a vossa alma, com [o] resplendor da Graça que em vós havia infundido o Espírito Santo, afugentava o Príncipe das Trevas e dava consolação a Jesus Cristo e a todos¹¹⁰ os Anjos que em vós se estavam revendo.

Eis aqui, minhas filhas, o que se passou pela[s] vossas almas no dia feliz em que recebeste[s] este sacramento do batismo e eis aqui as obrigações que, diante de Deus, no santo Templo do Senhor vós prometestes, sendo testemunha¹¹¹ não só os homens, mas os Anjos do Céu. Vede se¹¹² convém o serdes inféis à vossa palavra, quando vos prepareis para as bodas nupciais do Filho de Deus ou se é melhor confirmá-las.

E aqui o sacerdote, de joelhos diante do altar, diz a Deus, em nome das meninas que renovam as suas promessas, a seguinte protesta¹¹³:

«Na verdade, Senhor, que vos tenho sido perjura, retratando infelizmente com as minhas obras quantas promessas Vos fiz na fonte sagrada do batismo e que eu, tanto que me vi com o véu da razão, em vez de vos glorificar pelos benefícios que antes dele me tínheis feito, me soltei em ofensas Vossas, como

¹⁰⁵ enquanto: em quanto *VIS.*

¹⁰⁶ para: para, para *VIS.*

¹⁰⁷ porquanto: por quanto *VIS.*

¹⁰⁸ e tanto: e que tanto *VIS.*

¹⁰⁹ lhe: lha *VIS.*

¹¹⁰ a todos: atodos *VIS.*

¹¹¹ testemunha: testemunhas *VIS.*

¹¹² Vede se: vede-se *VIS.*

¹¹³ E aqui [...] protesta^{ção}: E aqui [...] protesta^{ção} *VIS.*

se só para isso tivesse vindo a este mundo. Porém, meu Pai e meu adorado Senhor, eu protesto que reconheço a minha suma e fe[i]s[s]ima ingratidão e que merecia que nunca mais consentísseis que Vos chamasse Pai. Mas, já que a Vossa bondade quer triunfar da minha rebeldia (aqui levanta a voz)¹¹⁴, eu declaro diante dos Céus e da Terra, diante dos Anjos e dos homens e apesar dos Demónios do Inferno, que eu quero da minha livre vontade a Fé de meu Senhor Jesus Cristo; que creio na Santíssima Trindade; que creio na Encarnação do Verbo; que creio na Redenção do mundo; que creio nos sete sacramentos; que creio na justa remuneração das nossas obras; que creio nos santos Evangelhos; que creio na doutrina da santa Igreja Romana; que aprovo o sagrado batismo que na inf[â]ncia recebi e que quero viver segundo esta Fé e batismo.

Eu protesto que aborreço de teste; abomino, desprezo e amaldiçoo¹¹⁵ o Demónio, que tanto mal me tem feito. Aborreço todas as suas obras, todas as suas persuasões, todos os seus conselhos, toda a sua pompa e a sua glória e não quero jamais¹¹⁶ concordar com esse maldito, que tinha cativado a minha alma e me queria e quer ainda arrastar para o Inferno. Viva Deus e viva a Sua graça em mim, que daqui por diante nunca entrarão em mim as suas sugestões malditas!

Eu protesto que quero munir-me contra ele e suas traições com o sinal da Santíssima Cruz, não só na testa, mas na boca e no peito, para pensar sempre, falar e obrar segundo a Fé de meu Senhor Jesus Cristo, esperando que este sinal da nossa Redenção seja o meu escudo, por ter os merecimentos de meu Redentor.

Eu quero conservar a minha alma incorrupta com o sal da sabedoria; quero-a conservar forte co[m] o óleo do Espírito Santo; quero[-a] conservar santa e pura com a vista cândida da oração; quero-a conservar brilhante, formosa e agradável aos olhos de Deus como a luz mais pura; quero, meu Deus, morrer ao mundo e às minhas paixões, aos meus apetites e quero viver como se sepultou com Jesus Cristo, Vosso Filho, nas águas do batismo, para ressuscitar com Ele à vida santa e depois à Vida Eterna.

Protesto¹¹⁷, meu Deus, que daqui por diante Vos quero amar sobre todas as coisas e trarei a Vossa Lei impressa no meu coração. Dignai-Vos, Senhor, já que fui¹¹⁸ tão infeliz que não conservei essa vestidura da graça do santo batismo tão puro, como Vós ma concedestes, admitir-me a purificar-me de novo no segundo baptismo, que é o sacramento da confissão, para que possa com a veste¹¹⁹ nupcial chegar à mesa soberana das Vossas bodas, para que me convidais».

¹¹⁴ aqui levanta a voz: aqui levanta a voz *VIS*.

¹¹⁵ amaldiçoo: amaldiço-o *VIS*.

¹¹⁶ jamais: já mais *VIS*.

¹¹⁷ Protesto: Protesta *VIS*.

¹¹⁸ fui: foi *VIS*.

¹¹⁹ veste: vesta *VIS*.

(Aqui se levanta o sacerdote e as meninas e se sentam para a exortação seguinte sobre a sacrossanta comunhão, ou no mesmo dia ou no dia seguinte).

Modo de se prepararem para a comunhão sagrada

O sacerdote que fizer esta cerimónia deve estar investido para dizer missa e, em lugar de tomar casula, chegado à grade, estando as meninas sentadas, lhes fará a exortação seguinte:

«Vós, minhas filhas, sois convidadas pelo Filho de Deus para a inefável honra de Seu puro Amor e quer[er] desposar-se convosco. Como disse pelo profeta Ose[i]as, quer-vos dar o título de esposas para sempre: *Sponsabat te mihi in sempiternum*¹²⁰ (Os)¹²¹. E para isso é que contrata convosco, como acabámos de celebrar, as Escrituras dos desposórios pela Fé: *Sponsabat [te] mihi in fide*. Agora quer¹²² que se efetuem estes celestes desposórios e entregar-vos o Seu corpo, a Sua alma, o Seu coração, o Seu Amor. Tudo se vos prepara na celestial mesa da Eucaristia a que desejais chegar; aí o Senhor Jesus, morrendo de Amor pelas vossas almas, se quer abraçar e unir com elas, pelo modo mais estreito e eficaz: esse inefável benefício que recebe a Virgem Mãe, tendo no seu ventre puríssimo o Filho de Deus vivo, honra a que nenhum dos Anjos pode nunca chegar, essa mesma honra, posto que por modo menos perfeito tem uma alma que recebe a sagrada comunhão, se a recebe dignamente, com que alvoroço se apressa o Filho de Deus vivo a entrar no vosso peito, para tomar posse do coração, que lhe tendes oferecido! Com que alegria se preparam os Anjos para assistir a estas celestiais bodas! Ah, minhas filhas, que se Deus Senhor Nosso não vos ocultasse em vós o que por vós há de passar em poucos minutos, a vossa alma desfalecida cairia em pasmo e ficaríeis imóveis, não podendo crer o que na realidade se vos prepara.

O vosso corpo ficará santificado com o contacto e morada que fará nele o Filho de Deus. Aquela sagrada santificação que teve o lenho da Cruz por nele estar cravado o corpo do nosso Redentor e se ter derramado nele o divino sangue, essa mesma terá agora o vosso corpo por ser o depósito agradável do mesmo Jesus. A vossa língua, que vai servir de patena à hóstia sacrossanta, que pureza deve ter de hoje em diante? O vosso peito, que vai ser o cofre afortunado do mesmo real e verdadeiro coração de Jesus, que amor, que pureza, que santidade não deve ter e conservar?

Mas não é somente o vosso corpo que deve santificar-se para estes desposórios: a vossa alma é a mais afortunada porque com ela é que se quer

¹²⁰ *Sponsabat te mihi in sempiternum: Sponsabate mihi in sempiternum V/S.*

¹²¹ Os: CD *V/S.*

¹²² Agora quer: Agora quem quer *V/S.*

desposar o Filho de Deus. Pelo recebimento do sagrado corpo do Senhor, se vos infundem novos grãos da Graça santificante, que é um dom inapreciável, pelo qual misticamente se unem as duas almas, a do Filho de Deus e a vossa para, em certo modo, daqui por diante não serem senão uma só alma, isto é, uma só vontade. Este dom verdadeiro da Graça, que recebeis, vai aumentar a formosura da vossa alma que, supondo limpa e purificada no sacramento da confissão e sendo[-o] com a formosura divina – que se vos comunica muito maior a beleza da vossa alma –, fica muito mais agradável ao Senhor e cresce o Amor de Jesus Cristo convosco e será muito mais apertado o místico abraço que vos há de dar e o será à proporção que for maior o afeto, a devoção, o fervor, com que vos entregardes a este Divino Esposo.

Não duvideis, minhas filhas, que são verdades do Evangelho, em que vós jurais e credes estas que vos ensina. Não repareis em que vós sejais bem pouco merecedora[s] desta inefável honra porque, se agora Deus vos convida ao tálamo de seus desposórios, é em virtude do sangue de Jesus Cristo que o Senhor derramou pelo batismo na vossa alma e em virtude da filiação que nesse sacramento vos concedeu. Agora passais dos braços amorosos como filhas ao descanso do Amor como esposas: tudo é sem merecimentos vossos, mas tudo felicidade que vos trouxe o sangue do nosso Redentor. Acendei pois [n]o vosso coração um ardentíssimo desejo desta fiel e total entrega, que eu me vou preparar para a celebração destes desposórios nos sacrossantos altares do Senhor. Vou na vossa presença e em vosso nome celebrar o tremendo mistério da missa e renovar o sacrifício da Cruz, em que o nosso¹²³ amável Jesus de novo se oferecerá a seu eterno Pai pelo bem das vossas almas ou o oferecereis em ação de graças e de louvor pelos benefícios que vos acabo de ponderar e como sacrifício imperatório¹²⁴ para alcançar de Deus as graças de que vós tendes necessidade¹²⁵, para Lho agradecer e corresponder. Oh, minhas filhas, eu, com uma vítima de valor infinito nas minhas¹²⁶ mãos, vou oferecer todos os merecimentos da vida e morte do Filho de Deus; vou, digo, oferecê-la ao eterno Pai por mim e por vós. Tende ânimo e esperança que do mais alto dos Céus virão sobre as vossas almas bênçãos de graça, de doçura, de consolação, de virtude.»

(Então o sacerdote depõe¹²⁷ o pluvial e toma a casula e celebra devotamente a santa missa, orando mui particularmente pelas meninas que hão de receber a primeira comunhão).

Quando o sacerdote comunga as religiosas, a quem pelo cargo pertence

¹²³ em que o nosso: em que as nossas *VIS*.

¹²⁴ imperatório: impetratório *VIS*.

¹²⁵ necessidade: necessidades *VIS*.

¹²⁶ minhas: minhad *VIS*.

¹²⁷ depoe: depoem *VIS*.

diz[er] a confissão e [a]o padre a absolvição costumada¹²⁸, voltando-se para a grade do coro com a sagrada píxide na mão esquerda e a sacrossanta Partícula na direita, diz assim¹²⁹):

«Almas amantes de Jesus Cristo, eis aqui¹³⁰ o vosso Esposo: saí-Lhe ao encontro e vinde recebê-lo não tanto nos braços, como no coração. Ele, cheio de amor, desce do trono do Pai, para vir descansar no seio do vosso Amor e de quem é o verdadeiro¹³¹ Filho de Deus, que está no seio do Pai, recebeis com Fé, com Amor, com humildade e confiança.

Com Fé, porque eis aqui o Cordeiro de Deus¹³²; com Amor porque Ele é o que tira os pecados do mundo¹³³. Com humildade, porque vós não sois dignas de que o Senhor Jesus entre na vossa alma¹³⁴. Com confiança, porque, se o Senhor mandar, com uma só palavra¹³⁵ fará a vossa alma parar; quanto mais o deveis esperar da Sua pessoa, que vos visita.»

Agnus Dei etc Domine nom sum dignum etc Corpus Domini Nostri etc.

(Depois o sacerdote acaba a missa e, depondo as vestes sagradas, vem ao meio do altar, dar as graças com as meninas, dizendo elas mudamente no seu coração o que diz publicamente o sacerdote em seu nome¹³⁶).

Ato de Fé viva

«Meu doce Jesus, meu Pai admirável, eu creio que Vós estais dentro em mim realmente. Vós o dizeis, eu o creio; sim, eu creio, [n]em Vós, nem a Igreja me podem enganar. Bendito seja o Vosso Amor».

(No fim de cada ato se fará uma breve pausa para que da boca passem as palavras à alma e o afeto do coração não seja tão ligeiro).

Ato de admiração

«E donde a mim tanto bem! Quem me havia de dizer que o Rei da Glória havia de visitar realmente a minha pobre alma. Bendito seja o Vosso Amor».

Ato de louvor

«Anjos do Céu, ajudai-me a louvar o Senhor Deus pela sua inefável misericórdia. Anjo santo da minha guarda, louvai por mim ao meu Deus e tão

¹²⁸ costumada: costumada e *VIS*.

¹²⁹ Então o sacerdote [...] diz assim: Então o sacerdote [...] diz assim *VIS*.

¹³⁰ eis aqui: eis que aqui *VIS*.

¹³¹ e de quem é o verdadeiro: e de quem este é o verdadeiro *VIS*.

¹³² eis aqui o Cordeiro de Deus: eis a qui o Cordeiro de Deos *VIS*.

¹³³ Ele é o que tira os pecados mundo: Elle he o que tira os pecados do Mundo *VIS*.

¹³⁴ vós não [...] na vossa alma: vós não [...] na vossaalma *VIS*.

¹³⁵ se o Senhor mandar, com uma só palavra: se o senhor mandar, com huma só palavra *VIS*.

¹³⁶ Depois o sacerdote [...] nome: Depois o sacerdote [...] nome *VIS*.

bem Vosso; louvai a santíssima Eucaristia e o mistério admirável que o Senhor instituiu para nossa felicidade etc. Bendito seja o Seu Amor».

Ato de amor

«Oh¹³⁷ meu adorável Senhor, já que Vós tenho dentro em mim, não Vos hei de deixar, sem que me abençoéis. Não teve Jacob tamanha fortuna, como eu tenho, nem Vós então éreis mais benigno do que agora sois. Oh meu Jesus Esposo da minha alma, tomai-me nos Vossos braços e prendei-me bem neles; apertai, meu doce Jesus, apertai e segurai-me bem, que eu protesto de não querer bem a cousa alguma fora de Vós. Vós sois o dono do meu coração e Vós o sereis sempre, sempre e por uma eternidade. Eu¹³⁸ serei vossa, sim; serei vossa, já que por este favor, que acabo¹³⁹ de receber, Vós sois meu e Vos dais todo a mim. Bendito seja o Vosso Amor».

Ato da confissão

«Porém, meu Deus... E quem sou eu para protestar uma resolução semelhante? Eu que sou terra e cinza e corrupção¹⁴⁰ e pecado, Senhor! Senhor, não espereis de mim nada bom, se vós não obrardes em mim com a Vossa mão onnipotente. Senhor, desenganei-Vos, que de mim só ingratidões recebereis por miséria minha, mas com¹⁴¹ a Vossa graça, que espero, posso ser santa. Bendito seja o Vosso Amor».

Ato de esperança

«Eu devo esperar muito de Vós porque, se me não quiséreis remediar a minha pobreza e curar as minhas enfermidades, não vireis à minha pobre casa. Ah, Senhor, isto não Vos fica bem entrardes na minha casa tão pobre e não deixar nela efeitos da Vossa grandeza e liberalidade... Visitar a minha aluna¹⁴² enferma e não remediar a sua enfermidade. Ah, Senhor, nunca Vós deixastes de curar os enfermos que se Vos apresentaram, quando vivíeis na terra. E agora que viveis no Céu, mostrareis menos o Vosso poder e o Vosso Amor? Ah, não me venha semelhante pensamento... Sim, meu Deus, minha alma¹⁴³ enferma achará em Vós a saúde. Sim, eu espero. Bendito seja o Vosso Amor».

Ato da resignação

«Agora, meu Deus, descanso em Vós e podeis dispor de mim e de tudo o que é

¹³⁷ Oh: Ho *V/S*.

¹³⁸ Eu: Eua *V/S*.

¹³⁹ acabo: acaba *V/S*.

¹⁴⁰ corrupção: corroção *V/S*.

¹⁴¹ com: comm *V/S*.

¹⁴² alma: aluna *V/S*.

¹⁴³ alma: aluna *V/S*.

meu, como muito quisesdes, contanto que não me deixeis e a minha alma¹⁴⁴ esteja sempre defendida pelos Vossos braços amorosos. O mais está tudo à disposição da Vossa amorosa Providência: a vida, a morte, a saúde, a enfermidade, a riqueza, a pobreza, a honra, o vitupério, tudo¹⁴⁵ está à Vossa disposição; isto, só peço a perseverança e o aumento da Vossa amizade. Ah, bendito seja o Vosso Amor».

Ato da petição

«Mas é razão, meu Deus, que eu adoro a Vossa pessoa e dê provas de que reconheço a Vossa liberdade, eu quero pedir-Vos, meu Deus, uma prova do Vosso benigno Amor. Haveis de conceder-me¹⁴⁶ o que Vos peço. Senhor, Vós sabeis o que o meu coração deseja; sabeis o motivo por que suspiro, pelo que tantas vezes Vos tenho recomendado: meu Jesus, uma morte feliz e uma vida justa. Eu não desejo, meu Deus, salvar-me por milagre; quero entrar no Céu pelos passos e vestígios que me deixastes impressos para que Vos seguisse. Senhor, Senhor: boa morte e boa vida! Oh, dizei à minha alma que Vós sois a sua Salvação. Bendito seja o Vosso Amor.»

Cântico de Ação de Graças a Jesus sacramentado:

«Oh, deixai, meu Jesus, que a minha alma, confundida com tamanha misericórdia, já que Vos vejo em minha casa, desafogue o meu coração em ações de graças por benefício tão grande.

Vós sois o meu sustento, a minha força, a minha vida.»

Responde o povo: «Bendito seiais». E assim vai sempre respondendo a todos os artigos: «Bendito seiais».

«Sois a minha consolação nas aflições deste mundo: bendito seiais. Sois o meu médico para curar a minha alma. Bendito seiais.

Como Mãe amorosa me sustentais com o leite ou sangue do Vosso peito. Bendito seiais.

Como mestre da minha alma me ensinais o Vosso Amor. Bendito seiais.

Senhor, os Anjos do Céu Vos mereceram tamanho favor. Bendito seiais.

Nem os santos da Terra, antes que o Vosso lado aberto fosse a fonte dos sacramentos. Bendito seiais.

¹⁴⁴ alma: *aluna V/S.*

¹⁴⁵ tudo: *todo V/S.*

¹⁴⁶ conceder-me: *concedirme V/S.*

Que eu seria feliz se visse o Bem, que em minha casa possuo. Bendito sejas.

Porém, sou mais feliz, meu Pai, meu Amor, [n]o Amor que Vos tenho e, já que visitais a minha alma, dai-me a Vossa bênção, para que neste mundo e na eternidade perpétua, digo sempre que bendito sejas».

Meditações

Para as meninas se prepararem para a primeira comunhão nos 5 dias precedentes

1º. Dia

Agradecimento a Deus pelo benefício do batismo

Ponderação

«Eu nasci em país católico, mas, nesse mesmo dia, muitas mil almas nasceram fora da Igreja Católica, em terras de Mouros e de gentios e de Judeus. A minha alma era igual às mais e Deus, com a sua divina mão, assignou a cada uma o lugar em que havia de nascer. Nenhuma dessas que caíram em países que estão fora da Igreja gozam do benefício do batismo e, sem este sacramento, não podiam nascer de Jesus Cristo, nem ser filhas do Rei da Glória, nem ter direito ao Céu. Eu, porém, sim, que, nascendo no grémio da Igreja, recebi o batismo e por ele renasci para Deus. Fui logo filha do Unigénito, que estava no seio do Pai e que está no trono da Glória esperando por mim, se viver, como devo, a este favor».

Resolução

«Ora, eu tomo a resolução de agradecer muito a Nosso Senhor este tão grande benefício. Quanto dariam por ele as outras almas a quem o Senhor o não concedeu, se soubessem o Bem de que eu gozo e elas não? Quanta inveja me teriam?

Ora, já que Deus me preferiu a todas elas para me fazer este tão grande favor, eu devo preferir a Deus a tudo quanto pode haver e, daqui por diante, Deus há de estar para mim primeiro que tudo».

2º. Dia

Fidelidade às promessas do batismo

Ponderação

«Nosso Senhor, quando me quis recolher no grémio da Sua Igreja, bem me perguntou se eu renunciava ao Demónio, à sua vaidade e à sua pompa; bem me perguntou se eu consentia que Ele expulsasse esse maldito da minha alma, onde ele, pelo Pecado Original, estava alojado e, com efeito, eu – ou meus padrinhos em meu nome – disseram que sim e realmente o Espírito Santo entrou na

minha alma e lançou fora dela o Demónio. Bendita seja tal misericórdia do Senhor. Agora, se eu pecar gravemente, lanço fora o Espírito Santo e torno a chamar o Demónio para dentro da minha alma. Que desgraçado efeito do pecado! Que justo motivo tem o Senhor para me lançar fora de si e deixar perder porque fui infiel à minha palavra e falsa às minhas promessas. Se eu havia de chamar o Demónio para morar na minha alma, peca[n]do gravemente, para que foi lançá-lo fora, como fez o ministro da Igreja no batismo com tão grandes cerimónias? Muito menos feio era não admitir na minha alma o Espírito Santo, como fazem os gentios, que não se batizaram, do que lançar fora o Espírito Santo para introduzir o Demónio. E isto só pelo apetite de cometer o pecado».

Resolução

«Eu me resolvo firmissimamente, meu Deus, a não pecar gravemente, nem que veja a morte. Isso não. E tudo o que é pecado para mim será tão horrível como o Inferno. Senhor, ajudai-me, dai-me a mão, que sem Vós nada posso».

3º. Dia

Resolução firme para a confissão geral

Ponderação

«Eu fui tão infeliz que falei às promessas que tinha feito ao meu Deus quando, pelo batismo, me admitiu ao número de Seus filhos. Para que quero ser tão desgraçada, que abuse¹⁴⁷ do segundo batismo de Seu sangue, que na confissão sacramental me prepara? Deus está mal comigo porque eu o ofendi e lhe menti nas minhas promessas. Está mal comigo porque, havendo prometido¹⁴⁸ aborrecer e detestar o Demónio, vê que obedeci ao Maldito e lhe¹⁴⁹ fiz o gosto, faltando aos preceitos de meu Deus. Agora é Deus tão bom que me oferece o perdão no Seu lado sacrossanto, aberto para mim e me diz que, se deveras me arrependo e protesto a emenda, se me confessar de todos os meus pecados com verdadeiro arrependimento, que todos mos quer perdoar. Devo logo pôr nisto sumo cuidado. Cuidado em duas coisas: uma, em que todo o meu coração fique aberto e manifesto ao ministro de Deus; outra, em que o meu arrependimento fique provado e confirmado pela minha emenda»¹⁵⁰.

Resolução

«Oh, meu Deus e Senhor, já que tanta é para comigo a Vossa bondade, que me patenteais o Vosso coração para me perdoardes no sacramento da penitência,

¹⁴⁷ abuse: abusa *V/S*.

¹⁴⁸ havendo prometido: havendo em prometido *V/S*.

¹⁴⁹ lhe: lhes *V/S*.

¹⁵⁰ emenda: emanda *V/S*.

tocai-me no meu para que se compunja, se arrependa, se converta a Vós. Oh, Senhor, tocai-me bem no meu coração para que nunca mais Vos seja falso e, pelo sangue de Vosso Filho, que há de ser o meu perdão, dai-me esse mesmo arrependimento, que há de ser o fundamento dele, que em Vós protesto com quantas veras posso que a minha resolução está tomada. Hei de confessar todos os meus pecados, ainda os mais feios e ocultos e haveis de lavá-los com o Vosso sangue precioso para nunca mais os cometer. E vede, meu Deus, que só na Vossa Graça confio».

4º. Dia

II preparação para a comunhão sagrada

Viva Fé

Ponderação

«Deus Senhor nosso me convida para a Sua mesa. Devo chegar composta decentemente; não somente devo¹⁵¹ chegar lavada de culpas pela confissão sacramental, mas ornada com asseio das virtudes que são próprias desta divina mesa – santo ornato é da minha cabeça – e devo excitar em mim a viva Fé deste mistério. Eu vou receber em meu peito o mesmo Filho de Deus vivo e verdadeiro que está no trono dos Céus, o mesmo Jesus que esteve no seio da Virgem Maria, esse mesmo há de entrar daqui a poucos dias, no meu peito. Os Anjos do Céu me hão de ter justa inveja e à roda de mim se hão de prost[r]ar, reverentes, para adorar a hóstia santa, que no meu peito estarão vendo. Com tanta reverência e respeito devo eu chegar à soberana mesa».

Resolução

«Ah, Senhor, que eu não atrevo, sendo tão miserável, apresentar-me à Vossa mesa. Eu não vou, Senhor, se Vós não mandais positivamente que chegue. Senhor, vede a minha pobreza e vesti-me com as virtudes da Fé, da humildade e da confiança em Vós. Ornai, Senhor, a alma em que haveis de habitar. Oh, Senhor Deus das virtudes, aqui me tendes e por esmola ponde em mim o que em mim quereis achar quando me visitardes, que eu protesto excitar em mim quanto mais possa os afetos de amor, de reverência, de confiança que esta Fé me inclua. Ajudai-me, Senhor».

5º. Dia

II preparação para a comunhão: sincero Amor

Ponderação

«Alma minha, que acanhada está na véspera das bodas divinas. Tu estás pobre, rota e indigna e nunca veio ao pensamento de ninguém que o Filho do

¹⁵¹ devo: deve *V/S*.

Altíssimo assim chegasse a abater-se que quisesse morar no teu peito e desposar-se contigo. Porém, tu não és a que tu ofereceste a esta indizível honra: o Seu Amor e bondade é quem [tem] o teu cegado (para me explicar a meu modo) ou lhe tem feito fechar os olhos à tua indignidade. Eu bem lhe tenho dito, como centurião, que não sou digna nem merecedora que entre na minha alma, indigna pousada para o Rei da Glória, mas Ele me tem dito que, com uma só palavra, pode purificar a minha alma. Ele é que instituiu de propósito esta mesa sagrada, não para os Anjos, mas para os pecadores arrependidos. Ele é quem me está tocando no meu coração e fazendo saltar com desejos vivos de O receber já no meu peito».

Resolução

«Ah meu rico Jesus... E se eu gozarei desta felicidade que espero? Se Vos abraçarei, dentro do meu peito, se Vos poderei¹⁵² dar então realmente o meu coração, se poderei unir o meu com o Vosso? Ah, meu dulcíssimo Jesus, e que longos são estes dias, que dilatadas as horas, que compridos os momentos! Aparece já, dia sagrado, em que a minha alma se há de encher da divindade do meu Deus, em que o meu peito há de ser a custódia viva, há de beber o sangue divino de meu Salvador, em que eu hei de ser toda Dele e Ele todo meu. Meu Jesus, verificai¹⁵³ as minhas esperanças e as vossas promessas e cumpri em mim os desígnios sagrados do Vosso Amor. Entretanto, eu procurarei ornar a minha alma com todos os afetos pios que a Vossa graça me inspirou».

Jaculatórias para se dizerem pelo discurso do dia da santa comunhão

1º O meu Jesus está em mim e eu estou Nele: quem me dera abraçado.

2º Meu Jesus, sou toda Vossa, segurai bem o meu coração.

3º Anjo da minha guarda, não Vos retireis de mim para que eu tome esta visita.

4º Meu Senhor, que tanto gostáveis de curar os enfermos, curai a doença desta pobre alma.

5º Quem me dera, meu¹⁵⁴ Deus, estar sempre convosco.

6º Imprimi-me, Senhor, tal horror ao pecado, que nem o mais leve cometa.

7º Amor da minha alma, não consentais que o meu coração tome outro amor.

8º Oh meu Jesus, Vós estais nos meus braços; não Vos hei de largar.

¹⁵² poderei: poderej *VIS*.

¹⁵³ verificai: verificais *VIS*.

¹⁵⁴ meu: deu *VIS*.

9º Senhor Deus, se tudo podeis, mudai-me este coração em coração bem fiel.

10º Senhor, se me mandais que Vos ame, dai-me do Vosso Amor.

11º Uma esmola, meu Jesus, do Vosso santo Amor; uma esmola, Senhor.

12º Que formoso sois, meu doce Jesus; que formoso é o Vosso Amor e que feio o pecado.

Fim

§8º

De S. José do seminário

Todos estes seminários da Visitação costumam ser dedicados a S. José e se contentavam ao princípio, por conta da sua pobreza, com uma estampa de papel para o culto do Santo e sua invocação. E, desejando muito um painel digno¹⁵⁵, não havia no mosteiro que nascia posses para essa[s] despesas. Eis que um dia vem à Visitação um pintor. Bate, fala e oferece um grande painel de S. José, que ele tinha pedido a uma sua discípula para o trazer de presente à Visitação, sem que ninguém lhe tivesse comunicado tal desejo.

A proteção deste grande Santo no pensionato é visível. Começaram as bexigas a atacar aquela comunidade de meninas, em que a doença e a morte faziam grande estrago, se não fosse a mão¹⁵⁶ poderosa do Santo. Então, com licença da Superiora, fizeram uma promessa ao Santo que, durante um ano, todos os domingos faziam uma procissão à capela de São José. Cessaram logo as bexigas e nenhuma grave doença tem depois disso atacado as pensionistas. E o que mais visivelmente faz crer que isto se deve ao Santo é saber pela confissão das mães das meninas que lá fora eram bastantemente doentinhas e repetidas vezes enfermas e na Visitação regularmente gozam de saúde, ainda aquelas que lá fora nunca tinham gozado de saúde perfeita.

§9º

Da proteção do Anjo-da-guarda

Tem a primeira mestra destas meninas especial devoção ao Anjo-da-guarda e o tem colocado em vários lugares do seu seminário¹⁵⁷, o que tem inspirado esta devoção às meninas, confirmada com prodígios visíveis. Há neste seminário uma menina mui galante, a qual era mui pobrezinha e do campo. Mas, sendo vista pela Senhora Infanta D. Mariana, lhe mereceu, pela sua lindeza, tal afeto, que

¹⁵⁵ igno: idgno *V/S*.

¹⁵⁶ mão: não *V/S*.

¹⁵⁷ seminário: seminários *V/S*.

a tomou para o seu quarto e criou com sumo amor e mandou para a Visitação na idade de seis anos. Esta menina, pois, chamada Bernardina, casualmente tropeçou no primeiro degrau de uma escada de pedra muito alta. Estavam nessa hora duas religiosas em baixo no patamar da escada e viram claramente que a menina, tanto que caiu, veio pelo ar¹⁵⁸ parar a[*o*] lado baixo e ficou em pé sem moléstia alguma, nem beliscadura. E segunda vez aconteceu o mesmo prodígio, pasmando todos da proteção do santo Anjo cuja imagem aí estava colocada.

Não foi menor o prodígio de preservar o mosteiro do incêndio inevitável e geral ruína, se não fosse a proteção do Céu. Toda a comunidade estava já recolhida e as meninas dormindo, quando a mestra, por impulso superior, foi a um lugar retirado. Eis que acha dentro de um armário um bico de vela aceso, posto sobre a tábua, sem resguardo algum. Pasmou do perigo, do modo com que ali fora; pasmou de não ter demora em ir, a qual só poderia causar a última e inevitável ruína pelo geral incêndio, sendo isto chegado à sala grande em que dormiam vinte meninas, pegadas às outras casas e tudo de madeira. Quem adverte na inconsideração que têm as meninas na idade tenra e na multidão delas, não pode duvidar que é tão grande milagre e prova da grande proteção do Anjo-da-guarda do não ter ali acontecido algum incêndio porque é impossível que a grande vigilância das mestras e das criadas possa evitar todos os perigos que o descuido traz, ainda muitas vezes em pessoas grandes, quanto mais é para admirar em quarenta meninas.

§10º

Da proteção de São Francisco de Sales

Este artigo que vamos a tratar não move a admiração de dizer da proteção do Anjo-da-guarda e S. José porquanto, sendo estas meninas filhas do Santo Sales, não é novidade que os proteja com muita singularidade. Mas, considerando em si a que ponto chega esta extraordinária proteção, deve causar admiração grande ver a união e harmonia, a constância e desejo de serem santas¹⁵⁹ e a emulação em aprender e o amor à Visitação que geralmente têm todas as meninas. É um tal milagre, que só pela especialíssima bênção do Santo se podia conseguir. Bem longe de estarem desejando o termo dos 15 anos em que se lhes acaba o tempo de aí estarem, estão sentindo de antemão esse triste termo e forcejam em achar motivos para o prolongarem alguns meses. E, quando por causa de moléstia ou outra muito urgente saem, é indizível o alvoroço com que voltam.

Porém, além deste grande efeito da sua proteção em geral, quis o Santo

¹⁵⁸ ar: as *VIS.*

¹⁵⁹ santas: santos *VIS.*

fundador mostrar especial proteção, o que fez nos dois casos seguintes. Uma menina que, na idade de seis anos teve bexigas, por esse motivo¹⁶⁰ saiu para fora e depois voltou para dentro, mas começou a mudar de tal modo a cor, a fisionomia, o gênio e a viveza, que se conhecia que estava gravemente doente. Muitos julgavam que seria efeito das bexigas não bem curadas. Queriam os parentes que voltasse a sair, mas a pequena levou isso muito a mal, o que, vendo a Rainha – diante de quem sua tia pedia licença para a tirar –, acudiu aos desejos da menina, dizendo que ali podia convalescer muito bem brincando com as outras. Tinha esta menina particular confiança com a Rainha e a soberana lhe mostrava inclinação particular pela sua viveza e inocência, tanto assim que, na primeira vez que a Rainha foi à Visitação, depois de ela¹⁶¹ lá estar, queixando-se de que o seu administrador lhe dava roupa muito grosseira, a tomou pela mão e a levou ao seu leito e, levantando a cobertura, lhes fez ver que eram graças a[s] sanções, o que a Rainha confessou que assim era e, vindo-a acompanhar até a porta com o seu rolo aceso e convidando-a¹⁶² a Rainha para ir com ela no coche para o Paço, não aceitou o convite por modo algum, abraçando-se com a sua mestra com grande apego. Por estes motivos a Rainha lhe tinha afeto e se compadecia de a ver tão pouco boa. Neste termo, a sua mestra, vendo-a ir tísica com passos largos, fez voto a S. Francisco em seu obséquio e nada mais foi preciso: a olhos vistos foi melhorando brevissimamente e ficou boa de tudo¹⁶³, sem susto nenhum da sua moléstia.

Semelhante prodígio – e pelo mesmo voto – fez o Santo nesses mesmos dias a outra menina Henriqueta sumamente achacada dos olhos e cabeça, de forma que fazia compaixão a todos. Nuns dias que se achou melhor, sua mãe se aproveitou da aberta e a levou para a Visitação. Não tardou muito dos seus olhos; era o mal tão terrível, que pelos ouvidos lhe saíam, tal era a disposição interna daquela triste menina. Feito, porém, o voto a S. Francisco de Sales e vestida ela de roxo, [se] foi vestindo de saúde mais completa que jamais havia tido.

Terceira vez tentou a madre Victória a proteção do Santo Sales na menina, que tinha desde o batismo o seu nome de Joanna Francisca de Sales e nascera por sua intercessão, como deixamos contado no princípio desta História e terceira vez viu a proteção maravilhosa do Santo, por meio do mesmo voto.

¹⁶⁰ motivo: motivo e *VTS*.

¹⁶¹ de ela: dela *VTS*.

¹⁶² convidando-a: convidandoa *VTS*.

¹⁶³ tudo: todo *VTS*.

Regulamentos para as religiosas Ursulinas. Do que pertence à instrução das meninas

Capítulo 1 Da ordem das classes

As religiosas Ursulinas, sendo especialmente estabelecidas para se empregar na instrução e conduta de meninas, e obrigadas pelas suas Constituições a receber com este desígnio educandas nos seus mosteiros, é necessário, a fim de que elas se possam bem desempenhar, que todas as classes estejam por ordem sem confusão e os ofícios daquelas que nisso se empregam sejam regulados, de sorte que cada uma, sem detrimento da sua própria perfeição, possa¹⁶⁴ procurar a das meninas que lhe são cometidas.

Portanto, em cada mosteiro haverá um apartamento das educandas, o qual poderá ser de dormitórios, com suas celas, ou de salas grandes em que possam habitar as meninas. Sendo celas, em cada dormitório ficará uma mestra para as conservar no seu dever e cuidar em que se recolham às suas camas a horas e que o façam com gravidade e modéstia e que fiquem cobertas e com as luzes apagadas. Sendo salas, também em cada uma ficará sua mestra e as meninas que couberem, tendo cada uma a sua cama separada e divididas com cortinas, e esta mestra terá¹⁶⁵ delas o cuidado que está dito.

Haverá também, além das câmaras, 6 classes separadas pelas quais serão repartidas as meninas à ordem da Madre Prefeita, segundo o adiantamento de cada uma.

Terão um oratório em que façam a sua oração, o seu retiro e devoções, como lhe está mandado nas Constituições. Haverá mais uma rouparia com armários e estes com divisão para em cada uma estar a roupa branca que pertence a cada educanda, sem que de sorte alguma a de uma com a da outra se misture e nem lhe será permitido em caso algum o vestirem roupa umas das outras, só sendo irmãs.

Haverá também uma cozinha, despensa e um refeitório à imitação do das religiosas; nele observarão silêncio, bênção da mesa, leitura e graças como elas.

Capítulo 2 Do regulamento da Madre Prefeita das educandas

A Madre Prefeita, além do que lhe está prescrito nas Constituições, [p. 2]

¹⁶⁴ possa: possam *REG.*

¹⁶⁵ «tera» entrelinhado.

observará os pontos seguintes: fará todo [o] possível por manter a autoridade que as mestras das classes devem ter sobre as educandas e para este fim tomará sentido de não dar lugar às queixas que as ditas educandas possam fazer delas, mas procurará por todos os meios que elas lhe tenham grande respeito, submissão, estimação do que elas lhe dizem e ordenam, a fim de que se aproveitem das suas instruções; pela mesma razão, ela nunca advertirá as mestras diante delas nem fará gesto de que lhe desagrade o que elas têm feito, mas em outra ocasião lhe[s] dará os avisos que julgar necessários, e isto com brandura e caridade. S e lhes parecer conveniente, irá nas quatro principais festas do ano, na véspera ou na antevéspera da festividade, e fará ajuntar todas as educandas para as exortar a se dispor pela prática das virtudes para a presente solenidade.

É da sua obrigação o falar de tempos em tempos aos parentes das educandas para os informar com prudência e descrição dos costumes e de como se portam as suas meninas, cuidando em não exagerar os seus defeitos, de modo que eles se descontentem ou se possam persuadir de [que] haja falta de afeição a seu respeito; ela tratará as pessoas de fora com civildade, brandura e modéstia religiosa, evitando discursos longos que não pertençam ao seu officio.

Dará todos os anos à Madre Superiora ou ordenará se lhe dê¹⁶⁶ meia moeda ou três mil reis para ela empregar em alguns premiozinhos com que recompense o cuidado e aplicação daquelas que a Madre Prefeita achar que o merecem.

Quando alguma educanda lhe tiver declarado o desejo de ser religiosa no mosteiro, se está em idade de executar o seu desígnio, ela o conferirá com a Madre Superiora e se esta achar por bem que ela pretenda o lugar, se conduzirá a menina à sua câmara e de antemão se instruirá como nesta parte se deve haver e conferirão se é conveniente fazê-la voltar ao mundo antes de entrar no noviciado, principalmente se a menina está indiferente neste ponto e, se julgar a propósito que ela volte para provar e formar mais a sua vocação, a fim que ela fique inteiramente na sua liberdade.

Ela não inovará cousa de importância nas classes, nem mudará a ordem que ali está estabelecida sem permissão da Madre Superiora e em tudo se conformará com o que lhe está prescrito nas Constituições.

[p. 3] Capítulo 3 Regulamento das mestras das Classes

Sendo as mestras das Classes escolhidas para uma ocupação de tanta importância como é a instrução das meninas, a fim de o fazerem com perfeição,

¹⁶⁶ dê: deem *REG.*

elas devem antes de tudo pedir a Nossa Senhora o seu espírito que as conduza em um tão santo emprego e consequentemente rogar-lhe lhe dê um coração cheio de caridade, docilidade e zelo e que forme nelas o verdadeiro espírito do Instituto, que na primeira parte das Constituições está muito bem expressado, o que elas serão frequentemente para este efeito.

Elas se aplicarão, a fim de aproveitar as suas educandas a ter uma conduta cheia de doçura, de caridade, de prudência, descrição e previsão maternal que seja ch[e]ia de bondade e não muito apuradora nem melindrosa.

A mestra que for nomeada para a instrução das meninas terá principalmente cuidado da sua classe, que consiste em lhe ensinar mais particularmente às meninas que se convertam perfeitamente a Deus e a oferecer-se a Ele de todo o seu coração, como se diz nas Constituições, a confessar-se bem, a comungar, a ouvir devotamente a missa, a fazer os outros exercícios de piedade e a domar as suas paixões e inclinações, fazendo-lhes reconhecer as que são mais fortes nelas e dar-lhes algum exercício de virtude conforme a sua necessidade e capacidade;¹⁶⁷ ensinar-lhes-á a meditar sobre a vida, morte e paixão de Nossa Senhora e outros mistérios da fé; se são capazes de o praticar para este efeito, ela lhe falará em particular de tempos em tempos, para as instruir nos pontos sobreditos.

A esta mestra mesmo se devem as educandas dirigir para lhes pedir a santa comunhão e outras licenças, tanto espirituais, como corporais que para o seu bom regulamento forem necessárias.

A esta mestra, que deve ser a principal na assistência e bom regímen de todas as educandas, lhe será permitido – quando as outras que devem ir a orar se nomearem – eleger a que lhe parecer mais a propósito, com aprovação da Madre Superiora, para esta ajudar no que ela não puder e substituí-la quando tem alguma moléstia ou fizer os seus Exercícios e em casos semelhantes, as quais devem ser bem unidas e conformes quanto lhe for possível em todos os seus sentires e ações, tudo para Glória de Deus e exemplo das meninas que dirigem.

[p. 4] Terá muito cuidado que lhe não falte nada, tanto para o sustento, como para o vestir e para este fim irá várias vezes ver as porções para que nem vão com superfluidades, nem com falta do necessário, para o que exortará muito as meninas para não comerem com gulosina, mas sim com temperança e lhe[s] ponderará a importância desta virtude, em todos os casos.

Quanto ao vestir, fará [com] que andem decentes e asseadas sem superfluidades e puxando sempre pela uniformidade sem permitir cousa alguma demais que o

¹⁶⁷ «e capasad.e» entrelinhado.

costume. Se alguma tiver alguma cousa descosida, lho mandará coser e, para as acostumar, cada semana mandará duas pelo seu turno coser na rouparia para o fim de saberem governar as suas cousas.

Terá grande cuidado sobre todas e lhe[s] assistirá sempre aos seus exercícios de devoção ao refeitório e às recreações a fim de que se advirtam com propriedade, não correndo com disformidade ou falando muito alto a fim de as costumar a ser pacatas no seu obrar para lhe[s] não permitirem falar senão em tom moderado¹⁶⁸, andar com passo modesto e não rir com desconcerto. Todas as cartas das educandas, tanto as que vêm para elas, como as que elas escrevem serão revistas pela mestra [que] atualmente as preside, a fim de que não sejam excessivas no seu dizer, mas sim muito concertadas e prudentes, mas tudo isto evitará com prudência, amor e brandura, de sorte que elas entendam o fim por que lhe[s] proibem o que não é bem regulado.

Nas suas recreações lhe[s] permitirá os jogos damas e outros jogos semelhantes cuidando em as trazer alegres e divertidas com prudência; não lhe[s] permitirá jogos de cartas nem entremezes ou danças como também cantigas que não sejam decentes. Permitir-lhes-á nas festividades de Natal e Páscoa algumas representações destes mistérios para se desembaraçarem e divertirem com a utilidade de se lhe[s] imprimirem mais os mistérios que a santa Igreja nos representa nestas solenidades, mas não se permitirá o mandarem vir de fora vestidos ou outros semelhantes ornatos.

Quando algum parente vier procurar as educandas, a mestra as acompanhará à grade; sendo pais ou irmãos, as deixará com eles e, sendo criados ou parentes em outros graus, lhe[s] assistirá até [a]o fim da visita, tendo-as bem instruído em que não se informem de notícias inúteis de século e no modo como se devem aí portar, como dizem as Constituições.

[p. 5] Terá grande cuidado, quando tiverem as meninas alguma moléstia, de avisar logo a Madre Superiora, para se mandar chamar o médico; também cuidará em que se lhe[s] faça toda assistência com todo o necessário e para este fim nomeará duas educandas por dias ou semanas, como melhor lhe parecer, exortando-as muito à caridade umas com outras e mandando-lhes lhe[s] asseiem as celas e camas das enfermas e que as tratem em tudo com muito asseio, recomendando-lhe[s] também que lhe[s] não falem muito de alto; que lhe[s] contem algum caso de edificação a fim de ajudá-las a levar a sua doença com sofrimento e alegria como vinda da mão de Deus e aí poderão estar trabalhando em meia¹⁶⁹ como melhor lhe[s] parecer depois de as ter servido.

¹⁶⁸ Rasurado «baixo».

¹⁶⁹ Rasura incompreensível.

Capítulo 4

Do regulamento dos exercícios espirituais das educandas

Levantar-se-ão em todo o tempo uma hora depois da comunidade; ao despertar[em]-se, entregarão o seu coração a Deus com alguma breve oração que a mestra lhe[s] ensinará e depois de vestidas decentemente – para o que terão meia hora – se juntarão no oratório, onde¹⁷⁰ farão o oferecimento das obras e ações do dia com atos de fé, esperança e caridade. Depois se seguirá meia hora de oração mental: às que forem capazes, a mestra as terá instruído do modo de a fazer.

Depois ouvirão a santa missa com a maior atenção e devoção; no tempo dela, poderão reza[r] a coroa, meditando em algum mistério da Paixão; no fim dela, dirão as ladainhas da Senhora e depois irão almoçar, ao que assistirá a mestra, a fim de que se portem com gravidade; no fim, se dividirão pelas classes, assim como estiverem distribuídas.

O oferecimento das obras, a oração e benção da mesa deve fazer cada educanda pelo seu turno, isto é, as que forem capazes.

Quando se tocar ao exame antes de jantar, elas o devem fazer também guardando silêncio nesse tempo e a mestra as terá instruído, tanto no modo de fazer o exame geral, como particular, ao qual se aplicarão para irem tirando os maus hábitos e se acharem, quando cre[s]cidas, radicadas nas virtudes sólidas.

Depois do exame, se segue o jantar, a que deve também comer a mestra a quem pertence a sua principal instrução e a que substitui, a qual terá cuidado em que se faça a leitura e que guardem silêncio [p. 6] e também em que comam com gravidade, pegando com p[r]opriedade no garfo, colher e faca, trinchando com propriedade sem pegar com a mão no comer, nem rejeitando o prato que lhe[s] põem, nem mostrando que lhe[s] não agrada a comida e a mestra terá também cuidado de mandar vir alguma coisa diferente para alguma se a necessidade o pedir, por conta de alguma indisposição. Fará que comam com asseio e limpeza e guardando os pontos da boa criação e política.

Depois terão a sua recreação como está dito; no fim da recreação, farão meia hora de doutrina pelo método que mandam as Constituições; no fim dela, se devem achar nas classes as mestras de labores, nos quais se empregarão com cuidado e também neste tempo, antes de virem as outras mestras, podem algumas que aprendem a tocar estudar as suas lições como lhe[s] ordenarem e depois todas as darão até se acabarem as horas da classe.

Merendarão às horas destinadas, conforme os tempos; às cinco horas e meia

¹⁷⁰ onde: aonde *REG*

terão meia hora de oração mental e, no fim dela, uma hora para estudarem as suas lições para o outro dia e nesta hora as que não tiverem lição de ler em qualquer leitura se aplicarão a estudar nos instrumentos. No tempo do inverno, desta hora de estudo se aplicarão a alguma manufatura que não faça grande aplicação à vista até à ceia, que farão como está dito, e depois dela mandará deitar as pequenas e as maiores ficarão trabalhando como antes da ceia até à hora da lição, exame, ladainha e ponto da meditação para o dia seguinte e a benção que se deve tomar tomar ao Santíssimo e à Senhora e também às suas mestras e, tomando água benta, se recolham às suas camas. No tempo do verão, depois da ceia terão uma hora para passear e divertir-se com gravidade na cerca ou claustra ou em qualquer lugar que parecer conveniente e depois se empregarão no restante como está dito.

Nos domingos e dias santos, rezarão juntas com uniformidade o ofício de Nossa Senhora e nestes dias¹⁷¹ se aplicarão mais à lição dos livros de piedade para se costumarem a santificar os dias santos.

§ 2

Do modo como deve a mestra instruir as educandas nas coisas de piedade e como devem fazer o catecismo

Todas as quintas-feiras, acabada a recreação, depois de jantar, terão três quartos para fazer o catecismo na forma seguinte.

[p. 7] Antes do catecismo é necessário que a mestra se tenha prevenido com a matéria que se deve tratar, concebendo o sentido e importância dela; para este fim, pedirá a graça e unção do Espírito Santo com o hino *Veni Sancte Spiritus* etc. Na semana [em] que houver dia santo, será esse o dia¹⁷² em que se faça o catecismo.

Na hora do catecismo, estando todas assentadas por ordem, a mestra fará o sinal da cruz e as educandas o farão também. A que está destinada, estando em pé junto à mestra, começará a perguntar o que ficou por explicar da semana passada antecedente a cada uma das suas¹⁷³ companheiras, as quais, para responder, se levantarão em pé e, tendo respondido, a mestra as fará sentar e assim se irá prosseguindo por todas ou parte delas empregando nisto um quarto de hora.

Importa muito ter conta que elas digam tudo distinta e pausadamente. A mestra, uma vez por outra, lhe[s] fará alguma pergunta para ver se elas percebem

¹⁷¹ dias: dias dias *REG*.

¹⁷² o dia: o *REG*

¹⁷³ Rasurado «Mestras».

bem o que dizem e, se não, dar-lhe[s]-á a inteligência.

Consequentemente se faz repetir o que está dito no último dia, mudando algumas vezes os termos das perguntas para as confirmar bem [o] conhecimento do que se lhes ensinam e que elas não retenham só de memória, mas compreendam bem o que têm retido nela.

É bem começar pelas mais ignorantes e, não sabendo elas, encaminhar-se-ão às mais sábias e, se umas e outras não souberem nada ou muito pouco, a mestra repetirá por si mesma o que tem dito e por esta vez não deve mudar de lição.

Feita a repetição, se prossegue a matéria começada, que importa tratar com ordem, distinção e brevidade e dizê-la historialmente, tanto quanto for possível, principalmente às educandas que têm trabalho em perceber, sendo ainda pouco instruídas. [N]as matérias que se não podem tratar historialmente, como as virtudes teologais, os sacramentos etc se servirá de comparações familiares e conforme à capacidade da que aprende.

Depois da explicação da matéria, é utilíssimo encaminhar as educandas aos afetos que são conformes ao seu assunto, como se se fala da criação incitá-las a dar graças a Deus de as haver criado para um tão alto fim e de lhes ter dado uma alma capaz de O amar e de O gozar eternamente no Céu.

[p. 8] Se se fala dos quatro Novíssimos, incitá-las-á ao temor de Deus e a respeitar os Seus juízos, contando-lhe[s] algum caso sobre esse assunto; se se fala dos mistérios da nossa Redenção, afeiçoá-las-á ao amor de Jesus Cristo Nosso Senhor e ensinar-lhes-á –principalmente às maiores – a fazer atos de Fé, de Esperança e Caridade e a usar de orações jaculatórias, dizendo-lhe[s] sobre isso o exemplo de algum Santo ou qualquer outra história para as animar a praticar das virtudes que se lhe[s] ensinam. É bem que elas façam perguntas e proponham as suas dúvidas, mas que sejam conformes à matéria de que se trata porque de outro modo se passa o tempo sem proveito.

Importa tratar os mistérios divinos com respeito e falar sem precipitação e ter o espírito presente ao que se diz. Pode-se ter algum livro ou escrito para elevar a sua memória.

As mestras, para prevenir a instrução que devem dar sobre o catecismo, se poderão servir do romano da Instrução do Cristão do cardeal de Richeli ou de Belarmino do Pe. Bonafons e de outros semelhantes, sem se prender às palavras nem à ordem, mas tomando somente aquilo de que elas se podem aproveitar segundo a capacidade das pensionárias que devem educar.

§ 3o

Do que a mestra deve fazer para fazer confessar as educandas

Chegando o dia determinado para se confessarem as educandas, que devem ser as que as Constituições mencionam, que a mestra na véspera ou no mesmo dia da confissão, como julgar mais a propósito, as exortará a se dispor[em] bem para chegar com fruto a este sacramento e lhe[s] fará conceber uma grande estimação e apreço dele e reverência para o ministro que o administra, que representa ao mesmo Cristo pelos merecimentos do qual se confere a graça das nossas culpas.

Em segundo lugar, deve estar certa de que elas sabem todas as partes da doutrina cristã que é necessária para chegar à confissão¹⁷⁴.

[p. 9] Em terceiro lugar, deve¹⁷⁵ instruir aquelas que, pelos poucos anos ou pela falta de compreensão, o necessitarem de como devem fazer o exame ensinando-lhes a fazer pelos três pontos seguintes – por pensamentos, palavras e obras – ou pelos mandamentos, como julgar mais a propósito e o fará, se for necessário, a cada uma por si ou a todas juntas, fazendo-lhe[s] reconhecer e examinar com especialid[a]de as suas más inclinações sem lhe[s] dar a perceber as culpas que elas não conhecem e sem inquirir-lhes o que elas têm feito, instruindo-as contudo na lisura e inteireza com que elas se devem confessar, sem diminuir ou desculpar as suas faltas e juntamente sem dizer cousas escusadas e relações impróprias para aquele lugar, confessando-se inteira, breve e claramente.

Adverti-las-á também das partes essenciais do sacramento, do pesar das suas culpas com que devem chegar a ele e dos propósitos da emenda que devem levar e também dos atos de contrição etc que devem fazer antes da confissão e da exação em cumprir a penitência e dar graças a Deus por um tão grande benefício.

§ 4o

Para a comunhão

Na véspera da comunhão, tendo-se confessado de tarde, a lição que nesse dia se ler à noute será do Santíssimo Sacramento e a mestra lhe fará lembra[n]do em breves palavras os fins para que devem chegar à santa comunhão, os grandes bens e proveitos espirituais que tiram as almas que com a devida disposição se chegam a receber a Nosso Senhor Jesu[s] Cristo; ela as exortará com repetidos atos de Fé, Esperança e Caridade e com a prática das virtudes em que para esse fim se devem exercitar, até chegar a comungar.

Na manhã da comunhão, a meditação desse dia à oração será sobre este

¹⁷⁴ No fim da página, estão rasuradas quatro linhas contendo o mesmo texto com que se inicia a p. 8, visível equívoco da redactora ao mudar de página.

¹⁷⁵ Rasurado «cada hua».

augustíssimo sacramento e até hora de o receber fará por as¹⁷⁶ conservar no possível recolhimento e as exortará a praticar nesse dia alguns atos de virtude em ação de graças de um tão alto benefício e com particularidade se devem aplicar à mortifi[ca]ção das suas paixões e más inclinações e é fruto que devem principalmente procurar tirar de tão soberana visita.

§ 5

De como se devem instruir as educandas para a primeira comunhão

A mestra das educandas, vendo que alguma das pequenas que ainda não comungam já está¹⁷⁷ capaz para isso, não só por ter uso de razão, mas [p. 10] também porque já a acha bem instruída na doutrina cristã e nos pontos da nossa santa Fé, fará um rol com os nomes e o dará à Madre Prefeita quando ela for visitar e a informará das razões que acha para esta execução e depois disto a Madre Prefeita trará o rol assinado à Madre Superiora para conferir o dia que lhe parecer mais a propósito, que deve ser alguma principal festa do ano, como Páscoa, Pentecostes, Todos-os-Santos ou Natal etc. Assinado o dia pela Madre Superiora, a Prefeita tomará a seu cargo o trabalho de as instruir novamente por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos deu exemplo na Sua santíssima vida e todos os dias irá à classe, no tempo que lhe ficar mais cómodo e chamará para lugar separado as que pretende instruir e, se houver alguma que tenha entrado há pouco e tivesse já comungado no século, a chamará para também a instruir e para as dispor a uma confissão geral, se for necessário.

No dia que der princípio à sua instrução, as levará ao coro para se oferecer a Nosso Senhor e lhe pedir graça para aproveitar no que lhe for ensinado e empregar bem todo este tempo em preparar-se dignamente para recebê-Lo e para este fim implorarão assistência da santíssima Virgem, do seu Anjo-da-Guarda e do Santo que para esta ação tiverem escolhido por patrono e todos os dias a repetirão antes de começar a instrução.

Desde o primeiro dia, lhe[s] fará conhecer o fim para que as instrui, que é ensinar-lhes a fazer-se dignas de serem templos vivos do Filho de Deus, que há de vir a assistir nelas por um modo tão singular e fará de todo o possível para lhe[s] imprimir na alma um alto apeço do Santíssimo Sacramento e um desejo ardente de bem preparar-se e um grande temor de se chegar a ele indignamente.

Conseqüentemente, lhe[s] ensinará com brevidade que disposição ou preparação se requer para dignamente comungar, que é duas maneiras, uma mais remota que é saber bem as principais partes da doutrina cristã, a qual lhe[s]

¹⁷⁶ por as: pelas *REG.*

¹⁷⁷ está: estar *REG.*

fará perceber explicando-lhe[s] cada uma delas de sorte que a não saibam só de memória, mas que tenham toda a inteligência que lhe[s] for possível à sua idade, não ficando por declarar os sacramentos, principalmente o da penitência e Eucaristia.

[p. 11] A outra disposição, que é mais próxima e principal, depende da pureza da consciência, que se adquire por uma boa confissão geral e prática das virtudes e boas obras; ela lhe fará ver a necessidade desta disposição e as instruirá a preparar as suas almas pelo exercício dos atos interiores e exteriores das virtudes Fé, Esperança e Caridade, da devoção da humildade, da pureza de coração e intenção e o desejo de receber a Nosso Senhor e cada semana lhe[s] dará uma destas virtudes para se exercitar[em] nela e lhe[s] explicará que sorte a há de praticar e lhe[s] fará dar conta uma vez¹⁷⁸ por outra.

Todo o tempo desta instrução será por um mês. Na primeira semana, lhe[s] explicará¹⁷⁹ com miudeza a doutrina e os mistérios da nossa santa Fé; na segunda, lhe[s] explicará os sacramentos da Santa Madre Igreja e a importância deles; na terceira, lhe[s] explicará os mandamentos da lei de Deus, os da Santa Madre Igreja e os pecados mortais e as ensinará por eles a examinar[em]-se e a dispor[em]-se para a confissão, que será feita no fim desta terceira semana e lhe[s] pode ensinar a fazer o exame pelo Granada ou por outro livro que lhe parecer útil e a propósito; na quarta semana, as instruirá particularmente no fervor e amor com que se devem chegar e dispor para a santa comunhão; em um destes¹⁸⁰ dias as levará ao comunhão para lhes ensinar como devem chegar à sagrada comunhão com os olhos baixos, as mãos levantadas e pegar na toalha com as mãos por baixo abrindo a boca, pondo a língua sobre o beijo composta e modestamente sem disformidade.

Dous dias antes, estarão separadas das outras e farão os seus exercícios de sorte que só se juntem para fazer os seus exercícios e comer. Na véspera da comunhão, ela as levará à Madre Superiora para lhes agradecer as instruções que lhe[s] tem mandado dar e pedir-lhe as encomendem a Deus e que por todas as religiosas lhe mande fazer a mesma mercê e esmola a fim de comungar dignamente e no fim lhe pedirão a benção para o mesmo efeito. Depois pedirão perdão à Madre Prefeita de não ter abraçado todas¹⁸¹ as exortações e doutrina que lhe[s] tem dado e de todos os desgostos que por sua culpa lhe têm dado. O mesmo farão às outras mestras e às suas companheiras, pedindo a todas orações para a boa conclusão de tão santa obra.

¹⁷⁸ Rasurado «cada semana».

¹⁷⁹ Rasurado «m».

¹⁸⁰ Rasurado «livros».

¹⁸¹ Rasurado «todas».

Neste dia¹⁸² de tarde ou no dia da comunhão, ficarão recolhidas ainda [p. 12] todo o dia, separadas das suas companheiras para dar graças a Nosso Senhor de um tão grande benefício.

Se houver lugar, ouvirão mais uma missa para o mesmo fim. No outro dia pela manhã, a Madre Prefeita as irá entregar à mestra exortando-as¹⁸³ muito à perseverança nas suas boas resoluções e propósitos.

§6

Como se devem instruir as educandas para receber o sacramento da confirmação

Sendo avisadas as mestras do dia em que a confirmação se há de dar, elas instruirão as educandas perguntando-lhe[s] o fim por que este sacramento foi instituído, sua forma, sua matéria e seus efeitos e a razão das cerimónias com que ele se confere, a causa por que o bispo é o ministro deste sacramento, as disposições que é necessário ter para ele e como se não pode receber mais que uma vez na vida.

Na véspera as farão confessar e comungar e lhe[s] tornarão [a] avivar a memória das circunstâncias deste sacramento e as exortarão a recebê-lo com grande reverência e devoção.

§7

Modo de fazer-se oferecer a Deus as educandas

Tendo a mestra recebido alguma educanda, depois de a ter instruído das obrigações que tem de se converter a Deus para O servir e amar sempre de todo o coração, tanto pelo título da Criação, como pelo da Redenção e adoção ao número dos filhos de Deus, ela a levará ao coro a oferecer-se e dar-se toda a Ele, renovando as protestações que se fizeram por ela no seu batismo e poderá servir-se para este efeito da seguinte fórmula:

«Deus omnipotente¹⁸⁴ e eterno, prostrada diante de Vossa infinita e adorável majestade eu Vos confesso, reconheço por meu Deus, meu criador e supremo Senhor e como tal Vos adoro com a maior humildade que me é possível e, reconhecendo os benefícios que tenho recebido de Vossa bondade infinita, eu Vos rendo as mais humildes ações de graças, particularmente por me haver[d] es criado à Vossa imagem e semelhança, dando-me [p. 13] uma alma capaz de Vos conhecer, de Vos amar e servir e gozar eternamente de Vós; de me haver[d]

¹⁸² Neste dia: Neste dia dia *REG.*

¹⁸³ exortando-as: exortandoas *REG.*

¹⁸⁴ omnipotente: omnipotentente *REG.*

es resgatado pela morte preciosa de Vosso Filho Unigénito; de me haver[d]es¹⁸⁵ chamado à verdadeira Fé e aplicado o fruto da Redenção pelo santo batismo e pelos outros sacramentos; enfim, de me haver[d]es preservado, desde que tenho recebido o ser, de uma infinidade de males espirituais e corporais e comunicado tantas graças e tantos bens, eu confesso, Meu Deus, que, por todos estes títulos, estou estreitamente obrigada [a] amar-Vos e a servir-Vos desde que estou no mundo e que, sem embargo disto, tenho até aqui passado a minha vida sem Vos honrar e servir como devo e – o que é pior – Vos tenho ofendido de muitos modos. Portanto, Vos peço humildissimamente o perdão, com todo o possível pesar e Vos suplico de todo o meu coração que aceiteis a oferta que Vos faço, no dia de hoje, inteiramente de novo do meu ser, da minha vida e todos os meus pensamentos, palavras e obras, retificando e confirmando em presença de Vossa Divina Majestade as promessas que fizeram por mim no santo batismo de renunciar ao Demónio e às suas obras, ao mundo e às suas vaidades e pompa e protesto morrer mil vezes antes que apartar-me jamais um só momento da Fé que tenho recebido, nem da observância de Vossos santos mandamentos, em cumprimento dos quais estou resolvida a viver e morrer, suplicando-Vos humildemente o fazerdes-me esta graça, pelos merecimentos de Vosso amado Filho e pela intercessão da v[ontade] gloriosa do meu Anjo-da-Guarda e dos Santos protetores da minha vida.

Capítulo 5

Da mestra de escrever

A mestra de escrever será muito afeiçoada a ensinar as educandas a escrever bem¹⁸⁶ e a pegar nas penas com três dedos e boa graça; depois as ensinará a formar bem as letras, começando ordinariamente pelas letras I e O, como fundamento de todas as mais, e depois as letras A, V, M, N, não lhe[s] mudando de umas letras para outras enquanto não sabem formar bem as primeiras. E depois lhes ensinará as letras passantes e primeiro as mais fáceis: B, D, L, F, G, H etc. Quando souberem formar todas estas letras, lhes ensinará as ligaduras como Uuu, Mmm, Nnn e depois palavras sem letras passantes – como estas «avançar», «comum», «comis[s]o» – e lhe[s] fará fazer três regras de cada sorte, para se firmarem vantajosamente.

[p. 14] Consequentemente lhe[s] dará palavras mais compridas e com letras passantes como «honrosamente», «suplicação», «companhia» etc. Quando elas fizerem sofrivelmente as palavras, lhe[s] dará regra inteira e depois duas regras; ensinar-lhes-á também a formar as letras das duas sortes de conta que são ordinárias.

¹⁸⁵ Rasurado «remido».

¹⁸⁶ «a escrever bem» inserido à margem.

Ensinar-lhes-á desde o princípio a fazer espaços iguais entre as¹⁸⁷ pernas ou riscos das letras e a não deixar mais que uma letra entre cada palavra. A experiência tem mostrado que este método de ensinar a escrever é o mais útil; contudo, não se pretende aqui obrigar a mestra de tal sorte que não possa em alguma parte mudá-lo quando julgar a propósito.

Empregará todo o tempo a ensinar ora umas e depois a outras, escrevendo algumas letras ou palavras diante delas e fazendo-lhe[s] escrever as mesmas. Corrigirá as que não fizerem bem e lhes ensinará as medidas de cada letra; ensinará mais a miúdo as mais ignorantes e lhes guiará a mão para mais as segurar, cousa que seria bem fazê-lo todos os dias àquelas que começam, por quase seis semanas.

Não lhe[s] permitirá escrever noutra parte fora dos seus mesmos papéis até que elas saibam bem escrever porque isso lhe[s] faz perder o jeito da mão.

Ensine-lhes a estar próprias e direitas e a não manchar os seus vestidos e papéis com a tinta e para isto ponha sobre cada mesa alguns bocados de pano ou tafetá velho para limpar as penas quando for preciso.

Terá cuidado grande que elas empreguem bem o tempo e que não falem mais que para perguntar em voz baixa o que for necessário, o que ela mesma observará também, não as interrompendo com ne[n]hum discurso; sobre[re] tudo tenha cautela de as fazer estar com o corpo direito quando escrevem e fará também escrever pouco àquelas cujo talho se desmancha com a continuação do trabalho.

[p. 15] Quando alguma educanda tiver permissão de escrever aos seus parentes, a mestra terá cuidado de lhe fazer escrever a sua carta e de ver se vai conforme a ortografia. Ensinar-lhes-á [a] aparar as penas àquelas que já sabem sofrivelmente escrever com aviso da Madre Prefeita.

Logo que algumas tiverem a mão sofrivelmente firme para a escritura, ela avisará a mestra da classe, a fim de que lhe[s] faça aprender a ortografia.

Se há algumas negligentes em aprender ou que façam estrondo ou desordem que serve às outras de impedimento, depois de as ter advertido e repreendido, se se não corrigem, o dirá à Madre Prefeita ou à mestra que preside.

Terá feitos traslados antes da classe de uma ou duas regras de sentenças ou versos piedosos pelos quais as discípulas escrevam e no fim das classes cotejará as matérias com os traslados e os meterá dentro de cada uma.

Ela será cuidadosa em ter provido tudo o que pertence ao seu ofício de penas,

¹⁸⁷ Rasurado «paras».

papéis e tinteiros, que ela conservará com perfeição, não deixando engrossar a tinta e, de tempos em tempos, a deitará nova e também poedouros, quando vir que é necessário, e fechará tudo num armário ou cofre, que deve estar no lugar onde as educandas escrevem, do qual ela tenha a chave.

Escreverá sobre os papéis de cada educanda o seu nome e sobrenome e fechará separadamente os de cada classe no seu armário e a ninguém falará dos seus defeitos fora da mestra que as preside.

[p. 16] Capítulo 6

Da mestra da conta e da ortografia

Esta mestra será exata em achar-se na classe às horas destinadas para fazer dar as lições na conta romana e arábica; ensinar-lhes-á a fazer as letras¹⁸⁸ da conta com uniformidade e perfeição e que sejam bem iguais e ensiná-las-á pela ordem e regras que determina esta faculdade.

Para a ortografia, se proverá de tantos livros impressos da mesma sorte quantas forem as educandas que devem aprendê-la cada dia, as quais poderão ser até oito ou dez.

Tendo dado a cada uma seu papel branco, lhe ditará pausada e distintamente, palavra por palavra, duas ou três regras dos ditos livros para elas irem escrevendo; depois dará a cada uma o seu livro para se emendarem elas mesmas, escrevendo corretamente as palavras por cima daquelas que tinham escrito erradas; depois, ela lhes fará tornar a escrever diretamente a mesma lição, sem ver o que primeiro tinham escrito. Em o dia seguinte, elas escreverão ainda a mesma cousa em limpo sobre outro papel e não se mudará a lição até que elas possam acertar.

Terá muito cuidado em que não falem em cousa alguma fora do que é necessário para as suas lições – e isso se fará em tom baixo – e terá grande cuidado em não falar dos defeitos ou negligências das educandas, exceto à mestra que as preside.

As educandas tanto de dentro, como externas terão sueto nas quintas-feiras nas semanas em que não houver dia santo e também nas festas do Natal, desde o dia do Natal até depois da festa da Epifania, e desde Domingos de Ramos até o da Pascoela; também nos três dias das carnes tolendas, para não andarem a vir pelas ruas em dias tão tumultuosos, e desde o último de agosto até quinze de setembro, para as mestras fazerem os Exercícios de Santo Inácio.

¹⁸⁸ Rasurado «bem».

Capítulo 7º

Das mestras dos instrumentos e das que ensinam a ler o Vulgar e Latim etc.

Todas estas mestras serão exatíssimas no cumprimento da sua [p. 17]¹⁸⁹ obrigação, tendo cuidado em se acharem nas classes às horas destinadas e não se ausentando delas antes de se acabarem as horas ou lições; ensinarão com toda aplicação e cuidado, segundo as regras da arte de cada uma destas faculdades, sem consentirem que aprendam de outiva e as que ensinarem a ler qualquer língua procurarão que a pronunciem com perfeição e em particular a Vulgar. Terão cuidado que guardem silêncio no tempo da classe, como determinam as Constituições e a nin[g]uém falarão dos seus defeitos, como está dito etc.

Capítulo 8º

Das mestras de renda, costura e de toda a casta de lavor

Estas mestras serão exatas em se achar nas suas classes às horas determinadas e de tarde deve ser no fim da doutrina; cuidarão muito em as fazer aplicadas e que façam as suas obras com asseio e perfeição e empregarão bem o tempo [em] as ensinar, sem se ocuparem em cousa alguma que disto a[s] desvie.

Quando as mestras de qualquer destas faculdades tiver[em] muitas ao mesmo tempo para ensinar ou quando lhe[s] parecer conveniente as repartirá pelas mais adiantadas, para elas as ensinarem e ao seu pé terá 2 ou 3 das mais atrasadas, a fim de elas se adiant[ar]em e a todas as outras lhe[s] verá repetidas vezes os seus labores para lhe[s] adve[r]tir os erros e fazer-lhe[s] desfazer quando necessitarem disso.

Terão cuidado que não destruam ou percam os retroses, linhas, sedas etc que para as suas obras lhe[s] forem dados e encobrirão alguma [a]o guardá-los todos os dias com ordem nos armários ou bocetas que [para] esse fim devem haver.

Terão toda a diligência por as¹⁹⁰ conservar em silêncio e que falem em tom baixo aquelas palavras que forem necessárias. De nenhum modo lhe[s] permitam queixas ou murmurações das outras mestras e procurarão intimar o respeito e amor que lhe devem ter e terão cuidado que no tempo da classe se tratem com política e caridade umas com as outras.

[p. 18] Terão cuidado em procurar a tempo a Madre Prefeita o que lhe for necessário para os seus labores e não se admitirão obras para as classes sem sua permissão. Procurarão que as suas discípulas se aproveitem e gastem o tempo com utilidade para o mesmo fim e não se ausentarão senão às horas prescritas e a pessoa alguma falarão nos defeitos ou descuidos das suas discípulas, exceto à

¹⁸⁹ A partir desta página, nota-se mudança da pessoa que escreve.

¹⁹⁰ por as: pelas *REG.*

Madre Prefeita ou à mestra a quem pertence o seu regímen.

Capítulo 9

Regulamento para quem tem cuidado da roupa de linho e de cor

Terá cuidado em que a roupa de linho seja bem lavada e bem tratada, consertando-a a tempo conforme a sua necessidade e a terá marcada com o sinal de cada uma, para se não misturar e de uma com outra no que deve ter toda a vigilância. As educandas que forem mais pequenas no verão lhe darão a roupa 2 vezes na semana a fim de que andem asseadas e a todas dará camisas mais usadas para dormir para o fim do mesmo asseio.

Quando fizer roupa nova, assentará no seu livro o número e os nomes para quem a fez; quando a der a lavar será por rol, a fim de que se não perca na lavadeira e nisto terá muito cuidado, como também em a dar a todas, sendo necessária, para as costumar a andar com asseio e tratar com ele tudo de seu uso.

Fará provimento de linhos de todas qualidades, tanto para coser no pano de estopa e de linho, como para meias, as quais terá cuid[ad]o de as mandar consertar a tempo para não se estruírem; os pares que fizer novos assentará no livro como tudo mais.

Na roupa¹⁹¹ de cor terá o mesmo cuidado, tratando tudo com muito asseio e fazendo-a consertar a tempo, para se n[ão] estruir e, quando fizer alguma coisa nova, a numerará, escre[ve]rá no livro como acima se diz.

Terá também o calçado marcado para se não misturar; 2 vezes na semana irá à noute pelos [p. 19] aposentos das educandas para lhe[s] ver o calçado conserto para ir para o sapateiro a tempo, fazendo rol dos pares que manda para os aceitar pelo mesmo rol, como também os pares novos que mandar fazer os assentará no seu livro com os nomes para quem são.

Tudo isto fará com o maior cuidado e zelo, não faltando ao preciso, mas não destruindo e isto não só pelo que deve a si mesma, mas também para as costumar a praticar o que têm visto obrar. Tudo isto fará com a intenção reta para Glória de Deus, por amor do qual tem este trabalho.

§2

Regulamento das que têm cuidado das cousas de comer

Cuidará em que a carne e o peixe se salgue a tempo, que não ganhe¹⁹² cheiro e fará tratar tudo com o maior asseio, tanto na cozinha, como na despensa e

¹⁹¹ Rasurado «vranca».

¹⁹² que não ganhe: que não ganhe que não ganhe REG.

mais trastes. Terá cuidado de lhe dar tudo o que lhe for necessário, com toda a prontidão, sem mau modo, como verdadeira Mãe em Jesus Cristo.

§3

Regulamentos para todas as mestras em geral

As mestras terão entre si grande concórdia e uniformidade no seu obrar e, se houver algumas pequenas dissensões – e que pode haver¹⁹³ – com a Madre Prefeita o não deem a conhecer às educandas, nem mostrem desaproveitar o que uma ou a outra fizer, mas se houver¹⁹⁴ alguma cousa que estranhar, elas se advertirão, depois reciprocamente entre si, com brandura e caridade, sem paixão e o mesmo farão com as que vêm ensinar as suas classes ou com as irmãs que fazem algum serviço às educandas, sobre as quais elas devem ter muito cuidado a fim de que elas se desempenhem como é necessário e se façam continuar nos seus empregos.

Sobretudo¹⁹⁵ elas terão cuidado de fazer pe[r]ceber às educandas a estimação que elas têm de todas a[s] religiosas e não lhe[s] permitam que elas lhe[s] falem mal, ou em particular, ou em comum, o que elas observarão [p. 20] singularmente a respeito das mestras que lhe[s] precederam; acatelem-se de censurar a sua conduta ou informar curiosamente dela.

Não lhe[s] aceitarão cousa¹⁹⁶ nenhuma que as educandas lhe[s] queiram dar sem particular licença¹⁹⁷ da Madre Superiora.

Capítulo 10

Regulamento das que penteiam e vestem¹⁹⁸ as educanda[s]

As que são destinadas para pentearem as educandas serão pontuais em se achar no seu apartamento para penteá-las ao tempo que se levantam aquelas que a mestra lhe tiver destinado.

Elas as pentearão pela parte das costas e apertarão os seus cabelos com o cordão ou fita, tendo grande cuidado de lhe[s] conservar a cabeça limpa e, por esta causa, as não pentearão muito depressa.

Elas as comporão juntamente sem curiosidade, nem vaidade e lhe[s] alimparão as celas e farão as camas. As religiosas conversas que nisto são empregadas se tratem com as educandas com mansidão e respeito, não se entremetendo a repreendê-las ou castigá-las, mas podem-nas advertir brandamente em ausência de sua mestra

¹⁹³ haver com: haver ou com *REG.*

¹⁹⁴ Rasurado «mas se ouver».

¹⁹⁵ Rasurado «sobre».

¹⁹⁶ cousa: con *REG.*

¹⁹⁷ licença: lincença *REG.*

¹⁹⁸ Entrelinhado «e vestem».

ou também dizer-lho depois a fim de que ela as repreenda e se demorem nada a falar-lhes mais do que necessário for.

Terão cuidado de ter água em um resisto no sítio em que penteiam e terão cuidado em que se lavem e terão toalhas para se alimpar, as quais porão lavadas 2 vezes na semana e terão cuidado de as guardar para entregá-las à roupeira quando esta as procurar e der as lavadas.

Terão cuidado de lhes assear e lavar os vasos humildes para [os] conservarem limpos e decentes; uma vez cada mês lhe[s] porão as camas ao sol e lha[s] olharão e lhe[s] espanarão e lavarão as celas ou câmaras e, se para este efeito não puderem sós, o dirão à Madre Prefeita para que esta lhe[s] dê quem as ajude. E tudo farão com intenção reta de dar Glória a Deus, de Quem só esperam a recompensa, não querendo ou aceitando de mais ninguém¹⁹⁹ a remuneração.

[p. 21] Segunda Parte **Regulamento das discípulas externas** **Capítulo 1º**

Em cada colégio ou mosteiro haverá classe para instruir as meninas pobres da terra em que estiverem. Esta classe será uma casa grande que fique separada do mosteiro para não terem correlação com as de dentro. Haverá um pequeno oratório para elas fazerem a sua oração. Para esta classe haverá duas mestras que a Madre Superiora destinará as que lhe parecerem a propósito e, se o número das meninas for grande, poderá nomear mais mestras; conforme as religiosas que tiver, [n]a mesma proporção aceitará as meninas.

As mestras lhe[s] ensinarão e farão por lhe[s] estimarem sobretudo o santo temor de Deus. Para este fim, lhe[s] ensinarão a fazer oração e o oferecimento das obras do dia à doutrina cristã e lha explicarão e farão perceber de sorte que a não saibam só de memória, mas compreendam – do modo que é possível aos seus anos – os mistérios da Fé²⁰⁰ e os sacramentos para saberem o como se recebem, o fim para que se recebem, os efeitos que obram nas alunas.

As meninas se acharão todas juntas para entrar na classe às horas prescritas nas Constituições e as exortarão a que com pontualidade se venham juntando [a] o lugar que se destinar, de sorte que estejam todas juntas e prontas para entrar ao toque e sinal que para isso der o sino.

Em entrando para a classe, perguntam às suas mestras como passaram, depois

¹⁹⁹ Rasurado por cima desta palavra «de».

²⁰⁰ «mistérios da fé» entrelinhado.

de lhe[s] ter[em] dado os bons dias e lhe[s] tomarão a benção e²⁰¹ [i]mediatamente se irão pondo de joelhos por sua ordem diante do oratório e as mestras lhe[s] ensinarão a honrar a Santíssima Trindade e o oferecimento das obras do dia e a fazerem atos de Fé e Esperança e Caridade etc e depois os prelúdios para fazerem oração e lha farão por espaço de um quarto.

Acabada a oração, entrarão a dar as lições de ler e escrever e acabadas se porão a trabalhar.

De tarde virão também ao toque do sino e, tendo entrado, tomarão a benção às mestras e se porão por sua ordem e terão meia hora de doutrina cristã. Acabada esta, se porão a trabalhar; às 7 horas merendarão – para [o] que terão um quarto de hora – e se tornarão a trabalhar até o fim das classes, que será no verão às 7, [p. 22] ficando as mestras desobrigadas de assistir neste tempo ao coro (o satisfarão depois) e no inverno às 5.

Capítulo 2º

Regulamento do que a Madre Prefeita deve fazer e praticar com as discípulas externas

A Madre Prefeita se fará contínua e exata em abrir a porta da classe no tempo ordenado, assim para fazer entrar, como sair as discípulas. Estará sempre à porta enquanto ela estiver aberta, tomando sentido cuidadosamente que não se entremetam outras pessoas, fora²⁰² aquelas que tiver aceito para aprender, tendo, por este motivo, o véu sempre levantado, nem parará também a falar com pessoas seculares nesta porta, mas logo a fechará, tanto que entrem ou saírem as discípulas.

Terá cuidado que não haja desordem alguma no sair ou entrar das discípulas, mas fará com que elas entrem com toda a gravidade e modéstia e por sua ordem e sem ruído e reparará nas que faltam a vir à classe, a fim de saber a causa, na primeira ocasião fazendo o que lhe for possível para as fazer exatas, castigando ou despedindo aquelas que se dispensam a miúdo sem causa justa.

Quando apresentarem alguma menina para ser instruída, antes de a receber[em], a verão²⁰³ no locutório e se informarão²⁰⁴ da idade que tem e se os seus parentes podem ou querem enviá-la todos os²⁰⁵ dias à hora assinada e fazer-lhes praticar aquilo que lhe[s] for ensinado tocante a piedade, como fazer a oração, fazê-la ouvir a missa e fazê-la confessar.

²⁰¹ e: cem *REG.*

²⁰² «fora» entrelinhado.

²⁰³ verão: verá *REG.*

²⁰⁴ informarão: informará *REG.*

²⁰⁵ os: dos *REG.*

Não admitirá alguma – principalmente das mais grandes – que não tenha primeiro, por²⁰⁶ pessoas conhecidas bastante se garanta de que seus pais são de boa vida e não receberá a que passar de 18 anos sem especial permissão da Madre Sup[e]rioria. Terá um livro aonde escreverá os nomes das meninas e de seus pais, que ela recebe, e também a rua donde moram.

No locutório portar-se-á com os parentes das discípulas com discursos breves e de cousas que respeitem [p. 23] ao seu ofício e terá sempre o véu corrido. Não se servirá das discípulas para fazer recado algum sem ter da Madre Sup[e]rioria expressa permissão, salvo pelo que toca ao seu ofício, como seria mandar perguntar aos parentes de alguma menina a causa por que faltou. Não rece[be]rá carta ou escritos ou cousa algu[m]a p[e]las meninas, nem também as mandará.

Será frequente em visitar as classes, como lhe prescrevem as Constituições e nomeará de dez em dez algumas das mais adiantadas para se[r]virem de coro²⁰⁷ e as mudará quando lhe par[e]cer conveniente e tiver outras que o possam fazer, para assim as ir adiantando. E às que saem, se o fizeram bem, dará o seu louvor e terá cuidado de ver o adiantamento de cada uma, principalmente na doutrina cristã.

Terá cuidado em que as mestras sejam exatas em as instruir para a confissão e comunhão e que as façam afeiçoadas a estes sacramentos e o modo desta instrução será como está prescrita para as educandas de dentro, tanto para as que comungam a primeira vez, como para as outras.

Terá cuidado que elas se confessem em todas as festas anuais e, além disso, de 15 em 15 dias ao menos, o que farão, havendo comunidade, na igreja do convento e, não havendo, lhe[s] fará trazer escrito do confessor que as confessou.

Capítulo 3

Regulamentos das mestras das discípulas externas

As religiosas destinadas à instrução das discípulas externas se devem portar nisto com tanta mais afeição quanto neste emprego imitam mais chegadoamente ao Filho de Deus, o qual, no decurso²⁰⁸ da Sua vida, quis principalmente instruir os pobres e ignorantes e, por isso, lhe peçam instantemente o Seu espírito e graça para exercitar esta ação, zelo e caridade e paciência e²⁰⁹ brandura de que Ele nos deixou exemplo.

²⁰⁶ «por» entrelinhado.

²⁰⁷ de coro: de de corio *REG.*

²⁰⁸ decurso: discurso *REG.*

²⁰⁹ e: a *REG.*

Terão cuidado em assistir às suas orações e à sua doutrina e de lha explicar e de lhe[s] fazer o seu exame; quanto à lição de escrever, o praticarão como na classe de dentro; assim também a ortografia e conta.

As mestras serão exatíssimas em ir para a classe à hora prescrita, de sorte que lá estejam sempre antes das discípulas. Todo o tempo que estiverem na classe empregarão em utilidade das discípulas e não se distrairão a trabalhar em outras obras e ainda menos a falar umas com outras no tempo destinado para as instruções, diferindo para outra hora o comunicar-se sobre o que julgarem é [p. 24] preciso para a boa ordem das suas classes se guardarem.

Terão cuidado nas vésperas das festas do Nosso Senhor e da Senhora e dos Santos em que se acham cousas mais notáveis nas suas vidas; lhe[s] falarão delas na hora que fazem a doutrina, como também das cerimónias mais notáveis que se fazem na Igreja, como a da Cinza e dos Ramos etc.

Como a sua principal obrigação é instruir as discípulas na piedade e virtudes cristãs, porão nisso um cuidado e um estudo particular. Quando entra uma menina para se instruir, a mestra a fará oferecer a Deus do modo com que se oferecem as educandas; ensinar-lhes-á os princípios da fé e religião, o modo de se oferecer a Deus todas as manhãs, de ouvir missa, bem de fazer o exame antes de se deitar e depois a recomendarão a uma de coros²¹⁰ para lhe ensinar a doutrina e as orações costumadas.

Terão cuidado em as ir chamando por seu turno a cada uma em particular para saber se elas estão bem cientes nas orações e doutrina. Isto se pode praticar no fim das lições pelo decurso dos dias e terão cuidado de as fazer²¹¹ ir desobrigar às suas paróquias logo no princípio da Quaresma e lhe intimarão o quanto devem ser exatas no cumprimento dos preceitos de Deus e da Igreja.

Pelo que toca a dispor as discípulas para o sacramento da confirmação, sabendo as mestras que o bispo vem a crismar, são obrigadas a dispô-las como está dito para educandas.

Quando alguma das discípulas se desp[ed]irem para não tornar à classe, as mestras lhe[s] falarão em particular para lhe[s] recomendar como cristãmente devem viver e lhe[s] lembrarão as cousas mais necessárias para a sua Salvação.

As mestras guardarão exatamente a ordem nas suas classes estabelecida e nada mudarão na fórmula das orações ordenadas e para isto lerão repetidas vezes o seu regulamento.

²¹⁰ de coros: de de corios *REG.*

²¹¹ Rasurado «praticar».

Elas se portarão com uma grande paciência e caridade para com todas, afeiçoando-as a procurar o seu adiantamento e aprender a ser bem virtuosas, levando-as a isto com uma santa emulação sem grandes castigos²¹², nem lhe[s] admitindo queixas umas das outras pelas faltas ligeiras, como fazer ruído, ser alguma vez negligentes no estudo, dizer alguma palavra áspera ou descortês com as companheiras etc. Se elas se não emendam logo que se veem repreendidas, lhe[s] farão alguma [p. 25] pequena confusão diante de todas, como mandá-las pôr por último no seu lugar ou fazê-las estar apartadas das outras em pé algum tempo ou outros neste modo.

Não lhes²¹³ permitirão o darem reciprocamente as cousas do seu uso, nem fazer com as companheiras alguma venda ou troca ou contrato. Não receberão presente algum das discípulas, nem se servirão delas para fazer recado algum ou recomendação a pes[so]as de fora; não lhe[s] perguntarão por notas²¹⁴ o[u] cousas escusadas, nem ainda permitirão que elas as digam, principalmente quando em particular lhe[s] falarem, por não consumir o tempo inutilmente.

As mestras terão cuidado de que as classes estejam limpas e asseadas e, por esta causa, deixará alguma das mais pobres de manhã na classe para a ficar asseando antes que as outras venham de tarde.

As mestras terão grande respeito à Madre Prefeita e grande união e concórdia entre si para se aliviarem umas às outras no trabalho da instrução; não darão a entender às discípulas as suas pequenas diferenças, nem mostrarão desaprovam uma o que tiver feito a outra porque, havendo alguma cousa que repreender, esperarão que elas se vão para se advertir com caridade e mansidão²¹⁵.

Capítulo 4 **Regulamento das discípulas externas**

As meninas que se receberem nesta casa para serem instruídas devem saber que o primeiro e principal fim por que a[s] recebem é para conhecerem a aprender [a] amar e servir a Deus, a fim de que por este modo sejam algum dia bem-aventuradas. Far-se-ão sob[re]tudo afeiçoadas ao que respeita a piedade e a bem aprender e praticar o que se lhes ensina, para a sua Salvação, estudando em fazê-lo perceber em as suas boas ações, pela modéstia de todos os seus gestos como amam²¹⁶ a Deus e temem desagradá-lo.

²¹² «Castigos» entrelinhado.

²¹³ «lhes» entrelinhado.

²¹⁴ «tas» entrelinhado.

²¹⁵ À margem deste parágrafo: «as suas piquenas diferenças nem mostrarao dezaprovar hua».

²¹⁶ amam: amaa REG.

Logo que despertarem darão o seu coração a Deus como as mestras lhe[s] terão ensinado; em levantando-se tomarão água benta e se porão de joelhos para adorarem a Deus e depois se encomendarão à santa Virgem, ao Anjo-da-Guarda e Santo do seu nome e os dias que não forem à classe farão em sua casa os mesmos Exercícios que fazem com as mestras quando lá vão e ouvirão devotamente a missa todos os dias como lhe[s] está ensinado; quando aos domingos e dias de festa forem ouvir missa e os sermões, estarão com grande gravidade, [p. 26] modéstia, não falando nem voltando a cabeça.

Todos os dias, antes de se deitar, farão exame como se lhe[s] tem ensinado e se off[e]reçerão a Deus, tomando-lhe a benção, e Nossa Senhora, dando-lhe o seu coração e deitando-se com algum bom pensamento.

Serão obedientíssimas a seus pais ou aos que estiverem em seu lugar honrando-os e servindo-os conforme a lei de Deus, cuidando lhe[s] não dar motivo algum de descontentamento por suas palavras e ações; confessar-se-ão todos os 15 dias e as festas anuais e as que comungam não comungarão sem licença dos confessores e de suas mestras.

§2

Da ordem que devem guardar nos dias que vão à classe;

Achar-se-ão um quarto de manhã antes da [h]ora de se abrir a porta; estando no lugar em que as mandarem esperar, estarão sem ruído estudando as suas lições e doutrina; quando a porta se abrir, entrarão por ordem de 2 em 2 com separação da decana e esta terá cuidado que as suas vão com ordem, modéstia, silêncio e, ao entrar, farão reverência à religiosa que lhe[s] abre a porta.

Ao subir para a classe, saudarão as suas mestras e lhe[s] tomarão a benção e irão por sua ordem pondo-se nos seus lugares para fazerem as orações prescritas.

As educandas terão [sueto] nas q[ui]ntas-feiras nas semanas em que não houver dia santo e também na festa do Natal des[de] o dia de Natal até depois da festa da Epifania nos 3 dias de carnes tolendas para não andarem a vir pelas ruas em dias tão tumultuosos; na Páscoa desde o domingo de Ramos até [a]o da Pascoela e desde o último de agosto até [a]os 15 de setembro para as mestras fazerem os Exercícios de Santo Inácio.

Artigo recebido em 24/05/2012

Aceite para publicação em 27/06/2012

ENTRE A APRENDIZAGEM DA SANTIDADE E A PREDESTINAÇÃO DIVINA. ALGUMAS NOTAS SOBRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA EM «VIDAS» DE RELIGIOSAS PORTUGUESAS (SÉCULOS XVII-XVIII)

PAULA ALMEIDA MENDES*

UNIVERSIDADE DO PORTO - CITCEM

paula_almeida@sapo.pt

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar algumas «Vidas» de religiosas portuguesas dos séculos XVII e XVIII, centrando-se nos tópicos utilizados pelos biógrafos quando procedem ao relato sobre a infância das protagonistas. Por outro lado, este artigo procura também mostrar como a valorização das virtudes morais, das práticas espirituais e devotas e do comportamento infantil e juvenil das biografadas reflete a introdução, no domínio da santidade, de uma codificação de modelos que se inscrevem no processo de profunda redefinição da santidade delineado pela Igreja pós-tridentina.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Séculos XVII e XVIII, Biografias devotas, Santidade.

ABSTRACT: This study aims to analyze some of the «Lives» of Portuguese religious women of the seventeenth and eighteenth centuries, focusing on the topics used by biographers when they proceed to the story about the childhood of the protagonists. On the other hand, this article also seeks to show how the appreciation of the moral virtues, spiritual and devotional practices and behavior of children and young people profiled reflects the introduction, in the field of holiness, of coding models that fall within the process of deep redefinition of holiness outlined by the post-Tridentine church.

KEY-WORDS: Portugal, XVII and XVIII centuries, Devote biographies, Holiness.

1. A partir do final do século XVI, o panorama editorial português assistiu a um surto editorial no que respeita à publicação de «vidas» de santos, beatos, veneráveis ou varões e mulheres «ilustres em virtude». Estas hagiografias e biografias devotas tinham como objectivo a glorificação da personagem em questão, a edificação espiritual e a promoção do culto. Estas obras não traçam a construção de uma personalidade através de uma análise psicológica, mas sublinham os indícios de

* Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Investigadora do CITCEM

um desejo de perfeição, patente desde a infância, que se expande, mais tarde, na escolha do estado religioso e na concretização dessa vocação¹.

Entre as várias questões que dizem respeito à história da biografia antiga, não só pagã, como também cristã, uma das mais interessantes prende-se com o relevo que, na narrativa, os autores atribuem à infância do biografado. Como defende Elena Giannarelli, «la valutazione di quella che possiamo definire come *prima aetas* rappresenta un vero problema nel mondo antico e neppure il cristianesimo sfugge a questa difficoltà: gli stessi Padri non riescono a dare un giudizio univoco sull'argomento ed oscillano fra una visione negativa, di derivazione ebraica e filosófica-classica (il bambino come espressione più immediata della natura umana e quindi peccatore) ed una rivalutazione di stampo neotestamentario, che si attua sul piano simbólico ed è valida per l'adulto che plasma di nuovo in sé il bambino»².

Ao descrever a infância e a juventude das futuras religiosas, os biógrafos tratam, tal como iremos ver, quase sempre os mesmos tópicos: os pais, as práticas espirituais e devotas, o desprezo pelas coisas mundanas e a entrada na vida religiosa.

O *corpus* textual³ por nós estudado é, certamente, um pouco restrito para que

¹ POUTRIN, Isabelle (1987) - *Souvenirs d'enfance. L'apprentissage de la sainteté dans l'Espagne moderne. «Mélanges de la Casa de Velásquez»*, tome XXIII, p. 331-354, esp. p. 332.

² Cf. GIANNARELLI, Elena (1991) — *Infanzia e santità: un problema della biografia Cristiana antica. In Bambini Santi. Rappresentazioni dell'infanzia e modelli agiografici* (a cura di Anna Benvenuti Papi e Elena Giannarelli). Torino: Rosenberg & Sellier, p. 25. No seu estudo *Santi bambini, santi da bambini* (In *Bambini Santi...* — *Op. cit.*, p. 7-24, esp. 11), Anna BENVENUTI PAPI e Elena GIANNARELLI chamam a atenção para a existência de dois planos distintos sobre os quais pode apresentar-se a infância na representação biográfica e hagiográfica da santidade: por um lado, o modelo do «santo bambino», e, por outro, o do «santo da bambino». De acordo com as Autoras, «nel primo caso la vicenda terrena del protagonista si consuma nell'arco di pochi anni, la prima aetas appunto, che deve necessariamente contenere in se stessa caratteristiche tali da giustificare la definizione del piccolo come figura esemplare. Santità e infanzia vengono quindi a coincidere, superando in tal modo la tradizionale valutazione negativa della condizione di puer».

³ Eis o elenco das obras consultadas:

- ALMADA (E.S.A.), Fr. António de (1694) — *Desposorios do espirito, celebrados entre o Divino Amante, & sua Amada Esposa a venerável Madre Soror Marianna do Rosario, religiosa de veo branco no Convento do Salvador da Cidade de Evora. Offerece-os ao Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor D. Fr. Luis da Sylva, Arcebispo de Evora do Concelho de Sua Magestade, &c. Frey Antonio de Almada, Religioso dos Eremitas de Santo Augustinho, na Provincia de Portugal, Lente jubilado na sagrada Theologia*. Lisboa: na Officina de Manoel Lopes Ferreira;

- SANTA MARIA (O.S.A.), Fr. Agostinho de (1701) — *Historia da vida admirável, & das acções prodigiosas da veneravel Madre Soror Brizida de S. Antonio, Filha espiritual singularissima do veneravel Padre Antonio da Conceição, Abadeça do muyto Religioso Convento de Santa Brizida das Madres Inglezas, do sítio do Mocambo em Lisboa; offerecida a senhora D. Juliana Maria de S. Antonio*. Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galram;

- REBELO, Francisco de Sousa da Silva Alcoforado (1731) — *Vida de Soror Ignes de Jesus, religiosa converso no Convento da Anunciada desta Cidade de Lisboa Occidental, insigne em virtudes, offerecida, e dedicada a Maria Santissima Senhora Nossa debayxo da invocação da Abbadia*. Lisboa: na nova Officina de Mauricio Vicente de Almeida;

- PACHECO, Pe. Simão Cardoso (1738) — *Vida e Milagres da Veneravel Madre Soror Francisca da Conceição, religiosa exemplarissima no Mosteiro de Santa Clara da Vila de Trancoso*. Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galram;

possamos estabelecer uma norma de comportamento infantil ou juvenil; contudo, aquele parece-nos importante para que nos seja possível conhecer e compreender vivências particulares dos projetos, senão de «santidade», pelo menos de vida religiosa, pastoral e até mesmo moral da época dos biografados e/ou dos biógrafos.

Contudo, a comparação dos diferentes relatos poder-nos-á mostrar que todas estas meninas partilharam um desejo intenso e uma tensão obstinada em direcção a uma eternidade pautada pela beatitude e bem-aventurança sobre a qual ouviam falar ou liam e que decidiam perseguir a «perfeição», ou seja, aquilo que na época era perspectivado como sendo a «santidade»⁴. Como sublinhou Isabelle Poutrin, este desejo de «santidade» manifesta-se através de todo um conjunto de acções e de comportamentos, que incluem a aprendizagem da oração e a inculcação de práticas devotas: deste modo, estes relatos testemunham a transmissão de um sistema de representações religiosas destinado, desde logo, às crianças⁵. Assim se difundem as atitudes de piedade e os rudimentos dos dogmas católicos, as práticas ascéticas e os modelos de santidade⁶.

- BELÉM, (O.F.M.), Fr. Jerónimo de (1747) — *Oliveira ilustrada pela vida, e morte da grande serva de Deus Maria da Cruz, Filha da Terceira Ordem Serafica, e natural da mesma Villa de Oliveira, em que se expõem juntamente particulares excellencias da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia, com duas respostas apologeticás em defeza da mesma, e em credito da verdade*. Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa;

- SANTA MARIA ROSA (O.F.M.), Fr. Bernardo de (1750) — *Espelho de Perfeição, a que se podem ver as almas, que quizerem segurar nos caminhos da vida espiritual as grandesas do amor de Deos no exercicio das virtudes, e caminho seguro da Cruz. Composto do crystal da innocente vida da Madre Soror Guiomar Theresa do Cenaculo, religiosa que foy no Mosteiro de Santa Clara de Amarante*. Coimbra: na Officina de Luis Secco Ferreira;

- SACRAMENTO (O.F.M.), Fr. António do (1751) — *Vida da veneravel Madre, e Serva do Senhor Soror Joanna Luiza do Carmelo, Religiosa da Ordem Terceira de São Francisco no Real Mosteiro de Santa Anna de Lisboa*. Lisboa: na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galvão;

- FRANCO (O.P.), Fr. João (1757) — *Vida portentosa da serva de Deos D. Tomásia de Jesus, Terceira professa da veneravel Ordem de S. Domingos*. Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa;

- CHAGAS (O.F.M.), Fr. Bernardino das (1762) — *Compendio da admirável vida da veneravel Maria do Lado*, Lisboa: por Miguel Rodrigues;

- CLEMENTE (C.O.), Pe. José (1763) — *Vida da venerável madre Theresa da Annunciada, religiosa do Convento da Esperança da cidade de Ponta-delgada na ilha de S. Miguel. Dedicada ao Sancto Christo, com a invocação de «Ecce Homo»*. Lisboa: na Officina de Francisco Luis Ameno (utilizámos a terceira edição: Lisboa: na Officina que foi de Lino da Silva Godinho, 1824);

- *Vida, e obras da serva de Deos a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus, religiosa carmelita descalça do Convento de Santa Teresa do lugar de Carnide*. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1783;

- CÊU, Soror Maria do (1993) — *Relação da vida e morte da serva de Deos a Venerável Madre Helena da Cruz* (transcrição do códice 87 da Biblioteca Nacional, precedida de um estudo histórico de Filomena Belo). Lisboa: Quimera.

⁴ Sobre esta temática, veja-se, para o caso português, CUNHA, Mafalda Ferin (1998) — *A infância e a juventude das religiosas portuguesas do século XVII: um relato convencional*. «Brotéria», n.º 147, p. 327-339; para o caso espanhol, veja-se POUTRIN, Isabelle (1987) — *Souvenirs d'enfance. L'apprentissage de la sainteté dans l'Espagne moderne*. «Mélanges de la Casa de Velásquez», tome XXIII, p. 331-354.

⁵ POUTRIN, Isabelle – art. cit., p. 332.

⁶ Cf. POUTRIN, Isabelle — *Art. cit.*, p. 322.

2. Os pais e o meio familiar

Os autores remontam a narração da vida das biografadas ao tempo antes do seu nascimento, identificando os pais e sublinhando, sobretudo, a fama das suas virtudes e o fervor das suas práticas espirituais e devotas.

Em alguns casos, os biógrafos realçam a ascendência nobre das religiosas, tais como Soror Helena da Cruz⁷, Madre Brízida de Santo António⁸, Madre Joana Luísa do Carmelo⁹, Soror Inês de Jesus¹⁰, Madre Mariana Josefa Joaquina¹¹, mantendo-se assim fiéis a uma longa tradição, segundo a qual santidade e nobreza de nascimento estariam estritamente ligadas. Com efeito, esta tradição, que foi designada por André Vauchez como *beata stirps*¹², devedora da ideia de que santidade e nobreza de nascimento estariam estreitamente ligadas, desenvolveu-se sobretudo ao longo da Alta Idade Média, devido ao aumento do prestígio da nobreza senhorial, e acabou por se tornar num *topos* hagiográfico.

Outras religiosas são de ascendência humilde, mas, em todos os casos, os

⁷ Soror Helena da Cruz, que no século se chamou D. Helena Mascarenhas, nasceu em 1639 e era filha de D. António Mascarenhas, irmão do I Conde de Palma, D. António Mascarenhas da Costa, e de D. Isabel de Mendonça (cf. CÉU, Soror Maria do — *Op. cit.*, p. 133).

⁸ Madre Brízida de Santo António, que no século se chamou D. Leonor de Mendanha, nasceu em 1576 e era filha de Jorge Vaz de Campos e de D. Isabel de Mendanha. «Erão naturaes da Villa de Abrantes; o Pay da familia de Campos, & a Mãe dos Mendanhas, que vierao de Castella para este Reyno em companhia da Excelente Senhora; familia taõ illustre, que della procedeo D. Isabel de Mendanha, Irmã da Avò da Madre Brízida, que fundou o Convento da Esperança de Lisboa (como diz Jorge Cardoso) no anno de 1534, ou como diz a Madre Soror Francisca da Conceição, na relação que escreveo da vida desta serva de Deos, Religiosa do mesmo Convento da Esperança, & irmã do Conde de Villa-Nova D. Gregorio de Castello-Branco: que o Convento da Esperança fora fundado em hũa quinta, que Dona Isabel de Mendanha dera à Rainha D. Catherina, & ella à sua Camareira Mòr, que mandando vir da Ilha da Madeyra suas filhas, fundarão aquelle Mosteyro, & que muita parte da fazenda, que hoje logravão, fora de Dona Isabel de Mendanha» (cf. SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Op. cit.*, p. 2-3).

⁹ Madre Joana Luísa do Carmelo nasceu a 28 de Fevereiro de 1715. «Seu Pay foy Thomás Correa de Buhoens, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, e de antiga Nobreza», o qual faleceu a 21 de Outubro de 1750 «em Casa dos Excellentissimos Condes da Ribeira Grande, cheyo de felices dias, e applaudido na vida, e na morte, por homem de especial Virtude, e conhecida Santidade: dando-se a conhecer ao mundo por ella, como descendente de hum dos Irmãos do Glorioso Santo Antonio, famoso Thaumaturgo Portuguez»; sua mãe foi D. Ambrósia Teresa Gentil de Carvalho e Proença, «dotada de Virtude, e Nobreza, muy semelhante á de seu marido» (cf. SACRAMENTO, Fr. António do — *Op. cit.*, p. 5-6).

¹⁰ Soror Inês de Jesus nasceu em 1642 e era filha de Guilherme Perim (ou Drins) e de D. Catarina de Bié, «nobres pelo sangue, e respeytados pela opulência» (cf. REBELO, Francisco de Sousa da Silva Alcoforado — *Op. cit.*, p. 3).

¹¹ Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus, que no século se chamou D. Mariana de Meneses, nasceu em 1702 e era filha de João Gomes da Silva (filho de Manuel Teles da Silva, 1º Marquês de Alegrete, e de D. Luísa Coutinho) e de D. Joana Rosa de Meneses, 4ª Condessa de Tarouca, filha de D. Estevão de Meneses e de D. Helena de Noronha (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, vol. III, p. 420).

¹² Cf. VAUCHEZ, André (1997) — «“Beata stirps”: sainteté et lignage en Occident aux XIII^e et XIV^e siècles». *Famille et parenté dans l'Occident medieval. Actes du Colloque de Paris, 1974* (organizé par l'École Pratique des Hautes Études; communications et débats présentés par Georges Duby et Jacques Le Goff). Rome: École Française de Rome, p. 397-407, e Idem (1988) — *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge. D'après les process de canonization et les documents hagiographiques*: École Française de Rome, p. 185-287.

seus progenitores, apesar de não serem ricos em bens materiais, são conhecidos pelo seu comportamento virtuoso e devoto: como exemplo, poderemos referir os pais de soror Mariana do Rosário.

Por vezes, os biógrafos concedem uma atenção privilegiada (ao contrário do que era habitual em «vidas» anteriores de santos ou de «virtuosos») a aspectos da vida moral e espiritual dos pais, realçando o seu exercício das virtudes cristãs, as suas práticas devocionais e/ou penitenciais e a frequência dos sacramentos. Os autores conferem, na maior parte das vezes, um maior relevo à figura materna¹³, valorizando o cumprimento das suas obrigações conjugais e familiares, o «cultivo das “virtudes” femininas, desde a humildade e sujeição até à temperança, castidade e caridade», o que «também exigia que ela amasse e temesse Deus, logo que O honrasse com orações e devoções»¹⁴, o que se revela, em alguns casos, determinante para que as filhas venham alimentando o desejo de, mais tarde, tomarem o estado religioso. Este era, aliás, o comportamento feminino preceituado pela literatura doutrinária e moralizante da época¹⁵. Um caso exemplificativo deste «esforço» de conciliação das «obrigações» e das

¹³ No conjunto das «vidas» por nós estudadas, apenas numa, a *Vida, e obras da serva de Deus a Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus, religiosa carmelita descalça do convento de Santa Teresa do lugar de Carmide*, a figura paterna é aquela que é mais exaltada. Com efeito, conta-nos o biógrafo que João Gomes da Silva, conde de Tarouca, «foi sem dúvida uma das mais abalizadas pessoas em juízo, letras, e virtudes, que houve no seu tempo. Os excellentes dotes de que Deus o enriqueceo, e que seus Pais cuidarão em aproveitar, e aperfeiçoar com boa educação, e com o fazerem applicar ás letras desde logo, (costume louvável, que anda naquella casa como herança) assim se descobrirão nos primeiros annos, que já então dava claras mostras do que ao depois veio a ser». (*Op. cit.*, p. 11-12). O Conde de Tarouca teve uma brilhante carreira militar, tendo sido Capitão da Guarda Real de D. Pedro II na campanha da Beira de 1704 e, posteriormente, general-de-batalha. Na esfera diplomática, os seus serviços também foram relevantes. Enviado a Londres, em missão junto da rainha Ana, obteve que, na liquidação da Guerra da Sucessão de Espanha, Portugal fosse incluído no tratado de paz negociado entre o governo daquela soberana e os de Espanha e França. Em 1710 foi enviado à Holanda e assistiu como plenipotenciário por parte de Portugal à paz de Utreque. As pazes entre Portugal e Espanha só foram ultimadas em 1715 e pouco depois assinava-se o tratado de paz com a França, fazendo este governo várias concessões à Coroa portuguesa, como resultado da habilidade e talentos do conde de Tarouca. O seu prestígio diplomático foi tal que o governo holandês solicitou os seus bons officios como intermediário a propósito duma difficil negociação com a Áustria. Em 1726 assumiu o cargo de embaixador de D. João V em Viena. Foi depois nomeado mordomo-mor da Rainha D. Maria Ana de Áustria e Governador das Armas em 1735 (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins — *Op. cit.*, vol. III, p. 420). Porém, «de pouco valerão todas estas excellencias, senão fossem acompanhadas das sólidas virtudes, que no Conde resplandão. (...) Trazia sempre o Conde ante os olhos nas suas acções o temor de Deus; e a observância de seus mandamentos (...). Em todas as virtudes foi abalizado; mas na affabilidade, e bondade com que a todos tratava, e na caridade com os pobres foi aventajadamente insigne. Fez sempre muitas, e grossas esmolas. (...) Estando Ministro na Haia fez à sua custa hum Hospital para amparo, e remédio dos Catholicos, e os sustentava. E foi visto de tanta edificação, e tal brado deo esta magnanimidade religiosa, que o Papa Clemente XI lhe agradeceu n'hum honroso breve, que lhe dirigió» (cf. *Vida, e obras da serva de Deus a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...*, *Op. cit.*, p. 18).

¹⁴ Cf. FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1995) — *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700)*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 338.

¹⁵ Cf. BARBAZZA, Marie-Catherine (1988) — *L'épouse chrétienne et les moralistes espagnols des XVI^e et XVII^e siècles*. «Mélanges de la Casa de Velásquez», tome XXIV, p. 99-137.

«devoções» da «perfeita casada» é o de Maria de Oliveira, mãe da madre soror Mariana do Rosário, que, na sua juventude, desejava tomar o estado religioso¹⁶:

Sugeita emfim às leys do matrimónio, soube mostrar Maria de Oliveira, que se perdera o Convento em quanto à profissão, não o perdeu em quanto à devoção; & em tudo aquillo que as obrigações de casada permittião, se via que seus desejos, & diligencias erão imitar os santos exemplos, que naquellas Religiosas [do convento do Salvador] venerava: assim assistia aos exercícios das virtudes, sem faltar às pensões de seu estado, governando a sua casa com prudência, & a sua consciencia com vigilancia. Pudera-se responder com esta boa mãy de famílias à pergunta que fazia Salamão, quando disse: Hũa molher forte quem a acharà? Pois erão suas acções dignas de ser exemplo de molheres casadas, porque souberão aprender a perfeição em imitações de almas Religiosas¹⁷.

Conta-nos Fr. Agostinho de Santa Maria, biógrafo de Madre Brízida de Santo António, que seus pais foram

pios, devotos, & charitativos; & a Mãy com mais excesso; porque resplandeceo nella com ventagões a virtude da Charidade. (...) As esmolas erão continuas, vestindo cada anno muitos pobres, a outros sustentando-os, & a pessoas recolhidas mandava a quantidade de trigo, que bastasse para seu sustento. Para todos os necessitados era a sua casa amparo, & remédio.

Jejuava às segundas, festas, & sabbados; às segundas em beneficio das almas, de quem era devotissima, & por quem offerecia muitos suffragios. Neste dia não comia mais que huma açorda, & huma laranja, fingindo estava doente; & seu marido admirandose de que esta sua doença lhe repetisse neste dia, dizialhe: Estranha enfermidade, que só vos repete nas segundas feiras. Os Filhos de seus criados, que erão muitos, fazia que todas as noites rezassem a Ladainha, & outras Orações, & aos que melhor o fazião, repartia prémios. Não sofria que mentissem, & se o fazião, também lhe fazia comer confeitos de pimenta, de que estava provida, & assim desterrou de tal sorte, de sua casa a mentira, que todos fallavão verdade.

Morreolhe o marido desenganado como Catholico, & como Christão muito piedoso, tendo para a felicidade de sua morte a hũa virtuosa consorte por

¹⁶ Conta-nos Fr. António de Almada que, vivendo Maria de Oliveira «em o estado de donzella, fizera muito por conseguir o lugar de Religiosa, devido emprego de seu virtuoso animo, se a não tivera o Ceo decretado para outro fim: com este intento vivia como quem se creava para este estado, despresando as galas, com que no mundo se adorna a vaidade, & imitando as virtudes, com que na Religião se exercitão as almas. (...) Agradava a santidade deste Convento [do Salvador de Évora] ao devoto animo de Maria de Oliveira, & prometendo a seu espirito hũa grande felicidade em a companhia de tão exemplares servas do Senhor, lhes pedio com fervor, & instancia a quisessem admittir para Religiosa». (*Op. cit.*, p. 3-4).

¹⁷ ALMADA, Fr. António de — *Op. cit.*, p. 4.

agonizante. Foi esta em Outubro do anno de 1575. Como se amavão muito, assim era justa a sua dor, pagando á natureza o tributo de suas lágrimas, que são os testemunhos mais abonados de hum verdadeyro amor. Ficoulhe hum menino de dous annos, & ella pejada de seis mezes da Menina Leonor. E com a grande pena de se ver privada da companhia de tão bom consorte, não admitia alivio, mortificandose com tal extremo, que desejando hūs bollos, que se costumavão fazer em sua casa, os não quis comer, pondose a perigo de perder a vida, & de perecer a creatura, que trazia em seu ventre, que naceo logo ao outro dia, 6 tão maltratada das mortificações da Mãy, que foi milagre ter vida¹⁸.

Por sua vez, D. Joana Rosa de Meneses, condessa de Tarouca, mãe da Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus, foi também

senhora de grandes virtudes. Não excedeo, porque não podia exceder-se, a caridade de seu marido; mas imitou-a completamente. Todos os pobres achavão nella agazalho, amparo, e ternura de mãe. Tomava-lhes para casa as filhas, educava-lhas, e depois as accomodava com decência. Cuidava muito dos que via doentes, e para conseguir que se curasse hum de huma moléstia asquerosa, a que chamavão alporcas, a qual requer cura dilatada, e custosa, o tomou para casa, e ao pai, e a outro irmão (...)¹⁹.

Deste modo, torna-se evidente que alguns destes biógrafos assumem uma atitude favorável em relação ao estado do casamento, em sintonia com os decretos tridentinos, que reafirmaram a sua sacramentalidade, promovendo o exemplo destes pais como um ideal de «bem casados»²⁰, na medida em que estes modelarmente conciliam os deveres de esposos e pais com as práticas espirituais e devocionais.

Extremamente sugestivo é o caso de Bento Álvares e de Isabel Rodrigues, pais da terciária Maria da Cruz, que, «para se aperfeiçoarem mais, e mais no caminho do Ceo com esquecimento do mundo», tomaram o hábito de Terceiros da Ordem de S. Francisco: as suas acções e exemplos acabaram mesmo por exercer uma notável influência sobre os seus cinco filhos, que escolheram também tomar este hábito²¹.

¹⁸ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Op. cit.*, p. 3-4.

¹⁹ *Vida e obras da serva de Deos a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...* — *Op. cit.*, p. 22.

²⁰ Nesta época, a discussão em torno da questão do matrimónio já não se centrava na polémica entre virgindade/celibato religioso e casamento, mas sim na possibilidade de se alcançar a perfeição neste estado. Deste modo, a confirmação da sacramentalidade do matrimónio levou a que se fosse desenvolvendo «uma espiritualidade do casamento resultante do apelo ao cumprimento dos deveres sociais, morais e religiosos dos casados – em especial aqueles que os autores deste período consideravam e queriam fazer “bem casados”» (cf. FERNANDES Maria de Lurdes Correia — *Op. cit.*, p. 65).

²¹ BELÉM, Fr. Jerónimo de — *Op. cit.*, p. 14-23.

Por outro lado, é importante notar que este discurso panegírico sobre os pais prende-se também com a convicção de que as filhas, protagonistas das narrativas, iriam herdar dos progenitores esta superioridade espiritual: com efeito, não é por acaso que o biógrafo da Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus refere que

Não ha cousa, que mais ordinariamente se observe, do que serem virtuosos os Pais dos escolhidos do Senhor: ou seja isto, porque Deos querendo nesta mesma vida, e promptamente coroar os seus dons, premeia as boas obras dos Pais com lhes dar filhos Santos, que he a maior, e mais sólida gloria, que elles podem ter: ou seja, porque as virtudes dos Pais, mais que toda outra cousa, concorrem para a santificação dos filhos. Porque nem santas instrucções, nem santos exemplos, sem o que não ha boa educação, e he ordinaria a depravação dos filhos, lhes podem dar os Pais, senão forem virtuosos²².

Como seguidamente tentaremos mostrar, a boa educação dada pelos pais, conjugada com a boa inclinação e a predestinação divina das biografadas, ir-se-ão revelar determinantes para que estas encetem um caminho rumo à perfeição e à «santidade».

3. A aprendizagem da «santidade»

3.1. A transmissão familiar dos rudimentos da fé

A educação das religiosas por nós estudadas estava a cargo, desde o primeiro momento, dos pais, nomeadamente da mãe, o que, se por um lado reflecte as orientações defendidas pela literatura moralizante e pedagógica da época, não pode também ser dissociado da evolução que a imagem materna foi sofrendo desde o final do século XV²³. O alvorecer da Época Moderna, com a «descoberta» da criança enquanto um ser diferente do adulto, assistiu ao aparecimento de uma preocupação educativa. Por seu lado, a Igreja católica, nesta época em que a Cristandade se fragmenta, procurou desde logo assegurar a ortodoxia da sua doutrina e transmiti-la às crianças, o que será uma prioridade da qual farão eco alguns decretos adotados pelo Concílio de Trento²⁴. O (fechado) meio familiar

²² *Vida, e obras da serva de Deos a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...* — *Op. cit.*, p. 10-11.

²³ Estrella RUIZ-CALVEZ (1992), no seu estudo *Religion de la Mère, religion des mères. Sainte Anne éducatrice: les images de la mère selon l'iconographie de S. Anne* (In *La religion de ma mère. Le rôle des femmes dans la transmission de la foi* (dir. de Jean Delumeau). Paris: Éditions du Cerf, p. 123-155, defende que a evolução da imagem da mãe na sociedade cristã, que desde o final do século XV contribuiu para associar a maternidade cristã à imagem da mãe educadora, foi acompanhada por uma evolução da devoção e da iconografia de Santa Ana, entre os séculos XV e XVII. Veja-se também RUIZ-CALVEZ, Estrella (2000) — *L'obligation d'enseigner et la necessite d'apprendre: l'enseignement familial et l'iconographie de la Sainte Famille*. In *La transmission du savoir dans l'Europe des XVI^e et XVII^e siècles* (textes réunis par Marie Roig Miranda). Paris: Honoré Champion, p. 309-330.

²⁴ Veja-se, a propósito: VARELA, Julia (1983) — *Modos de educacion en la España de la Contrarreforma*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, p. 175-219; MILHOU-ROUDIE, Anne (1996) — *La formation reli-*

torna-se assim no lugar de uma autêntica aprendizagem de práticas espirituais e devotas e onde a figura materna assume um papel extremamente relevante enquanto educadora.

Quando, no mundo clássico, se escrevia a história de uma personagem extraordinária e não se podia recorrer ao relato de milagres ou prodígios, o método mais utilizado era atribuir ao infans ou ao puer um comportamento que o caracterizasse como maior sua aetate. Trata-se de um corolário do topos do puer senex ou da puella senex, estudados por E. R. Curtius, que analisou a presença deste tema em vários textos bíblicos e o definiu como uma figura dialética que alia à juventude a maturidade do ancião, sendo o reflexo da mentalidade dominante no final da Antiguidade pagã. Este motivo acabou por tornar-se num topos da hagiografia, sobretudo a partir da Antiguidade tardia e da Alta Idade Média, que se mantém, aliás, até aos nossos dias, e que não nos deve causar estranheza, se tivermos em conta que este tópico se enquadrava no propósito da imitação de Cristo, através do paralelismo imediato com o episódio do jovem Jesus que, aos doze anos, assombrava com a sua sabedoria os Doutores da Lei, no Templo, explicando-lhes as Escrituras, relatado no Evangelho de S. Lucas, 2, 41-51²⁵.

Como uma ampla bibliografia já notou, a maior parte dos futuros «santos» são personagens que, desde a infância, não partilham nem das brincadeiras nem dos comportamentos das outras crianças. Desde a mais tenra idade, são já indivíduos sábios e sensatos, que fogem dos jogos e das brincadeiras pueris para se concentrarem na oração, na prática das virtudes e na frequência dos sacramentos. Atentemos na descrição que Fr. Agostinho de Santa Maria nos oferece a propósito de Madre Brízida de Santo António:

Logo que começaraõ a rayar as luzes da razaõ na alma de D. Leonor, & a correr das cortinas de sua infância, que occulta o conhecimento, se descubrio nella hũa recta inclinação, que a guiava ao perfeito; & assim o seu alvedrio ajudado da divina graça era recta direcção para a virtude. Não se conhecerão em D. Leonor em suas meninices overdor inútil dos primeyros annos, porque na madureza de suas operações prevenio a virtude á idade, & era com a innocencia de menina exemplo, & admiração aos mais velhos. (...) Desde seus tenros annos

gieuse des enfants au XVI^e siècle: le «bagage de base». In *La formation de l'enfant en Espagne aux XVI^e et XVII^e siècles* (sous la direction d'Augustin Redondo). Paris: Publications de la Sorbonne, p. 297-309; CRÉ-MOUX, Françoise (1996) — *La formation religieuse de l'enfant par transmission familiale au XVI^e siècle: le témoignage des «relations de miracles».* In *La formation de l'enfant en Espagne aux XVI^e et XVII^e siècles* (sous la direction d'Augustin Redondo). Paris: Publications de la Sorbonne, p. 311-325.

²⁵ Veja-se, a propósito, FESTUGIÈRE, A. J. (1972) — *Lieux communs littéraires et thèmes de folk-lore dans l'hagiographie primitive.* In *Études de religion grecque et hellénistique.* Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, p. 271-301, esp. 285-290; RIEVAULX, Aelred de (1958) — *Quand Jésus eut douze ans* (int. et note critique de Dom Anselme Hoste, O.S.B.; trad. Française de Joseph Dubois). Paris: Éditions du Cerf.

*começou D. Leonor a entabolar o exercício das virtudes, & isto com tal concerto, & discrição, que mais parecia nas suas operações velha, que menina*²⁶.

Insistentemente exaltadas pelos autores são as virtudes morais das biografadas (humildade, obediência, castidade, modéstia, penitência, desprezo do mundo) acompanhadas pelo fervor da oração das suas devoções (e, em alguns casos, até por mortificações corporais) e solidificadas pelas virtudes teologais e pela frequência dos sacramentos, o que parece resultar mais de propósitos concretos do que da sua absoluta importância para a caracterização destas meninas. De facto, a maior parte das «vidas» de santos, beatos, veneráveis ou «virtuosos» anteriores haviam há muito institucionalizado as referências à precocidade e aos indícios que, na infância, puerícia e juventude, apontavam para a excecionalidade moral e espiritual dos biografados e que os tornavam merecedores de favores divinos. Efetivamente, a educação religiosa que estas futuras religiosas receberam, conjugada com uma série de «requisitos» que deviam pautar a educação feminina (o recato, o silêncio, a castidade²⁷, a obediência, etc.)²⁸ e eram defendidos pela literatura da época, foram favoráveis ao despertar de um desejo de perfeição e de «santidade». Vejamos alguns exemplos. Fr. Bernardo de Santa Maria Rosa, biógrafo de Madre Guiomar Teresa do Cenáculo, conta-nos que

*A graça de Deos alentou tanto esta creatura, que sem pagar tributo aos sentimentos, que consigo traz a pensão da natureza, nem chorava, nem dava outros signaes próprios daquella tenra idade. (...) Todo o seu cuidado, propêção era attêder para as cousas espirituas, mysterios da sancta Fé, e praticas da grandeza da bondade de Deos, a que se applicava com tanto desvelo, que tudo deixava (e ainda o natural sustento) por ouvir fallar de Deos, e das vidas dos seus sanctos; mas com mais excessu se applicava, e attendia, quando o que ouvia respeitava ás finezas da Payxão do Senhor*²⁹.

A propósito de Madre Brízida de Santo António, relata-nos o seu biógrafo que

²⁶ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Op. cit.*, p. 5 e 8.

²⁷ Donald WEINSTEIN e Rudolph M. BELL (1982), apontando as diferenças que a distinguem das restantes virtudes, defenderam o seu carácter de excelência no âmbito da santidade feminina: «Between the world of the spirit and the world of the flesh chastity was the great divide. No other virtue – not humility or poverty or charity – was so essential to either the performance or the perception of a holy life. (...) The boy or girl who practiced it had to remain virginal, and virginity admitted of no degrees; its loss was irrevocable. While virginity was a physical fact, a state of never having “known” the flesh, chastity was a state of mind, a facet of the Christian mentality pruned to its metaphysical roots» (cf. *Saints and Society. The two worlds of western Christendom (1000-1700)*. Chicago and London: The University of Chicago Press, p. 73).

²⁸ Veja-se BARBAZZA, Marie-Catherine (1988) — *L'éducation féminine en Espagne au XVI^{me} siècle: une analyse de quelques traits moraux*. In *École et église en Espagne et en Amérique latine. Aspects idéologiques et institutionnels (Actes du colloque de Tours. 4-6 décembre 1987)*. Publications de l'Université de Tours, p. 327-348.

²⁹ SANTA MARIA ROSA, Fr. Bernardo de — *Op. cit.*, p. 2-3.

*antes que pella ternura de sua pequenez pudesse empregarse nos cuidados da almofada, era o seu emprego, por eleyção sua, a lição de devotos livros, & de fervorosas Orações, donde Deos com a luz de suas inspirações illustrava seu entendimento, & inflammava sua vontade com noticias de seus divinos mysterios, & acendidos affectos de sua infinita bondade; & assim em santa singelleza recebia favores do Ceo antes de chegar á idade de os merecer*³⁰.

Outro exemplo ilustrativo é o que nos fornece o Padre Simão Cardoso Pacheco sobre a Madre Francisca da Conceição:

*Costumão os meninos nesta idade [três anos] com mil frias perguntas passar dos limites de curiosos a tocar na raya de importunos; mas a menina, já então avisada, em questões repetidas proferia fervorosas, e maduras discrições Quem creou os Ceos? Quem he Deos? Como nasceo homem? Porque morreo? E semelhantes perguntas são naquella idade os cuidados, e empenhos dos mais bem intencionados, e catholicos meninos; e na bem notória e celebrada repetição, com que Francisca inquiria estes, e outros segredos, logo descubrio o fio de huma rara, e santa inclinação*³¹.

3.2. Práticas espirituais e devotas

Como nos contam os biógrafos, algumas destas meninas experimentaram precocemente elevados favores divinos e todas passaram pelo caminho da meditação e da oração mental. A título de exemplo, referimos o caso de D. Tomásia de Jesus, a quem a mãe ensinou, logo que lhe «amanheceo a luz da razão», «a rezar o Rosario com muita devoção, e obrigava a jejuar em idade tão tenra, que antes de chegar a noite se via Thomazia apertada de dores de estômago»³².

Sobre a Madre Maria do Lado, refere-nos o seu biógrafo que

Havia nas casas de seu pai huma loja com, quatro paredes, sem porta, nem janela alguma mais, que duas frestas altas, e para parte escura: pareceu-lhe accomodada para nella fazer morada como em deserto. Pelo que, depois que trabalhava nas cousas de casa, ou cozia, recolhia-se naquella loja escura, e fechada, onde tinha hum retábulo pequeno de Christo crucificado, com nossa Senhora, e S. João Evangelista: e pondo-se diante de joelhos rezava o Rosario da Senhora, meditando nos mysterios da vida de Christo, com tanto vagar, recolhimento, e devoção, que a poucas Ave Marias rezadas se banhava em lágrimas com tão grande suavidade, que a Divina presença lhe causava na alma, que se ficava

³⁰ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Op. cit.*, p. 6.

³¹ PACHECO, Pe. Simão Cardoso — *Op. cit.*, p. 26.

³² FRANCO, Fr. João — *Op. cit.*, p. 2.

toda admirada, e consolada. E assim gastava muitas horas, rezando o Rosario, e outras muitas devoçoens, pelo grande recolhimento, e socego, que tinha (...).

Confessou a seu padre espiritual que, quando sabia da oração, vinha tão allumiada, e fortificada, que lhe parecia que, se vira diante de si grandes Theologos, e Letrados, com elles disputara á cerca dos mysterios de nossa Fé; e que a todos os Hereges allumiára: e quando vinha de se exercitar neste modo de oração, via que cousa tão fácil he o padecer pelo amor de Deos, que quasi se vinha rindo do pouco, que os martyres fizeram em dar a vida pelo nome de JESUS Christo: e que nenhuma outras pena a acompanhava nestes Divinos effectos, senão ver que só ella não tinha padecido nada³³.

No âmbito da piedade privada, existem espaços fechados propícios ao isolamento e ao retiro, a saber, os oratórios, fruto, ao parecer, da transposição dos ideais monásticos para a vida no mundo³⁴ e que, em alguns casos, eram até engalanados por estas meninas. Em casa da Madre Francisca da Conceição havia «hum devoto Oratorio, onde, como em Coro, se ajuntava muitas vezes no dia a comunidade de toda a família, e alli aprendião todos o que convinha a cada hum»³⁵.

Por sua vez, a Madre Teresa da Anunciada, ao observar que a sua mãe e a sua irmã, D. Joana, «se retiravão a hum lugar separado, e que alli de joelhos gastavão algumas horas em oração mental»³⁶, começa a sentir uma forte curiosidade e um fervoroso desejo de imitação. Deste modo,

se informou do que era preciso para o exercitar. Havida a instrução necessaria, procurou hum aposento o mais retirado, onde posta de joelhos com as mãos orava aos seu modo: e Deos, que a chamava por meio da contemplação a estado mais perfeito, lhe dava a sentir aquellas celestiaes consolações, que communica às almas puras. Humas vezes a achavão banhada em lágrimas; outras em huma profunda suspensão dos sentidos, proferindo ternas e devotas jaculatórias. Neste santo exercicio continuou imitando a sua mãe, e irmã, achando em si inclinação; e nellas hum poderoso exemplo³⁷.

Não deixa de ser sugestivo notar que algumas práticas espirituais e devotas que eram concretizadas na esfera familiar eram fruto da influência exercida por

³³ CHAGAS, Fr. Bernardino das — *Op. cit.*, p. 16-17.

³⁴ Veja-se, a propósito CARVALHO, José Adriano de Freitas (2000) — *Um espaço de oração na Época Moderna. O oratório particular: os usos. E também os abusos?* «Via Spiritus», 7, p. 145-162.

³⁵ PACHECO, Pe. Simão Cardoso — *Op. cit.*, p. 22.

³⁶ CLEMENTE, Pe. José — *Op. cit.*, p. 5.

³⁷ CLEMENTE, Pe. José — *Op. cit.*, p. 5-6.

religiosos, sobretudo missionários, neste meio³⁸. Por exemplo, Isabel Rodrigues, mãe de Maria da Cruz, tratava as « cousas de seus espírito » com o franciscano Fr. João Canicas, tendo sido este o primeiro de quem aquela, « seu marido, e filhos aprenderão as primeiras lições na pratica, e exercício das virtudes. Dava-lhes este Director alguns livrinhos espirituaes, em que achavão matéria para a oração mental, e vocal; e desta sorte se forão instruindo no caminho da perfeição. Bento Alvares lia o ponto, e meditando todos nelle, era igual o aproveitamento. E para que nunca faltasse quem lesse, duas de suas filhas, Anna de Jesus, e Margarida de S. Francisco, aprenderão a ler; e assim se instruíão huns aos outros com tal competência, e fervor, que sendo ainda discípulos, todos parecião Mestres aprendendo bem, e ensinando melhor»³⁹.

Por sua vez, conta-nos o biógrafo da Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus que

*introduzio-se na casa de sua Mãi o fazer-se oração mental em comum: effeito de huma Missão, que por aquelle tempo fazia em Lisboa o Padre Frei Manoel de Deos do Seminario de Varatojo, varão insigne em virtudes, e que com suas pregações fez em todo o Reino grande serviço ao Senhor. (...) Mas quando se começou a praticar em casa este santo exercício, já havia oito annos que D. Marianna nelle empregava todos os dias não pouco tempo*⁴⁰.

Estas «vidas» permitem-nos também conhecer as devoções destas meninas, que eram, aliás, as mais correntes na época: à Virgem Maria, ao Menino Jesus⁴¹, a Cristo. Maria de Lourdes Belchior e José Adriano de Freitas Carvalho apontaram precisamente alguns destes aspectos atrás referidos como caraterísticos da espiritualidade em Portugal entre os séculos XVI e XVII. Com efeito, estes Autores defendem que o cristocentrismo foi uma das mais fortes tendências da espiritualidade portuguesa do século XVII; ao longo deste período, difundiu-se também a interiorização da oração, a prática da oração mental e da comunhão frequente e a devoção a Nossa Senhora⁴².

A Madre Francisca da Conceição era muito devota do Menino Jesus, do qual existia uma imagem no oratório de sua casa e da qual nunca se queria

³⁸ Sobre a importantíssima figura do missionário no contexto da actividade pastoral pós-tridentina, veja-se PROSPERI, Adriano (1995) — «O Missionário». In *O Homem Barroco* (dir. de Rosario Villari). Lisboa: Presença, p. 143-171.

³⁹ BELÉM, Fr. Jerónimo de — *Op. cit.*, p. 14.

⁴⁰ *Vida, e obras da serva de Deos a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...* — *Op. cit.*, p. 31-32.

⁴¹ Sobre esta importantíssima devoção da É poça Moderna, veja-se LA ROCCA, Sandra (2007) — *L'Enfant Jésus. Histoire et anthropologie d'une dévotion dans l'Occident chrétien*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.

⁴² Cf. BELCHIOR, Maria de Lourdes e CARVALHO, José Adriano de Freitas — *Portugal (16^a-18^a siècles)*. In *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique*, vol. 12, 2^{ème} partie. Paris: Beauchesne, cols. 1958-1973.

separar; a mãe, ao notar a afeição e devoção que a menina nutria por aquela,

facilmente conjecturou, que alli batião algumas settas, e se formavão alguns amores: inferio sem violência, que pois a menina assim lhe assistia, della se cativava muito o Menino. E antes que alguma affeição mundana occupasse aquelle tenro coração, se introduzio terceira de tão venturosos amores.

«Ahi tendes, minha filha, (lhe disse a mãy) o vosso Esposado. Tratay vós delle, que eu vo-lo entrego para sempre. Eu vo-lo dou para ser vosso: tende-o com assejo, e limpeza, que também elle vos deseja limpa, e asseada. Assisti-lhe em fim com cuidado, e affecto, que elle também parece vos assiste com desvelo, e saudade»⁴³.

Depois desta oferta, todo o cuidado da Madre Francisca da Conceição era direcionado para o seu Menino Jesus: com efeito, «tudo quanto obrava, vertia em seu obsequio. Os colchoens para o berço, e as camisinhas para o Menino, forão os primeiros ensayos da sua agulha»⁴⁴.

Por sua vez, a Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus foi muito devota da Virgem Maria e dos santos⁴⁵.

Parece-nos também sugestiva a descrição que o biógrafo da Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus nos oferece acerca do ambiente recatado e devoto que se vivia em casa dos condes de Tarouca. Com efeito, este autor conta-nos que

Passavão-se annos que não hião fora. Até de Quaresma se desobrigavão muitas vezes em casa, com licença que para o fazerem se pedia. Para outras filhas seria isto prizão insupportavel: porém D. Marianna folgava de não apparecer no mundo, onde ou presenciaria transgressões dos mandamentos do seu Deos, ou exporia o seu coração a ser entrado pelas vaidades delle, ou se distrahiria da interior attenção, que desejava ter ao seu bom Senhor. (...) Visitas inúteis, festas, divertimentos, de cousa nenhuma destas mostrava ter gosto. Nem ainda aquellas funções, que se cohonestão com pretexto de devoção, lhe causavão prazer. Tinha D. Marianna muito juízo, e piedade sólida, e se muitas dellas, principalmente Procissões, então se fazião como algumas d'hoje, não podia deixar de lhe lembrar, que difficultosamente agradará a Deos similhante obsequio»⁴⁶.

3.3. Instrução e leituras

No que diz respeito à instrução e às leituras, esta amostragem de obras por nós estudadas fornece-nos também algumas indicações neste sentido. Algumas

⁴³ PACHECO, Pe. Simão Cardoso — *Op. cit.*, p. 39-40.

⁴⁴ PACHECO, Pe. Simão Cardoso — *Op. cit.*, p. 62.

⁴⁵ *Vida, e obras da serva de Deos a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...* — *Op. cit.*, p. 34-35.

⁴⁶ *Vida, e obras da serva de Deos, a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...* — *Op. cit.*, p. 38.

religiosas, como Soror Helena da Cruz, Madre Joana Luísa do Carmelo, Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus, aprenderam a ler e a escrever, ao contrário de outras, entre as quais se contam a Madre Maria do Lado, que continuaram iletradas ao longo de toda a sua vida.

Algumas destas meninas, nomeadamente aquelas de ascendência nobre, como Soror Helena da Cruz, Madre Joana Luísa do Carmelo, foram educadas em conventos, tendo estado ao cuidado de uma religiosa que velava e zelava pela sua instrução⁴⁷.

Por seu lado, a Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus foi educada por preceptores, como era costume, na época, em várias famílias nobres. As áreas do saber privilegiadas no âmbito da educação destas jovens eram as línguas (francês, espanhol, italiano⁴⁸), o desenho, a música⁴⁹, a dança. Vejamos alguns exemplos. A propósito da Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus, refere-nos o seu biógrafo que

Ouve grande cuidado em se lhe tomarem bons Mestres; e como tinha muita capacidade, e se applicava muito, a ensinarão com facilidade. Fallou em breve tempo, e com propriedade muitas línguas; a saber, a Franceza, Italiana, e Castelhana, e entendia muito bem os livros Latinos. (...) Escrevia tão bem, que a sua letras foi gabada, e admirada, até em Reinos estrangeiros. Não menos insigne era no debuxar. Tocava cravo excellentemente, e cantava muito bem, tinha huma bella voz, e fez na sciencia da musica notaveis progressos. Também aprendeo a dançar, e o fazia bem, com graça, e desembaraço⁵⁰.

⁴⁷ Cf. CÉU, Soror Maria do — *Op. cit.*, p. 135; SACRAMENTO, Fr. António do — *Op. cit.*, p. 8.

⁴⁸ Luís António VERNEY, no seu *Verdadeiro Método de Estudar*, editado pela primeira vez em 1746 (utilizamos a edição de SALGADO JÚNIOR. Lisboa: Sá da Costa, 1952), propunha que as meninas estudassem o espanhol (p. 136). Contrariamente, Fénelon, na sua importantíssima e, de certo modo, pioneira obra sobre a educação feminina, *De l'éducation des filles*, cuja *editio princeps* data de 1687 (seguimos a edição: *De l'éducation des filles* [texte collationé sur l'édition de 1687 avec une introduction et des notes pédagogiques et explicatives à l'usage des institutrices et des instituteurs par Charles Defodon], troisième édition. Paris: Librairie Hachette, 1882], defendia que o estudo do espanhol e do italiano era dispensável: «On croit d'ordinaire qu'il faut qu'une fille de qualité qu'on veut bien élever apprenne l'italien et l'espagnol; mais je ne vois rien de moins utile que cette étude, à moins qu'une fille ne se trouvât attachée auprès de quelque princesse espagnole ou italienne, comme nos reines d'Autriche et de Médicis. D'ailleurs ces deux langues ne servent guère qu'à lire des livres dangereux et capables d'augmenter les défauts des femmes; il y a beaucoup plus à perdre qu'à gagner dans cette étude». (*Op. cit.*, p. 121-122).

⁴⁹ Fénelon era contra o estudo da música, na medida em que não via qualquer utilidade em ensinar as meninas a cantar ou a tocar: «La musique et la peinture ont besoin des mêmes précautions: tous ces arts sont du même génie et du même goût. Pour la musique, on sait que les anciens croyaient que rien n'était plus pernicieux à une republicue bien policée que d'y laisser introduire une mélodie efféminée; elle énerve les hommes; elle rend les ames molles et voluptueuses; les tons languissants et passionnés ne font tant de plaisir qu'à cause que l'âme s'y abandonne à l'attrait des sens jusqu'à s'y enivrer elle-même» (*Op. cit.*, p. 123). Por seu lado, Verney considerava que tocar qualquer instrumento e cantar não pareciam ser necessários às mulheres; todavia, abria uma excepção para as religiosas que poderiam precisar de aprender a tocar órgão e para as «Senhoras Grandes», com o fim de não estarem ociosas (*Op. cit.*, p. 143).

⁵⁰ *Vida, e obras da serva de Deos a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...* — *Op. cit.*, p. 40-43.

No que respeita às leituras, os dados fornecidos por estas fontes são muito escassos. É certo que quase todos os biógrafos referem que as futuras religiosas, na sua puerícia e adolescência, liam livros devotos, tal como recomendavam os moralistas e os pedagogos da época, mas, se pretendermos conhecer exemplos de obras ou autores em concreto, estes são praticamente inexistentes. Sabemos apenas que a Madre Brízida de Santo António leu uma «Vida» de Santa Isabel de Hungria⁵¹; a Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus lia livros latinos⁵²; a Madre Teresa da Anunciada, ainda antes de saber, já queria ler os «livrinhos das meditações de Santa Brígida»⁵³. O exemplo de Madre Brízida de Santo António ilustra de forma claríssima como a leitura de «vidas» de santos desempenhou um papel importantíssimo na transmissão e, conseqüentemente, na apropriação de gestos e modelos de santidade⁵⁴: depois de ler na «Vida» de Santa Isabel de Hungria

os favores, que Deos lhe fizera, disse a Nosso Senhor: Se vós meu Senhor me concedereis estes favores, também eu fora Santa. Logo sentio em seu coração como hũa aguda setta, que a feria; & sem embargo de que nunca quiz dizer que favor este fosse, tevese por certo, que foi o dizerlhe nosso Senhor em hum dia de Quaresma: Sempre estarey comtigo; porque teve este dom em perfeitíssimo grão, & nunca perdeo a continua presença de Deos⁵⁵.

A Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus revelava um grande cuidado na escolha das suas leituras: receando que lhe sucedesse o mesmo que a Santa Teresa de Jesus, «com a lição de livros que a distrahião», lia com gosto (e quotidianamente) «livros de piedade» e «só escolhia para ler os que mais a pudessem adiantar no amor do seu Deos, e ajudassem a conservar continua lembrança, e presença do Senhor. Mas talvez que entre estes mesmos livros de piedade, a sua escolha não fosse então a melhor»⁵⁶.

Alguns destes textos remetem-nos para uma piedade marcada pelo terror do pecado e da punição: interiorizadas pelas crianças, estas noções alimentam um sentimento de inquietude para o qual os únicos remédios são a penitência e a evasão em direção ao sobrenatural⁵⁷. Vejamos o que nos conta o biógrafo da

⁵¹ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Op. cit.*, p. 8.

⁵² *Vida, e obras da serva de Deos a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...* — *Op. cit.*, p. 41.

⁵³ CLEMENTE, Pe. José — *Op. cit.*, p. 7.

⁵⁴ Veja-se, a propósito, BURKARDT, Albrecht (1996) — *Reconnaissance et dévotion: les Vies de Saints et leurs lectures au début du XVII^e siècle à travers les procès de canonisation*. «Revue d'histoire moderne et contemporaine», 43-2, p. 214-233.

⁵⁵ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Op. cit.*, p. 8.

⁵⁶ *Vida, e obras da serva de Deos, a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus...* — *Op. cit.*, p. 32-33.

⁵⁷ Como já realçou POUTRIN, Isabelle – art. cit.

Madre Mariana Josefa Joaquina de Jesus:

Padeceu Dona Marianna desde a sua primeira idade penoso martyrio de escrúpulos, e o padeceo cada vez maior toda sua vida. Não só julgava que merecia o Inferno, mas a cada instante lhe parecia que hia morrer, e cabir naquelles terríveis abyssos. Póde ser que esta doença espiritual a contrahisse na lição de alguns livros, cujos authores persuadidos, que o melhor meio de encaminhar para Deos as almas, he atenuando-as com severidades, rigores, e difficuldades da salvação⁵⁸.

3.4. A entrada na vida religiosa

Estes relatos sobre a infância feminina traçam um itinerário de seleção entre os estados de vida que conduzem à perfeição, em que o casamento é, desde logo, excluído: de fato, a castidade continua, por estes séculos, a ser entendida como a virtude feminina «por excelência» e, como tal, indissociável da percepção da santidade feminina. Deste modo, como realçou Isabelle Poutrin, restam quatro vias que conduzirão à glorificação e à bem-aventurança: o martírio, o eremitismo, o ascetismo penitencial ou místico e o estado religioso⁵⁹.

Nos casos de Soror Helena da Cruz, de Madre Brízida de Santo António e de Madre Teresa da Anunciada, a futura «opção» pelo estado religioso é profetizada por religiosos, quando as biografadas são ainda crianças.

Todavia, nem sempre foi fácil para estas jovens ingressar num mosteiro ou convento e concretizar a sua vocação religiosa. De facto, apesar de alguns pais, como os de Soror Inês de Jesus, terem escolhido para a filha o estado religioso, encontrámos exemplos de outros que se opuseram vivamente à vontade das filhas de se tornarem freiras, o que originou, em algumas situações, tensões familiares. Por exemplo, o pai de Soror Helena da Cruz, D. António Mascarenhas, «queria-a mais nos perigos do mundo, que nos seguros da Religião. Este mesmo desordenado effeyto o obrigou a dizer à Raynha D. Luiza de Gusmaõ, (...), apontando à filha: Veja Vossa Magestade se he rosto para encerrarse em huma clauzura; não foy sò D. Antonio o comprehendido nesta opiniaõ, antes são poucos aquelles a quem não pareça mal dada huma filha de prendas pessoasoas ao estado de freira, aquillo que achao digno emprego de hum homem, desviaõ para emprego de hum Deos»⁶⁰. Apesar de Soror Helena da Cruz vir alimentando, desde criança, o desejo de se tornar religiosa, o certo é que, durante os dois anos de noviciado, foi-se debatendo com algumas dúvidas relativamente à sua vocação, suscitadas pelas tentações demoníacas, as quais só terminaram quando

⁵⁸ *Vida, e obras da serva de Deos a Madre Marianna Josefa Joaquina de Jesus... — Op. cit.*, p. 33.
59 POUTRIN, Isabelle – art. cit.

⁶⁰ CÉU, Soror Maria do — *Op. cit.*, p. 137.

estando a Serva de Deos hũa noite já recolhida, abriu os olhos, e vio à sua cabeceyra hum Veneravel Religioso, cujo habito era o dos capuchinhos das barbas, que ainda não hauiaõ fundado neste Reyno, olhou e disselhe: Has de ser minha; logo se fes desaparecido. Percebeo a Noviça ser nosso Padre S. Francisco, assim pella estreiteza do habito, como pellas palauras que lhe dissera, e principalmente pella mudança que lhe ficou no coração; ficou trocada, e tanto, que com mayor anciã dezejaua ja a profissão do que tinha anhelado o seculo. Quanto o demônio trabalhou em dous annos desfes Deos em hum instante; quanto o Mundo trassava em vans conveniencias, desfes S. Francisco em hũa palaura⁶¹.

Quando Helena comunicou a seu pai

a resolução de ser freiras, aqual lhe ouvio com muyto desgosto; amava muyto a esta filha, e presumio que tendo-a no mundo a tinha mais sua⁶².

Por sua vez, D. Isabel de Mendanha, mãe da Madre Brizida de Santo António, opunha-se a que a filha seguisse a vida monástica, pois esta, após a morte do seu filho, era a única herdeira do seu património, tendo por isso procurado casá-la. Devido a este obstáculo familiar, Brízida planeou fugir para o convento da Anunciada de religiosas dominicanas; o seu sentimento religioso foi crescendo e sendo incentivado graças à rede de comunicação que a jovem foi estabelecendo com o «beato» António da Conceição, o que culminaria com a sua entrada no convento das Madres Inglesas, contra a vontade da mãe.

Parece-nos também importante notar, como uma ampla bibliografia já realçou, que as várias propostas de casamentos apresentadas pelos pais das nossas biografadas originam uma das «lutas» mais comuns nas hagiografias e nas biografias devotas: o dilema entre a opção pelo casamento e a vida «no século», invocado por motivos familiares, económicos ou políticos⁶³, e o «estado religioso», entendido por estas meninas como o meio mais adequado para alcançar a perfeição cristã e a «santidade».

No caso de Soror Mariana do Rosário, a vocação religiosa parece ter sido transmitida hereditariamente pela mãe, já que esta não a pode concretizar, em virtude da imposição ditada pelo estado do casamento:

⁶¹ CÉU, Soror Maria do — *Op. cit.*, p. 138.

⁶² CÉU, Soror Maria do — *Op. cit.*, p. 139.

⁶³ Como sublinhou Robert Folz, os motivos de ordem política ou institucional surgem, sobretudo, nas «Vidas» de rainhas, princesas ou infantas «santas», como um obstáculo incontornável no sentido da concretização efectiva da sua vocação religiosa. Quando aquelas são obrigadas a optar pelo casamento e a vida secular, não deixam, todavia, de adoptar um comportamento de raiz monástica, que se traduz, na pratica das virtudes cristãs, na fundação de casas religiosas, hospitais, ou outras instituições, como as misericórdias, ou no papel de agentes pacificadoras. Veja-se Robert FOLZ – *Les Saintes Reines du Moyen Âge en Occident (VI-XIIIe siècles)*, Bruxelles, société des Bollandistes, 1992.

«Maria de Oliveyra, que da lembrança não perdia a religiosa vida, que pretendia, querendo moderar esta saudade com substituir em o mesmo Convento hũa prenda de sua geração, desejava lhe concedesse o Ceo hũa filha, para lhe dedicar nella a profissão do estado religioso, que não pudera conseguir em si»⁶⁴.

Além disso, o biógrafo envolve o nascimento de soror Mariana numa aura de predestinação, na medida em que este se deveu às orações da sua mãe e de uma amiga desta, soror Mariana do Salvador, religiosa no convento do Salvador, de Évora, a quem aquela prometera «que se o Senhor fosse servido concederlhe a filha que desejava, lhe havia de pôr o nome de Marianna em memoria sua, & a havia de fazer Freira em aquelle Convento»⁶⁵.

4. De um modo geral, os biógrafos subordinam-se aos mesmos tópicos quando procedem ao relato sobre a infância e a adolescência das protagonistas. Este discurso narrativo tem a ver com o fato de, desde há muito, a hagiografia ter institucionalizado estes *topoi*, mas também com a importância que a apresentação dos primeiros anos de vida do futuro «santo» foi adquirindo no âmbito dos procedimentos processuais que tinham em vista a sua beatificação ou canonização⁶⁶. Por outro lado, é importante sublinhar que a valorização das virtudes morais, das práticas espirituais e devotas e do comportamento infantil e juvenil das biografadas reflete a introdução, no domínio da santidade, de uma codificação de modelos que se inscrevem no processo de profunda redefinição da santidade delineado pela Igreja pós-tridentina. Com efeito, em 1588 foi criada a Congregação dos Ritos Sacros e das Cerimónias, a qual contribuiu para a reafirmação da autoridade papal no reconhecimento da santidade, através da fixação dos critérios e dos procedimentos que permitiriam à Cúria ratificar o culto oficial dos novos santos. Durante o pontificado de Urbano VIII, são

⁶⁴ Fr. António de ALMADA – ob. cit., 5.

⁶⁵ Fr. António de ALMADA – ob. cit., 5.

⁶⁶ Vejam-se, a propósito, as afirmações de Jean-Michel SALLMANN (1994), em *Naples et ses saints à l'âge baroque (1540-1750)*. Paris: PUF, p. 238) sobre este assunto: «Dans l'enquête en béatification, la présentation des premières années du futur saint a (...) une fonction bien précise, celle d'établir la catholicité de sa naissance ou, à tout le moins, l'honnêteté de son ascendance ainsi que la haute teneur morale de sa formation. En théorie, le futur saint n'a aucune raison d'être élu dès sa naissance. Mais comme les hagiographes éprouvent des difficultés à réunir des informations cohérentes sur cette période reculée de l'avie de leur héros – hormis, dans le meilleur des cas, un extrait de registre de baptême ou une chronique familiale –, ils se prêtent souvent à des reconstitutions "historiques" au long desquelles ils se laissent emporter facilement par leur pieux enthousiasme. D'après ce scénario idéal – disons la norme –, leur champion a commencé à exercer les vertus chrétiennes dans le ventre même de sa mère».

então definidas (e promulgadas nos decretos de 13 de Março de 1625 e de 5 de Julho de 1634) novas normas para admissão às canonizações, tal como a regra que consagrava que o início de um processo para atribuição do título de santo a alguém só poderia ocorrer cinquenta anos após a sua morte⁶⁷. Esta progressiva centralização e burocratização da vigilância em torno do culto dos santos favoreceu uma certa cristalização das representações dos modelos de santidade: com efeito, a figura do santo da Contra-Reforma foi sendo alvo de uma certa «despersonalização» e perspetivada numa esfera mais «universalista», de forma a que as suas virtudes pudessem ser reconhecidas e imitadas pelos fiéis em todo o orbe católico⁶⁸. De facto, o elemento comum na definição da santidade contra-reformista foi a heroicidade dos servos de Deus no exercício das virtudes cristãs⁶⁹; deste modo, era o alcance deste grau superior que tornava o santo merecedor dos dons divinos. É certo que alguns aspetos que corroboravam o carácter excepcional dos santos, tais como a capacidade de profecia ou a de operar milagres⁷⁰, estavam longe de poderem ser imitados pelos fiéis: mas as virtudes, sobretudo as espirituais e morais, poderiam ser cultivadas,

⁶⁷ Veja-se: BURKE, Peter (1984) — *How to be a Counter-Reformation saint*. In *Religion and Society in early modern Europe. 1500-1800* (ed. by Kaspar von Greyerz). London: George Allen & Unwin, esp. 46-47; CAFFIERO, Marina (1994) — «Tra modelli di disciplinamento e autonomia soggettiva». In *Modelli di santità e modelli di comportamento* (a cura di Giulia Barone, Marina Caffiero, Francesco Scorza Barcellona). Torino: Rosenberg & Sellier, p. 265-281; SODANO, Giulio (1997) — *Il nuovo modello di santità nell'epoca post-tridentina*. In *I tempi del Concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina* (a cura di Cesare Mozzarelli e Danilo Zardin). Roma: Bulzoni Editore, p. 189-205. No pontificado de Urbano VIII foi também instituída a categoria dos «beatos», cujo culto apresenta certas particularidades que o distinguem do dos santos canonizados. A este propósito, veja-se DUBOIS, Jacques e LEMAITRE, Jean-Loup (1993) — *Sources et méthodes de l'hagiographie médiévale*. Paris: Ed. du Cerf, p. 7: «Depuis le XVII^e siècle, les “bienheureux” sont reconnus comme tels, après un procès égal à celui entamé pour une canonisation. Ils n'ont pas droit à tous les honneurs reconnus aux saints, et leur culte doit rester localisé».

⁶⁸ Esta postura parece-nos, assim, coadunar-se com a própria cultura do Barroco, que difundiu e consolidou a imagem de uma sociedade constituída para a defesa de um sistema instituído para conservar a ordem e que via em cada novidade um perigo. A este propósito, veja-se MARAVALL, Antonio José (1980) — *La cultura del Barroco. Análisis de una estructura histórica*. Barcelona: Ariel, p. 268-306.

⁶⁹ Para além desta condição, os decretos estabelecidos por Urbano VIII determinaram que todos os candidatos a um processo de canonização (à excepção dos mártires) tinham que obedecer a mais dois requisitos: a pureza doutrinária e a intercessão miraculosa *post mortem* (cf. WEINSTEIN, Donald e M. BELL, Rudolph — *Op. cit.*, p. 141-142). Até 1602, a imagem do candidato a santo apresentada nos processos de canonização era a de uma *excellencia virtutum*: é o pedido de canonização de Teresa de Ávila, solicitado a Clemente VIII nesse ano, que inaugura o uso da expressão «virtude heróica». A partir desta data, os procedimentos processuais exigirão a comprovação da prática das «virtudes heróicas», tentando, assim, pôr cobro a certos «abusos» concernentes ao carácter excecional de alguns santos. Veja-se DE MAIO, Romeo (1992) — *L'ideale eroico nei processi di canonizzazione della controriforma*. In *Riforme e miti nella chiesa del Cinquecento*. Napoli: Guida Editori, p. 253-274.

⁷⁰ De acordo com Adriano PROSPERI (1991), no seu estudo *L'elemento storico nelle polemiche sulla santità* (In *Finzione e santità tra medioevo ed età moderna*, [a cura di Gabriella Zari]. Torino: Rosenberg & Sellier, p. 106), o milagre é «una questione cruciale nel rapporto tra vecchi e nuovi modelli di santità: la tradizione agiografica medievale aveva nel miracolo un ingrediente fondamentale, che urtava però – per i suoi aspetti di favola e di magia – la sensibilità della nuova cultura umanistica, sulla quale si erano formato uomini della Riforma e della Controriforma».

à semelhança de muitos «varões e mulheres insignes em virtude», por todos aqueles que desejassem ser perfeitos cristãos.

O disciplinamento e a regulamentação da santidade traduzem assim a afirmação de um código rígido de práticas espirituais uniformes e de um sistema compacto de regras e comportamentos religiosos, que são, por sua vez, o reflexo de um longo processo político e cultural de controlo e de vigilância de todos os aspetos da sociedade.

Artigo recebido em 20/05/2012
Aceite para publicação em 30/06/2012

IMAGES DE LA FEMME-AUTEUR DANS LES PARATEXTES DES ŒUVRES NARRATIVES FEMININES PORTUGAISES À L'AGE MODERNE*

ISABEL MORUJÃO**

UNIVERSITÉ DE PORTO - CITCEM

isabelmorujao@mail.telepac.pt

RÉSUMÉ: Les paratextes constituent, entre autres, des formes de présentation de textes, d'auteurs et de genres. Ils construisent, orientent et déterminent la perception des œuvres, tout en se centrant sur l'auteur, le public choisi et le mérite littéraire. En partant des paratextes qui précèdent les narratives féminines portugaises publiées au Portugal entre 1555 et le tardif XVIII^{ème} siècle, ce travail a pour but d'encadrer la visibilité éditoriale féminine et l'image de la femme qui écrit, tout en considérant l'articulation entre le genre, l'origine de l'auteur et la fonction de l'œuvre.

MOTS-CLÉS: Paratextes, Littérature Féminine, Représentation de la Femme.

ABSTRACT: Paratexts are presentation means for works, authors and genders. They format readers perception about literary texts, taking into consideration the author, the intended public and the work's merit. Taking as starting point the paratexts that precede the Portuguese feminine narratives published in Portugal from 1555 to late XVIIIth century, this paper aims to provide a framework of the feminine editorial visibility and of women's writer's image, considering the articulation between gender, production origin and literary function.

KEY-WORDS: Paratexts, Feminine Literature, Feminine Representation.

En sortant du silence: femmes-écrivains sans œuvre

Le début du XVII^{ème} siècle, pour des raisons qu'on rappellera plus loin, a permis à l'écriture féminine au Portugal une visibilité que, jusqu'à ce moment, elle n'avait pas encore connue: l'accès à la presse. Dans les pays de l'Europe centrale, comme l'Allemagne, la France, l'Italie, etc., le problème du silence

* Cet article est le résultat d'une communication présentée le 15 mai 2009 au Colloque International «Théorisation des Genres Narratifs et Études de Genre», qui a eu lieu à la Ruhr-Universität Bochum, en Allemagne. On l'a élargi, en y insérant en note une plus large tranche des textes portugais qui ont alors été traduits en français, en raison de l'efficacité de communication, parmi des gens qui ne parlaient pas le Portugais. Le besoin de divulguer ces conclusions au Portugal nous mène à anticiper son édition, étant donné que sa publication en Allemagne se prévoit encore retardée.

** Chercheur de PWW.

et de l'oubli autour de la littérature féminine ne se pose pas avec l'importance dont il se revêt au Portugal, où les femmes, pour des raisons d'ordre culturel et religieux, ne commencent vraiment à écrire que vers les XV^{ème}-XVI^{ème} siècles¹. Cependant, dans ces siècles-là, cela constituait tout à fait une exception et les textes féminins sont restés inédits (et ils se sont, par conséquent, presque tous perdus, à cause de la nature plus périssable du manuscrit), parce que l'univers idéologique d'alors ne reconnaissait pas aux femmes d'autorité (intellectuelle, sociale, etc.) pour devenir des auteurs. Une rare exception est l'œuvre «Les mots (ou les sentences) de la religieuse», (Lisbonne, 1555), qui utilise les procédés physiques de la littérature de colportage et dont les exemplaires sont aujourd'hui très rares.

En fait, quelques dames nobles ont écrit des lettres, des poèmes, des livres de chevalerie, des dialogues, des pièces de théâtre et même des écrits en Philosophie. Toute cette activité n'a jamais dépassé la diffusion manuscrite, mais on doit souligner que la presse au Portugal était, en ce temps là, une presse pauvre, et, donc, le livre constituait un objet de luxe et très cher, exigeant une politique éditoriale très sélective. Les femmes appartenant au cercle érudit de la Princesse Marie (1521-1577), fille du Roi Manuel I et de la Reine Léonor, ont produit, en fait, des textes multiples. Mais, malgré l'intérêt qu'elles ont éveillé chez les hommes de l'époque, leurs textes n'ont pas été édités. On a trait, donc, à des femmes très cultivées, mais qui restent aujourd'hui oubliées de la plupart des portugais, surtout parce que, en tant que femmes, elles ont vécu une condition qui n'était pas très commune à leur époque.

Aux débuts de la presse au féminin

Ce n'est à vrai dire qu'au XVII^{ème} siècle que l'écriture féminine au Portugal fait sortir les femmes du silence social et culturel que leur imposait une culture chrétienne dont le paradigme d'éducation avait été bâti sur celui de la Vierge, qui, d'après saint Bernard, le docteur marial, n'a parlé que sept fois tout au long de l'Évangile. Publier était alors entrer dans un univers destiné exclusivement aux hommes et, en ce faisant, ces femmes devenaient des «auteurs». On doit cependant rappeler que ce qui était vraiment nouveau pour les femmes à l'époque ce n'était pas le fait d'écrire, mais le fait de faire imprimer leurs

¹ Dans le contexte ibérique, l'instruction de la femme a commencé à être envisagée par les hommes surtout à la suite du Concile de Trente (1545-63). On a alors pensé qu'une mère instruite dans la doctrine chrétienne pouvait mieux élever ses enfants en matière religieuse. Pour la Péninsule Ibérique il y a eu des auteurs modernes, qui annonçaient un cadre d'existence féminine pas seulement circonscrit aux travaux de broderie, mais aussi élargi à quelque formation culturelle qui dépendait, en tout cas, de l'approbation de son père ou de son mari. On pense, par exemple, à Luis Vives (1492-1540) qui, dans son *Instruction de la femme chrétienne*, proposait des lectures féminines pour obtenir un plan d'études exclusivement centré sur les femmes portugaises n'a été pensé qu'à la fin du XVIII^e siècle, par le père Théodore de Almeida.

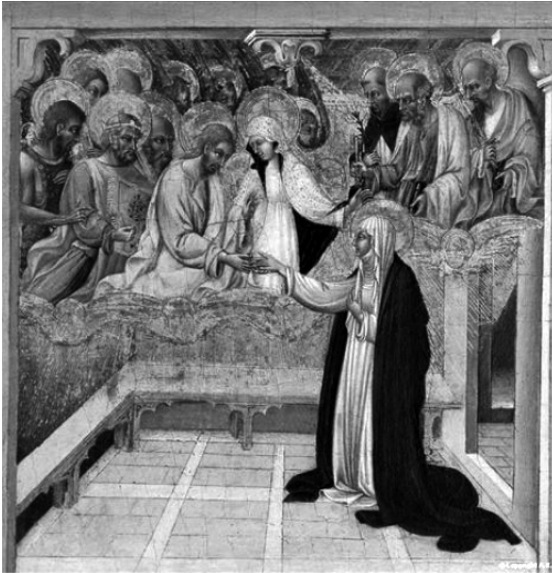
œuvres². En ce sens, il est curieux de constater qu'au Portugal les premières femmes qui ont tout d'abord connu le privilège d'avoir leurs œuvres éditées ont été les... religieuses. Ni les dames de la noblesse, ni les reines ni les princesses ne jouissaient pas de ce privilège, mais les religieuses, ces femmes de Dieu qui, «pour aucun motif, ne pouvaient avoir du nom dans le monde»³. Cette visibilité éditoriale a commencé, sauf quelques exceptions, par de petits pas. D'abord les religieuses étaient appelées à participer dans les pages de louange préliminaires des auteurs masculins et, peu à peu, leur présence devient autonome, comme on peut confirmer par la *Bibliographie de la Littérature Monastique Féminine*⁴ que j'ai publiée en 1995.

En fait, après le Concile de Trente, on a mis l'accent sur l'image de la femme religieuse comme «Épouse du Christ» et cette proximité du divin qu'on lui reconnaissait dès lors accordait du prestige et de l'autorité aux textes produits à l'intérieur des couvents. Les monastères féminins étant considérés comme des lieux de sainteté et de dévotion, l'écriture qui s'y tenait n'était pas regardée comme une écriture de femmes, mais, plutôt, comme une écriture dont les producteurs étaient des «Épouses du Christ», statut renforcé et soutenu par la large diffusion, dans la peinture, des représentations des noces mystiques de Ste Catherine de Sienne et de Ste Catherine d'Alexandrie.

² Comme l'a très bien énoncé Anne Cayuela, «la question qui se pose pour les femmes-écrivains du XXVII^{ème} siècle est, avant de naître de son propre écrit, de naître à l'écriture, de s'engager sur un terrain masculin et de devenir "un auteur". Ce n'est pas tant l'accès à l'écriture et la reconnaissance par la "communauté" littéraire que le fait de faire imprimer ses œuvres, la publication, qui représentent pour la femme de XXVII^{ème} siècle une nouveauté sans précédent» (Cf. CAYUELLA, Anne (1996) — *Le Paratexte au Siècle d'Or. Prose Romanesque, Livres et Lecteurs en Espagne au XVII^e siècle*. Genève: Librairie Droz S.A., p. 173.

³ S. PEDRO, Maria Madalena de (1745) — «A quem ler». In *Noticias fielmente relatadas dos (...) meios por onde veio a este Reino de Portugal a Religião Brigitana, que se intitula a Ordem de S. Salvador, e da (...) Fundação e (...) aumentos deste Convento de N^{ra} Sr^a da Conceição de Marvila. (...) E se seguem várias relações das virtudes (...) com que nele faleceram algumas religiosas e (...) benfeitoras*. Lisboa: Miguel Marnesca da Costa: «Atendendo ao justo reparo que fará ainda o leitor mais pio, de que em meu nome se imprima este livro, quando por nenhum princípio posso ter nome no mundo, é preciso que eu declare os motivos que me obrigaram a este sacrifício».

⁴ MORUJÃO, Isabel (1995) — *Contributo para uma Bibliografia Cronológica da Literatura Monástica Feminina em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica / Centro de Estudos de História Religiosa.



Les noces mystiques de Ste Catherine de Sienne, Giovanni di Paolo (1460)



Le mariage mystique de Ste Catherine d'Alexandrie, Jacques Stella (1650)

Après l'émergence des codes littéraires du baroque, on ne cherchait pas tellement d'éléments nouveaux, mais ceux qui se présentaient de forme renouvelée: *non nova, sed nove*. Et on s'étonnera de voir comment une écriture féminine d'origine conventuelle poussera plus loin l'impact de la réformation chrétienne, justement par sa façon de présenter différemment des contenus déjà connus, dorénavant associés à un discours plus tendre, plus affectueux et intime, touché d'humilité, bien que gardant toute la spécificité des codes littéraires du moment. Cette écriture conventuelle jouera l'insoupçonnable rôle de systématiser le travail de la réforme chrétienne, en consolidant les modèles de comportement répandus par la grille du temps, fonctionnant comme une caisse de résonance des discours masculins, comme les sermons, les missions, les confessions, etc.

Les religieuses étant déjà consacrées comme autrices par leurs textes manuscrits, qui circulaient un peu partout - quelquefois même sans leur permis - dans une société qui les admirait, les lisait, leur répondait, leur commandait des poèmes ou qui maintenait une correspondance abondante avec les monastères, il faut admettre que le passage à la presse a contribué à la création d'un discours sur les femmes auteurs.

Ce sera donc à partir des œuvres féminines éditées qu'on essaiera de percevoir la représentation de la femme-écrivain au Portugal, en partant des paratextes qui accompagnent nécessairement les éditions de ses œuvres: les approbations et licences d'édition émises par l'appareil de la Censure (Censure d'État et d'Église), les dédicaces, les prologues, enfin, tout un engrenage où l'on peut percevoir des protocoles de lecture et de réception des œuvres. On se servira du paratexte pour éclairer le processus de production, transmission et réception des textes féminins portugais d'origine conventuelle édités entre le XVI^{ème} et le XVIII^{ème} siècles, ce qui sera très facilité par l'existence préalable de la *Bibliographie (...) de la Littérature Conventuelle Féminine* déjà référée. On s'appuiera sur les concepts théorisés par Gérard Genette dans *Palimpsestes* et développés dans *Seuils*, bien que, dans sa description de la zone du paratexte qu'il désigne par péri-texte éditoriale, les textes émis par la Censure – et qui caractérisent la réalité éditoriale portugaise pendant des siècles – ne soient pas tenus en compte. Lui-même reconnaît l'incomplétude de son étude⁵. L'apport de Anne Cayuela à cette réalité est devenu, lui aussi, indispensable. En fait, «le paratexte est un réservoir d'informations précieuses», qui «permet également d'envisager la rencontre entre le texte et son public»⁶.

⁵ GENETTE, Gérard (1987) — *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil.: «il faudrait disposer d'une enquête plus vaste et plus complète que celle-ci, qui ne sort pas des limites de la culture occidentale, et même trop rarement de la littérature française».

⁶ CAYUELLA, Anne (1996) — *Le Paratexte au Siècle d'Or. Prose Romanesque, Livres et Lecteurs en Espag-*

À la recherche de la femme: y a-t-il une typologie narrative féminine au Portugal?

On a choisi comme grille de démonstration un ensemble de typologies narratives qui ont connu une très significative expression au Portugal parmi les femmes, en particulier les religieuses: l'histoire (religieuse – y compris les biographies), l'hagiographie, l'allégorie morale et le poème épique. Ce sera autour de ces quatre typologies qu'on essaiera de définir le statut de la femme-auteur, soit à partir de sa propre perspective face à ses écrits, dressée dans les prologues ou les dédicaces, soit à travers des informations provenant des poèmes préliminaires et des licences éditoriales.

Ceci dit, jetons donc un coup d'œil sur quelques textes qui nous permettent de surprendre, d'une part, la manière dont les religieuses se reconnaissent dans leur rôle d'écrire, d'autre part, la façon dont la société, représentée dans l'opinion des censeurs et des personnages qui louent, en vers ou en prose, une œuvre quelconque, accueille cette écriture issue des monastères féminins ou de quelques (rares!) dames de la société portugaise, comme c'est le cas de D. Bernarda de Lacerda.

a) En faisant de l'Histoire: texte et palimpseste

Regardons d'abord le contenu des paratextes de l'œuvre de Sœur Maria do Baptista, abbesse au Monastère du Salvador de Lisbonne⁷. Dans la dédicace que la religieuse adresse au sacrement de l'Eucharistie, elle se présente comme une preuve du fait que tout ce qui touche à la grandeur de Dieu provient de son aide divin. Voilà comment elle explique le fait d'avoir écrit une œuvre d'histoire religieuse⁸:

Très haut et très souverain Seigneur,

Ce sont des effets déjà anciens de votre grandeur que de manifester votre pouvoir à travers des créatures les plus humbles et ignorantes (...). C'est lui qui détermine que plus les instruments qui manifestent vos merveilles sont humbles, ignorants ou faibles, plus affamée devienne leur grandeur. L'incapacité de qui la donne à montrer ne sert qu'en tant que langue vivante qui prêche que tout provient de votre pouvoir infini. Votre pouvoir a été suffisant pour que la grossièreté de cette humble esclave puisse prendre particulière dévotion

ne au XVII^e siècle. Genève: Librairie Droz S.A., p. 10.

⁷ BAPTISTA, Soror Maria do (1618) — *Livro da Fundação do Mosteiro do Salvador de Lisboa e de alguns casos dignos de memória que nele aconteceram*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

⁸ La nature de ce travail et du corpus choisi (textes portugais du XVI^{ème}-XVIII^{ème} siècles) exige la traduction des textes portugais en français, dans le but de permettre la compréhension des informations à partir desquelles on extrait des conclusions.

et curiosité à découvrir les sources et les fondements de cette ancienne maison (...), en se me figurant que sous notre négligence se cachait de riches trésors de votre miséricorde. (...) Que toutes les mignardises et les plaisirs que vous avez toujours procurés à vos esclaves, maintenant connus, puissent nous rappeler de votre amour.

Cette toute petite œuvre ne pouvait qu'être dédiée à votre grandeur, en considérant qu'elle naît de la plus humble plante de votre vigne; et que, existant encore de grosses branches qui gardent intacte et imitent assez mieux que moi leur origine vertueuse, c'est moi qui a jeté la faux en la moisson d'autrui, tout en pensant que, à votre service, la grandeur sera toujours de l'humilité⁹.

Cette forme de s'envisager soi-même, une religieuse, en tant que femme-écrivain constitue une sorte de *captatio benevolentiae* qui ne changera pas beaucoup, tout au long du XVII^e et du XVIII^e siècle, comme on verra par la répétition de topiques et d'images. Mais, à côté d'un discours d'insuffisance, on constate un message d'excuse qui présuppose une certaine conscience de l'importance de se présenter comme femme à la gloire de l'imprimerie et qui essaie de justifier la grandeur comme humilité, lorsqu'elle se joue au service de Dieu.

En avant, dans son «Prologue au lecteur», la religieuse avait déjà dévoilé son but en publiant cette histoire et elle a besoin de révéler que tout ce qu'elle affirme découle de documents concrets qu'elle a consultés. Le *topos* de la véracité s'explique peut-être par le fait qu'il s'agit d'une religieuse qui connaîtrait d'avance les réactions de méfiance face à son activité de femme-écrivain, si rare dans le pays. On était encore à 1618: «le contenu de ces brefs chapitres se trouve justifié par d'anciens écrits, vrais et authentiques, provenant tous de nos archives, où je

⁹ *Muito alto e soberano Senhor,*

Antigos feitos são de vossa grandeza manifestar as obras desse divino poder pelas criaturas mais humildes e ignorantes. (...) Ele ordena que quanto mais humildes e ignorantes ou fracos forem os instrumentos por que se manifestam vossas maravilhas, tanto mais conhecida fique a grandeza delas, servindo a incapacidade de quem as descobre de viva língua que apregoe proceder tudo de vosso poder infinito. Foi ele bastante a que a rudeza desta humilde serva sua tomasse particular devoção e curiosidade de descobrir os princípios e fundamentos desta antiga casa, (...) parecendo-me sempre que nesse nosso descuido estavam encerrados ricos tesouros de vossas misericórdias. Ele acendeu em meu coração um desejo vivo de serem notórios a todos os mimos e regalos que a estas vossas servas fizestes sempre, para que, conhecidas, sirvam a vós de lembrança de tão grandes benefícios, e em vós, amoroso Senhor, de penhor certo de os acrescentar com mercês novas, pois na vossa condição sempre as passadas ficam servindo de esperanças das presentes e futuras.

Por muitas razões se devia a vossa grandeza a dedicação desta pequena obra, porque considerando que nasce este fruto da mais humilde planta que tendes nesta vinha vossa; e que havendo nela tantas ramas, filhas daquelas antigas raízes, que em virtude, religião e prudência e amor vosso conservam e imitam o natural de que procedem, eu, a mais indigna, meti a foice na seara alheia, entendendo que (...) em vosso respeito toda a grandeza seja sempre a mais humilde (...).

les ai découverts avec effort, me faisant aider de personnes qui m'ont déclaré et traduit ce qui n'était pas de ma profession»¹⁰.

Si l'on passe aux paratextes de la responsabilité de l'Église et de l'État, un des censeurs affirme que l'auteur parle et écrit en tant que maître distingué: «a Autor fala e escreve como mestre insigne», etc. Or, en Portugais, le mot «autor» («auteur») est masculin et il est variable en genre: «autora» (féminin) et «autor» (masculin). La langue portugaise possédait déjà, en ce temps là, cette possibilité de féminin pour le nom «autor». Le censeur parle de «a» (féminin au niveau de l'article) «autor» (masculin au niveau du nom, de l'essence). C'est un exemple très rare dans la totalité des paratextes connus, mais très intéressant pour réfléchir à propos de la réception de ces œuvres et pour souligner l'étrangeté alors éprouvée face à une réalité changeante, où l'acte d'écrire tenu par une femme se présente à côté de la masculinité qui lui avait toujours été associée.

En fait, le mot auteur provient du latin «auctor», celui qui avait de «l'auctoritas» et donc un auteur est quelqu'un qui a de l'autorité pour produire des énoncés. Même pour les hommes, le topique de l'autorité était indispensable pour légitimer leurs pensées. Les citations ou les allusions aux philosophes et aux orateurs et rhétoriciens de l'Antiquité étaient très fréquentes, constituant un recours de l'écriture de cette époque, qui voyait dans ces auteurs la concentration de tout savoir qui légitimait l'*inventio*¹¹. Les hommes donc étaient des auteurs, ils avaient de l'*auctoritas*. Pour ce censeur, l'autorité n'a pas eu une formulation féminine au niveau du nom, quoiqu'elle se trouve déjà préfigurée dans l'article («a»). Le censeur écrit, en fait, un texte assez curieux, où il nie le statut d'auteur à Soeur Maria do Baptista, en même temps qu'il lui reconnaît une importance attachée au genre narratif qu'elle produit: «livre très utile à l'édification des fidèles». Pour une typologie textuelle pareille (la biographie dévote), un siècle plus tard, l'historien D. António Caetano de Sousa, censeur, fera l'éloge de l'œuvre de Soeur Maria Madalena de S. Pedro¹² en disant qu'il regretterait connaître cet exemplaire trop tard, alors qu'il avait déjà édité son *Hagiologie Lusitain*, parce que, d'après lui, quelques vies présentées par Madalena de S. Pedro y auraient eu une très digne place.

¹⁰ «O que se contém nestes breves capítulos está justificado com papéis antigos, verdadeiros e autênticos, tirados todos do nosso cartório, aonde os descobri com trabalho, ajudando-me de pessoas que me declarassem e traduzissem o que não era de minha profissão».

¹¹ Sur cette question rhétorique de l'*inventio* et des lieux communs aristotéliques, voir GOYET, Francis (1996) — *Le Sublime du «Lieu Commun»*. *L'Invention Rhétorique dans l'Antiquité et à la Renaissance*. Paris: Honoré Champion.

¹² Soeur Maria Madalena de S. Pedro, 1745.

En effet, lorsqu'on parle du temps où les femmes faisaient de l'Histoire (des saints, des religieuses, des institutions, etc.), il ne faut pas oublier que cette typologie textuelle était très fréquente à l'intérieur des monastères et que, faute d'habitude d'imprimerie, les manuscrits ont été cachés, volés, perdus, ayant donné place, assez souvent, à l'historiographie masculine. En fait, quelques historiens avouent qu'ils se sont servis de textes écrits par des religieuses, qu'ils ont trouvés par hasard çà et là. Je crois qu'on peut parler, à propos de cette historiographie masculine, d'un phénomène de palimpseste, qui cache, sous un ordre que l'historiographie masculine considèrerait le meilleur, une historiographie féminine dont les structures d'enchaînement devraient être forcément diverses¹³.

Il faut rappeler que, au cœur du XVIII^{ème} siècle, Sœur Maria Madalena de S. Pedro a été soumise à la volonté d'un Père de la Compagnie de Jésus, qui voulait faire l'histoire de quelques religieuses plus saintes qui avaient vécu dans son couvent. Comme elle les avait connues (étant déjà mortes toutes leurs compagnes), elle a commencé à écrire, parce qu'il avait ordonné à l'abbesse «de commander à une religieuse d'exposer tout par écrit, très détaillé, et qu'ensuite il lui donnerait la forme la plus convenable». Malheureusement, le Père et l'abbesse sont décédés avant le terme du travail, raison pour laquelle la religieuse regrette que l'œuvre reste «si imparfaite, faute de la révision promise». Comme on le voit, un siècle plus tard, on retrouve, chez les censeurs, pour la même typologie, les mêmes présupposés: le discours féminin a été décrété par Dieu, la religieuse écrit sous contrainte d'obéissance¹⁴ et on lui reproche de ne pas avoir suffisamment développé les informations que le censeur aurait aimé voir plus détaillées. En tout cas, on a la perspective de D. António Caetano de Sousa, déjà citée, qui a admis l'importance de l'Histoire reconstruite par Sœur Madalena de S. Pedro: «Je ne peux pas dissimuler le regret que j'ai éprouvé en voyant ce livre juste après avoir terminé d'imprimer le quatrième tome de l'*Hagiologie Lusitain des saints et des hommes illustres par leur sainteté* (...), parce que quelques unes

¹³ En réfléchissant sur la chronique féminine comme genre, K. Lowe affirme: «In their guises of both literary compositions and historical writings, the chronicles's female aspect should not be forgotten, and attempts should be made to calibrate which of the distinctive peculiarities of the texts were dictated by gender. (...) Nuns occupied a twilight zone between "ordinary" men and "ordinary" women. They had all the usual pressures on them to conform to standards set by men, and remained ultimately in the grip of male control, but membership of an all-female institution may have countered this to some extent» (LOWE, K. J. P. (2003) — *Nun's Chronicles and Convent Culture in Renaissance and Counter Reformation Italy*. Cambridge, p. 9).

¹⁴ À propos de l'obéissance comme origine de plusieurs écrits féminins, Isabelle Poutrin a affirmé que «la plupart des traces de l'ordre d'écrire subsistent grâce aux contemplatives elles-mêmes, dans les *incipit* d'autobiographies où elles exposaient les motifs de leur acte. Il n'est pas toujours facile d'en tirer des informations précises sur le contenu réel de l'ordre ni de préjuger de la teneur du texte» (POUTRIN, Isabelle (1995) — *Le Voile et la Plume. Autobiographie et Sainteté Féminine dans l'Espagne Moderne*. Madrid: Casa de Velázquez / Ciudad Universitaria, p. 121.).

de ces religieuses dont il nous parle y auraient eu une juste place»¹⁵. On ne sait pas, bien sûr, s'il masquerait le discours de la religieuse sous le sien, mais ces affirmations sont déjà signe d'admiration envers cette œuvre d'une femme, qui, par son sujet, pourrait partager le même public du censeur historien. Cet historien loue le style de Sœur Madalena de S. Pedro et, bien qu'il lui reproche la retenue d'information, il vante le «style agréable, sincère, prudent, judicieux, parce que, en se libérant des hyperboles, l'auteur réfère sincèrement les succès sans les exagérer»¹⁶. On a trait, ici, à un des premiers essais de classement d'une rhétorique féminine, où la sincérité (vraie et pas construite) se révélait comme le grand dynamisme discursif.

Enfin, si le censeur Estácio da Trindade affirme que l'œuvre peut être très utile à tous, «surtout à celles qui professent la même Règle et Statut»¹⁷, pointant par là une sphère féminine de lecture, le privilège royal du roi D. João III nous indique l'importance de l'œuvre et la prévision d'un nombre assez grand de lecteurs et de commandes, qui ne se limite pas à un public exclusivement féminin ou religieux. En fait, l'ensemble de poésies d'éloge qui précède l'œuvre souligne un groupe de lecteurs masculins, qui n'épargne pas les louanges, qui vantent surtout le fait de faire de l'histoire et de rompre le silence autour des monastères, à une époque où la lecture de main en main risquait d'abîmer définitivement la mémoire de ces écrits: «Une autre Marianne s'est résolue, très généreusement, à faire imprimer ces mémoires de vertus si élevées, pour qu'elles ne restent à nouveau ensevelies dans le naufrage résultant de successifs emprunts»¹⁸.

Cette œuvre historiographique de Sœur Maria Madalena de S. Pedro est sortie toute entière de sa plume. Mais on retrouve des prêtres qui profitent de l'activité historiographique menée par des religieuses pour faire eux-mêmes l'histoire religieuse du Portugal. Quelques uns avouent leur source, mais ils cachent l'ampleur réelle de leur dette. D'autres ont choisi une solution de compromis, en écrivant la biographie d'une religieuse-écrivain en y insérant des extraits écrits par la religieuse elle-même¹⁹. C'est le cas quand les biographies

¹⁵ «Não posso dissimular o sentimento que me causou ver este livro depois de ter acabado de imprimir o quarto tomo do *Agiolôgio Lusitano dos Santos e Varões ilustres em santidade do nosso Reino*, porque nele tinham digno lugar algumas religiosas de que neste se trata».

¹⁶ «Escreve a autora em estilo agradável, sincero, prudente e judicioso, porque, livrando-se de hipérboles, refere com sinceridade os casos sem os exagerar».

¹⁷ «Contra a Fé e bons costumes não contém algum erro, mas sim com os exemplos das vidas das perfeitas religiosas, de que trata, pode servir de (...) eficaz estímulo das virtudes a todos, especialmente às que professam a mesma Regra e Estatuto».

¹⁸ «Não atendendo a estas, se resolveu outra Mariana, com generoso ânimo, a mandar imprimir estas memórias de tão insignes virtudes, por não ficarem novamente sepultadas no naufrágio de continuados empréstimos».

¹⁹ Il faut rappeler que les autobiographies des religieuses sont restées inédites jusqu'au XX^{ème} siècle, bien

d'une religieuse transcrivent ses mots de prophétie ou visionnaires tout en se maintenant fidèles au registre autobiographique laissé par la religieuse. Ils témoignent ainsi soit l'impossibilité de mieux dire, soit la précaution de ne pas devenir responsable de ces voix mystiques, quelquefois sous risque de soupçon d'hétérodoxie²⁰.

L'Histoire a été depuis très tôt un genre commandé aux religieuses par leurs confesseurs et que quelques unes d'entre elles considéraient comme étant une question qui leur appartenait. On rappelle ici la Sœur Maria de S. José (une carmélite espagnole qui a vécu au Portugal depuis qu'elle a fondé, en 1584, le premier couvent déchaussé féminin) et son dialogue intitulé «Première Récréation», où Juste essaie de convaincre Grâce à écrire et à dépasser les craintes de le faire du fait d'être une femme:

— *J'avoue – répondit Juste – qu'il serait une grande erreur que les femmes se mêlent en des matières concernant l'Écriture ou aux affaires de lettres. Je me réfère, bien sûr, à celles qui ne savent plus que femmes, parce qu'il y en a eu beaucoup qui ont égalé et même dépassé les hommes. (...) Qu'est ce qu'il arrive de mauvais si les femmes écrivent à propos de matières domestiques? À elles aussi leur touche de faire de la mémoire des vertus et des bonnes œuvres de leurs mères et de leurs maîtresses à propos des affaires qu'elles seules, qui les communiquent, peuvent connaître (...)*²¹.

b) Le ciel par la main des femmes: en construisant de l'hagiographie

En 1628, dix années après la publication de Sœur Maria do Baptista, Sœur Maria Madalena édite une *Histoire de la vie de St Jean Évangéliste*, une narrative hagiographique. Dans sa dédicace à Jerónimo de Melo Coutinho, elle présente la raison de son choix :

qu'elles subsistent dans des papiers manuscrits.

²⁰ On rappelle ici l'attitude du Frère António de Almada, lorsqu'il édite *Fiançailles de l'Esprit, célébrés entre l'amant divin et sa bien aimée Épouse, la Vénérable Mère Soeur Mariana do Rosário*. Il écrit sa biographie à partir de l'autobiographie qu'elle même a écrite, en obéissant à son confesseur. Il explique la transférence de genre et de discours de la façon qui suit: «Dans les locutions, j'utilise formellement les mêmes mots que le Seigneur a dits à sa serviteure» («Nas locuções, uso das mesmas formais palavras que o Senhor disse a sua serva» (Almada, Fr. António de, *Desposórios do espírito celebrados entre o divino amante e sua amada Esposa (...)* *Soror Mariana do Rosário (...)* (1694). Lisboa: Manuel Lopes Ferreira).

²¹ «— Yo confieso – respondió Justa – que sería muy gran yerro escribir ni meterse las mujeres en la Escritura, ni en cosas de letras, digo las que no saben más que mujeres, porque muchas ha habido que se han igualado y aún aventajado a muchos varones. (...) ? Qué mal es que escriban las mujeres cosas caseras? Que también a ellas les toca, como a los hombres, hacer memoria de las virtudes y buenas obras de sus madres y maestras, en las cosas que solo ellas que las comunican pueden saber SAN JOSÉ (SALAZER), María de (1979) — *Escritos Espirituales*. Roma: Postulación General O.C.D., p. 54.

*Et parce que je sais que, vous aussi, vous êtes son dévot, je vous l'envoie et je vous le consacre; pour que, puisque moi, en tant que religieuse, pauvre et renfermée dans un couvent, je ne peux pas le faire imprimer, je vous demande de prendre soin de lui, de le défendre et de le présenter devant la Sainte Inquisition, de qui je suis esclave et captive*²².

Cette fois-ci, la dédicace se fait à un homme et non pas au Christ, peut-être parce que le respect était déjà reconnu aux Épouses du Seigneur.

Différemment à ce qu'a fait Sœur Maria do Baptista, Sœur Maria Madalena révèle un grand attachement à ce qu'elle a écrit (peut-être parce que le sujet de son œuvre s'inscrit sur l'ordre du divin), quoiqu'elle se présente aussi comme esclave et comme pauvre et captive. Mais elle ne cache pas son désir de voir éditée son œuvre et dresse, par là, la frontière qui séparait alors la femme religieuse et les hommes (religieux ou non): le pouvoir sur la presse. Sœur Maria Madalena révèle aussi une profonde intimité avec les livres et l'écriture, permise et même stimulée par sa communauté religieuse. Mais, tout comme Sœur Maria do Baptista, elle se considère insuffisamment préparée pour les affaires culturelles et religieuses. Dans la dédicace à l'Abbesse du monastère, elle avoue :

*Je vous offre ce Traité que j'ai composé, menée par votre dévotion et vos vertus, à partir de ce que j'ai recueilli, dans cette maison, des livres saints et dévots auxquels je me suis vraiment attachée, quoique j'en profite peu, par incapacité de ma part. J'ai encore ajouté quelques informations que j'ai apprises dans des sermons prêchés au couvent. Je vous les offre, pour que, en les lisant, vous soyez très dévouées à cet Amant divin, pour que, par son intercession, il nous aide devant l'Époux Divin à entrer dans la chambre secrète des trésors où il a l'habitude de conduire les âmes choisies*²³.

De la part de la société – et surtout d'une perspective masculine – les réactions sont toutes positives, mais il se dresse un long chemin entre le contenu des approbations du XVII^{ème} siècle et celui des approbations du XVIII^{ème}. En fait, le censeur qui évalue l'œuvre de la Sœur Maria Madalena déclare:

²² Soror MARIA MADALENA (1628) — *História da Vida (...) do Glorioso S. João Evangelista. Tirada de vários autores*. Lisboa: António Álvares: «E porque sei que Vossa Mercê também é particular devoto desse mesmo santo, lho mando e dedico; para que, pois eu como freira pobre e encerrada o não posso imprimir, Vossa Mercê me faça tomá-lo à sua conta, e defendê-lo e apresentá-lo à Santa Inquisição, cuja serva e cativa sou».

²³ «(...) Fiz este tratado do que achei da vida, louvores deste santo, e das pregações que nesta santa casa ouvi, as quais ajuntei nele, o ofereço a vossas Reverências como coisa sua para que leiam e sejam muito devotas deste Divino Amado, e nos aproveitemos de sua intercessão para que por ela nos ajude diante o divino Esposo, e com ele entremos na Câmara secreta de seus tesouros onde costuma levar as almas suas escolhidas. Amen».

(...) Je me suis étonné de voir comment une religieuse, n'ayant plus d'instruction que celle que, par dévotion, elle a acquise à partir des livres dévots, et que par curiosité elle a enregistré faisant attention aux sermons sur le saint, a su accoupler, choisir et ranger des choses tellement bien notées, diverses et assemblées en louange du saint, qu'elles ne trouveraient pas d'explication si l'on ne savait pas déjà qu'aux esprits retirés (comme celui de cette religieuse) a le bon Dieu l'habitude de prendre comme instrument pour exalter ses saints.

L'inspiration de ces écrits provient de la grandeur de l'amour entre l'aimant et l'aimée. En fait, en voyant ce grand amour, Il lui a communiqué son esprit en lui parlant seulement à son cœur, dans un petit coin de sa cellule²⁴.

Un autre censeur affirme, à propos de la même religieuse, qu'elle agit en vrai maître. Et, en rappelant que Saint Paul avait défendu aux femmes d'enseigner dans l'Eglise de Dieu, il précise:

Les femmes peuvent enseigner dans leurs monastères, où, par l'effet des noces qu'elles ont célébrées avec le Christ en faisant leurs vœux, elles atteignent la dignité virile, raison pour laquelle on leur coupe leurs cheveux²⁵.

Voilà une première perspective, pleine de résonances qu'il convient de retenir: la religieuse qui écrit doit son talent au Saint Esprit et nullement à son effort ou à sa culture. D'autre part, elle fait un parcours ascensionnel qui la conduit à la «dignité virile», sans laquelle elle ne pourrait jamais devenir un «auteur». Et l'on doit aussi souligner que le péritexte éditorial²⁶ de ces œuvres d'origine conventuelle signalera toujours ces femmes-auteurs en les situant dans

²⁴ «(...) E confesso que me espantara com muita razão de ver como uma religiosa sem mais trato que o que por sua devoção teve de livros devotos, e curiosidade em notar o que em diversas pregações do mesmo evangelista ouviu, pode ajuntar e soube escolher e ordenar coisas tão bem notadas, diversas e levantadas em louvor do santo, dando a cada uma seu devido lugar, se não entendera que a semelhantes espíritos retirados, como o desta bem ocupada religiosa, costuma Deus tomar por instrumento para engrandecer seus Santos; (...) a fim de se ver quanto ama a amante do seu amado, pois tanto lhe comunicou de seu espírito falando-lhe só ao coração no cantinho da sua cela».

²⁵ «(...) E ainda que S. Paulo não permita as mulheres ensinar na Igreja de Deus, entende-se em escolas públicas, porque a vergonha e pejo tão louvado nas mulheres, não diz com o despejo que se requer nos que hão-de ensinar em público; porém ensinar em secreto muitas e mui graves o fizeram (...) e Sta Catarina de Sena e a Madre S. Teresa de Jesus e outras compuseram livros segundo o que diz (como diz S. Tomás) bem podem as mulheres ensinar nos seus mosteiros, onde pelos desposórios que fazem com Cristo mediante sua profissão, sobem a dignidade viril, em sinal do que lhes cortam os cabelos».

²⁶ «J'appelle péritexte éditorial toute cette zone du péritexte qui se trouve sous la responsabilité directe et principale de l'éditeur» GENETTE, Gérard (1987) — *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, p. 20.

l'état de vie religieuse: «l'auteur, la Sœur Marina Clemência, Religieuse (...) de Saint François dans un Monastère de l'île de Saint Michel»; (...) «par la Sœur Maria Madalena, Religieuse du Monastère de la Madre de Deus»; «par la Sœur Maria do Baptista, abbesse dans le monastère du Sauveur», etc. Au nom d'auteur s'ajoute toujours l'information de son état de vie, ce qui rend plus digne (à cause de l'origine monastique) soit l'œuvre, soit le sujet. La rencontre entre le texte et son public se voit ainsi orientée dès le premier contact du lecteur et de l'œuvre. Mais l'agencement de la fonction «auteur» comme image de femme est dorénavant définitivement assurée.

En ce qui concerne la narrative hagiographique et de fiction, le XVIII^{ème} siècle a connu deux religieuses haut placées dans la vie littéraire de leur temps. Celles-ci vivaient au monastère de l'Espérance, à Lisbonne, et elles furent les responsables du changement de discours des censeurs, qui voyaient dans ces religieuses une repoussée de la tradition des femmes savantes du cercle de la Infante D. Maria, dont on a déjà parlé. Pour la première fois, les censeurs situent ces écrits féminins dans une tradition d'écriture féminine portugaise, tout en mettant l'accent sur l'érudition et l'élégance de style de Marina Clemência, un pseudonyme de Sœur Maria do Céu²⁷, à qui le censeur appelle fréquemment «savante». «Le pseudonyme est déjà une activité poétique, et quelque chose comme une œuvre»²⁸. Cette religieuse et sa contemporaine au même monastère de l'Espérance, Sœur Madalena da Glória, ont publié la plupart de leurs œuvres sous pseudonyme, une façon d'échapper au principe monastique qui défendait aux religieuses d'avoir de la renommée dans le monde. Et par là on constate que, de la part des femmes portugaises qui éditent, les revendications vers une place dans le monde des écrivains sont encore loin d'atteindre, dans ce plan, la force et la conviction de quelques unes des femmes-écrivains d'Espagne, comme Maria de Zayas²⁹, par exemple.

Les approbations de *Águia Real* (...) de Sœur Madalena da Glória³⁰, une biographie en prose sur St Augustin, font preuve de quelques aspects remarquables, puisque la dichotomie hommes – femmes que les critiques dépassaient par le bizarre recours à l'expression «âmes viriles» disparaît dans le texte approuvé par Fr. José do Apocalipse:

Mais taisez-vous, que lorsque les talents viriles donnent lieu aux talents

²⁷ Cf. CLEMÊNCIA, MARINA (1715) — *A Fênix Aparecida na Vida, Sepultura e Milagres da Gloriosa Sta Catarina de Alexandria* (...). Lisboa: Oficina Real Deslandesiana.

²⁸ GENETTE, Gérard (1987) — *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, p. 53.

²⁹ Pour une perspective sur la littérature féminine en Espagne, cf. BARBEITO, 2007.

³⁰ GLÓRIA, Madalena da — *Águia Real, Fênix Abrasado* (...). *História Panegírica do (...) Patriarca (...)* *Santo Agostinho* (1744). Lisboa: Oficina Pinheiriense da Música.

spirituels, il est très important qu'ils laissent courir leurs plumes, tout en écrivant des histoires ecclésiastiques.

c) Femmes et fiction: un rôle pédagogique auprès du grand public

Passant un peu rapidement sur la prose fictionnelle, qui s'inscrit dans une typologie qui permet aux censeurs un éventail assez large d'épithètes, on retrouve, de la part de l'auteur, une certaine retenue sur leur mission de femmes-écrivains, mais de la part des récepteurs un style souvent imagé, qui nous surprend en égalant Sœur Maria do Céu à Virgile et à Homère³¹: «parce que Marina Clemência, dans son élégance, fut un autre Virgile».

Dans les approbations de cette œuvre, D. Manuel Baptista de Castro inscrit cette religieuse dans la tradition de toute les femmes-écrivains qui se sont distinguées dès l'Antiquité (Cassandra, Pola, Corina, etc.) et il dit qu'elle «dépassé toutes celles qui, dans son esprit poétique, ont honoré Portugal, telles Joana Vaz, (...) Beatriz da Silva, D. Bernarda de Lacerda», etc.

De toute façon, il faut relever que, dans ces censures du XVIII^{ème} siècle, ce n'est plus comme une âme masculine dans un corps féminin que la production littéraire des religieuses est envisagée. Le fait que le censeur s'éloigne du modèle de l'exclusive énumération de noms féminins de l'Antiquité, pour se situer dans le cercle des dames portugaises célèbres par leur œuvre rappelle que ces femmes-auteurs étaient peut-être connues par le public auquel l'œuvre se destinait, ce qui peut nous donner des indices sur la diffusion et sur la renommée que l'écriture féminine en général avait atteint au Portugal à ce moment-là.

Mais ce qui est le plus remarquable dans cette typologie narrative fictionnelle, où la nouvelle se détache comme genre dominant, c'est la façon dont le paratexte des censeurs essaie de déterminer la réception des lecteurs et évalue la fonction et l'importance de toute cette production fictionnelle (par définition plus dangereuse et peut-être plus éloignée des typologies considérées comme adéquates aux religieuses). À propos de *Royaume de Babylone* de Sœur Madalena da Glória³², le Frère João de S. José affirme:

L'allégorie morale et ascétique (...) de cette excellente femme écrivain (...) a élu cette agréable méthode pour combattre l'ennui du cœur et pour bannir la

³¹ Cf. CLEMÊNCIA, MARINA (1733) — *A Preciosa. Obras de Misericórdia* (...). Lisboa: Oficina da Música.

³² GLÓRIA, Madalena da [Leonarda Gil da Gama] (1749) — *Reino de Babilônia* (...). Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira.

*nausée que quelques uns éprouvent envers les matières de piété*³³.

Le procédé littéraire, exigeant et subtile, est expliqué par Frère Tomás comme une affaire que nullement nuit à la fonction de cette littérature, car ce qui importe c'est que «la doctrine reste nette et sublime»³⁴.

Et le censeur de continuer: «ce livre étant un trésor précieux, il est en même temps un trésor qui est caché par le nom de l'auteur, qui seul se dévoile à travers l'anagramme, et par la méthode utilisée, qui tout explique par le moyen des paraboles».

En fait, la prose narrative fictionnelle d'origine féminine utilise, tout comme la masculine, les mêmes stratégies littéraires: les paraboles, les finesses d'esprit, des traits de style que les censeurs s'efforcent d'expliquer au public, peut-être pour enlever à cette littérature le poids du mondain qu'elle ne devrait pas exhiber: «tout en rendant service à la récréation, cette littérature peut aussi contribuer à l'enseignement», affirme Frei Lucas de Santa Catarina dans la censure de *Enganos do Bosque, Desenganos do Rio* de Soeur Maria do Céu. De la même religieuse, écrit D. António Caetano de Sousa à propos de *La Précieuse*, éditée en 1731:

*Cette œuvre n'est pas du tout comme celles qui veulent surtout entretenir par la douceur et la discrétion, sans vouloir autre chose que de plaire (...); il s'agit d'une leçon dont il faut profiter, qui se présente dans un style sublime et ordonnée dans une méthode très nette, qui sert (...) surtout à enseigner à mener une vie plus parfaite, parce que sous ce qui semble tout simplement de l'allégorie (...), se cache (...) une mystique profonde*³⁵.

Au fur et à mesure que les siècles avancent, l'acceptation de l'écriture féminine s'impose, comme on le voit, peu à peu. En ce qui concerne les genres narratifs, l'histoire religieuse et l'hagiographie marchent à côté de la fiction narrative, qui devient une preuve des capacités des femmes pour la littérature et pour intervenir au niveau de la pastorale chrétienne, en devenant, en ce sens, des façons alternatives de prêcher. Mais l'attitude des religieuses, probablement due à l'humilité dont

³³ «A alegoria moral e ascética leva constante a discreta pena da excelentíssima escritora, que judiciosamente elegeu este agradável método para combater o fastio do coração humano ou desterrar a náusea que alguns menos devotos conservam aos assuntos pios».

³⁴ «Que importa que a matéria deste livro seja toda enigmática e parabólica, se a doutrina é muito clara e sublime?».

³⁵ «Não é esta obra das que costumam somente entreter pela suavidade da discrição, sem mais aproveitamento do que o gosto (...). É uma lição proveitosa (...), distribuída em um estilo sublime, disposta em um método claro (...) e que (...) servem ao mesmo tempo (...) de proveito para se instruir a vida mais perfeita, pois o que só parece alegoria contém com eloquente artifício uma profunda mística».

elles devaient faire preuve, ne change pas tellement, même connaissant le pouvoir qu'elles avaient atteint. En faisant toujours question de rendre très nette leur humilité, elles ne s'efforcent pas pour changer le *status quo* de leur statut. La plupart d'entre elles prolongent même le paradigme de la femme obéissante aux conduites normatives de la culture dominante de l'époque, bien que les censeurs, face à elles, déclarent déjà un changement d'attitude: «et aussi bien lui va l'aiguille dans sa main que la plume dans ses doigts»³⁶, affirme le Frère Boaventura de S. Gião à propos de *La Précieuse* de Soeur Maria do Céu.

d) Humilité et éloquence: la poésie épique féminine

Vers 1639, au moment où l'épopée connaît au Portugal une décroissance de son impact, on a trait à son développement chez des femmes-écrivains: Soeur Maria de Mesquita Pimentel et D. Bernarda de Lacerda³⁷.

Maria de Mesquita Pimentel a composé trois poèmes épiques, qu'elle a intitulés *Mémoriaux*, un de l'Enfance du Christ (le seul qui ait été édité), en dix chants³⁸, un autre de la Passion, en onze chants, et un troisième des Miracles, en treize chants. Encore une fois, l'encadrement préliminaire fait valoir sa fonction expressive, en nous rendant compte de l'impact de ce genre narratif en vers et sur la communauté des lecteurs et chez l'ordre religieux à laquelle Soeur Pimentel appartient, en même temps qu'il nous présente l'intention de l'auteur lors de la production et de l'impression de son œuvre.

Dans les licences, la référence au monastère se dresse comme une dignification du lieu de production et, par là, comme une forme de légitimation de la femme religieuse qui y écrit son œuvre: «(...) J'ai vu (...) ces deux volumes composés par la Mère Maria de Mesquita Pimentel, religieuse de (...) St Bernard dans l'insigne monastère de Saint Benoît de Évora»³⁹.

L'œuvre s'insérant dans le domaine de la théologie, ce fait a exigé une

³⁶ «E tão bem lhe parece na mão a agulha, como nos dedos a pena, no estrado a almofada, como na banca o papel». In MARINA CLEMÊNCIA — *A Preciosa, Alegoria Moral* (...) (1731). Lisboa: Oficina da Música.

³⁷ D. Bernarda Ferreira de Lacerda n'était pas une religieuse. Elle était mariée à Fernão Correia de Sousa, mais, avant cela, elle avait déjà écrit un poème épique intitulé *España libertada (Espagne libérée)*, en deux parties, la première éditée en 1618 et la deuxième (1673) après sa mort. Sur l'œuvre de cette religieuse, cf. MORUJÃO, Isabel (1997) — «Bernarda Ferreira de Lacerda». *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo: 1327-1328 et BARANDA LETURIO, Nieves (2005) — *Cortejo a lo Prohibido. Lectoras y Escritoras en la España Moderna*. Madrid: Arco Libros S.L., p. 191-215.

³⁸ PIMENTEL, Maria de Mesquita (1639), *Memorial da Infância de Cristo e Triunfo do Divino Amor*. Lisboa: Jorge Rodrigues. Les deux autres *Mémoriaux*, qui sont restés manuscrits pour des raisons qu'on méconnaît en détail, mais qui découlent de problèmes posés par la Censure, ont déjà été découverts dans une bibliothèque portugaise, et ils sont en train d'être édités, à la suite d'un travail d'équipe.

³⁹ «Vi estes dois volumes (...) compostos em oitava rima pela Madre Soror Maria de Mesquita Pimentel, Religiosa do Padre São Bernardo no insigne Convento de S. Bento de Évora».

explication de la part des censeurs, parce que la Théologie n'était pas affaire des femmes:

Parce qu'étant très commun que les hommes les plus insignes apprennent la Théologie mystique dans les secrets de la prière mentale et la Scolastique dans les écoles publiques, cette religieuse semble avoir appris l'une et l'autre par son application à ses exercices spirituels où le saint évangéliste a dû lui prêter ses ailes, par lesquelles elle est montée jusqu'à la connaissance du verbe éternel. Parce que l'érudition dont cette religieuse fait preuve en matière de la sainte théologie, sans avoir fréquenté l'école, est tellement grande qu'elle n'est possible que chez une âme éloignée du monde et vivant dans la solitude de la clôture, à qui Dieu ait parlé au cœur et qui n'a écouté que la voix de son époux divin⁴⁰.

C'est aussi comme «œuvre profitable» que le censeur présente ce long poème :

(...) Pour que plus aisément les fidèles chrétiens puissent garder dans leur mémoire les miracles du Christ et les mystères de son enfance, en raison du vers que l'auteur a choisi pour son récit, mené par le plus haut esprit de dévotion⁴¹.

En fait, il ne s'agit pas, malgré le côté dévotionnel et le langage affectif très évidents, d'une œuvre destinée seul aux femmes, mais à la généralité des chrétiens, constat qui découle pas seulement du *corpus* des licences et des approbations, mais aussi des préliminaires auctoriaux. Là, par une rhétorique féminine qui utilise des *topoi* caractéristiques du genre, tels que les formules de *captatio benevolentiae* par lesquelles les femmes déclarent leur humilité («humble, indigne, craintive») et la demande de protection traduite par des expressions d'assujettissement («esclave de vous»), l'auteur déclare son but en écrivant ces trois poèmes épiques:

Recevez, ma Dame, sous votre protection et soutien, ce fruit de mes travaux et, en tant que votre esclave, je vous demande qu'il demeure imprimé dans les âmes de tous ceux qui le lisent⁴².

⁴⁰ «Porque sendo coisa ordinária os varões mais insignes aprenderem a Teologia mística no secreto da oração mental, e a Escolástica nas escolas públicas, esta serva de Deus pareceu que aprendeu uma e outra nos estudos de seus exercícios espirituais, e neles lhe devia o santo evangelista emprestar as asas com que subiu ao conhecimento do Verbo eterno. Porque tal erudição nas mais levantadas matérias da santa Teologia não se pode achar senão em uma alma que, depois de tirada do mundo e chamada à solidão da clausura regular, lhe falou Deus, e ela à voz do divino Esposo aplicou sempre a orelha».

⁴¹ «Para que com mais facilidade os fiéis cristãos possam trazer na memória os milagres de Cristo e os mistérios da sua Infância, por razão do verso em que a Autora com muito espírito e devoção os conta».

⁴² «Recebei, Senhora minha, desta escrava vossa, este fruto de meus trabalhos, debaixo de vossa protecção e

Ces mots, qu'on peut lire dans la dédicace, résonnent aussi dans son prologue au lecteur, où la religieuse déclare avoir écrit portée par la dévotion: «chanter un tel sujet/ me fut une grande audace/ mais dévoiler ainsi mes fautes/ provenant de l'incompréhension/ si l'on déborde d'affection/ ce n'est point du tout faiblesse»⁴³. Et elle termine en demandant aux lecteurs de ses œuvres manuscrites la faveur d'accueillir aussi son *Mémorial de l'Enfance*.

Dans ces prologues auctoriaux, on peut lire aussi, au-delà de l'humilité, une certaine audace qui provient d'une force d'origine morale: elle n'a pas honte d'écrire et de publier ses écrits et elle incite même les lecteurs à lire ses œuvres, non pas par vanité (elle ne reconnaît pas de mérite littéraire à son poème), mais par dévotion, par une volonté programmatique de mener plus loin l'amour envers Dieu. Je crois que, dans ce cas, on peut même conclure que cette femme-écrivain désire des lecteurs avec lesquels elle établit un dialogue, dans des moments divers de ces espaces paratextuels.

En tout cas, il semble que ce sont les poésies dédiées à ce poème épique et à son auteur, presque toutes d'origine masculine et religieuse, qui traduisent simultanément l'acceptation de cette production chez une communauté de lecteurs masculins (qui valide l'importance des œuvres) et l'attitude de l'Eglise Catholique portugaise envers ce genre de productions dévotes, en louant le style, l'énonciation féminine, la fonction pédagogique des œuvres, la valeur des femmes. Dans le cas de ce poème épique, les vers de louange du Père Luis Mendes utilisent des comparaisons et des métaphores qui placent l'œuvre de cette religieuse dans le rang du savoir divin. Il la compare à Salomon et à St Jean Évangéliste: «Dans cette histoire que vous racontez/ avec savoir et âme/ Vous ressemblez à Salomon/ Et pas du tout à une femme»⁴⁴. Et il se réfère à l'auteur comme «aigle divin». Ce sera cependant le Frère Teodósio de Lucena de l'Ordre de Saint Bernard qui osera créer l'image la plus originale pour louer la mission et le talent de cet auteur, en l'appelant «cire féminine» qui, par son art, devient l'or où s'encastre le plus pur diamant. Cette métaphore de la cire utilisée pour encastrier les diamants et les polir traduit le rôle médiateur joué par ce récit de l'Incarnation et par l'auteur: elle soutient la dévotion et le discours sur la foi.

En fait, dans ces temps de changement, la société se diviserait, probablement, en deux secteurs: celui qui gravitait autour des religieuses, à qui l'on demandait des livres, des poèmes, des conseils, des prières et des sentences; et un autre

amparo (...), fazendo que fique impresso nas almas de todos os que o lerem».

⁴³ «Foi cantar de tal sujeito/ Temerário atrevimento,/ mas mostrar do entendimento/ Faltas, medrando o afeito,/ Não presumo abatimento».

⁴⁴ «Nesta história que teceis/ Com artifício e saber, / Já não pareceis mulher, / Mas Salamão pareceis».

plus conservateur, pour qui l'acte d'écrire, suivant le courant un peu misogyne de D. Francisco Manuel de Melo⁴⁵, n'était pas du tout une activité pour les femmes. C'est peut-être connaissant ces deux tendances que Sœur Madalena da Glória ouvre le «Prologue au lecteur» de son *Orbe Celeste*, en disant, à propos d'elle-même, très sûre de son chemin et nullement troublée par les opinions du monde: «à qui les applaudissements ne troublent pas, la calomnie n'effraye pas non plus»⁴⁶.

En effet, on remarque un léger changement de cette femme-auteur tout au long de ses successifs «Prologues au lecteur». Bien que toujours reconnaissant son plan d'infériorité face à tous ceux qui accédaient aux études organisées, et tout en présentant ses œuvres comme le résultat d'un humble exercice d'écriture, on constate que la peur des réactions du public cède peu à peu la place à l'indifférence: «celui qui écrit sans penser aux applaudissements ne craint la critique ni ne se trouble dans l'espoir des louanges», déclare Soeur Madalena da Glória dans *Royaume de Babylone*. C'est surtout cette religieuse qui prend de façon plus courageuse cette assurance face à l'écriture d'origine conventuelle. Dans le «Prologue» de *Cris de Désabusement*, elle déclare son intention de persévérer dans la tranquillité face à d'éventuelles critiques: «Cela ne me gêne pas du tout si ma plume ne te semble pas maîtresse, parce que je me réjouis de mon propre exercice aussi bien que j'en profite moi-même de lui. Tout cela rend avantageux ce que ta pensée, de mauvaise part, puisse considérer comme inutile»⁴⁷.

Qu'est ce qu'un auteur, au féminin?

La présentation des femmes-écrivains, menée soit par elles-mêmes, soit par les censeurs ou par les amis/es de l'auteur dans des vers de circonstance, nous permet d'aboutir, comme on espère l'avoir démontré, à la représentation de la femme-écrivain dans la société de l'Âge Moderne, en ce qui concerne sa participation au genre narratif. En reprenant le titre de Foucault⁴⁸, on

⁴⁵ MELO, D. Francisco Manuel de (1959 [1^a edição póstuma em 1721]) — *Hospital das Letras: Apólogos Dialogais*. Lisboa, Sá da Costa, vol. II, p. 187-188: «Nous n'aimons pas beaucoup les femmes-auteurs, les femmes savantes ou les femmes compositeurs, parce que (...) il en est assez triste qu'on soit auprès de sa femme, au lit, à table ou (...) chez soi, en même temps que, dans les tavernes, des tas d'hommes barbés demandent de leurs nouvelles».

⁴⁶ «A quem o aplauso não alvorça também a calúnia não assusta». Cf. GAMA, Leonarda Gil da — *Orbe Celeste* (...). Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira, 1742.

⁴⁷ «⁴⁶Nem importa que te não pareça mestra a minha pena, se quando me diverte a mim o seu exercício, tiro doce utilidade deste emprego, e já fica proveitoso o que acha escusado o teu mal intencionado pensamento», (In GLÓRIA, Madalena da — *Brados do Desengano* (...)) (1749a). Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues.).

⁴⁸ FOUCAULT, Michel (1969) — «Qu'est-ce qu'un Auteur?». «Bulletin de la société française du bibliographe», t. LXIV : 73-104..

trouve important de formuler la même question strictement pour l'univers féminin: «qu'est ce qu'une femme-auteur?». La connaissance des représentations sociales des femmes écrivains portugaises nous a guidés pour trouver la réponse. Cette représentation balance un peu entre la perspective de leurs écrits comme résultat de l'action divine et l'importance qu'on les attribue en les comparant à d'autres femmes à valeur iconique, aussi bien qu'entre une progressive évaluation en fonction de l'œuvre produite et de ses qualités intrinsèques. En tout cas, on ne doit pas oublier que, au Portugal, la fonction «auteur» ne se confine pas à l'œuvre imprimée, bien que nos réflexions soient basées exclusivement sur les textes féminins publiés. Enfin, c'est surtout par leur rôle didactique auprès des chrétiens, où la rhétorique des émotions joue un rôle persuasif très fort et différencié de la rhétorique plus effrayante des prêcheurs, que ces femmes auteurs s'affirment dans une société qui n'était pas toujours d'accord à propos de l'incursion féminine dans le territoire masculin de l'imprimerie.

À la fin de ce parcours, on doit donc conclure que cette question, au Portugal, présente des contours qu'on ne doit pas mépriser. D'abord et surtout, il y a, dans ce domaine, plusieurs femmes auteurs sans œuvre publiée. Le circuit manuscrit, l'intérêt démontré par la cour pour l'écriture des femmes religieuses et les efforts menés par les grands du monde pour leur faire publier leurs œuvres sont des signes suffisants pour conclure au constat que le manuscrit a, lui aussi, créé des femmes-auteurs. En fait, au Portugal, l'importance et l'affirmation de l'écriture féminine ne peuvent pas être pensées en rapport au paradigme français ou anglais, où la femme se dégage très tôt par son discours d'émancipation, en augmentant sa voix à travers la presse. Effectivement, au Portugal, si les femmes publient, c'est parce que, derrière ce geste, se dresse souvent la commande d'un homme. Bon gré mal gré, au Portugal beaucoup de femmes ont écrit par volonté masculine et non de leur propre initiative. Et c'est par l'action de quelques hommes que quelques femmes sont sorties du silence. Malgré tout, il y a des cas où, à la loupe, on peut constater le désir féminin de publier et d'écrire pour un public élargi, afin d'enseigner, de témoigner de la foi, de suggérer des conduites de vie. C'est pourquoi, pour faire ce bilan, nous avons parcouru cet itinéraire portugais, menés par le paratexte éditorial, où l'on dévoile, bien qu'encore dans le brouillard, les avatars de la future insertion de la femme dans les cercles littéraires du XIX^{ème} siècle et, surtout, du XX^{ème} siècle.

BIBLIOGRAPHIE

BAPTISTA, Soror Maria do (1618) — *Livro da Fundação do Mosteiro do Salvador de Lisboa* (...). Lisboa: Pedro Craesbeeck.

BARANDA LETURIO, Nieves (2005) — *Cortejo a lo Prohibido. Lectoras y Escritoras en la España Moderna*. Madrid: Arco Libros S.L.

BARBEITO CARNEIRO, María Isabel (2007) — *Mujeres y Literatura del Siglo de Oro (Espacios Profanos y Conventuales)*. Madrid: Safekat.

CASO, Ángeles (2007) — *Las Olvidadas. Una Historia de Mujeres Creadoras*. Barcelona: Editorial Planeta.

CAYUELLA, Anne (1996) — *Le Paratexte au Siècle d'Or. Prose Romanesque, Livres et Lecteurs en Espagne au XVII^e siècle*. Genève: Librairie Droz S.A.

CÉU, Soror Maria do (Marina Clemência) (1715) — *A Feniz Aparecida na Vida, Sepultura e Milagres da Gloriosa Santa Catarina de Alexandria* (...). Lisboa: Oficina Real Deslandesiana.

CÉU, Soror Maria do (Marina Clemência) (1731) — *A Preciosa, Alegoria Moral* (...). Lisboa: Oficina da Música.

CÉU, Soror Maria do (Marina Clemência) (1733) — *A Preciosa. Obras de Misericórdia* (...). Lisboa: Oficina da Música.

FOUCAULT, Michel (1969) — «Qu'est-ce qu'un Auteur?». «Bulletin de la société française du bibliographe», t. LXIV : 73-104.

GENETTE, Gérard (1982) — *Palimpsestes*. Paris: Éditions du Seuil.

GENETTE, Gérard (1987) — *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil.

GLÓRIA, Soror Madalena da (Leonarda Gil da Gama) (1742) — *Orbe Celeste* (...). Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira.

GLÓRIA, Soror Madalena da (Leonarda Gil da Gama) (1744) — *Águia Real, Fénix Abrasado, Pelicano Amante* (...). *História Panegírica e Vida Prodígiosa do Ilustre Patriarca* (...) *Santo Agostinho*. Lisboa: Oficina Pinheiriense da Música.

GLÓRIA, Soror Madalena da (Leonarda Gil da Gama) (1749) — *Reino de Babilónia* (...). Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira.

GLÓRIA, Soror Madalena da (Leonarda Gil da Gama) (1749a) — *Brados do Desengano contra o Profundo Sono do Esquecimento* (...). Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues.

GOYET, Francis (1996) — *Le Sublime du «Lieu Commun». L'Invention Rhétorique dans l'Antiquité et à la Renaissance*. Paris: Honoré Champion.

LOWE, K. J. P. (2003) — *Nun's Chronicles and Convent Culture in Renaissance and Counter Reformation Italy*. Cambridge.

MADALENA, Soror Maria Madalena (1628) — *História da Vida (...) do Glorioso S. João Evangelista. Tirada de Vários Autores*. Lisboa: António Álvares.

MELO, D. Francisco Manuel de (1959 [1ª edição póstuma em 1721]) — *Hospital das Letras: Apólogos Dialogais*. Lisboa, Sá da Costa, vol. II.

MORUJÃO, Isabel (1995) — *Contributo para uma Bibliografia Cronológica da Literatura Monástica Feminina em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica / Centro de Estudos de História Religiosa.

MORUJÃO, Isabel (1997) — «Bernarda Ferreira de Lacerda». *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo: 1327-1328.

MORUJÃO, Isabel (2012 [2005]) — *Por Trás da Grade: Poesia Conventual Feminina em Portugal (Séculos XVII-XVIII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (em vias de publicação pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda).

PIMENTEL, Soror Maria de Mesquita (1639) — *Memorial da Infância de Cristo e Triunfo do Divino Amor*. Lisboa: Jorge Rodrigues.

POUTRIN, Isabelle (1995) — *Le Voile et la Plume. Autobiographie et Sainteté Féminine dans l'Espagne Moderne*. Madrid: Casa de Velázquez / Ciudad Universitaria.

SAN JOSÉ, María de (1979) — *Escritos Espirituales*. Roma: Postulación General O.C.D.

SÃO PEDRO, Soror Maria Madalena de (1745) — *Notícias Fielmente Relatadas (...)*. Lisboa: Miguel Manescal da Costa.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1994) — *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional.

VIVES, Luis (1995 [première édition française 1523]) — *Instrucción de la Mujer Cristiana*. Madrid: Fundación Universitaria Española / Universidad Pontificia de Salamanca.

Artigo recebido em 23/05/2012
Aceite para publicação em 21/06/2012

VARIA

«EXEMPLARES NOVELAS» E «NOVELAS EXEMPLARES»: OS PARATEXTOS DA FICÇÃO EM PROSA NO SÉCULO XVII*

MARIA INÊS NEMÉSIO**

UNIVERSIDADE DO PORTO - CITCEM

ines_nemesio@hotmail.com

RESUMO: Seleccionando como corpus um conjunto de narrativas de ficção em prosa de considerável extensão, publicadas no século XVII, este artigo, intitulado «Exemplares Novelas» e «Novelas Exemplares»: os paratextos da ficção em prosa no séc. XVII, procura estudar o conjunto de paratextos que acompanham estas obras, prestando especial atenção a censuras e dedicatórias, passando pelos prólogos ao leitor, de forma a identificar redes de relações «clientelares» que contribuam para ajudar a perceber a circulação e «leituras» ao longo de Seiscentos. Estudar os paratextos, em relação com os textos, permite captar formas de legitimação da prosa de ficção, em contexto muitas vezes adverso do ponto de vista dos mecanismos censórios, contribuindo, também, para o estudo da actuação da instituição censória no século XVII, em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Paratextos, Novelas, Dedicatórias, Censura.

ABSTRACT: Selecting as corpus a group of fictional prose narratives of considerable length, published in the 17th century, this paper, entitled '«Exemplary novels» and exemplary novels: the paratexts of fiction during the 17th century' aims to study the group of paratexts which accompany these works, paying special attention to censorship and dedications, and also to prologues, so as to identify networks of «cliental» relationships which may contribute to aiding the understanding of the circulation and «readings» in the sixteen-hundreds. Studying the paratexts, in relation to the texts, allows for the detection of ways in which fictional prose was legitimised, many times in an adverse context, with regard to censorial mechanisms, also contributing to the study of the censorial institution in the 17th century in Portugal.

KEY-WORDS: Paratexts, Novels, Dedications, Censorship.

* Este estudo foi elaborado no âmbito do projecto de dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Zulmira Coelho dos Santos, e apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Junho de 2010 (Cf. NEMÉSIO, Maria Inês de Andrade e Castro Monjardino (2010) — «Exemplares Novelas» e «Novelas Exemplares»: os paratextos da ficção em prosa no século XVII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado). Agradeço à Professora Doutora Zulmira Coelho dos Santos a leitura e comentários críticos que fez à versão inicial deste texto e que, por conseguinte, conduziram à publicação do presente artigo.

** Investigadora do CITCEM e Bolseira de Investigação da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Introdução

Os paratextos¹ revestem-se de uma importância fundamental na compreensão global das narrativas que enquadram. A curiosidade suscitada pela interpretação dos mesmos, passando pela análise da sua materialidade, conduziu-nos à elaboração de um plano de investigação que pudesse servir de paradigma para uma reflexão que pretende estudar pormenorizadamente a forma como se estabelece, através dessas formas paratextuais, a relação de uma obra com o seu tempo e os seus leitores. Nelas procurámos as perguntas e as respostas para a forma como a leitura de um texto, restituído ao seu contexto, pode ser afectada pelas circunstâncias da publicação, pelas exigências das instituições que regem a produção literária e, ainda, pelo horizonte de expectativas de um público-leitor cada vez mais alargado.

1. A legitimação da ficção narrativa em prosa no século XVII e o problema da censura preambular: a definição de uma «tipologia» narrativa de carácter «oscilante»

Ao longo do século XVI a progressiva sistematização dos mecanismos censórios e o carácter «oscilante» de uma tipologia narrativa de difícil definição permitiu-nos estabelecer um campo de reflexão que neste estudo se restringiu ao século XVII e aos primeiros anos do século XVIII, tendo-se seleccionado um *corpus* restrito², posterior ao Concílio de Trento, compreendendo o período de 1601 a 1724, ou seja, entre a publicação de *A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo e de *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1724) do Padre Mateus Ribeiro, de molde a evidenciar formas de legitimação de uma

¹ Entenda-se aqui o conceito de paratexto tal e qual foi definido por GENETTE, Gérard (1982) — *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Éditions du Seuil, p. 9: «Le second type (de relations [...] transtextuelles) est constitué par la relation [...] que, dans l'ensemble formé par une oeuvre littéraire, le texte proprement dit entretient avec ce que l'on ne peut guère nommer que son *paratexte*: titre, sous-titre, intertitre; préfaces, postfaces, avertissements, avant-propos, etc; notes marginales, infrapaginales, terminales; épigraphes; illustrations; prière d'insérer, bande, jaquettes [...]».

² Deste conjunto, que integra *A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo; *Lusitânia Transformada* (1607) de Fernão Álvares do Oriente; *A Paciência Constante. Discursos Poéticos em Estilo Pastoril* (1622) de Manuel Quintano de Vasconcelos; *Ribeiras do Mondego* (1623) de Elói de Sá Sotomaior; *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1625) de Gaspar Pires de Rebelo; *Alívio de Tristes e Consolação de Queixosos* (1648), *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681) e *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1692) [neste último caso a edição consultada foi a de 1724] do Padre Mateus Ribeiro; *Cristaes da Alma* (1673) e *Doze Novelas* (1674) impressas sob o pseudónimo de Gerardo de Escobar, na verdade Frei António de Escobar; e, por último a *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1682) do jesuíta Alexandre de Gusmão, prestámos menos atenção, por evidenciarem repetições, às duas novelas de Rodrigues Lobo que continuam *A Primavera – O Pastor Peregrino* (1608) e o *Desenganado* (1614), e também aos *Desmayos de Mayo em Sombras de Mondego* (1635) de Diogo Soares de Figueiroa, bem como aos *Campos Elísios* (1626) de João Nunes Freire, por integrarem paratextuais breves, face aos outros casos, sem nenhum argumento novo, embora os tenhamos em conta sempre que necessário.

«tipologia» narrativa marcada pelo seu estatuto «oscilante»³, e que muitas vezes foi objecto de críticas e apreciações negativas oriundas não apenas de sectores moralistas e com preocupações doutrinárias, mas também da área humanista, que lhe atribuía uma posição de menoridade no campo «literário» da época. Apesar da dificuldade imposta pela multiplicação de denominações atribuíveis a este tipo de ficção narrativa em prosa, enquadrá-la nos cânones «literários» da época, explorando o molde através do qual se define, nos paratextos, a poética do género romanesco, e em especial o da novela⁴, assumiu um lugar preponderante no quadro das nossas pesquisas.

Neste sentido, comecemos pelos prólogos ao leitor pois são um bom exemplo de como o autor e o leitor se fazem apresentar ou representar nos paratextos. O interesse manifestado nestas duas instâncias, para além de contribuir para o estudo das circunstâncias de produção de uma obra, poderá esclarecer também as condições de constituição do sentido do texto e do seu efeito possível. Não é por acaso que nos textos preliminares se manifesta a preocupação quanto à definição do público, aproveitando o autor para marcar a sua posição em relação ao acesso, maioritário ou minoritário, ao texto literário.

³ Acerca das oscilações terminológicas adoptadas para denominar as narrativas de ficção barrocas, vejamos os estudos de INFANTES, Víctor — *Tipologias de la enunciación literaria en la prosa áurea. Seis títulos (y algunos más) en busca de un género: obra, libro, tratado, crónica, historia, cuento, etc.* 1, *Studia Aurea, Actas del III Congreso de AISO* (Toulouse, 1993), ed. de ARELLANO, Ignacio; PINILLOS, Maria del Carmen; SERRALTA, Frédéric; y VISE, Marc. Pamplona: GRISO-LEMSO, 1996, vol. III, p. 265-272; II, *Actas del XII Congreso de la AIG*, ed. de FLITTER, Derek W. Birmingham, 1998, vol. II, I, p. 310-318; III, *Actas del IV Congreso Internacional de AISO*, ed. ENTERRÍA, Maria da Cruz de. Alcalá de Henares, 1998, p. 845-855; IV, *Actas del III Congreso de la AIH*, eds. SEVILLA, Florêncio; y ALVAR, Carlos. Madrid, 2000, vol. III, p. 641-694; V, *Actas del V Congreso de la Asociación Internacional Siglo de Oro*. Münster, 1999, p. 729-736; e *Nominar las caballerías*. In *Literatura Cavalleresca tra Itàlia e Spagna (Da «Orlando? Al Quijote?)*, *Literatura cavalleresca entre Espanya e Itàlia (Del 'Orlando' al 'Quijote')*, dir. por GÓMEZ-MONTERO, Javier; e KÖNIG, Bernhard. Ed. al cuidado de GEMERT, Folke. Salamanca, 2004, p. 35-51. De não menos importância quanto a este assunto é o artigo de SANTOS, Zulmira Coelho dos (2004) — «Emblemática, memória e esquecimento: a geografia da salvação e da condenação nos caminhos do «prodesse ac delectare» na História do Predestinado Peregrino (1682) de Alexandre de Gusmão SJ [1629-1724]», *Actas do colóquio A Companhia de Jesus na Península Ibérica*, CIUHE; bem como as teses de FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Porto: Faculdade e Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado, p. 60-77; COSTA, Ana Cecilia (2007) — *Erudição e utilitas na Obra de Frei Lucas de Santa Catarina: [1660-1740]*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado, p. 79-104.

⁴ A definição do conceito de novela está intrinsecamente ligada ao estudo das formas em prosa no século XVII. Sobre os problemas de fluidez semântica que afectam o termo *novela* veja-se REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. (1990) — *Dicionário de Narratologia*. 2ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina. Para uma reflexão acerca da ficção narrativa em prosa, a primeira que em Portugal se fez não no âmbito da prática, da qual os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* (1575) de Gonçalo Fernandes de Trancoso são ilustrativos, mas sim no âmbito da teoria, aconselha-se a leitura da *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619) de Francisco Rodrigues Lobo, sobretudo os capítulos X e XI, respectivamente intitulados «Da maneira de contar histórias na conversação» e «Dos contos e ditos graciosos e agudos na conversação». In LOBO, Francisco Rodrigues (1991) — *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*. Introdução, notas e fixação do texto de CARVALHO, José Adriano de Freitas. Lisboa: Editorial Presença, p. 198-225.

A poética e os preceitos que o autor adopta definem-se como tal pela relação que estabelece com os destinatários que ele mesmo escolhe ou exclui, decidindo quais são os leitores que terão o privilégio de ser seus receptores e quais são as intenções que justificam essa escolha⁵. O prólogo ao leitor apresenta e situa tanto o autor como o leitor, mas as aprovações contêm igualmente indicações preciosas que determinam a margem de maior ou menor liberdade no acto da leitura, numa época simultaneamente marcada pelo controlo ideológico da censura – a censura tripartida que, em Portugal, vigorou de 1570 (do ponto de vista da actuação sistemática⁶) até 1768 (data da criação da Real Mesa Censória pombalina, em que a censura «tripartida» se altera) –, pelo alargamento do público-leitor e, sobretudo, pelo papel mais activo que este último passou a exercer na actividade do autor. No caso da novela, para usar uma designação que o século XVI português não usou, mas que se tornou corrente depois da publicação das *Novelas Ejemplares* (1613) de Cervantes, a recepção favorável ou não de um livro por parte dos leitores influenciou a orientação do género em si e o estilo próprio de cada autor em particular. O mesmo se poderá dizer da acção exercida por impressores e editores que preferiam reeditar uma obra com sucesso do que patrocinar uma outra totalmente desconhecida e a ser publicada pela primeira vez.

A participação dos mecenas no processo editorial de uma obra seiscentista coloca-se igualmente nestes termos. Ainda que existissem boas relações entre os autores e os seus mecenas, a verdade é que os patrocínios dependiam da rentabilidade que as obras poderiam vir a ter uma vez publicadas e resultavam também do tipo de relação «clientelar» existente entre o «protector» e o «protegido». Deste modo, a nova dimensão comercial do livro condicionou o aparecimento de formas inovadoras e perpetuou padrões de escrita e de leitura, sublinhando, por outro lado, a precariedade da vida dos autores, a maioria cavaleiros, fidalgos ou pertencentes a uma nobreza sem títulos, e revelando a sua «submissão» ao mecenato.

Confrontando as opiniões dos autores, expressas nos prólogos ao leitor, e as opiniões dos censores, enquanto leitores, expressas nas suas aprovações, foi possível determinar o alcance dos diferentes géneros romanescos e, em

⁵ Mas, para definir o leitor, o seu destinatário, o autor terá inicialmente de se definir enquanto entidade. Sobre esta questão cf. CAYUELA, Anne (1996) — *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVII^e siècle*. Deuxième Partie: «Instances de l'auteur et lecteur dans les paratextes». Genève: Lib. Droz, p. 131-199. E ainda RUFFINATTO, Aldo (2009) — *El lugar del destinatario e del narratorio en la picaresca. ¿Texto o paratexto?* In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel (eds.) — *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Madrid: Collection de la Casa Velásquez (111), p. 151-165.

⁶ *Diccionario storico dell' Inquisizione* (2010). Diretto da PROSPERI Adriano. Pisa: Edizioni della Normale Superiore di Pisa, 4 voll.

particular, o da novela. As obras do século XVII (e também do século XVIII, até 1768) integram traços concretos do processo administrativo a que eram submetidas antes de publicadas. Nelas surgem as aprovações ou censuras do Santo Ofício, do Ordinário, por vezes da Ordem Religiosa a que pertencia o autor, bem como a Licença de Impressão final, depois da aprovação do Paço, do Privilégio, da Errata e da «Tassa» ou «Taxa». De acordo com as regras da censura preambular, a imparcialidade e o anonimato do censor deviam ser mantidos até à data da publicação da obra. No entanto, estas regras foram muitas vezes infringidas como o provam pequenas anotações existentes em paratextos de alguns livros publicados no século XVII. Quer isto dizer que as relações estabelecidas entre autores e censores, em locais como as academias, tropeçavam, por vezes, na benevolência com que os segundos analisavam as obras dos primeiros. Frequentemente as escolhas dos censores eram «ad hoc», sendo que a troca de delicadezas entre autor e censor nos textos preliminares e a existência de poesias laudatórias nas obras publicadas surge como evidência desta situação, mostrando a importância dessa poesia preambular na prova da existência de relações clientelares que, em Portugal, precisam ainda de muita atenção. A alegada «permissividade», muito difícil de provar, dos censores quanto à concessão de Licenças de Impressão podia ainda estar ligada a uma questão de promoção ou prestígio do próprio censor, que assim sendo via o seu nome impresso e divulgado na obra a publicar.

Explicitamente documentada nos paratextos das obras de Seiscentos, o problema da censura preambular não deixou de se manifestar no corpo do texto propriamente dito, sendo por isso objecto de tratamento ficcional⁷. Com a suspensão das Licenças de Impressão entre 1625 e 1634, inicia-se uma fase em que a publicação de obras consideradas de entretenimento se torna limitada, embora seja muito difícil avaliar a quantidade de textos que, eventualmente, teriam circulado manuscritos. A tomada de consciência do perigo representado pelas novelas quanto à camada mais jovem da sociedade não surgiu de repente; ganhou expressão com os discursos dos moralistas do século XVI⁸ e adquiriu

⁷ Neste sentido, os trabalhos de César Freitas e Ana Costa, mencionados já na nota de rodapé n.º 4, são bastante elucidativos.

⁸ Um bom exemplo desta questão poderá ler-se em FERREIRA, Frei Bartolomeu (1983) — «Avisos e Lembraças», no *Catálogo de livros proibidos* de 1581. In *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa: INIC, p. 637-638: «Encomendamos a todas as pessoas que se abstenham da lição dos livros em que há desonestidades ou amores profanos, porque, além do tempo que na lição deles se perde, fazem muito dano e prejuízo às consciências, e ensinam e movem muitos vícios, e communmente há neles louvores muito desordenados e excessivos das criaturas, e encarecimentos e nomes blasfemos. E se as más palavras corrompem os bons costumes, como diz São Paulo, que farão as escritas nos livros, que são de mais dura, principalmente dizendo o Catálogo Tridentino, na Regra sétima, falando dos tais livros, que não somente se há-de ter conta com o que faz dano à Fé, mas também com o que faz prejuízo aos bons costumes. E se nos tais se acham porventura algumas poucas cousas boas, ficam muito custosas, a troco de muitas más que têm,

lugar escrito nos paratextos de algumas obras publicadas já no século XVII. A verdade é que se alguns géneros literários desapareceram quase por completo durante esses nove anos, outros, como é o caso da novela, adquiriram novas formas de expressão e apresentação de modo a não deixarem de ser divulgados já que não só os leitores continuavam a exigir o seu aparecimento, como também muitos eram os autores que se recusavam a aceitar tal imposição⁹. A adoção de uma orientação ética e, sobretudo, moralizante, muitas vezes claramente «espiritual»¹⁰, mesmo que apenas nas intenções expressas nos paratextos das obras de ficção em prosa, foi uma das estratégias sobre as quais mais nos debruçámos ao longo deste estudo¹¹. Exemplaridade e moralidade passaram a estar na ordem do dia com a introdução do binómio horaciano, *prodesse ac delectare*, em livros que embora propusessem aventuras e peripécias, pedidos pelo público-leitor, veiculavam exemplos que concorriam para a manutenção do «decoro» e dos bons costumes passando como tal pelas malhas da censura. É sobretudo nas novelas ditas «exemplares» que se insiste na função moralizadora desta literatura deleitosa, constatando-se que, na construção do texto, o recurso à alegoria como forma de expressão passou a ser indispensável para a concretização do duplo fim

que fazem dano; e não é prudente quem de aventura tomar uma jóia, por preciosa que seja, das unhas de um fero e bravo leão. El-rei David não quis beber a água da cisterna de Belém por ser perigosa e arriscarem a vida os cavaleiros que a foram buscar, posto que o primeiro a desejasse muito. Nem os homens haviam de ler livros prejudiciais pelo perigo e risco a que se põem lendo-os. E não há cousa boa nos tais livros que se não ache melhor nos bons».

⁹ Testemunho do escasso emprego do termo novela e da proliferação de denominações para as obras de ficção em prosa é a obra de Bernardim Ribeiro. Na edição de Ferrara de 1554, a *Menina e Moça* é designada como «Hystoria», enquanto, na edição de Évora de 1557-8, se apresenta como «livro chamado as saudades de Bernardim Ribeiro» e, nos testemunhos manuscritos, «Tratado de bernaldim Ribeiro», no Manuscrito da Real Academia de Historia de Madrid (datado de finais do século XVI) e «saudades de bernardim ribeiro» no normalmente apelidado «Manuscrito da Biblioteca Nacional» ou «Manuscrito Asensio/Pina Martins». Para além da bibliografia já sugerida acerca dos problemas suscitados pela «oscilação» de «nomenclaturas» atribuíveis à ficção narrativa em prosa no século XVII, consulte-se ainda, no âmbito da dificuldade do seu enquadramento nos cânones «literários» da época, o estudo introdutório de MARTINS, José Vitorino de Pina (2002) — *História de Menina e Moça*. Reprodução facsimilada da edição de Ferrara, 1554. Estudo introdutório de José Vitorino de Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, bem como RIBEIRO, Bernardim e FALCÃO Cristóvão (1923) — *Obras I – II*. Nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire, com uma introdução por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Coimbra: Imprensa da Universidade. Ver ainda JÚNIOR, António Salgado (1938) — *O Livro da Menina e Moça*. Lisboa: Tipografia Gráfica Lisbonense. E, do mesmo autor, *A «Menina E Moça» e o Romance Sentimental no Renascimento*. Aveiro: Gráfica Aveirense, 1940. Sobre a «sobrevivência» da palavra novela nos títulos das obras postcervantinas leia-se ZERARI-PENIN, Maria (2009) — *Variaciones sobre algunos títulos del siglo XVII*. In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel, eds. — *Paratextos en la literatura española (siglos XI-XVIII)*. Ed. cit., p. 237-250.

¹⁰ FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Ed. cit., p. 65 e seguintes.

¹¹ Acerca das estratégias adoptadas para fugir à apertada vigilância da censura consulte-se o estudo de CAYUELA, Anne (1996) — *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVII^e siècle*. Première Partie: «Autour du Texte», Chapitre Premier: «La législation du livre, I-5 La suspension des licences d'impression de 1625 à 1634». Ed. cit., p. 35-54.

da poesia, acrescentando ao deleite a lição instrutiva mais eficaz e aceitável pela sua dissimulação¹².

No quadro de todas estas considerações que revelam um panorama complexo e com base na opinião apresentada por Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Freitas Carvalho, em *História Crítica da Literatura Portuguesa*, da ficção narrativa em prosa produzida durante os períodos maneirista e barroco em Portugal consideraremos apenas as novelas relativamente extensas, «excluindo os relatos curtos, simples exempla dificilmente designáveis de contos, que proliferaram em obras de natureza doutrinária e moral»¹³. Como explicam os referidos autores, «Esta exclusão [que aqui subscrevemos] baseia-se no facto de tais relatos não constituírem textos autónomos, embora possam ser isolados, mas de estarem integrados em obras em relação às quais desempenham uma função ancilar: são instrumentos de demonstração de ideias, de exemplificação de doutrinas, com a função explícita de persuasão dos destinatários»¹⁴. São textos que se apresentam como *exempla* retóricos na sua natureza e função. Acresce ainda que raramente são tidos por narrativas de ficção (e tal só ocorre quando se tratam de fábulas ou apólogos), «pois o exemplum colhe grande parte da sua capacidade persuasiva no facto de ser dado a conhecer como relato de factos realmente ocorridos»¹⁵. Importante é então sublinhar que o pacto de leitura¹⁶ que preside à leitura da narrativa ficcional não funciona em relação ao *exemplum*, sob pena deste perder o seu efeito de persuasão. Por conseguinte, a formulação do problema da função do texto literário parece não se ter ainda libertado nesta época do binómio horaciano *prodesse ac delectare*. A função edificante e moralizadora desta literatura deleitosa, sobretudo das «novelas exemplares», é referida pelos autores e é destacada no parecer dos censores¹⁷, que

¹² Embora mais para o século XVIII, ver RAMON, Micaela (2007) — *A Novela Alegórica em português dos Séculos XVII e XVIII. O Belo ao Serviço do Bem*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

¹³ PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de Freitas (2001) — *História Crítica da Literatura Portuguesa*. [Maneirismo e Barroco]. Lisboa: Verbo, vol. III, p. 339.

¹⁴ PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de Freitas — *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Ed. cit., p. 339.

¹⁵ PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de Freitas — *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Ed. cit., p. 339.

¹⁶ Sobre o pacto de leitura estabelecido entre o autor e os seus destinatários nos prólogos ao leitor ver RUFFINATTO, Aldo (2009) — *El lugar del destinatario y del narratario en la picaresca. ¿Texto o paratexto?* In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel (eds.) — *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Ed. cit., sobretudo p. 151-153.

¹⁷ Repare-se no que diz Fr. João dos Prazeres no seu parecer ao *Serão político* de Frei Lucas de Santa Catarina: «Senhor | Por ordem de Vossa Majestade reví este livro intitulado *Serão político* composto por Félix da Castanheira Turacém. De três sermões se compõe este volume, e muitas novelas exemplares formam o político de Serões. Não foi ociosa a ideia de seu autor nem infrutífera a curiosidade dos leitores. As novelas, da mesma sorte que as fábulas, foram as advertências de que se valeram muitos sábios para a introdução de seus conselhos, fingindo os sucessos acomodados ao génio dos ouvintes para disporem atentos e afeiçãoados, e assim entre o saboroso da ficção introduziam o amargo da verdade. A importância da exortação entranhada

nela fundam geralmente a sua opinião favorável à publicação destes textos¹⁸. É neste contexto que se devem sublinhar as palavras de Gaspar Pires de Rebelo que, tal como muitos outros do seu tempo, afirmou que as novelas

[...] *ao mesmo tempo que deleitam também ensinam, que o essencial de toda a história e o alvo a que tirou sempre o intento do autor, assim nestas como nas passadas, as quais deleitando os entendimentos com os enredos, com as sentenças e com as palavras bem colocadas, também atraem as vontades com o exemplo que delas se tira, se é que quem as lê se quiser aproveitar*¹⁹.

Em função do exposto e do *corpus* reunido neste estudo, a primeira questão a colocar será a de esclarecer os critérios que determinam a inclusão, num mesmo subgénero, de textos tão diferentes como acontece, por exemplo, com as *Novelas exemplares* (1650) de Gaspar Pires de Rebelo ou com as *Doze Novelas* (1674) de Gerardo de Escobar, pseudónimo de Frei António de Escobar, ambas directamente ligadas ao conjunto de novelas que Cervantes publicou em 1613 com o título *Novelas ejemplares*, bem como com a obra *Alvío de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648) de Mateus Ribeiro²⁰, que apresenta uma organização narrativa diferente das outras duas. Antes de mais, impõe-se um critério de natureza funcional, uma vez que estas obras reivindicam uma função *exemplar*, pretendendo funcionar como orientadoras de comportamentos a seguir ou a evitar. Se uma obra como *Alvío de Tristes, E Consolação de Queixosos* pode ser considerada como novela *exemplar* é pelo facto de, na sua estrutura, depararmos com a acumulação de *exempla* retóricos, colhidos na História e na Bíblia; *exempla* cujo relato se insere numa linha narrativa unificada pela conversação entre um peregrino e um ermitão em cuja companhia caminha.

No entanto, esta função, que seria o denominador comum das obras

no mesmo divertimento é anzol que, escondido entre o cibo, prende ao peixe mais liberto, e fogo que consome ao mesmo pedernal donde saiu. São amorosas todas as novelas deste livro, mas exemplares, porque doutrinal o fim a que as termina seu autor, mostrando na variedade dos enredos a inconstância dos afectos humanos e persuadindo no engano dos amantes a falsidade do amor do mundo, com que, sendo empenho deste autor matar ao inimigo com suas próprias armas, destruir os vícios com as mesmas armas de seus vícios, me parece digno da licença que pede. | Vossa Majestade mandará o que for servido | São Bento da Saúde, 29 de Junho de 1696». In SANTA CATARINA, Frei Lucas de (1704) — *Serão Político, Abuso Emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*, por Felix da Castanheira Turacém. Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes.

¹⁸ Sobre a formulação do problema da função do texto literário, à época marcado pelo binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, concorrendo para a sua legitimação, passando por questões ligadas à «exemplaridade» (*exempla* retóricos e *exemplum* medieval), à *autoritas* e à *imitatio vitae*, veja-se o estudo de FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Ed. cit., p. 64-69.

¹⁹ REBELO, Gaspar Pires de (1650) — «Prólogo aos leitores por um particular amigo do Autor». In *Novelas exemplares*. Lisboa: por António Alvares.

²⁰ Cf. FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Ed. cit., p. 60-77.

incluídas neste subgénero, nem sempre é evidente para o leitor. A análise desta questão passa também pela perspectiva adoptada no momento da produção dos textos, ou seja, pela função mais ou menos explícita, correspondente à intencionalidade do autor. Teremos assim de distinguir entre uma exemplaridade claramente apreendida como tal pelo leitor e uma exemplaridade que, embora correspondendo a uma intencionalidade explícita do autor, não deixa de constituir motivo de dúvidas e interrogações para o leitor. Neste sentido, devese-á ainda ter em conta a perspectiva da recepção dos textos, isto é, a função atribuída a essas narrativas pelos receptores e as atitudes de leitura assumidas perante as mesmas; caracterizam-se estas, precisamente, pela atenção prestada a esta dupla função. Daí que juízos de valor, enformados por critérios de natureza ética, se dividam durante este período.

À atitude de desconfiança por parte dos moralistas mais severos ou rigoristas, como o Padre Manuel Bernardes²¹, perante a narrativa ficcional respondem os seus autores ou justificando a sua escrita como fruto de devaneios juvenis em relação aos quais marcam prudente distância²² ou, é este o gesto mais frequente, acentuando, tanto em textos preambulares como em juízos emitidos ao longo das obras, a sua dimensão moralizadora, o seu carácter de sãs doutrinas morais. Este facto leva-nos a crer que estes textos devem também ser lidos como réplica a essa atitude de desconfiança, como defesa, por parte dos seus autores, da literatura de ficção no mesmo plano em que era atacada: o plano moral. Por isso declaravam insistentemente a utilidade destas novelas não só pelas lições morais que veiculavam, como pelo deleite que proporcionavam, pois tal deleite, constituindo alívio para o espírito, contribuía para o equilíbrio psíquico dos leitores. Os testemunhos mais claros deste tipo de recepção encontramos-los em pareceres de censores que apontam o «entretenimento honesto» (*Campos Elísios*)²³, a «matéria honesta» e «ficções agradáveis» (*Ribeiras*

²¹ BERNARDES, Pe. Manuel — *Armas de Castidade*. Porto: Lello & Irmãos Editores, s/n, p. 196-197. Nesta obra aborda o autor os perigos da matéria tratada pelos livros profanos: «Primeiramente, os livros que tratam de matérias pouco honestas, ainda que falem com estilo ornado e palavras compostas, sempre inculcam coisas torpes e geram na fantasia e coração pensamentos e desejos indignos da presença de Deus, que os está vendo; e fazem que gostando o leitor da fábula, queira gostar da realidade, e celebrando o conceito discreto, se lembre melhor da impureza nele significada». A esta questão era Bernardes particularmente sensível quanto à educação feminina.

²² A título de exemplo leia-se o que nos diz Manuel Quintano de Vasconcelos no prólogo ao leitor da edição *princeps* (1622) d' *A paciência constante*: «Estímulos iuuenis (docemente tirannos da vontade) guiarão o entendimento na humilde composição deste liuvrinho, que agora cultiuado (se bẽ parto de seu áspero principio) beneuolo Lector vos offereço». In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) — *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Introdução, edição e notas de António Cirurgião. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 119. (Biblioteca de Autores Portugueses).

²³ Exemplifica-se este caso citando o juízo de Fr. Thomas de S. Domingos à publicação d' *Os Campos Elísios* (1626) de João Nunes Freire: «Vi este liuro intitulado campos Elysios, composto por Ioaõ Nunez Freire, nelle não acheý cousa algũa contra nossa santa Fè, ou bons costumes. He muito curioso, & no género de fingidos

do *Mondego*)²⁴ como sendo a utilidade moral destas narrativas, apesar do seu carácter deleitoso, ou exactamente devido a esse mesmo carácter. E não esqueçamos que só as obras que foram objecto de pareceres deste tipo puderam ser impressas. Por isso dificilmente encontramos hoje documentadas reacções negativas a textos concretos. Destaque-se, como exemplo curioso do conflito de atitudes perante esta literatura de ficção, os diferentes juízos críticos que encontramos documentados acerca do *Serão político*²⁵ de Frei Lucas de Santa Catarina: o prólogo, atribuído a um amigo do autor, insiste na utilidade da obra, associada ao seu carácter deleitoso; o parecer dos censores é positivo, insistindo um deles (Frei João dos Prazeres) na sua função exemplar e doutrinal; um documento inédito existente na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, da autoria do cónego João Maciel, censura violentamente a imoralidade das narrativas contidas nesta obra considerada escandalosa na pena de um autor eclesiástico como era Frei Lucas de Santa Catarina (que, aliás, publicou esta obra com o pseudónimo anagramático de Félix Castanheira Turacém).

É difícil ao leitor de hoje compreender o sucesso que estas narrativas tiveram no seu tempo, a adesão entusiástica dos leitores da época expressa nas relativamente numerosas edições que quase todas elas tiveram. Veja-se, a título de exemplo, o êxito editorial alcançado nos séculos XVII e XVIII pelas obras de Gaspar Pires de Rebelo (*Infórtúnios Trágicos da Constante Florinda*, seis edições da 1.^a parte e quatro da 2.^a; *Novelas Exemplares*, seis edições) e do Padre Mateus Ribeiro (*Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos*, seis edições). Só a consideração dos valores literários, sociais e morais que dominavam a mentalidade da época e

amores pastoris dos mais honestos que atee agora vi; porque assi trata estas galantarias dos pastores, & pastoras, que a ninguém dá matéria de lascivos pensamentos, antes entretém com algúas humanidades poéticas, & historias: & pois se permittem tantos liuros de pouco artificio, & quasi nenhum proveito, este que vay tam cheo de historias, & poesias me parece que pôde sair a luz, pèra entretenimento dos que honestamente gastam algum tempo em ler liuros profanos, que em fim tudo ajuda a bem se filosofar, quando a liçam do profano he bem ordenada, & fora de toda obscenidade, como hé a presente obra. Em S. Domingos de Lisboa, o primeiro de Novembro de 625. | Fr. Thomas de S. Domingos Magister». In FREIRE, João Nunes (1996) — *Os Campos Elísios*. Introdução, edição e notas de António Cirurgião. Lisboa: Instituto da Biblioteca e do Livro, p. 123.

²⁴ Em 1622 escrevia Fr. Thomas de S. Domingos, nas Licenças de Impressão às *Ribeiras do Mondego* (1623) de Elói de Sá Sotomaior: «Vi este liuro intitulado Ribeyras do Mondego composto por o Licenciado Eloyo de Sá Soto mayor, não tem cousa que faça impedimento a se poder imprimir; porque inda que a matéria he de amores prophanos, & pastoris, contudo he honesta, & não tem cousa, [que] offenda os bõs costumes, antes he muy curiosa, & de agradavel entretenimẽto em brando, & elegante estylo vaõ ordenados os enredos das hystorias, [que] trata, ao modo poetico, & pastoril cõ ficções aprasiueis, em verso, & em prosa. Pelo que julgo que o liuro ferá a todos de honesta recreaçã. Em S. Domingos de Lisboa 8. de Nouembro. de 622. | Fr. Thomas de S. Domingos. | Magister». In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Nova edição, revista e prefaciada por Martinho da Fonseca da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. XIX. (Biblioteca de Escretores Portugueses, série C).

²⁵ SANTA CATARINA, Frei Lucas de (1704) — *Serão Político, Abuso Emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*. Ed. cit., cf. prólogo e licenças. Ver COSTA, Ana Cecília Machado da (2007) — *Erução e utilitas em Frei Lucas de Santa Catarina: [1660-1740]*. Ed. cit. p. 72-78.

condicionavam as expectativas dos leitores permite compreender a sua recepção. E, ainda que o interesse por estas obras se tenha vindo a alterar, sobretudo na segunda metade do século XVIII, apesar de algumas permanências, não deixa de ser pertinente interrogarmo-nos acerca da sua sobrevivência no século XIX, nomeadamente quanto às marcas de leituras que se perpetuaram²⁶.

2. Das relações existentes entre os agentes implicados no processo editorial das obras publicadas em Seiscentos

Alcançada e ultrapassada esta fase embrionária, focalizámos os nossos esforços na leitura atenta dos paratextos da produção ficcional em prosa correspondente ao lapso de tempo acima indicado, a que nos obrigou o estudo almejado. O aparecimento e o desenvolvimento da imprensa tornaram inevitável a entrada no mundo do livro no aspecto material da sua produção editorial, insistindo em aspectos como as condições em que se operava a escolha do texto, frequentemente objecto de cópias diferentes, muitas vezes de circulação manuscrita prévia, a sua publicação e distribuição, passando pelos agentes envolvidos neste processo: o autor, o «mecenas», o «dedicatário(a)», nem sempre coincidente com este último, o censor, o editor e o impressor (que podiam ser a mesma pessoa) e, por fim, o leitor. A progressiva transformação da escrita em objecto de leitura condicionou o estabelecimento das relações entre estas entidades e conduziu, em muitos casos, ao registo das suas ligações nos próprios paratextos das obras publicadas ao longo de todo o século XVII

Assim sendo, concedemos particular atenção aos textos preliminares, entre prólogos, dedicatórias, pareceres e licenças, pelo que desvendam não apenas das intenções dos seus autores e das considerações dos censores, mas também pelo que revelam das condições de produção e de leitura da época em que se enquadram. Como tal, é importante relembrar que a orientação dos autores, dos editores, dos censores e dos «amigos» dos autores permite levantar dois tipos de pressupostos adquiridos antes da leitura do texto. São esses pressupostos a manifestação de um conhecimento e de uma expectativa que fariam parte do universo literário do período em causa. Consequência directa do êxito editorial alcançado pelas *Novelas ejemplares* (1613) de Cervantes, o carácter exemplar das novelas que aqui estudamos acaba por se tornar num tópico que ecoa nos diversos paratextos deste género narrativo, seja para os autores legitimarem a sua obra e assim se porem a coberto de censuras, seja para estabelecer horizontes de expectativa que cativem os seus leitores²⁷.

²⁶ SANTOS, Zulmira Coelho dos (2001) — Estudo introdutório à edição de Teodoro de Almeida, *O Feliz Independente*. Porto: Campo das Letras.

²⁷ Sobre este assunto cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (1996) — *Xadrez de Palavras. Estudos de literatura barroca*. Lisboa: Edições Cosmus.

2.1. A alegoria como representação de um «disfarce»

Neste sentido, não podemos deixar de ter em conta a ficção romanesca que inclui o subgénero narrativo representado pelas novelas alegóricas, já que a partir da década de 80 de Seiscentos se começou a desenvolver a produção de ficção alegórica com um carácter exemplar, moral e doutrinário que em diversas entrelinhas já se encontrava ilustrado nas novelas pastoris de inícios do século XVII²⁸. Influenciando a criação da ficção de entretenimento, de aventura e de exemplo, pela intensificação da intenção alegórica revelada tanto nos textos preliminares como no corpo das narrativas, a presença da alegoria na ficção narrativa em prosa do maneirismo e do barroco «assente na ficção, em determinado contexto de produção e de leitura» passou a implicar «um processo subentendido tanto da parte do escritor como do leitor»²⁹. Como tal, se a função exemplar, enquanto denominador comum das obras incluídas no subgénero narrativo representado pelas novelas exemplares, nem sempre é evidente para o leitor, então, a perspectiva adoptada no momento da produção do texto determinaria uma função de exemplaridade mais ou menos explícita, de acordo com a intenção do escritor. Esta situação, que privilegia a dimensão moral e opta não raras vezes pela representação alegórica, advém de duas questões relevantes no panorama poético do maneirismo e do barroco, relacionadas com a função e a recepção dos textos. Em primeiro lugar, a dupla função da literatura ocupava ainda um lugar de destaque na atenção e nas preocupações tanto dos autores como dos leitores. Deste modo, a obra deveria servir, em simultâneo, o *prodesse* e o *delectare*, a moralização e o deleite ou entretenimento. Em segundo lugar,

²⁸ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins (2004) — *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo e do Barroco*. Viseu: Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa. Tese de doutoramento, p. 154: «(...) as novelas pastoris contêm no seu universo narrativo episódios de carácter alegórico. Mas neles a alegoria não constitui o elemento central da sua construção narrativa (...). Tais elementos episódicos da novela pastoril constituem pálidas imagens do que foi a construção narrativa alegórica desenvolvida posteriormente». Ainda assim, essas «pálidas imagens» dão-nos já algumas pistas relativamente à função exemplar desencadeada pelo uso da alegoria. Esta afirmação tem por base a seguinte anotação da mesma autora: «No volume dedicado aos períodos literários do Maneirismo e do Barroco da *História Crítica da Literatura Portuguesa*, encontramos o estabelecimento de uma tipologia da «prosa narrativa de ficção» que subscrevemos e que lemos transversalmente no sentido de descobrir o peso dado à alegoria em cada uma das categorias estabelecidas». In AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins (2004) — *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo e do Barroco*. Ed. cit., p. 154 e 155. Nesta tipologia são consideradas as novelas de cavalaria, as novelas pastoris, as novelas alegóricas, as novelas sentimentais e as novelas exemplares. Assim, tratando das novelas pastoris, afirma-se como «igualmente relevante é a presença de elementos alegóricos, com função de representação de realidades morais [que apontam para uma clara função edificante], em quase todas as novelas» (A possibilidade alegórica nas novelas pastoris, e em todas as outras, excepção feita no caso das alegóricas, deve ser entendida em termos temáticos e não em termos estruturantes). In PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de Freitas (2001) — *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Ed. cit., p. 339.

²⁹ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins (2004) — *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo e do Barroco*. Ed. cit., p. 4.

observa-se uma alteração da importância dada à verosimilhança de inspiração aristotélica que, no âmbito da narrativa ficcional em prosa, é substituída pela força da fantasia e da imaginação, se bem que, um pouco diferentemente do que acentua Sara Augusto³⁰, seja preciso não esquecer que a centralidade evocativa e transformadora da metáfora provém, em muito, dos comentaristas de Aristóteles do século XVII³¹. A questão que agora se coloca reside fundamentalmente em descobrir as coordenadas que nos permitem ler essas mesmas narrativas como alegorias representativas de realidades morais e exemplares a veicular a um público-leitor cada vez mais abrangente. A procura de uma resposta para esta questão passará pela reflexão do contexto de produção e de leitura das obras e das expectativas criadas pelo autor e de imediato identificadas pelo leitor, a partir dos prólogos que antecedem as narrativas e que procuram definir o quadro da sua leitura.

O jogo da dicotomia entre a função e a recepção das obras ficcionais em prosa foi sendo minuciosamente analisado nos seus paratextos. A revelação de tal consciência teórica está mais presente nos prólogos das obras do período barroco do que nas novelas pastoris da época maneirista. O importante é considerar aqui as convenções adoptadas nos diversos subgéneros da novela barroca, partindo do pressuposto que a construção alegórica se apoia e se torna possível no âmbito de um conjunto ordenado de permanências e continuidades. A leitura alegórica só se torna possível através de um cenário reconhecível para os leitores. E semelhante reconhecimento só se concretiza mediante uma repetição constante e assídua de formas e temas que se constituem ou que se vão constituindo como tradição e convenção. Atente-se, contudo, que a consciência da presença de um «disfarce» reconhecível pelo leitor não pode nem deve ser confundido com alegoria. A representação desse «disfarce» poderá sim concretizar-se em alegoria, mas sempre em episódios bem determinados. No âmbito da defesa da ficção narrativa de entretenimento e dos seus autores, esta questão anda a par das discussões coevas acerca da leitura de «Livros de história verdadeira» e «Livros de cavalarias fingidas» e, naturalmente, da necessidade de tratar matérias graves e honestas de forma agradável e lúdica, para que nada de censurável se pudesse encontrar em tais narrações³².

Os prólogos da trilogia de Francisco Rodrigues Lobo, nomeadamente o d'A *Primavera* (1601) que integra o nosso *corpus* textual, pouco adiantam sobre este

³⁰ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins (2004) — *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo do Barroco*. Ed. cit.

³¹ Ver o recente estudo de SANTOS, Zulmira Coelho dos (2009) — *Algumas notas sobre o «amor», o «desengano» e o artifício nas obras métricas (1665) de D. Francisco Manuel de Melo*. «Revista de Estudos Ibéricos – Península», n.º 6, p. 121-130.

³² LOBO, Francisco Rodrigues (1991) — *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*. Ed. cit., p. 198-225.

assunto. É no prólogo aos leitores do «Discurso sobre a vida e estilo dos Pastores» que este mesmo autor manifesta ter consciência do disfarce pastoril como convenção dominante nos universos ficcionais narrativos da literatura pastoril:

Aquí, curioso leitor, vos ofereço pratica e estilo de pastores, doutrina verdadeira de avisados: não pímulas douradas, víboras entre flores, nem veneno em vaso rico: antes pelo contrario diamantes por lavar, pérolas em a sua concha, e, em lugar de mentiras enfeitadas, verdades honestas. Não estranheis logo ouvir rústicos Filósofos, e avisados Aldeãos; que o que representa na comedia a figura do Rei não o pode parecer em tudo, nem o Cortesão representar em tudo a natureza do Lavrador. E assim como na arte do pintar representam as cores diferentes o natural de uma figura, e a forma dela, a substancia, e a tenção, para que foi figurada, que é a parte principal da obra; assim o que nesta minha não parecer que representa o modo dos Pastores, com a viveza, e termo que convém, atribuí ao intento, que é mostrar debaixo de seu burel, e com suas palavras, a condição dos vícios e o sossego das virtudes³³.

No «Prólogo aos Leitores» da *Lusitânia Transformada* (1607) de Fernão Álvares do Oriente, o livreiro Domingues Fernandes, que conduziu a edição póstuma da obra, depois de tecer uma série de louvores aos efeitos da utilização da língua portuguesa, e de acrescentar que em *Lusitânia Transformada* se mistura o estilo pastoril com outro de maior valor, relembra o seguinte a todos aqueles a quem esta conjugação parecesse retirar mérito ao estilo pastoril:

*E se parecer a bons juizos, que guardou mal o decoro ao estilo pastoril, misturando com ele outro que parece mais alevantado, lembro-lhe que o faz recontando acontecimentos do mundo por pastores disfarçados, os quais, tomando de emprestados aos campos, por pastores, ribeiros que os fertilizam, flores que os esmaltam, arvoredos que os enobrecem, fizeram mais aprazíveis seus conceitos, e sentimentos, e por disfarçados ficaram também, na largueza do estilo, com mais licença; motivo que tomou o autor destas transformações para dar a esta obra o título d'*Lusitânia Transformada*³⁴.*

Disfarçado fica também o estilo e o motivo que conduziram Fernão Álvares do Oriente a proceder a tais transformações para dar à sua obra o título acima já citado. E, de igual modo, assim se demonstra a eficácia do artifício pastoril na

³³ LOBO, Francisco Rodrigues (1774) — *Discurso sobre a vida e estilo dos Pastores*. In *Obras Politicas e Pastoriz de Francisco Rodrigues Lobo*. Lisboa: por Miguel Rodrigues, Tomo IV, p. 242-243 (o último período deste excerto aparece sublinhado pelo autor).

³⁴ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Introdução e actualização de texto de António Cirurgião. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 10.

transmissão de elevados conceitos.

Reiterando o mesmo princípio, n'*A Paciência Constante* (1622) de Manuel Quintano de Vasconcelos, para além do «concertado estilo, e honesto modo de falar», a licença de Frei Francisco Guerreiro confirma a impressão da novela também pela «repreensão de vícios, e louvor de virtudes», apesar de ser «livro pastoril de Pastores, e amores», como acrescenta Fr. Antonio de Siqueira³⁵.

Já nas *Ribeiras do Mondego* (1623), de Elói de Sá Sotomaior, Fr. Tomás de S. Domingos não encontrou motivos que impedissem a impressão da obra:

[...] *porque inda que a materia he de amores profhanos, & pastorís, contudo he honesta, & não tem cousa, [que] offenda os bõs costumes, antes he muy curiosa, & de agradavel entretenimêto em brando, & elegante estylo vão ordenados os enredos das hystorias, [que] trata, ao modo poetico, & pastoril cõ ficções aprasiueis, em verso, e em prosa. Pelo que julgo que o liuro fera a todos de honesta recreação*³⁶.

Ainda no âmbito das considerações acerca do «disfarce» necessário para que os escritores seiscentistas pudessem tratar de assuntos profanos e temas amorosos sem serem afectados pela forte acção das estruturas censórias, no «Prólogo ao Leitor» da II Parte da novela de entretenimento e aventura *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1722), Gaspar Pires de Rebelo afirma entender que para dar bons conselhos aos «muitos servos» que «há no mundo» (os menos atentos, porque mais aplicados aos seus cuidados), deveria «disfarçar exemplos e moralidades com as roupas de histórias humanas», dado que talvez assim o entendimento daqueles aceitasse com maior benevolência as vantagens oferecidas pela narração de tais sucessos [os de Florinda e Arnaldo], procedendo-se a «um

³⁵ VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1622) — «Licenças» da primeira edição. In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) - *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Ed. cit., p.111-112: «No liuro intitulado Paciencia Constante, cujo Author he Manoel Quintano de Vasconcellos, não achei cousa contra nossa santa Fê, & bõs costumes antes sempre concertado estilo, & honesto modo de fallar, & a vezes reprehensão de vícios, & louvor de virtudes: pello que o julgo digno de impressão. Em São Francisco de Emxabregas, & de Feueireiro 6. de 620. *Fr. Francisco Guerreiro*. | Reui este liuro intitulado Paciencia Constante, & nelle não acho cousa algũa contra nossa santa Fê, & bõs costumes, & assi me remeto em tudo ao parecer do muito R. P. Mestre Frei Francisco Guerreiro; porque sendo liuvro pastoril de Pastores, & amores, de tal maneira cõ verbo, & proza, segue a limpeza, & pureza nelles, que fique reprehendendo, & vituperando o que não for com muito bom estilo. Podese imprimir. Em São Domingos de Lisboa 21. De Feueireiro 1620. *Fr. Antonio de Siqueira*». Com estas declarações fica demonstrada a acção marcante da Inquisição no momento decisivo para a divulgação de obras de «recreação», sendo que é pelo uso do disfarce no caminho para o *prodesse ac delectare* que os seus autores conseguiram fazer com que não fossem censurados e severamente repreendidos. A interpretação do texto, não fosse o segundo sentido permitido por uma orientação de leitura dada pelos autores ao público, ficaria irremediavelmente condicionada pelas exigências de uma das instituições que à data regia a produção literária: o Tribunal do Santo Offício. As outras duas instituições eram o Ordinário e o desembargo do Paço.

³⁶ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «Licenças» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XV-XVI.

claro desengano das cousas do mundo». Justificado ficaria, assim, o seu intento ao publicar tais «sucessos», sendo que livre ficaria também da «culpa» que alguns lhe queriam atribuir, muito provavelmente por ser simultaneamente clérigo e autor de novelas de entretenimento e aventura³⁷.

Por último, no «Prologo ao Leytor» da novela alegórica *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682), o autor, o Padre Alexandre de Gusmão explica por que motivos vão descritos os sucessos destes dois irmãos, Predestinado e Precito, «debaxo de huma misteriosa Parabola»:

*Vem a ser em Parabola a historia de todo aquelle, que segundo os passos, que nesta vida leva, & segundo o caminho que tomou, ou se salva, ou se condena. Faça-o nesta fórmula assim para mouer a curiosidade do Leytor, como para imitar o estilo de Chisto nosso Mestre, & Senhor, do qual diz o Evangelista, que nunca já mais prégaua ao povo, senão debaxo de algma Parabola, com que explicaua a verdade de sua doutrina. Et fine parabolis non loquebatur eis*³⁸.

2.2. Em defesa da ficção narrativa em prosa e dos seus autores: no caminho para a concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*

Pelo que se tem vindo a expor, vale pena ler com atenção os prólogos destas obras seiscentistas pois que, como afirma Arnauld Tripet:

On sait avant d'en commencer la lecture, qu'il va être question d'un livre, d'un auteur et de nous, les lecteurs. L'on sait aussi que l'auteur va nous faciliter la lecture de son oeuvre en nous informant sur les relations qu'elle entretient avec ce qui nous est familier. L'on pressent qu'il va nous dire en quoi son oeuvre ne se contente pas de répéter ce que nous savons déjà, quel enrichissement elle apportera à cet acquis commun. Il va nous parler de lui d'une manière agréable, inspirer la confiance, le respect, proposer une méthode de lecture, susciter l'exigence

³⁷ REBELO, Gaspar Pires de (1722) — «Prólogo aos Leitores» da II Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Edição de Nuno Júdice. Lisboa: Editorial Teorema, p. 250: «Muitos servos há no mundo que são servos do mundo, os quais só com eles tratam seus negócios, metidos em os bosques de cuidados mundanos, sustentando-se em os montes de pensamentos altivos, sem quererem tomar conselho com um livro espiritual que lhes ensine o que devem fazer. Compadecido destes, quis disfarçar exemplos e moralidades com as roupas de histórias humanas para que, vindo buscar recreação para o entendimento em a elegância das palavras, em o enredo das histórias, em a curiosidade das sentenças e em a lição das fábulas, achem também o proveito que estão oferecendo, que é um claro desengano das cousas do mundo, e fiquem livres dos perigos a que estão mui arriscados com seus ruins conselhos. Este intento, e o que já apresentei acima, cuido que são bastantes para me livrarem de culpa». Ainda que consultada a edição *princeps* desta II Parte (1633), cujo exemplar se encontra microfilmado na Biblioteca Nacional de Lisboa, optámos aqui por utilizar o texto do «Prólogo aos Leitores» integrado na edição de Nuno Júdice.

³⁸ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — «Prologo ao Leytor» da edição *princeps*. In *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*. Lisboa: por Miguel Deslandes. A última frase deste excerto surge sublinhada pelo autor.

*herméneutique. Il va surtout s'efforcer de nous éveiller, en créant l'évidence d'un plaisir à venir (placere) et d'un avantage prometteur (prodesse)*³⁹.

A presença da *utilitas* no caminho para a concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, ligada à delicada posição em que se encontravam as obras de ficção narrativa em prosa no século XVII aquando do momento de publicação e divulgação, deveria manifestar-se não só no corpo das narrativas como também nos paratextos que as introduziam aos leitores. Vejamos, por conseguinte, como esta problemática é colocada em evidência nos prólogos ao leitor das novelas que integram o *corpus* textual por nós seleccionado.

No «Prólogo aos Leitores» da *Lusitânia Transformada* (1607), de Fernão Álvares do Oriente, Domingos Fernandes, reiterando a necessidade de glorificar a língua portuguesa, destaca o seu valor comparando-a com outras línguas estrangeiras, sendo que todos aqueles que com juízo lessem aquela obra, adquirindo a sua lição, logo concordariam com esta opinião, caso a sua fosse contrária⁴⁰. Enumera, então, as características sublimes da poesia lusa que, estando bem presentes nesta composição a que se poderá mesmo chamar poema, «digno por certo deste nome (posto que trate também algũas matérias rústicas e humildes)»⁴¹, imortalizam a língua portuguesa. São elas a elegância nas palavras, a brandura na linguagem, a subtileza nas metáforas, a cópia nos vocábulos, a alteza no estilo, a delicadeza nos conceitos e os artificios nas sentenças. Com a justificação do título atribuído a esta composição, *Lusitânia Transformada*, procurou o autor defender a nossa língua de todos aqueles que a tinham por estéril, sublinhando que ela é, na realidade, proveitosa para o entendimento e exemplar para todas as estrangeiras (*prodesse*), e, ainda, «alvo da divina poesia» que proporciona o deleite tão desejado pelo público (*delectare*)⁴².

³⁹ TRIPET, Arnould (1992) — *Montaigne ou l'art du prologue au 16^{ème} siècle*. Paris: Champion, p. 19. Ver também o já mencionado artigo de RUFFINATTO, Aldo (2009) — *El lugar del destinatario e del narratorio en la picaresca. ¿Texto o paratexto?* In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel (eds.) — *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Ed. cit.

⁴⁰ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 9: «Por beneficio feito de propósito à lingoa portuguesa, cujo crédito periga, na opinião dalguns, que não alcançam a elegância dela, me pareceu composto este livro; e, por este respeito, digno de ser bem recebido de quantos estimam as flores do Pindo e do Parnaso. (...) Várias cousas em que a lingoa Portuguesa fica superior a muitas que delas mais se prezam acho, a parecer de bons juízos, nesta compositura, que se não passarem por alto a quem de sua lição se quiser aproveitar, verá claro a ventagem que a pátria nossa faz às nações estranhas, com tanta felicidade, que já pode ser que daqui por diante mude opinião, se acaso teve nesta matéria outro pensamento».

⁴¹ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 9.

⁴² ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 9 e 10: Assim afirma Domingos Fernandes «[...] o autor acredita o meu parecer, com crédito imortal da lingoa Portuguesa. Na prosa e no verso, e ainda nos esdrújoles, de que tinham os estrangeiros por estériles os campos da nossa Lusitânia, se acharão nesta sua

Já no prólogo «Ao Lector» da obra *A Paciência Constante* (1622), Manuel Quintano de Vasconcelos refere que o «livrinho» então oferecido ao leitor se trata de uma «humilde composição» em estilo poético, cujo principal objectivo é entreter o público (*delectare*) com os exemplos dados pelas acções que se narram (*prodesse*):

*Em seus discursos poeticos, cõ poetico estilo, imito as acções que representaõ, porque o fim da poesia he deleitar [delectare] com exemplos [prodesse]*⁴³

De igual forma, no prólogo «Ao Lector» da obra *Ribeiras do Mondego* (1623), Elói de Sá Sotomaior revela que as águas das Ribeiras do Mondego reflectem as suas mágoas, sendo também espelho das tristezas e cuidados de quem nelas fixar o olhar. Pede, por isso, que delas se aproximem todos os que, no fundo, aquela obra quisessem ler. Este convite directo ao leitor contém nas suas entrelinhas um eco claro da problemática que envolve a questão da exemplaridade com base no binómio horaciano acima citado, uma vez que todos aqueles que nas águas das Ribeiras do Mondego identificassem o percurso do autor, e por conseguinte o seu, então, dele receberiam o deleite proporcionado pela narração dos sucessos (*delectare*) e o exemplo a reter e a praticar em suas vidas (*prodesse*)⁴⁴.

Dois anos depois, em 1625, No «Prólogo aos Leitores» da I Parte da obra *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*⁴⁵, Gaspar Pires de Rebelo relembra Séneca, na sua Epístola oitenta e cinco, *De alternatione lectionis*, para subscrever a mesma opinião deste autor da Antiguidade Clássica: tanto a leitura de bons livros («espirituais e divinas») como a leitura de maus livros (onde se fundem «humanidades e lições várias») se manifesta vantajosa para o homem. Através da dedicação à primeira, poderia o leitor receber bons conselhos, boas lições; através da dedicação à segunda, poderia o leitor aprender a reconhecer o que deveria evitar⁴⁶. Fundamenta, ainda, esta sua posição citando o exemplo de Plínio: «As

transformação abundância larga, em que tenha o entendimento, com proveito, gostoso pasto, que foi sempre o alvo da divina poesia, e o motivo também que tive para tirar à luz esta obra debaixo do mesmo amparo, a que o tinha o autor próprio consagrado».

⁴³ VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1622) — «Ao Lector» da edição *princeps*. In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) — *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Ed. cit., p. 119.

⁴⁴ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — Prólogo «Ao Lector» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XIX: «Chegai, Ribeyras, a quem / Em vos quer ver minhas magoas, / As suas verá também; / Que esta propriedade tem / O espelho de vossas agoas». Note-se que este prólogo apresenta uma mancha gráfica distinta de todas as que se representam nos prólogos anteriormente analisados. Não é um texto em prosa, mas sim um pequeno conjunto de versos que se dirigem ao leitor.

⁴⁵ Na impossibilidade de entrar em contacto com a edição *princeps* da I parte dos *Infórtunios Trágicos* (1625), optámos aqui por ter em conta o texto do «Prólogo aos Leitores» de 1761, seguindo os critérios editoriais adoptados por Nuno Júdice (cf. REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 11-12).

⁴⁶ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — «Prólogo aos Leitores» da I Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Edição de Nuno Júdice. Lisboa: Editorial Teorema, p.

abelhas, como diz Plínio, não só de uma flor fazem o favo, mas de muitas e várias que colhem, dispostas pela ordem que a natureza lhes ensina, fazem e aperfeiçoam seu doce mel, o que confirma Virgílio dizendo: «Liquentia mella stipant, et dulci destendunt nectare cellas»⁴⁷. Estas considerações, autorizadas pelo recurso à argumentação de autores reconhecidos da Antiguidade Clássica, colocam o autor entre os escritores seiscentistas que no seu conjunto fizeram dos paratextos lugares de eleição para a defesa da literatura de «recreação». Justificava, deste modo, a impressão da sua obra assumindo o papel de humilde letrado: não sendo o seu texto um expoente de perfeição, poderia, ao menos, fazer notar, por comparação, o engenho de outros já editados. Manifestou também que, ao contrário de Ícaro, não pretendeu com este seu livro superar obstáculos que à partida seriam para si insuperáveis⁴⁸. O texto do «Prólogo aos Leitores» da I Parte dos *Infórtunios Trágicos* estabelece uma relação de intertextualidade, comum à época e a outros autores, com o «Prólogo aos Leitores» da II Parte da mesma. Neste último, datado de 1633, Gaspar Pires de Rebelo refere que quando publicou a I Parte desta mesma obra tinha como objectivo obter algum descanso, uma vez que a ciência da escrita o fatigava tanto. Pretendeu fazê-lo com discrição, mas tal não foi possível já que o seu texto acabou por ser conhecido de alguns letrados. Estes, por nele verem bons conselhos e boas lições (*prodesse*), receberam-no tão bem que, ao fim de dois anos, toda a edição estava esgotada e uma terceira não foi impressa por falta de papel (sendo este um dos problemas da época que se colocava aos autores, aos editores e/ou impressores,

16: «(...) como diz Séneca, ainda que a boa lição, certa e verdadeira a nosso entendimento aproveita, contudo a que é vária, e de cousas humanas, o deleita. E diz mais a Epistola oitenta e cinco, «De alternatione lectionis», que não cessava nunca de ter lições várias, afirmando serem todas proveitosas se necessárias, e que de ler um livro só se não contentava, porque de uns tirava o que havia mister, e de outros o do que havia de fugir, dando com esta variedade pasto ao entendimento quando com a iguaria de um só estava enfaziado porque, como ele mesmo afirma, a lição é pasto do entendimento, e que cansado do estudo sem outro se não satisfaz».

⁴⁷ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — «Prólogo aos Leitores» da I Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 16. Ver ainda SANTOS, Zulmira Coelho dos (2006) — *Vícios, virtudes e paixões: da novela como «catecismo» no século XVIII*. «Revista de Estudos Ibéricos – Península», n.º 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 187-199.

⁴⁸ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — «Prólogo aos Leitores» da I Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 16: «E pois não só os livros e lições espirituais e divinas a nosso entendimento aproveitam, senão aquelas que em humanidades e lições várias se fundam, e estes também mereçam ser estimados, pois em seu género ajudam a perfeição, ou ao menos fazem com que a bondade dos outros mais resplandeça para que de todos possa ser mais estimada, quis eu, como abelha fraca, por não ter de todo apurado as asas de meu engenho para poder voar a cousas mais altas e levantadas, como o são as divinas, mostrar a fraqueza dele em estas humanas, porque me seria por crime mal contado querer do primeiro voo subir tão alto, ou ao menos receoso de outro castigo semelhante ao de Ícaro, o qual voando subiu tanto que pelos raios do Sol foram suas asas deretidas, e ele prostrado em um rio como imprudente e atrevido». Neste passo, o autor deixa entrelinhas uma anotação relativa à acção da censura: se tivesse sido «imprudente e atrevido» como Ícaro, ao desafiar o Tribunal da Santa Inquisição com o pedido de licença para impressão desta sua novela sem assumir uma posição humilde e sem adoptar o tipo de argumentação que temos vindo a explicitar, provavelmente teria sido severamente punido pelos censores da mesma, os «raios do Sol» de que fala citando o exemplo de Ícaro.

dado que o papel era raro e muito caro – daí a importância do mecenato, de onde decorrem também as dedicatórias da maior parte das obras editadas no século XVII)⁴⁹. O autor termina, então, este segundo «Prólogo aos Leitores» fazendo notar que a publicação da obra correspondeu, sobretudo, a uma real intenção de agradar (*delectare*) aos seus leitores: «E pois, a fiz para te agradar (...)»⁵⁰.

Também no início do «Prólogo ao Leitor» da obra *Alívio de Tristes e Consolação de Queixosos* (1648), Mateus Ribeiro parte do princípio que não existe nenhum mal que não obtenha a sua cura se se fizer uso da razão para que tal aconteça com a leitura atenta da presente obra:

*Se como disse o Seneca, não há mal tam insofriuel, ou pena com tanto extremo ríguosa, em [que] não possa ter lugar algum aliuiuo, sendo, como escreue Cicero a razão, quem melhor consola os males, que se sofrem, as tristezas que se sentem, por sem duuida tenho, que nas infelicidades, de que tantos impropriamente se queixão nas tristezas que sentẽ, nas queixas, que formão de seus imaginados infortúnios receberão algum aliuiuo, & consolação, se com atenção lerem esta piquena obra, empenho de algũas horas que furtou minha curiosidade a outras occupaçoẽs, para diuertilas*⁵¹.

Mais adiante, recordando os ensinamentos de Plutarco, Pitágoras e Ovídio, autores greco-latinos⁵², Mateus Ribeiro refere que com as palavras e com os exemplos poderá o leitor encontrar algum consolo para as suas agonias, sabendo que, tal como ele, há outros que também sofrem e que acabam por encontrar

⁴⁹ REBELO, Gaspar Pires de (1722) — «Prólogo aos Leitores» da II Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 249: «Quanto ao que tive em fazer a primeira parte, foi somente por curiosidade e por dar alívio ao entendimento, que o molestava muito a lição contínua de uma ciência. Não pôde ser com tanta cautela que não viesse à notícia de alguns amigos, e os mais deles letrados. Viram a obra honesta e que assim de toda ela como das histórias particulares que continha se tiravam moralidades proveitosas, e de seus enredos pasto para os entendimentos curiosos: quase por força a fizeram pública. E foi tão bem recebida que em dous anos se gastou a impressão toda, e ao terceiro se tornara a imprimir se não fora a falta que havia de papel». Note-se que continuamos a seguir as opções de Nuno Júdice, embora as nossas reflexões tenham em conta o texto da edição de 1633. Assim, o texto que nos serve de base para as citações relativas ao «Prólogo aos Leitores» da II Parte data de 1722.

⁵⁰ REBELO, Gaspar Pires de (1722) — «Prólogo aos Leitores» da II Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 250.

⁵¹ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Primeira Parte, Composta Pello Padre Matheus Rybeiro Theologo Prégador deste Arcebisgado, & natural de Lisboa. Dedicada Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, &c.* Em Lisboa, Com licença, & priuilegio. Por Manoel da Sylva. 648 [i. é. 1648]: impresso à custa de Rodrigo Meas, 1648. Cf. «Prologo ao Leytor».

⁵² Tal como Gaspar Pires de Rebelo, também Mateus Ribeiro fundamenta a sua argumentação em defesa da ficção narrativa em prosa no caminho do *prodesse ac delectare* com base nos princípios defendidos por autores célebres da Antiguidade Clássica e reconhecidos pelos seus escritos. Note-se, porém, que como clérigo que era, o Padre Mateus Ribeiro apresenta igualmente alguns argumentos em função dos ensinamentos de figuras ligadas à Igreja Católica.

a alegria e a felicidade no final de uma penosa caminhada⁵³. Com base nos conhecimentos de S. Gregório Papa, o autor sublinha ainda a importância do reconhecimento individual das faltas que se cometem e das quais resulta não apenas o castigo devido, como também os benefícios que daí se retiram (*prodesse*)⁵⁴. Numa chamada de atenção concreta e directa, o autor deste prólogo reafirma, tal como o fez Santo Ambrósio, que através da leitura do seu texto, o leitor encontrará a consolação desejada, sendo que esta, para ser bem recebida, deverá ser suave, distraíndo e divertindo (*delectare*), afastando-se o mais possível de toda a agressividade que em vez de curar magoa⁵⁵. Deste modo, o seu objectivo é ser útil a todos aqueles que se afligem devida ou indevidamente, bem como alertar os «descuidados» e encaminhar os «queixosos» durante as suas tormentas até que todos eles alcancem a tranquilidade e a verdadeira glória que só Deus lhes pode conceder⁵⁶. No início do «Prólogo ao Leitor» da I Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681), Mateus Ribeiro, dá a conhecer a importância da conexão que existe entre a cura dos males/problemas («cuidados») e o refúgio na leitura de livros através dos quais se retiram bons conselhos («lição»). Socorrendo-se do ensinamento greco-latino, de autores como Ovídio e Virgílio, o autor revela como a prática da leitura pode dar alívio ao «molesto» e divertimento ao «afrito» ao mesmo tempo que, parando a Roda da Fortuna⁵⁷, se afastam os cuidados («...não se move a perpétua roda, em que a maioria combate os discursos, na batalha interior dos cuidados») e se alcança alguma tranquilidade. De seguida reforça esta sua convicção com o exemplo de

⁵³ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Ed. cit. Cf. «Prologo ao Leytor»: «Lembrete que escreue Plutarcho, que talvez palauras seruem de consolar animos affictos, ou seja a vista de huns males lembrando outros mayores, como quer Pithagoras, ou mostrando, como nas aflições não falta companhia, que igualmête as passe, & tam viuamente as sinta, como diz Cicero, ou seja com persuadir esperanças de termo, & limite aos males, & de logro aos bês, & felicidades, como escreue Ouideo, (...)».

⁵⁴ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Ed. cit. Cf. «Prologo ao Leytor»: «ou finalmente como trazer a memoria a culpas, em cujo castigo os discomodos se sofrem, & os interesses, & beneficios que dessas penalidades resultão, como doctamente ensina S. Gregorio Papa».

⁵⁵ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Ed. cit. Cf. «Prologo ao Leytor»: «Neste liuro acharás, Lector discreto, recopilados os mais destes motiuos, obseruando juntamente o que ensina S. Ambrosio, a que a consolação para ser bem recebida ha de incluir suauidade que diuirta, & não seueridade, ou aspereza, que magoa».

⁵⁶ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Ed. cit. Cf. «Prologo ao Leytor»: «Meu intento he aproueitar com este piqueno volume a todos os que no mar deste mundo nauégio derrotados de sentimentos, molestados de tristezas, queixandose continuamente das que se chamão erradamente desgraças, & infortúnios. O mayor premio para mi deste trabalho será, que todos com elle suas aflições aliuem, & suas queixas consolem, aduertindo juntamente aos descuidados para que não se fíem das bonanças, encaminhando aos quixosos, para [que] não desanimem com as termentas desta peregrinação, em quanto não chegamos á tranquillidade, & cõsolação verdadeira das alegrias da gloria, a [que] Deos nos leue, por sua infinita bondade». Repare-se como aqui, tal como em Alexandre de Gusmão, na sua *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682), é abordado o tema do desengano associado à peregrinação terrena como forma de alcançar a plenitude da vida perfeita em união com Deus.

⁵⁷ Tema barroco desenvolvido aqui pelo autor, tal como em *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1692).

«Scipião Africano», que uma vez interrogado sobre a causa de não se enfadar na sua biblioteca, respondeu dizendo que não poderia ter por melhor companhia os livros com os quais se entregava a discretas conversações⁵⁸. Assim sendo, Mateus Ribeiro oferece ao leitor a história de Carlos e Rosaura para que com ela se possam divertir os «inquietos» e os «penosos» (*delectare*), suspendendo por algum tempo a luta contínua que em vida travam contra os seus males. No «Prólogo ao Leitor» da II Parte da mesma obra (1681), Mateus Ribeiro, inspirado por Aristóteles, Platão, Plutarco e, mais adiante, por Séneca, autor de larguíssima repercussão no século XVII, refere que tanto o descanso como o divertimento são essenciais para o Homem, sobretudo quando através daqueles se obtém algum alívio e se alcança o significado do que é viver sem ser oprimido por seus cuidados. Entre todos os divertimentos afirma que o melhor («o mais agradável») é o da «lição dos livros» (*prodesse*), já que, ocupando-se os sentidos na história narrada (*delectare*), se suspende a imparável Roda da Fortuna que consigo traz diversos problemas. Para validar este juízo, Mateus Ribeiro cita, de seguida, alguns nomes de pessoas, provavelmente conhecidas pelos leitores da época, que decidiram fazer uma pausa na vida para se dedicarem às delícias da leitura. Assim o fizeram Lúcio Cornélio Scilla, que largou a ditadura de Roma; Diocleciano, que abandonou o Império Romano; Michael, que deixou o Império dos Gregos; e muitos outros príncipes que colocaram de parte ceptros e coroas. Por fim, numa interpelação directa, o autor oferece o presente livro ao leitor a fim de que este se divirta com a sua história (*delectare*).

No «Prólogo ao Leitor» da III Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1697), recorrendo a autores como Séneca, Quintiliano, Valério Máximo e Cícero, diz Mateus Ribeiro que nesta nova Parte que agora oferece ao leitor poderá este encontrar a verdade relativa às diversas contrariedades a que a vida o submete, sendo Carlos o protagonista dessa penosa experiência,

⁵⁸ Este exemplo remete para o *De Vida Solitária*, o célebre diálogo de Petrarca. A introdução de «fábulas» nos prólogos ao leitor era recorrente de molde a captar a atenção do público. Cf. CAYUELA, Anne (1996) — *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVII^e siècle*. Ed. cit., p. 240-241: «On remarque parfois à l'intérieur du prologue la présence d'une fable, d'une narration, d'une historiette qui vient illustrer les propos du prologue. L'exemplum fait partie des différentes façons de gagner ou de réveiller l'attention du public dans la rhétorique de l'exorde. L'art prédicatoire du Moyen Âge recommandait l'inclusion d'une fable ou d'un exemplum dans le sermon. (...) Mais comme l'a souligné Alberto Porqueras Mayo (PORQUERAS MAYO, Alberto (1968) — *El prólogo en el maneirismo y barroco españoles*. Madrid: CSIC, p. 11.) la fonction de ces historiettes n'est pas exactement la même au Moyen Âge et à l'époque baroque: En aquellos casos sirven para ilustrar un punto de vista, como un ejemplo o una serie de ejemplos engrazados entre sí por los hilos de una doctrina (...). Ahora se trata más bien de presentar algo insólito, excepcional, que surge de improviso ante lo narrado, pero com fuerza penetrante». No «Prólogo ao Leitor» da III Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1697), Mateus Ribeiro volta a fazer uso do mesmo recurso para cativar o leitor: partindo da Fábula da «Philomena», o autor revela que foi precisamente a diversidade dos factos decorridos na vida de Carlos e Rosaura que o levou a escrever esta história, bem como a crescente curiosidade que por ela manifestaram os seus leitores.

e dela retirando o leitor a sua lição. Já no «Prólogo ao Leitor» da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta, Primeira Parte*, na edição de 1724, o editor adverte o leitor para que não se assuste com o título do livro antes mesmo de o ler, pois nele encontrará utilidade para viver com cautela (*prodesse*) e agradável prazer para divertir o molesto (*delectare*). Recorda que a felicidade não dura sempre e que, do mesmo modo, as desgraças nem sempre permanecem, já que o constante girar da Roda da Fortuna assim o determina. Deste modo, tal como afirma Cícero, a Fortuna não merece agradecimentos pelo que de bom propícia, nem queixas de infelizes pelo que de mal atribui a cada um. No «Prólogo ao Leitor» da II Parte desta mesma obra (1724), o autor relembra Plínio para dizer que os livros, para serem agradáveis ao entendimento humano, devem conciliar o «áspero» com o «compassivo», o «rigoroso» com o «benévolo» e o «infeliz» com o «venturoso»⁵⁹. Chama a atenção do leitor para o facto de tudo isto poder encontrar nesta Segunda Parte da *Roda da Fortuna* desde que a lesse com bastante atenção. Seguindo Plutarco, Mateus Ribeiro é também da opinião que a lição dos livros é agradável, tanto mais quando a leitura se impõe como retiro para os pensamentos viciosos, alívio das moléstias, tréguas na batalha dos cuidados e suspensão dos agravos da vida.

Em 1673, no prólogo «Ao Leitor» da obra *Cristaes da Alma*, Gerardo de Escobar, após algumas considerações acerca da acção da censura sublinha, numa nota directa ao leitor, a opinião de que os escritos amorosos eram literatura de lazer e dá a conhecer o que entende por ociosidade dos assuntos: «com que te deixo toda a liberdade para murmurar desta ociosidade dos assuntos»⁶⁰. Para além do referido, acrescenta-se ainda que, apesar de lhe ser pedida isenção de opinião, o autor afirma também ele, enquanto leitor, encetar discretas conversações com os livros das quais retira proveitosas lições. Deste modo, é importante fazer notar que para Gerardo de Escobar a novela era um género ligado a um objectivo lúdico (*delectare*) ao qual se associava uma preocupação moral que obrigasse o leitor a reflectir (*prodesse*). Alicerçado nesta preocupação moralista, Escobar justifica as suas convicções na dedicatória desta mesma novela:

[...] como os escreveu à instancia de varias pessoas, & me derão estes assumptos, quero que agora a minha penna faça lizónja ao meu gosto, & à minha obrigação, para que emmendem bem offerecidos, o dezar de mal escritos⁶¹

⁵⁹ O confronto de realidades opostas concorria eficazmente, na época barroca, para a concretização da exemplaridade, dela decorrendo uma escolha consciente entre o bom ou o mau caminho, entre os vícios ou as virtudes. A mesma questão é levantada pelo jesuíta Alexandre de Gusmão na sua novela alegórica, *a História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682).

⁶⁰ ESCOBAR, Gerardo de (1673) — *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. Cf. «Ao Leitor» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves (1993) — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Coimbra, p. 16. Texto policopiado.

⁶¹ ESCOBAR, Gerardo de (1673) — *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes*

Já no prólogo «Ao Leitor» da obra *Doze Novelas* (1674), Gerardo de Escobar acrescenta que adquirir experiência a partir do exemplo dado por outras pessoas sempre foi um bom princípio de vida ao qual se deve, como tal, dar especial atenção. Fazer com que o leitor aproveite a lição dada pela leitura das *Doze Novelas* foi o principal motivo que o conduziu à sua redacção e não apenas o divertimento do público-leitor, embora na dedicatória à mesma obra o autor reitere a opinião, anteriormente expressa, de que os escritos amorosos eram literatura de lazer:

*Offereço a V. Senhoria estas travessuras da penna, que o conhecimento da sua pouca valia teue sepultadas no descuido, & agora as resuscita o desejo de presentalas a V. S. para que se diuirta em as ler, em quanto a bizzarria ao seu juízo não rompe o embaraço da tenra idade para applicaçoes mais releuantes*⁶²

Finalmente, no «Prologo Ao Leytor» da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, datado de 1682, o Padre Alexandre de Gusmão, também no sentido de cumprir o preceito do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, depois de expor o assunto da *História*, afirma o seguinte:

*Vem a ser em Parabola a historia de todo aquelle, que segundo os passos, que nesta vida leva, & segundo o caminho que tomou, ou se salva, ou se condena. [Acrescenta mais adiante que] No caminho, & sucesso destes Peregrinos [Predestinado Peregrino e Precito] verá o Leytor, por onde se [*iij] vai ao Ceo, & por onde se vai ao Inferno. Será este liuvrinho como hum roteiro da vida, ou da morte sempiterna, para que conforme a elle gouerne seus passos, & vendo-o não tenha escuza, se se perder*⁶³.

2.3. O recurso à *auctoritas* Clássica

A exposição que até aqui se tem desenvolvido em torno da análise dos textos prologais das novelas seiscentistas que nos propusemos abordar revela como a argumentação apresentada pelos autores em sua defesa e em defesa da ficção narrativa em prosa o século XVII se justifica pelo facto das obras reportando

desalinhos. Cf. «Dedicatória» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves (1993) — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit., p. 16.

⁶² ESCOBAR, Gerardo de (1674) — *Doze Novelas escreveas Gerardo de Escobar, I Parte*. Cf. «Ao Leitor» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit., p. 16.

⁶³ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito Em a qual debaxo de huma misteriosa Parabola se descreue o successo feliz, do que se ha de saluar, & a infeliz sorte do que se ha de condenar*. Dedicada ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente. Composta Pello P. Alexandre de Gusmam da Companhia de JESV, da Prouincia do Brazil. [Gravura] LISBOA na Officina de MIGVEL DESLANDES. *Com todas as licenças necessarias*. Anno de 1682. Cf. «Prologo Ao Leytor».

a assuntos profanos e temas amorosos terem sido as mais perseguidas pelos mecanismos censórios da época em que se compuseram. É neste contexto que se devem fazer notar as alusões a exemplos concretos de autores da Antiguidade Clássica (nalguns casos, ainda, a figuras ligadas à Igreja Católica) que defendiam ideias semelhantes às então propostas pelos autores de Seiscentos no caminho que os conduzia à concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare* de molde a verem publicadas e divulgadas as suas novelas⁶⁴. Por outro lado, o apelo à benevolência dos leitores⁶⁵, aquando da recepção das mesmas poderá ser simultaneamente visto como uma forma de garantir o sucesso editorial das obras publicadas, sendo que nalguns casos os autores antecipavam já o aparecimento de outras novelas que continuassem os assuntos desenvolvidos nas primeiras, bem como uma forma de fuga à acção da censura.

Assim, no «Prólogo ao Leitor» d' *A Primavera* (1601), Francisco Rodrigues Lobo chama a atenção para o facto da presente edição poder conter falhas dado que ninguém está isento de cometer erros, afirmando ser difícil tarefa «Contentar a poucos é muito, quanto mais dar razão a tantos»⁶⁶. Revela, de seguida, a intenção de dar aos prelos a continuação desta sua obra numa nova novela intitulada *Pastor Peregrino*, a segunda da sua trilogia que seria realmente impressa em 1608. Manifestando conhecer o público que o acolhia, pede então aos seus leitores («damas curiosas e inclinadas»⁶⁷; «discreto e curioso leitor [...] avisadas damas e amantes cortesãos»⁶⁸) para que lessem os «humildes

⁶⁴ Gaspar Pires de Rebelo fundamenta os seus argumentos com base em Aristóteles, Séneca, Plínio (cf. «Prólogo aos Leitores» da I Parte dos *Infortúnio Trágicos*, 1761) Salústio e Horácio (cf. «Prólogo aos Leitores» da II Parte dos *Infortúnio Trágicos*, 1633/1722); Mateus Ribeiro autoriza-se recordando os ensinamentos de Séneca, Cícero, Plutarco, Pitágoras, Ovídeo, S. Gregário Papa (cf. «Prólogo ao Leitor» do *Alívio de Tristes*, 1648), Ovídeo e Virgílio (cf. «Prólogo ao Leitor» da I Parte do *Retiro de Cuidados*, 1681), Aristóteles, Platão e Plutarco (cf. «Prólogo ao Leitor» da II Parte do *Retiro de Cuidados*, 1681), Séneca, Quintiliano, Valério Máximo e Cícero (cf. «Prólogo ao Leitor» da III Parte do *Retiro de Cuidados*, 1697), Cícero (cf. «Prólogo ao Leitor» da I Parte da *Roda da Fortuna*, 1724) e Plínio (cf. «Prólogo ao Leitor» da I Parte da *Roda da Fortuna*, 1724); Alexandre de Gusmão justifica o uso da parábola como forma de «imitar o estilo de Christo nosso Mestre, & Senhor» (cf. «Prologo ao Leytor» da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, 1682) e dá como referência a vida «exemplar» de São Francisco de Xavier, «Peregrino Celestial» e «Apóstolo do Oriente» (cf. «Dedicatória» da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, 1682).

⁶⁵ Sobre a *captatio benevolentiae* e dos tópicos desenvolvidos em função deste objectivo cf. RUFFINATTO, Aldo (2009) — *El lugar del destinatario y del narratario en la picaresca. ¿Texto o paratexto?*. In ARREDONDO, Maria Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel (eds.) — *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Ed. cit., p. 152.

⁶⁶ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira. Em Lisboa, per Jorge Rodrigues impressor de livros. Ano do Senhor de M.DCI. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Lisboa: Vega, p. 48. «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

⁶⁷ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 48. «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

⁶⁸ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 235.). Esta

pensamentos dos seus pastores» e para que defendessem tanto o livro que na altura se publicava como também o seu autor.

Já no final do «Prólogo aos Leitores» da obra *Lusitânia Transformada* (1607) de Fernão Álvares do Oriente, Domingos Fernandes termina a sua intervenção com um pedido dirigido ao público: se todas as razões apresentadas não chegassem para desculpar o autor do texto os leitores deveriam pelo menos demonstrar generosidade suficiente para defender quem não estava presente e, sobretudo, quem por ter morrido já não se podia defender de possíveis acusações.

Também no prólogo «Ao Lector» da *Paciência Constante* (1622), de Manuel Quintano de Vasconcelos é possível encontrar reflexos do desenvolvimento desta questão. Após ter sublinhado que a sua novela se tratava de uma «humilde composição» em estilo poético, cujo principal objectivo era entreter o público com os exemplos dados pelas acções que nela se narram, prossegue afirmando que se o leitor curioso encontrasse naqueles «discursos poéticos» e juvenis a fragrância própria das flores, então, como prova de agradecimento o autor prometia oferecer-lhe os frutos típicos de uma idade mais avançada (o «Otono»). Por fim, caso não merecesse, pede ao público que encobrisse as suas faltas uma vez que tudo o que escreveu foi de boa fé.

Em 1633, no «Prólogo ao Leitor» da II Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo faz notar que a publicação desta Segunda Parte ficou a dever-se à curiosidade e aos pedidos de todos os leitores que haviam recebido com benevolência a Primeira Parte da mesma obra, editada pela primeira vez em 1625. Depois de sublinhadas as orientações de leitura da obra o autor demonstra entender que está livre de toda e qualquer culpa, sendo que, acima de tudo, está seguro da sua posição:

[...] *mais vale razão própria que a abonação alheia, mormente quando é de parte interessada, porque pode ser havida por suspeitosa [...]*⁶⁹

No final, num apelo indirecto à benevolência dos leitores no momento da recepção da Segunda Parte dos *Infortúnios Trágicos*, lembrando Aristóteles, afirma que apesar de conhecer a ciência que pratica não está isento de cometer falhas dignas de repreensão, uma vez que ao entendimento humano é impossível deter todo o conhecimento. Assume, deste modo, o papel de humilde letrado, posição que de resto já adoptara no «Prólogo ao Leitor» da I Parte da obra *Infortúnios Trágicos* usando como fundamento o exemplo de Plínio, por nós já citado neste artigo:

última referência ao leitor surge já integrada no corpo da narrativa, na «Floresta Sexta».

⁶⁹ REBELO, Gaspar Pires de (1722) — «Prólogo aos Leitores» da II Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 16.

As abelhas, como diz Plínio, não só de uma flor fazem o favo, mas de muitas e várias que colhem, dispostas pela ordem que a natureza lhes ensina, fazem e aperfeiçoam seu doce mel⁷⁰

Como tal, não sendo o seu texto um expoente de perfeição poderá, ao menos, fazer sobressair por comparação o engenho de outros já editados. Manifesta também que, ao contrário de Ícaro, não pretende com este seu livro superar obstáculos que à partida seriam para si insuperáveis. Ainda no «Prólogo ao Leitor» da I Parte, em jeito de conclusão, Pires de Rebelo cita Platão para deixar claro que o lugar da verdadeira virtude está no meio e não nos extremos. Pretendia, por isso, que o leitor assim considerasse a obra que naquele momento se lhe oferecia.

No texto do «Prólogo ao Leitor» da I Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681), Mateus Ribeiro volta a enfatizar o mesmo tópico⁷¹: identificados os leitores a quem se dirige, o autor desculpa-se pelo facto destas obras terem sido publicadas «em primeira mão» (podendo por isso conter algumas faltas), já que a «pressa» e a «brevidade» dos que a pretendiam conhecer não se compadece com o aperfeiçoamento exigido pela redacção de livros. Retoma este mesmo assunto no texto do «Prólogo ao Leitor» da II Parte da mesma obra justificando-se a sua impressão «em primeira mão» por não ter tido tempo de a «transladar», tal era a curiosidade dos que a pretendiam ler. Promete ainda que se o fizessem com benevolência lhes ofereceria a III Parte desta obra que com a ajuda Divina haveria de escrever. Em 1697, já no «Prólogo ao Leitor» da III Parte da novela *Retiro de Cuidados*, Mateus Ribeiro, afirma que devido à quantidade de acontecimento ocorridos na vida de Carlos e Rosaura não pôde, como era seu objectivo, finalizar a obra nesta III Parte que acabava de publicar. No final, volta a sublinhar que o texto ia escrito em «primeira mão» podendo por isso conter falhas e chama a atenção dos leitores para que, como tal, a recebessem com benevolência. No «Prólogo ao Leitor» da IV e última Parte da mesma novela (1689), Mateus Ribeiro afirma que a curiosidade dos seus leitores quanto ao desfecho da história de Carlos e Rosaura o fez abandonar outras actividades para se dedicar ao exercício da escrita até que a concluisse. No final pede, uma vez mais, que esta sua Parte da obra fosse aceite com benevolência, sendo que isso bastaria para satisfazer o serviço a que se propusera.

⁷⁰ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — «Prólogo aos Leitores» da I Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 16.

⁷¹ De uma forma geral trata-se de um tópico que se encontra presente em muitas obras da época, aparecendo já em 1528 na dedicatória de *Il libro del cortegiano* de Baldassare Castiglione. (cf. CASTIGLIONE, Baldassare (1528) — *Il libro del cortegiano*. Imp. in Firenze: per li heredi di Philippo di Guinta. Edição preparada por QUONDAM, A. Milano: Garzanti, reed. em 2000, p. 24).

Também no «Prólogo ao Leitor» da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta, Primeira Parte* (1724), para finalizar Mateus Ribeiro promete editar uma Segunda Parte desta novela se a Primeira que agora oferecia agradasse aos seus leitores. Ainda que tal não se tivesse concretizado no «Prólogo ao Leitor» da Segunda Parte da mesma obra, o autor manifestou intenções de editar uma Terceira Parte se esta Segunda agradasse e fosse bem recebida pelo público. Todas estas considerações concorrem claramente para o sucesso editorial alcançado pelas novelas de Mateus Ribeiro, desde logo atestado pelas numerosas reedições que delas se fizeram⁷².

Atendendo às presentes reflexões, importa salientar que a apertada vigilância exercida pela Censura «preventiva», quanto à impressão de livros no século XVII, nomeadamente quanto às novelas de aqui tratamos, se manifesta na sua materialidade não apenas na inclusão das licenças ou aprovações como textos preliminares essenciais à circulação do livro impresso, como também nos prólogos ao leitor. Os casos d'*A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo, da II Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1633) de Gaspar Pires de Rebelo e dos *Cristaes da Alma* (1673) de Gerardo de Escobar revelam como estes três autores fizeram ecoar nos seus paratextos as «dificuldades», muitas vezes apenas temporais, no sentido da demora, com que se depararam para que as suas obras fossem dadas aos pelos, neles deixando registadas preciosas marcas do tipo de censura preambular então praticada.

No «Prólogo ao Leitor» da obra *A Primavera*, Francisco Rodrigues Lobo começa precisamente por dar a conhecer as dificuldades que existiam em obter as licenças de impressão na época em que publicou esta sua novela:

*Direis, sábio Leitor, que dou esta sentença contra mim, pois tendo na primeira impressão desta obra, com aviso dos que a encontraram, tantos desenganos do que me podia montar o fruto dela, cometi a fazer a terceira, que agora vos apresento, com as próprias armas e defensão com que no primeiro encontro a recebestes, e que assim porfio contra o que vejo e me engano com o que faço*⁷³.

Com estas afirmações, o autor revela ainda que teve de proceder a algumas alterações quanto ao original.

Alguns anos mais tarde, no «Prólogo ao Leitor» da II Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo confessa ao leitor «prudente» a necessidade que sentiu de se defender «com a verdade» das possíveis acusações

⁷² Cf. FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Ed. cit., p. 5-8.

⁷³ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 47. «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

de que seria alvo por parte do «tribunal do juízo humano». Recordando Salústio e Horácio, o autor identifica dois tipos de sentenças que lhe poderiam ser ditadas: ser considerado vanglorioso, por pensar que a vida é limitada e que, portanto, deveria fazer algo que imortalizasse a sua passagem pelo mundo; e, ser acusado de atrevido, já que considerava fundamental para quem se dedica à realização de um livro separar as histórias que nele se narram da ciência que rege essa mesma narração. Estas últimas afirmações devem ser analisadas tendo em vista a biografia do autor, uma vez que Gaspar Pires de Rebelo foi simultaneamente «Freire professo da militar Ordem de São-Tiago em o Real Convento de Palmella Prior de Castro Verde, Pregador Insigne, e naõ menor Poeta Vulgar»⁷⁴. É pois natural que em casos como este os mecanismos da censura tripartida tivessem maior preocupação no momento de atribuir as licenças de impressão de obras de literatura de entretenimento redigidas por membros pertencentes à Igreja Católica, sob pena de ver a sua autoridade posta em causa. O mesmo se passou com Gerardo de Escobar, na verdade, Frei António de Escobar. No prólogo «Ao Leitor» da obra *Cristaes da Alma* (1673), Gerardo de Escobar começa por identificar o tipo de leitor a quem se dirige, podendo aquele ser «amigo ou inimigo» consoante recebesse «estes cristaes» com agrado ou desgardo. O facto de alguns leitores poderem não receber com benevolência a obra de Escobar parece estar relacionada com o facto do autor, apesar de usar um pseudónimo possivelmente na tentativa de não ser identificado tanto pelos leitores como pela Inquisição, se tratar de uma figura clerical que se dedicava ao exercício da escrita de assuntos amorosos⁷⁵. Ainda assim, estas circunstâncias não parecem ser relevantes para o autor já que, de seguida, afirma que o presente volume foi editado a pedido de diversas pessoas a quem pretendeu dar esse gosto. Portanto, sublinha que nenhum leitor ficaria «obrigado no feito ou na estampa» se por acaso comprasse o seu livro. Se, por outro lado, o recebesse de empréstimo deveria agradecer a quem lho emprestou. Um ano apenas após a edição dos *Cristaes da Alma*, no prólogo «Ao Leitor» da obra *Doze Novelas* (1674), Gerardo Escobar assume o «papel de Lebre» querendo com isso dizer que tal como àquela o medo a faz avançar no seu percurso, também a ele o receio de ver impressas as suas *Doze Novelas* com o nome de outro autor o fez imprimi-las de imediato. Fundamenta esta sua atitude com o caso da obra *Herce Portuguez* «roubada» pelo Padre Frei Francisco de Salas; caso este conhecido do Padre Fr.

⁷⁴ MACHADO, Diogo Barbosa (1965-1967) — *Bibliotheca Lusitana: historia, critica, e cronológica, na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Reprodução da edição *princeps* de 1741-1759, revista por Manuel Lopes de Almeida. Coimbra: Atlântida, Tomo II, p. 367.

⁷⁵ Colocou-se a mesma questão, anos mais tarde, quanto a Frei Lucas de Santa Catarina, sendo que neste caso o recurso a pseudónimos por este autor dificulta ainda hoje a atribuição autoral de alguns textos por parte da critica. Ver COSTA, Ana Cecília Machado da (2007) — *Erudição e utilitas em Frei Lucas de Santa Catarina: [1660-1740]*. Ed. cit., p. 85 e seguintes; e p. 139.

António de Escobar. Curioso será notar que no início deste prólogo a posição do autor reflecta um dos processos adoptados pelos escritores seus contemporâneos para obterem os lucros associados à impressão e venda deste subgénero de novelas sem correrem o risco de serem incomodados pela Inquisição. Sendo as novelas de assuntos amorosos as narrativas mais perseguidas pela censura, não foi por mero acaso que o próprio Escobar acrescentou à publicação das duas obras em questão duas «Protestações do Autor»⁷⁶. Por outro lado, repare-se como é subtil o argumento utilizado para sustentar a sua atitude: o Padre Fr. António de Escobar é nada mais nada menos que o mesmo autor dos *Cristaes da Alma* e das *Doze Novelas*, posto que o nome Gerardo se trata de um pseudónimo. Mais adiante acrescenta que, não sendo ingénuo, nada tinha a alegar quanto ao facto de poder vir a causar nos receptores da presente obra alguma antipatia ou aversão.

2.4. Editores e Impressores: os «monopólios da publicitação»

A acção exercida pelos editores e/ou impressores sobre a publicação deste tipo de obras deixou também as suas marcas nos paratextos das mesmas. A exegese a que foram submetidos os textos preambulares das novelas que integram o *corpus* textual apresentado revela que, regra geral, uma das particularidades dos prólogos ao leitor é a sua relativa imutabilidade de edição para edição. Se, por ventura, casos houve em que se introduziram modificações nos prólogos ao leitor aquando da primeira impressão ou reimpressões posteriores de uma novela, essas alterações devem ser, então, atribuídas ao facto do autor ser colocado à margem quanto à publicação do texto. Ou seja, o autor deixa de ser responsável pela divulgação do texto prologal que inicialmente escrevera, entrando por esta via em questão a liberdade com que os editores e/ou impressores da obra actuavam na disposição interna dos textos preambulares de ficção narrativa em prosa no século XVII. Assim sendo, tais modificações contribuem igualmente para a resolução de algumas interrogações de ordem material ligadas à publicação das novelas seiscentistas em Portugal. Verificou-se ainda que, não raras vezes, estes casos andavam a par da necessidade de promover as obras em termos de

⁷⁶ ESCOBAR, Gerardo (1674) — *Doze Novelas escreveas Gerardo de Escobar, I Parte*. Cf. «Protestação do Autor» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit.: «Vzo de Deidades, adoraçoens, sacrificios, entregos da alma; & outros hyperboles introduzidos como licenças poeticas, frases amorosas, & nam em verdadeiro sentir, em quanto sam gala do dizer, & nam desuios do sentir Catholico; isto, & tudo o mais sogeito á censura da igreja como filho della. Lisboa 17 de Abril de 1672. | Gerardo de Escobar»; e, ESCOBAR, Gerardo de (1673) — *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. Cf. «Protestação do Autor» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit.: «Vzo de Deidades, adoraçoens, sacrificios, entregues da alma, & outros hyperboles introduzidos como licenças Poeticas, frases amorosas, & não em verdadeiro sentir, em quanto saõ gala do dizer, & não desuios do sentir Catholico; isto, & tudo o mais sogeito á censura da Igreja, como filho della. Lisboa 16 de Outubro de 1672. | Gerardo de Escobar».

«publicitação». Embora este assunto já tenha sido objecto de outros estudos, à luz das afirmações que agora se fizeram, torna-se importante lembrar que com o aparecimento da Imprensa o livro passou a ser entendido não apenas como objecto de leitura (deixando para trás a vincada ligação à noção de prestígio e notoriedade enquanto símbolo de poder associado a uma elite de letrados ou à necessidade de testemunhos de posse), mas também como objecto comercial, gerador de lucro e promotor social das entidades associadas ao processo administrativo ao qual era submetido desde que saía das mãos do autor até ao momento da sua primeira edição e posteriores reedições.

A leitura do «Prólogo ao Leitor» d' *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo ilustra bem o que temos vindo a dizer. Nele o autor tece considerações relativas ao monopólio dos impressores («Antes estando bem alheio de renovar esta *Primavera*, como cousa a que se acabara o tempo, soube que alguns, mais interessados em seus ganhos que lembrados de minha perda, trataram de licença para a imprimir: (...)», pelo que, face à exigência das referidas alterações, preferiu, em vez de um estranho, ser ele mesmo a realizá-las («e porque de dous males havia de escolher, me pareceu que era melhor sair emendada pelo seu autor próprio que adulterada por quem se arriscava tão pouco em seus erros»⁷⁷). O caso apresentado demonstra que quer Rodrigues Lobo, quer os autores coevos procuravam preservar a legitimação dos seus textos ao mesmo tempo que se defendiam das acusações que directa ou indirectamente lhes eram imputadas, constituindo os textos prologais o verdadeiro lugar dessa defesa.

O «Prólogo aos Leitores» da obra *Lusitânia Transformada* (1607)⁷⁸ de Fernão Álvares do Oriente revela igualmente, ainda que de outra forma, a liberdade com os editores e/ou impressores exerciam a sua acção sobre as publicações de novelas. Tratando-se de uma edição póstuma, provavelmente sem incluir o habitual prólogo ao leitor, a *Lusitânia Transformada* acabou por ser impressa com uma directiva aos leitores redigida pelo responsável da sua publicação, o livreiro Domingos Fernandes.

3. «Dedicatórias», «Mecenato» e «Relações Clientelares»: entre o «protector» e o «protegido». A poesia preambular e laudatória

Tal como se comprovou na interpretação dos prólogos ao leitor das novelas seiscentistas, também nas dedicatórias incluídas nas mesmas é possível identificar a voz do autor num espaço narrativo que se pretende instituir como antecipação

⁷⁷ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 47. «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

⁷⁸ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 9-10.

do texto da obra que se segue. O desenvolvimento de uma ficção, cujo estilo e temas serão explorados no corpo das novelas, servia de igual modo nas dedicatórias para atrair a atenção dos leitores mediante a apresentação de uma amostra do que se poderia encontrar no texto adiante oferecido. Assim, logo na dedicatória d' *A Primavera*, obra oferecida a Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira⁷⁹, Francisco Rodrigues Lobo menciona a naturalidade, a humildade e a rusticidade com que os seus pastores falariam dos seus queixumes. Seguindo os mesmos moldes, na dedicatória d' *A Paciência Constante* a D. Lopo de Azevedo⁸⁰, Manuel Quintano de Vasconcelos anuncia a publicação de um «livro pastoril», tal como o deixa ainda entrever Elói de Sá Sotomaior na dedicatória das suas *Ribeiras do Mondego*, endereçadas a Duarte de Albuquerque Coelho, afirmando que

*Muyto antes que a Primavera apparecesse nas Ribeyras do Têjo, onde Lereno della autor, & Cysne dellas acabou de cantar, corriaõ as minhas do Mondego*⁸¹

Alguns anos antes, no «Proémio Dedicatório» da *Lusitânia Transformada* dirigido ao Marquês de Vila Real, D. Miguel Luís de Menezes, Fernão Álvares do Oriente glorificava as suas acções. Integradas no contexto da ocupação filipina⁸², essas acções deixavam adivinhar desde o início a posição marcadamente nacionalista deste autor de Seiscentos, como de resto se confirmaria no corpo da novela com a elevação da língua, da literatura, da cultura e da identidade portuguesas.

Já na dedicatória dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, correspondente à primeira parte da obra, dirigida à «À Nobilíssima, E Religiosíssima a Sr.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa», Gaspar Pires de Rebelo antecipa o tema desta novela (os amores profanos entre Florinda

⁷⁹ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lúcia Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 45. Dedicatória «A Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, *Prólogo*» da edição de 1619).

⁸⁰ VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1622) — «A Dom Lopo de Azevedo, Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de São Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.» da edição *princeps*. In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) — *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Ed. cit., p. 117.

⁸¹ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «A Dvarte D'Albvqverqve Coelho, Capitão, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XVII-XVIII. No original o texto surge sublinhado pelo autor.

⁸² É neste sentido que se devem ler os seguintes passos: «Se me dera sua harpa o que alto muro / Em Tebas fabricou, nela tocando; / E a voz o amante que do reino escuro / O seu caro penhor livrou cantando; / Se as doutas nove Irmãs, de quem procuro / Para vós grangear som doce e brando, / A todos os heróis me antepuseram, / Que das agoas Castálidas beberam; / Não entendo, Senhor, que inda pudera / As glórias acenar que merecis: / Que o mais e o mais que delas se dissera / Fora o menos do muito que valeis. / Que já triunfo tal por vós conheço, / Nunca será senão d'estima e preço». In ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Ao Marquês de Vila Real | Proémio Dedicatório» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 17-19.

e Arnaldo) numa clara demonstração de intertextualidade com o «Prólogo aos Leitores» da mesma:

*Se as offertas se haõ de proporcionar à calidade dos sogeitos a que se fazem, a deste liuro que não contem mais que os empenhos de hum amor profano, parece se nam deuia fazer hũa pessoa que como v. m. està toda desuelada nas finezas do diuino. Mas serve de desculpa a mesma Apologia com que a discriçam do Autor, mostra no Prologo da sua obra o proueito que della se pode tirar, & se a constancia he a columna do Imperio do amor, a constante Florinda, cujo coraçam se não soube nunca despojar de hũ affecto, ainda que terreno, ensina aos que como v. m. se consagraraõ a Deos, que não deue ser o seu amor trofeo da inconstância, & despojo do tempo demais do que a razaõ, offerece nesta obra hũ tributo a hũa senhora tam calificada, & Religiosa como v. m. o he [...]*⁸³

Ainda na dedicatória da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* a São Francisco Xavier, «Peregrino Celestial» e «Apostolo do Oriente», o Padre Alexandre de Gusmão introduz ao leitor preciosas indicações do que este poderia encontrar no corpo da novela que se seguia aos textos preliminares, uma vez que os dois protagonistas da obra, Predestinado Peregrino e Precito, seguiram, ainda que o último em sentido contrário, o percurso traçado pelo exemplo do dedicatário:

*[...] seguindo este meu Peregrino vossos passos, como luz que sois de Peregrinos [...] no roteiro de vosso exemplo [...] Peregrino fostes que sabindo do Egipto para a Cidade de IESV, correstes como sol allumiando tantas terras com luzes peregrinas de celestiaes virtudes até chegar á doce Patria de Ierusalem do Ceo, como Predestinado Peregrino [...]*⁸⁴

Alguns anos mais tarde, na edição da II Parte da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta* dedicada pelo seu autor, o Padre Mateus Ribeiro, «Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d'ElRey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustinssima Rainha Nossa Senhora, Vedor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mor de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c.», Filipe de Sousa Vilela, responsável pela redacção do texto da dedicatória,

⁸³ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Lisboa, na oficina de Francisco Borges de Sousa. Dedicatória da I Parte «À Nobilíssima, E Religiosíssima a Sr.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa».

⁸⁴ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito*. Ed. cit., cf. Dedicatória «Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente».

confirma a continuidade do tema desenvolvido e apresentado já na dedicatória da I Parte da obra ao mesmo senhor:

*Prosegue a Roda da Fortuna a representação da sua inconstancia nos sucessos deste livro, & juntamente a representação da sua firmeza na eleyção desta Dedicatoria, pois segunda vez para lhe dar proteçao procura a esclarecida pessoa de Vossa Senhoria [...]*⁸⁵

Para além destas questões, cuja interpretação nos ajudou a esclarecer a forma como os autores estabeleciam a sua relação com o público-alvo cativando a sua atenção e despertando a sua curiosidade para a leitura das novelas então publicadas, nas dedicatórias é ainda possível encontrar traços das ligações existentes entre os escritores, os dedicatários e, até mesmo, entre os primeiros e os censores dos seus textos. Tendo em vista o período em que estas obras foram impressas, afigura-se relevante explorar estas ligações uma vez que delas decorria invariavelmente o sucesso editorial dos livros publicados em Seiscentos. Se as relações entre os autores e os dedicatários denunciam situações de mecenato, traduzido, simultaneamente ou não, num patrocínio económico e na influência exercida pela personalidade escolhida para proteger quer as obras quer os autores, as relações entre estes últimos e os censores, que em alguns casos chegaram mesmo a ser os dedicatários de obras cujo texto reviram, traduzia-se sobretudo numa atitude de maior benevolência quanto à concessão das licenças de impressão de novelas contendo motivos amorosos e profanos⁸⁶. É neste sentido que se devem entender os louvores e os agradecimentos prestados pelos escritores aos seus dedicatários, num discurso simples e humilde.

⁸⁵ RIBEIRO, Mateus (1724) — *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Segunda Parte, Composta pelo Padre Mattheus Ribeyro, Theologo, Prêgador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. *Com todas as licenças necessarias*. Cf. «Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.».

⁸⁶ É este o caso da dedicatória da segunda edição da obra de Mateus Ribeiro, *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1672), dirigida «Ao Senhor Manoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S. Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra» (cf. RIBEIRO, Mateus (1672) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Composto Pello P. Matthevs Ribeiro Theologo Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado Ao Senhor Manoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S. Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra, etc.* [Gravura] Em Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. M. CD. LXXII. *Com todas as licenças necessarias*). Curiosamente, o autor do texto desta dedicatória não é Mateus Ribeiro, mas «Joseph Leite Pereyra» que no início do mesmo começa por manifestar alguma indecisão na escolha do dedicatário para depois de recorrer a uma «fábula» ligada à tradição do Antigo Testamento (relata em breves palavras a benevolência com que o «Monarcha Artaxerxes Assuero» – monarca pagão que terá ajudado o povo de Jerusalém – acolheu a «amorosa acção do rustico Sineres») elegê-lo com maior honra e elogios. Aponta ainda algumas indicações quanto ao sucesso editorial alcançado pela primeira impressão da obra (a de 1648, dedicada a D. Jerónimo Fernando, Bispo do Funchal) que pelo facto de ter sido protegida «de huma desta Mitra» foi bem acolhida entre o público-leitor.

Na dedicatória d' *A Primavera*, obra oferecida a Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, Francisco Rodrigues Lobo começa por dizer o seguinte:

*Ninguém duvida que as flores desta Primavera se devem mais ao sol que as criou que à terra onde nasceram, e que o ser de V. S. lhe dá mais graça e pode dar maior fama que o meu engenho. Este conhecimento (fora outras obrigações) me faz que ofereça a V. S. este livro, ao qual, quando faltem merecimentos da minha parte, teve da de V. S. muitos favores para esta ousadia que, como favorecida, fica desculpada [...]*⁸⁷

Destas afirmações se depreende que D. Juliana de Lara aparece como a «musa inspiradora» (o «sol») da novela de Rodrigues Lobo, por quem «as flores desta *Primavera*» foram redigidas (a «terra onde nasceram»). Por outro lado, note-se que neste passo o autor revela ainda o motivo da escolha que determinou a oferta da sua obra a esta senhora: mais do que do engenho e mestria de seu autor, poderia a «graça» de D. Juliana de Lara determinar a tão desejada «fama» d' *A Primavera* junto dos leitores. Sobre a referência a «outras obrigações» apenas poderíamos especular quanto a uma situação de patrocínio económico, situação que é desde logo eliminada posto que na folha de rosto da edição em que se inclui o texto desta dedicatória se lê que a novela foi impressa «A custa de Domingos Martines, Mercador de liuros». Estariam então essas «obrigações» ligadas a uma eventual influência exercida pela Condessa de Odemira, dada a sua posição social, sobre as entidades responsáveis pelo processo administrativo conducente à obtenção das licenças necessárias à publicação e livre circulação da obra? Poderia ser, efectivamente, esta a situação, já que no «Prólogo ao Leitor» Francisco Rodrigues Lobo começa por dar a conhecer as dificuldades de obtenção das licenças de impressão no século XVII, sobretudo no caso das novelas:

*Direis, sábio Leitor, que dou esta sentença contra mim, pois tendo na primeira impressão desta obra, com aviso dos que a encontraram, tantos desenganos do que me podia montar o fruto dela, cometi a fazer a terceira, que agora vos apresento, com as próprias armas e defensão com que no primeiro encontro a recebeste, e que assim porfio contra o que vejo e me engano com o que faço*⁸⁸.

Com estas afirmações, o autor revela ainda que teve de proceder a algumas

⁸⁷ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 45. Cf. Dedicatória «A Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, *Prólogo*» da edição de 1619).

⁸⁸ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 47 do «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

alterações quanto ao original para não sofrer as nefastas consequências da acção censória. Já no final da dedicatória, em estilo humilde, honra o autor D. Juliana de Lara dizendo que

[...] *se um serviço tão pequeno interessado em tão grandes mercês for de pouca estima, ponha V. S. o preço dele na vontade, que pèra tão grande ânimo e juízo deve valer mais que tudo o que é menos que ele*⁸⁹.

O tópico da «vontade» que aqui se apresenta identifica-se como uma outra forma de justificação para a redacção de obras enquadradas no campo da literatura de «recreação», sendo que o encontramos também noutras dedicatórias das novelas que aqui fazem parte do *corpus* textual em análise.

Chegados a este ponto, torna-se relevante identificar quem foi de facto D. Juliana de Lara na época em que *A Primavera* surgiu, crendo que terá provavelmente sido a sua ascendência que determinou o sucesso de uma possível intervenção no processo administrativo pelo qual passou a primeira novela pastoril da trilogia de Rodrigues Lobo ou, então, apenas um patrocínio prestigiante num texto dedicado a «damas».

Consultada a *Nobreza de Portugal e do Brasil*, reuniram-se as seguintes informações adaptadas: D. Juliana de Lara era filha de D. Manuel de Menezes, 7º Conde (por Carta de 4.12.1577- D. Sebastião), 5º Marquês e 1º Duque de Vila Real (por Carta de 28.12.1585 – Filipe I (II)), 1º Conde de Alcoutim e 5º Conde de Valença (o qual antes de suceder na Casa se chamou D. Manuel de Noronha) e de s. m. D. Maria da Silva, Dama da Rainha D. Catarina. O citado D. Manuel de Menezes herdou os senhorios dos seus maiores e foi 7º capitão-general de Ceuta, cargo que exerceu efectivamente durante 10 anos, tendo guerreado activamente os Mouros. Estava em Ceuta quando da primeira visita a África de D. Sebastião, que recebeu com grande aparato e ostentação. Na crise da independência que se seguiu à morte do Rei, tomou partido por Filipe II (III), que o premiou com o título de Duque. Este D. Manuel de Menezes foi irmão (entre outros) de D. Miguel de Menezes, 6º Conde e 4º Marquês de Vila Real, o qual tendo casado em 1557 com D. Filipa de Lancastre, f. sem geração, em Março de 1564, de um coice de um cavalo, pelo que D. Manuel lhe sucedeu no título e Casa⁹⁰. Condessa de Odemira pelo seu casamento; c. em 1598 com D. Sancho de Noronha, 6º Conde de Odemira, n. postumamente em Abril de 1579 e f. a 12.12.1641, fº de D. Afonso de Noronha, 5º Conde de Odemira,

⁸⁹ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 45. Cf. Dedicatória «A Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, Prólogo» da edição de 1619).

⁹⁰ AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes, Marquesses e Duques de Vila Real». Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. III, p. 523-528 (527).

o qual em 24.2.1578, assistiu com outros fidalgos e prelados à Junta que se realizou no Paço de Santos, em que D. Sebastião defendeu a sua ida a África, e que morreu na batalha de Alcácer Quibir, e de sua 3ª mulher D. Violante de Castro, f. a 18.6.1646, já no reinado de D. João IV. Por Carta de 4.7.1593 foi-lhe confirmado o condado e senhorio de Odemira, sempre com o tratamento de sobrinho de El-Rei. Em 18.10.1609 nova Carta (mais tarde confirmada em 25.8.1625) determinou que o título passasse a ser de juro e herdade, nos termos da Lei Mental. Depois da Restauração foi por D. João IV elevado a Mordomo-Mor da Rainha D. Luísa de Gusmão, cargo de que teve Carta a 6.12.1641, poucos dias antes da sua morte⁹¹. Do casamento de D. Sancho de Noronha com D. Juliana de Lara, houve apenas uma filha que morreu criança pelo que o título foi renovado em seu parente D. Francisco de Faro e Noronha, feito 7º Conde de Odemira e filho dos 2ºs Condes de Faro⁹².

O estudo da genealogia permitiu descobrir que existia uma ligação familiar entre a dedicatária d' *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo, D. Juliana de Lara, Condessa de Odemira, e o dedicatário da *Lusitânia Transformada* de Fernão Álvares do Oriente, D. Miguel Luís de Meneses, Marquês de Vila Real. Na mesma *Nobreza de Portugal e do Brasil* confirmou-se que foram irmãos de D. Juliana de Lara (entre outros): D. Miguel Luís de Menezes (a quem é dedicada a *Lusitânia Transformada*), 8º Conde e 6º Marquês de Vila Real, 5º Conde de Alcoutim e 6º Conde de Valença que foi também o 1º Duque de Caminha, que morreu a 10.8.1637, filho primogénito dos 5ºs Marqueses e 1º Duques de Vila Real. Teve primeiro os títulos de Conde de Alcoutim e de Valença, que competiam aos herdeiros da ilustríssima Casa de Vila Real, com honras de parente e o tratamento de sobrinho de El-Rei. Por morte de seu pai foi 6º Marquês de Vila Real e elevado a Duque de Caminha por Carta de 14.12.1620 por D. Filipe III. Foi 8º capitão-general e governador de Ceuta, onde esteve durante muitos anos. Casou duas vezes: a primeira, em 1604, com D. Isabel de Lancastre, que morreu a 21.5.1626, filha do 2º casamento do 5º Duque de Bragança, s.g.; a segunda, com sua sobrinha D. Maria Brites de Menezes, filha de D. Luís de Noronha e Menezes, irmão do Duque, e de sua mulher Juliana de Menezes, s.g. Fora do matrimónio teve o Duque de Caminha uma filha natural, de que foi mãe, D. Maria Xuar, de Ceuta, a quem deixou os bens livres e tentou deixar a sua grande casa, o que deu origem a uma demanda com o sucessor no título⁹³.

⁹¹ AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes de Odemira». Ed. cit., vol. III, p. 65-68 (67).

⁹² AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes de Odemira». Ed. cit., vol. III, p. 65-68 (67).

⁹³ AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Duques de Caminha». Ed. cit., vol. II, p. 470-471 (471). Cf. ainda ORTA, Diogo Manuel de — *Alegação de Direitos por D. Carlos de Noronha e D. Ana de Menezes Sua Mulher sobre a Sucessão da Casa e Estados de Vila Real e Morgados que Vagaram por Faleci-*

Tendo sido Fernão Álvares do Oriente um autor de «resistência», integrando o conjunto de todos aqueles que fizeram ecoar nas suas obras a luta contra o domínio filipino pela elevação das ilustres qualidades do povo e da cultura portuguesas, não será de estranhar que tenha dedicado a publicação da *Lusitânia Transformada* ao citado D. Miguel Luís de Meneses, até porque o mesmo manteria possivelmente as melhores relações com alguns dos membros do Ordinário. Depois de glorificar as suas acções e o seu entendimento no «Proémio Dedicatório» que lhe dirige, Álvares do Oriente confirma nos passos seguintes a protecção que obteve do dito dedicatário:

*Ovi agora a fruta ruda, e o gosto / Enxergue com que em seu favor vos rides, / Já que, no céu de vossas glórias posto, / Estais feito no mundo um novo Alcides, / Que assi no campo dá seguro encosto / O mais alto arvoredo às tenras vides, / Arrimo à frágil hera o forte muro: / E à vossa sombra cantarei seguro*⁹⁴.

No final do mesmo «Proémio» manifesta o autor a sua humilde posição na oferta que faz a D. Miguel Luís de Meneses:

*Depois das vossas obras o alto preço / Entregarei ao meu inculto estilo. / (...) / Entanto nesta oferta lh'ofereço / O desejo que tenho de servi-lo, / Posto que nisso ao Céu, pouco seguro, / Minhas asas Ícaras aventuro*⁹⁵.

Idênticas considerações relativas à necessidade de se ter como protector e promotor editorial uma entidade socialmente reconhecida, facto que como já se sublinhou decorria não apenas da necessidade de facilidades na relação com os mecanismos censórios, mas também, e muitas vezes simultaneamente, na procura de um patrocínio prestigiante, no século XVII, podem encontrar-se na dedicatória da novela *A Paciência Constante* de Manuel Quintano de Vasconcelos, dirigida a D. Lopo de Azevedo, «Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de S. Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.»⁹⁶ na qual se lê pela mão do autor o texto que se segue:

mento do Duque de Caminha, Marquês de Vila Real, D. Miguel de Menezes, Pai da dita D. Ana de Menezes. [S.L.: s. d. (1639?)].

⁹⁴ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Ao Marquês de Vila Real | Proémio Dedicatório» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 19.

⁹⁵ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Ao Marquês de Vila Real | Proémio Dedicatório» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 19.

⁹⁶ Esta informação é corroborada pela que se encontra em AA.VV. (1960) — *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Tomo III, p. 923: «AZEVEDO (Lopo Vaz de). Claveiro da Ordem de Avis, do Conselho de D. João II e por este Rei nomeado almirante em 1485, com a declaração de que este cargo continuaria em sua família. Foi capitão e governador de Tânger. O cargo de almirante andou muitos anos na família Lopo Vaz de Azevedo e passou depois à dos Castros, que dela procedia».

*Compus há muito tempo este livro pastoril, e, duvidando imprimi-lo, temeroso da calúnnia com que ociosos pagam qualquer honesto trabalho, agora me dispus, seguro que, se há nele que repreender, há mais que louvar na eleição de o dirigir a V. M. Sirva-se V. M. de pôr nele os olhos, porque assi ficará agradável ao de todos, e eu com ânimo de outra impresa mais digna de proteção de V. M., cuja pessoa e estado guarde Deus, e augmente felices anos, etc*⁹⁷.

Um ano apenas após a edição d' *A Paciência Constante* veriam a luz do dia as *Ribeiras do Mondego* de Elói de Sá Sottomayor. No entanto, e como refere o autor na dedicatória da novela «A Dvarte D'Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil»

*Muyto antes que a Primavera aparecesse nas Ribeyras do Tejo, onde Lereno della autor, & Cysne dellas acabou de cantar, corriaõ as minhas do Mondego encubertas porem com a espessura de altas arvores, que lhes não dauaõ mais de si, que a sombra përa as escurecer, & a folha përa as enturuar, & lhe impedir o curso*⁹⁸.

Ora, essas «arvores» que encobriam e escureciam as águas do Mondego a nada mais se referem do que às pressões exercidas pela censura preambular aquando da passagem obrigatória pelo processo administrativo a que eram submetidas todas as obras de ficção narrativa em prosa de Seiscentos. Nada mais evidente se demonstra com estas afirmações, já que alguns anos antes, Francisco Rodrigues Lobo sentira a mesma pressão para poder ver publicada a sua novela *A Primavera*. Posto isto, entoa Sottomayor os seus louvores a D. Duarte de Albuquerque Coelho, procedendo igualmente ao enobrecimento da sua ilustre ascendência:

Jâ agora a pezar da inueja, & do esquecimento passaraõ mais avante até chegar à vista, & ao pè de hũa planta bem assombrada, & fértil, não menos illustre pellas flores, [que] conhecida pello fructo [D. Duarte de Albuquerque Coelho]; de cujo tronco pende hũ escudo, que em suas armas representa a alta genealogia dos Albuquerque, leuautada sobre a cabeça de Asia, sustentada sobre os hombros de Africa, dilatada pellos braços da America, & recolhida no coração de Europa. Desta quizera eu dizer muyto, senaõ fizera mais em emmudecer:

⁹⁷ VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1622) — «A Dom Lopo de Azevedo, Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de São Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.» da edição *princeps*. In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) — *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Ed. cit., p. 117.

⁹⁸ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «A Dvarte D'Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XVII. No original todo o texto surge em itálico.

[que] *as cousas grandes vêm se sem que as leuantes; & no silencio das mayores está o preço dellas*⁹⁹.

No final desta sua dedicatória, Elói de Sá faz um apelo directo ao dedicatário da mesma pedindo-lhe, enquanto figura social reconhecida e influente que teria sido na altura, que aceitasse, amparasse, defendesse e honrasse a obra então dada a conhecer:

*Mas se (como hejá dito muytas vezes) posto [que] o Mar recolha em si famosos Rios, não despreza humildes Ribeyras, estas aceite, ampare, defenda, & honre V. S. cuja vida, & estado com felicíssimo augmento o Ceo prospere por largos annos*¹⁰⁰.

A terceira edição da I Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1672), de Gaspar Pires de Rebelo é dedicada «À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa», sendo que para além destas informações nada mais se conseguiu reunir aos seus dados biográficos. No entanto, no texto da dedicatória desta novela o autor fornece elementos que nos permitem estabelecer uma ligação entre a escolha da pessoa a quem a ofereceu e a pretendida legitimação da obra junto das entidades que determinariam a sua impressão e divulgação. É neste sentido que se deve ler e interpretar o primeiro período desse texto que passamos a citar:

*Se as offertas se haõ de proporcionar à calidade dos sogeitos a que se fazem, a deste liuro que não contem mais que os empenhos de hum amor profano, parece nam devia fazer a hũa pessoa que como v. m. està toda desuelada nasfinezas do diuino*¹⁰¹.

Como clérigo e, simultaneamente, autor de novelas versando assuntos profanos e temáticas amorosas, Pires de Rebelo dedica esta I Parte dos *Infortúnios Trágicos* (edição de 1672) a uma religiosa que em tudo podia legitimar, pelo menos do ponto de vista simbólico, o seu conteúdo ficcional pelas virtudes morais demonstradas com o exemplo de vida que praticava. Mantendo uma

⁹⁹ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XVII-XVIII.

¹⁰⁰ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XVIII.

¹⁰¹ REBELO, Gaspar Pires de (1672) — Dedicatória «À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa», redigida por Druzo Zagalejo seu «humilde seruidor». Lisboa. / Na Officina de Ioam da Costa; / a custa de Antonio Leite Mercador de liuros / na Rua Noua. / M.DC. LXXII. *Com todas as licenças necessárias*. No original todo o texto surge em itálico.

relação de intertextualidade com o «Prólogo aos Leitores» da mesma parte e edição da novela, a sua dedicatória aparece também no contexto do *prodesse ac delectare* em defesa do autor e da ficção narrativa em prosa da literatura de entretenimento ou «recreação», como já tem sido mencionada. As presentes considerações tem, então, por base as seguintes afirmações:

*Mas serueime de disculapa a mesma Apologia com que a discriçam do Autor, mostra no Prologo da sua obra o proveito que della se pode tirar; & se a constancia he a columna do Imperio do amor, a Constante Florinda, cujo coraçam se não soube nunca despojar de hũ affecto, ainda que terreno, ensina aos que como v. m. se consagraraõ a Deos, que não deue ser o seu amor trofeo da inconstancia, & despojo do tempo demais do que era razão, offerecesse nesta obra hũ tributo a hũa senhora tam calificada, & Religiosa como v. m. o he; [...]*¹⁰².

Pretendia-se, deste modo, fazer notar que a constância de Florinda no seu amor por Arnaldo, ainda que terreno, era tão exemplar como a constância do amor dos que, tal como a «Sr.^a D. Maria da Sylva», se mantinham constantes no amor a Deus e na entrega à vida religiosa. Por outro lado, é possível determinar pela designação «hũa senhora tam calificada» que esta freira seria de ascendência nobre, como aliás se atesta no texto da dedicatória em passos apresentados mais à frente, nos quais se manifesta também o elogio à dita senhora em estilo simples e revelador da atitude humilde com que o seu redactor entende o engenho de que é detentor:

*[...] & se me não estendo em celebrar aqui estas duas preeminencias, que sempre derão a v. m. os primeiros lugares, assi no seculo, como na Religiaõ, he porque a limitação do meu talento se não atreve a hũa empreza tam grande: em quanto à primeira basta dizer, que he illustrada com ascendência Real, E em quanto à segunda que he ornada com todas as virtudes que fazem hũa Religiosa cabalmente perfeita [...]*¹⁰³

A associação das virtudes morais, que como já explicámos terá contribuído para legitimar, por comparação da constância do amor terreno e do amor espiritual, o conteúdo ficcional da novela de Gaspar Pires de Rebelo, com a ascendência nobre de D. Maria da Silva, que, por sua vez, terá exercido influência aquando da passagem da obra pelas três entidades reguladoras da publicação do livro no século XVII, foram os motivos que determinaram a oferta desta I Parte

¹⁰² REBELO, Gaspar Pires de (1672) — Dedicatória «*À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa*», redigida por Druzo Zagalejo seu «humilde seruidor», da I Parte. Ed. cit.

¹⁰³ REBELO, Gaspar Pires de (1672) — Dedicatória «*À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa*», redigida por Druzo Zagalejo seu «humilde seruidor», da I Parte. Ed. cit.

da terceira impressão dos *Infortúnios Trágicos* a esta senhora. Por isso afirma o autor da dedicatória que

[...] *estes são os motivos que me obrigaraõ a que dedique a v. m. nesta offerta o meu obsequio, & se v. m. o aceitar com a benignidade que espero, procurarei de me auantejar no seu serviço, com o respeito que devo*¹⁰⁴.

A primeira edição da II Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1633), de Gaspar Pires de Rebelo é, por sua vez, dedicada «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra.», cuja biografia e genealogia não nos foi possível identificar, sendo, no entanto, de sublinhar o facto de se tratar de um elemento da Igreja, à semelhança do que ocorrera anteriormente com a escolha do dedicatário da I Parte da mesma obra¹⁰⁵. No início da dedicatória a esta II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, Gaspar Pires de Rebelo começou por enquadrar a escolha do seu dedicatário no âmbito da defesa da novela então apresentada, afirmando integrar-se no conjunto dos autores, antigos e coevos, que tinham por costume oferecer as suas composições a personalidades ilustres:

*Sempre tiue por bem acertado costume illustrissimo senhor o que os Autores antigos tueraõ, & ainda quasi todos os modernos hoje costumão de offerecer, & dedicar suas obras a grandes, & poderosos senhores*¹⁰⁶.

¹⁰⁴ REBELO, Gaspar Pires de (1672) — Dedicatória «*À Nobilissima, E Religiosissima Sr.ª D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa*», redigida por Druzo Zagalejo seu «humilde seruidor», da I Parte. Ed. cit.

¹⁰⁵ Gaspar Pires de Rebelo adianta, contudo, que «Luis Correa», («...») descêde da nobilíssima família dos Correias, tão antiga, como estimada não só dos Reis de Portugal, mas tambem de outros estranhos conhecida, por auer mais de 300. annos que se continua, misturandose sempre com as mais illustres casas do dito Reino, pella qual rezão he V. m. tambem Meneses, Miranda, Tauora, e Silveira. E os Reis de Portugal fizeraõ sempre muito caso dos Correias, assim nas guerras, e conquistas da India, como também em a paz el Rey Dom Afonso quinto fez muito caso de Rodrigo da Atouguaia tratado de V. m. fazendo de seu côselho, e delle foi como hũ dos mais principais estimado, e depois foi veador da fazenda da Infanta dona Brites, filha del Rey Dom Manoel. Pois se de hũa parte he V. m. tão illustre não o he menos pella dos Siluas: família tão nobre, e antiga, que cõforme os scriptores tras de Eneas Siluio, e Ascanio, continuandose pelos Emperadores Romanos, até as mais illustres casas, e nobres familias do Reyno, sendo de todos os Reis estimados, e como a tais lhes cometeo, e encarregou sempre os maiores officios, como ainda hoje ao presente vemos. E pois he não taõ conhecida de todos esta verdade, não me detenho mais em relatar grandezas de illustre sangue, e mais quando ellas têm por cifra que lhe acrescenta o ser, tanta virtude; que he a que V. m. califica sua nobreza: que mal pode estar ao mundo encoberta (...). In REBELO, Gaspar Pires de — *Infortvntios Tragicos da Constante Florinda. Autor o Licenciado Gaspar Pirez de Rebelo, Freire professo da Ordẽ Militar do Glorioso Apostolo Sanctiiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Pregador Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique*, Offerecido ao Illvstrissimo senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lodrello Doutor em os Sagrados Canones, & Mestre em Artes, pela Vniversidade de Coimbra. Nesta Segunda impressãõ, acrescentados pelo mesmo Autor. Anno [Gravura] 1633 *Com todas as Licenças necessãrias Em Lisboa, Por António Aluarez.*

¹⁰⁶ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «*Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados*

Estas considerações assumem especial preponderância no quadro que temos vindo a traçar, não apenas porque concorrem para a identificação do problema da censura à qual os autores de Seiscentos tinham de fugir protegendo-se no acolhimento de mecenas influentes, mas sobretudo porque identificam um tipo de discurso recorrente e, não raras vezes muito semelhante, na maioria das dedicatórias que temos vindo a analisar. Assim sendo, Gaspar Pires de Rebelo identificou claramente a escolha do «Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra» para dedicatário desta II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, com o objectivo de se valer da sua protecção, tanto mais que da sua ascendência poderia também colher grandes vantagens¹⁰⁷. Fundamentando a sua argumentação em autores como «Chrysipos», Aristóteles, Platão e Cícero, o autor defendia

*Que a verdadeira nobreza não so consiste em illustre sangue, mas em ser acreditado com a virtude, e tanto, [que] a onde não ha esta, por improprio se pode ter o nome com que a nobreza se declara. [pelo que] Fica logo claro, que não podia eu achar outra pessoa mais nobre que a de V. m. a quem pudesse (ainda que não forão de permeio as obrigações) offerecer esta piquena obra: porque em ella não sò com illustre sangue, mas com rara virtude se califica sua nobreza*¹⁰⁸.

Neste sentido, acrescentou ainda o autor que o seu dedicatário não só já tinha dado provas dessa virtude, como continuava a dá-las:

E mais quando V. m. tem dado tantas mostras della ao mundo, e está continuamente dando. Porque, que maior mostra de virtude, que deixar o estado secular, e tomar o de Sacerdote, pêra [que] melhor pudesse encaminhar as almas ao Ceo, gastando algũs annos em as vniuersidades, que não tâtos forão como

Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹⁰⁷ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.: «(...) E assigno eu duas rezões em confirmação da muita que elles mostraõ. A primeira he, porque em elles está mais certo o refugio, mais seguro o emparo, mais auntejado o fauor, mais agradecido o seruiço, & mais bẽ apremiado o trabalho. E debaixo de sua protecção fica a obra mais livre de calumnias, mais izêta de offensas, & mais emparada das tempestades de algũas lingoas. Segunda, que como a bondade corra sempre aparelhas com a nobreza, parece que interessaõ no offercimento receber os effeitos della, não só como obrigação, senão tambem como diuida: que assim como nesta está o sábio de dar conselho ao ignorante, está o poderoso de amparar ao fraco, & ao nobre de honrar a todos com sua protecção, & emparo».

¹⁰⁸ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

*foi o muito que V. m. em elles aproveitou com seu claro engenho, ficando tão auentejado em letras, quanto o he nas virtudes. [...] E que maior mostra de virtude, que apartarse V. m. de seu natural, & mais sendo a cidade de Lisboa: digna de ser, entre todas as do mudo por principal, assi porsuas grãdezas tão raras como por dar a elle hũ sujeito tão grade, & tão ilustre tida qual he a pessoa de V. m. E isto por fugir das honras do mundo, & sô tratar do bem de sua alma, & de aproveitar as alheias*¹⁰⁹.

Proseguiu Gaspar Pires de Rebelo os elogios a «Luis Correa» evocando o exemplo de Platão e sublinhando o facto de o seu dedicatário ser, também ele, autor de uma obra a publicar em Seiscentos¹¹⁰, no sentido de aproveitar aos seus leitores encaminhando-os para a escolha de um percurso de vida dedicado à prática da virtude moral. A propósito da confirmação das qualidades de «Luis Correa» e do sucesso que a sua obra poderia vir a alcançar uma vez publicada, Gaspar Pires de Rebelo concluiu esta questão citando Séneca:

*Despreza a gloria (diz Seneca), & seràs glorioso, despreza a hõra, e seràs honrado. E a tal honra então fica em V. m. mais engrandecia, pois só com merecimentos a grangea; que a gloria então he mais excelente quãdo mais se merece, e menos se procura: e deixara V. m. em o mundo por tam memorauel feito immortal fama*¹¹¹.

Relembra, ainda, Plínio («Por acreditar muito Plinio a [excelência] de Catão Censurino tam celebrado dos antigos, disse que tinha três particularidades, que era perfeito capitão, perfeito orador, perfeito senador») para acrescentar que «Luis Correa» era, por sua vez, «perfeito Sacerdote, perfeito virtuoso, & perfeito

¹⁰⁹ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹⁰ «Do diuino Platão se conta, que por fugir das honras do mudo, e pudesse melhor aproveitar a si, & aos outros deixou a cidade de Athenas, & se foi a hũ lugar chamado Academia, & aly ensinava a seus discipulos a desprezar as riquezas humanas, & sospirar pelas diuinas, & algũs liuros fez em que ensinava a governar as republicas, & excitava os mortais a immortalidade. A quẽ cabe melhor esta figura [que] a V. m. pois por fugir as honras do mundo deixou o natural, & se retirou em a sua Igreja em o Mosteiro de Lordello, dõde está ensinando suas ouelhas o caminho da gloria. E ainda se ocupou em fazer hũ liuro, para mais aclarar o caminho aos letrados de sua facultade o qual (com o fauor de Deos) virá cedo a lume, & bẽ creio [que] por ser parto de tal entendimento da rã grãde claridade ao mundo». Cf. REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹¹ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit. No passo seguinte enumera Pires de Rebelo alguns dos autores e outras figuras históricas da Antiguidade Clássica a quem se pode atribuir o mesmo percurso. São eles Aristóteles, Cicero, Marco Curio e Cincinato.

letrado»¹¹². Nos curtos louvores prestados ao seu dedicatário, o autor desta II Parte dos *Infortúnios Trágicos* reconheceu os «mercimẽtos» que lhe devia, referindo-se às «diuidas em [que] por elles lhe estaua obrigado», oferecendo-lhe, por isso, esta obra. Embora considerasse ser um «fraco seruiço» prestado a tão grandes benevolências, Pires de Rebelo desculpou-se colhendo em Cícero a sua justificação:

*Nestas [obrigações] estarei eu sempre a V. m. [obrigado] por [que] alem das muitas que lhe tenho me aceita este fraco seruiço, que ainda quem me desculpa, que he Cicero na primeira tosculana donde diz. Lectionem fine delectatione negligo. E ainda que esta [a II Parte dos Infortúnios Trágicos] pareça não ser de muito proueito, cõ tudo sempre causará deleição ao entendimento*¹¹³.

Numa clara relação de intertextualidade com o «Prólogo aos Leitores», recupera aqui o autor a questão da defesa da ficção narrativa em prosa no século XVII, no caminho do *prodesse ac delectare*. É neste contexto que se deve interpretar o pedido explícito de Pires de Rebelo a «Luis de Correa» para que protegesse a II Parte da sua novela:

*E por entender que merece ser mordido de algũas lingõas venenozas, para que lhe nam possam fazer mal com a peçonha, peço a V. m. ma queira amparar de baixo de sua sombra*¹¹⁴.

Já a edição *princeps* do *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648), do Padre Mateus Ribeiro é dedicada «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade»¹¹⁵. Terá sido este senhor, pela ascendência que tinha e pelos cargos que ocupou, uma pessoa de grande influência à data da publicação desta novela de Mateus Ribeiro, seu «Capellaõ», como se constata pela assinatura do próprio autor no final do texto. De molde a esclarecer as possíveis ações que D.

¹¹² REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illustrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹³ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illustrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹⁴ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illustrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹⁵ RIBEIRO, Mateus — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Primeira Parte, Composta Pello Padre Mattheus Rybeiro Theologo Prégador deste Arcebispaço, & natural de Lisboa. Dedicada Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, &c. Em Lisboa, Com licença, & priuilegio. Por Manoel da Sylva. 648 [i. é. 1648]: impresso à custa de Rodrigo Meas, 1648.

Jerónimo Fernando poderá ter tido quanto à obtenção das licenças necessárias à publicação desta primeira edição do *Alívio de Tristes*, procurou-se identificar a sua biografia e genealogia seguindo as anotações deixadas por Mateus Ribeiro nesta sua dedicatória¹¹⁶ e recorrendo, uma vez mais, à *Nobreza de Portugal e do Brasil*¹¹⁷. Na impossibilidade de reunir outros dados biográficos relevantes de D. Jerónimo Fernando, conseguiu-se, contudo, confirmar o que Mateus Ribeiro deixara já mencionado na sua dedicatória de 1648. Assim sendo, foi seu terceiro avô o Infante D. Fernando (1433-1470), I Duque de Beja e II Duque de Viseu, filho de D. Duarte, «o Eloquentemente» (n. 31.10.1391, em Viseu, e f. 9/13.9.1438, em Tomar), décimo primeiro Rei de Portugal, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, casado com D. Leonor de Aragão (22.9.1433), filha do Rei D. Fernando I, Rei de Aragão e da Sicília e Infante de Castela, e da Rainha D. Leonor, Condessa de Albuquerque. Fronteiro de Beja aos 15 anos, e, depois de Ceuta, o Infante D. Fernando bateu-se ao lado de seu irmão D. Afonso V na tomada de Alcácer Ceguer (1458), fez correrias em terras de Marrocos (1463) e tomou Anafé (1468). Quando D. Afonso V, seu irmão, subiu ao trono foi jurado como seu sucessor. Senhor de Beja, Moura e Serpa, herdou de seu tio, o Infante D. Henrique, o ducado de Viseu e sucedeu-lhe na posse e administração dos Arquipélagos da Madeira, Açores e parte das Ilhas de Cabo Verde. Condestável de Portugal, mestre das Ordens de Cristo e de Sant'Iago, tornou-se um dos senhores mais ricos do país. Casou com D. Brites (1477), sua prima direita, filha do Infante D. João e teve, entre outros filhos, D. Manuel I, Rei de Portugal¹¹⁸. Quanto aos cargos que D. Jerónimo Fernando exerceu, como

¹¹⁶ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.»*. Ed. cit.: «Resplandece esta [benignidade] no [peito] de V. Illustrissima com tal grandeza, que quando o Real lustre de seu sangue ignoraramos, pela natural benignidade o conheceramos herdada do serenissimo Infante D. Fernando terceiro avô de V. Illustrissima, que foi filho do inuicissimo Rey de Portugal D. Duarte, & pay do felicissimo Rey de Portugal D. Manoel de gloriosa memoria, de cujos Reaes tronos V. Illustrissima brotou como flor, renasceu como Fenix para gloria, & resplandor da nossa idade, em quem a natureza compendiou liberal, & cifrou discreta todas as excellencias, que para ornar a tal Prelado, para enriquecer a tal Principe conuinhaõ». Prossegue Mateus Ribeiro elogiando as sucessivas demonstrações do valor da ascendência de D. Jerónimo Fernando: «Testemunhas sejaõ de seu valor, & prudencia singular as muitas, & venturosas empresas, que por seu mandado, & cõ a felicidade de seus auspicios contra Turcos, Mouros, & mais inimigos daquelle tempo se executaraõ, & com nauaes vencimentos se conseguiraõ na ilha da Madeira sendo V. Illustrissima, para sua maior ventura, juntamente seu Prelado, & Governador, mostrando que tinha encerrado em seu peito aquele valor herdado, com que o serenissimo Infante D. Fernando seu progenitor passou em Africa contra os Mouros, assi em campanha do mui poderoso Rey Dom Affonso quinto seu irmão na conquista de Alcacereceguer o anno de nossa Redepção de mil quatrocentos & cinquenta e oito, como quando segunda vez por seu mandado tornou a Africa com poderosa armada a destruir a maritima cidade de Anafé, empório da Mauritânia, infesto a Hespanha com tantas veras, à qual abrazou, & de todo arruinou no anno de mil quatrocentos & sesenta & oito, alcançando os gloriosos triumphos, que nossos historiadores referem».

¹¹⁷ AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «D. Duarte e sua descendência». Ed. cit., vol. I, p. 305-318.

¹¹⁸ Sobre este assunto consultar ainda as breves mas precisas notas da AA. VV. (1969) — *Enciclopédia Luso-*

Bispo do Funchal e Governador da Ilha da Madeira, foi igualmente possível confirmar o que nos deixou escrito Mateus Ribeiro na dedicatória em que lhe oferece o *Alívio de Tristes*, numa obra do século XVIII (1722) de Henrique Henriques de Noronha¹¹⁹. Interessante é notar como este D. Jerónimo Fernando, «Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade», tem como seu quarto avô o Rei D. Duarte, o autor do *Leal Conselheiro*, verdadeira colectânea de ensaios ético-religiosos com excursões pelos domínios da teoria literária e da linguística, por exemplo no capítulo sobre traduções para vernáculo e a pureza vocabular, deixando-nos, assim, uma das mais belas obras da prosa medieval. Foi ainda autor da *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela*, que embora incompleta, se apresenta como um verdadeiro manual filosófico de equitação e o primeiro deste género publicado na Europa¹²⁰. À luz destes factos, melhor se poderá vislumbrar a possível influência de D. Jerónimo Fernando no sucesso da publicação do *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648), daí decorrendo a escolha do seu patrocínio por Mateus Ribeiro. Introduce o autor o texto da sua dedicatória ao Bispo do Funchal com um pedido de desculpas por oferecer a tão ilustre senhor uma obra de valor «tam piqueno», justificando a sua ousadia na bondade e na brandura com que o fez¹²¹. Neste mesmo sentido, prossegue o seu discurso incluindo no texto da dedicatória uma «fábula» ilustrativa do seu acto, colhendo

Brasileira de Cultura. Lisboa: Verbo, vol. 6, p. 1811- 1814 e vol. 8, p. 604-606.

¹¹⁹ NORONHA, Henrique Henriques de — *Memorias Seculares e Eclesiásticas Para a Istória Da Diocesi Do Funchal Na Ilha Da Madeira Antigamente Primaz de todas as Conquistas Distribuidas na forma do Systema da Academia Real da História de Portugal por Henrique Henriques de Noronha Academico Provincial Anno de 1722* (dedicatória a António Carvalhal Esmeraldo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, datada de 25 de Janeiro de 1722), capítulo VI, «catalogo dos governadores desta Ilha, depois dos Donatarios até o Anno de 1640», p. 25-28: «20. D. Hieronimo Fernando Bispo que então era do Funchal, o qual tomou o bastão do governo por nomeação de seu antecessor [D. Francisco Henriques, 20.06.1622 a 24.06.1624], e dando parte a El Rey lhe confirmou mandando que continuasse, por patente de tres de Agosto do proprio anno de 1624., e governou ate Abril de 1625., em que lhe sucedeu: 21. Fernão de Saldanha [10.01.1625] (...) Teve pouco tempo este governo, ignoramos a cauza. Secedeu lhe: 22. D. Hieronimo Fernando Bispo do Funchal, o mesmo que lhe tinha entregue o Bastão, o tornou a tomar no seguinte anno de 1626., entendendo que por falecer o dito Fernão de Saldanha; porque achamos ordem do dito Bispo passadas como Governador do militar a 28. de Setembro do dito anno, em diante ate Abril do seguinte 1628. Secedeu lhe// [38] 23. D. Francisco de Souza [18.01.1627 a 3.08.1530] (...) em que por hum Decreto, passado a petição sua, em 23. de Março do proprio anno , se embarcou para Lisboa, deixando com o bastão terceyra vez a 24. D. Hieronimo Fernando, o mesmo Bispo// [39] que lho avia entregue, na forma da mesma ordem. Continuou este Prelado no governo o principio do anno de 1634., em que por outra provisão, lhe sucedeu. 25. D. João de Meneses, filho do grande general D. Manoel, que depois de ter servido em Alemanha, passou a governar esta Ilha ate o anno de 1636 (...).»

¹²⁰ *Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Pa., 1842; Lisboa., 1843 e edição critica de J. M. Piel, Lisboa., 1942-1944. Inéditos na Torre do Tombo., *Livro da Cartuxa de Évora*, ms. 1928, e B. N. L. F. G., cod. 3390 (ed. defeituosa em *História Geneológica – Provas*. Lisboa, 1739, t. II).

¹²¹ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.». Ed. cit.: «Que desculpa será bastante, Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor, a liuvarme da censura de auido, apresentando a V. Illustrissima tam pobre offerta, dom tam piqueno, senão for sua propria benignidade, que occasionou conhaças a minha ousadia.»

no exemplo de outras personalidades o mesmo tipo de atitude e reforçando a ideia de que a humildade das ofertas é sempre bem acolhida pelos que assim a recebem¹²², não deixando de citar Plínio que a mesma ideia defendia. Adoptando o já habitual tópico deste tipo de literatura, a prestigiante e modelar conciliação entre as Armas e as Letras, Mateus Ribeiro aproveita para reforçar o seu discurso laudatório sublinhando o percurso académico do seu dedicatário:

*Estão em V. Illustrissima as letras em grao tam subido, como testemunhou a Real Academia Conimbricense, Athenas com razão de nossa idade, no honroso testemunho [que] mandou a Roma sobre os muitos merecimentos de V. Illustrissima, cujo treslado porei diante, para que as verdades que digo vejaõ os curiosos, que antes são limitadas com a modestia, que afectadas com lisonja, pois com tanta evidencia consta ter V. Illustrissima na sagrada Theologia, & Canones hum dos grãdes talentos que nossa pátria produziu, & o Reyno admirou, com estudo ainda ao presente tam continuo, que podem com razão queixarse as noites de as obrigar V. Illustrissima a satisfazerem com talento seu dispendio, as horas que lhe roubaõ forçosas occupaões do dia*¹²³.

Após estas considerações, o autor retoma a ideia inicial da dedicatória colocando em evidência a erudição, o juízo, a sabedoria e a «benignidade» de D. Jerónimo Fernando perante oferta que de tão humilde chegaria a ser uma ousadia¹²⁴. Termina o texto confirmando o facto de ter escolhido para dedicatário

¹²² RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.»*. Ed. cit.: «Do grande Artaxerxes Rey da Persia, & Monarcha da Asia, se conta ser tam generoso em receber com affabilidade ofertas pequenas, que caminhando por hũa das Prouincias de seu Imperio, na qual os moradores seus vassallos sahiaõ a festejalo, & offerecerlhe as dadiuas que podiaõ, não tendo hum pobre lauador outra cousa, que seu Principe dedicasse, colheo nas mãos a agoa de bũa crystallina fonte, & offereceolha, não se desprezando o poderoso Monarcha de aceitala cõm rosto alegre, pondo a boca em tam rústica taça para beberla; fineza, que quando alguém a aualiase por indecência da Magestade, trazia consigo a desculpa, como disse Plinio, em benignidade tam digna sempre de Reaes peitos».

¹²³ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.»*. Ed. cit. Nesta edição, tal como refere no excerto presentemente transcrito, Mateus Ribeiro inclui o «TRESLADO DO TESTEMUNHO, que a Vniversidade de Coimbra mandou a Roma â Sanctidade de Paulo V. sobre D. Hieronymo Fernando, para a confirmação do Bispado do Funchal da Ilha da Madeira, &c.»), seguido de uma certificação dessa confirmação: «Certifico eu Henrique Calaça Escrivão da Câmara, & Visitação deste Bispado do Funchal, que he verdade, que em meu poder estão huns Autos, & nelles o treslado authentico de hum testemunho, que a Vniversidade de Coimbra deu a sua Sanctidade do Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo deste Bispado: do qual testemunho o treslado de verbo ad verbum heo seguinte [...]». Todo o texto que se segue está em latim. Dada a sua extensão optámos por não incluí-lo nesta nota, sendo que é possível consultá-lo no exemplar da edição a que recorremos para este estudo, existente, como indicado, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹²⁴ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.»*. Ed. cit.: «Se á vista de tanta eruduaõ, de tam prudente juízo, de taõ sábio discurso, se atreue a sahir a luz minha ousadia com esta pobre offerta, que lhe dedica, seja a culpa de V. Illustrissima, [que] com sua grande benignidade dã confianças para que tam limitadas obras se auenturem a buscar tal patrocínio [...]».

da sua obra D. Jerónimo Fernando como forma de garantir o sucesso da mesma aquando da sua recepção:

[...] *para assegurar-se, confiando, que assi como o Sol com os reflexos de seus rayos costuma muitas vezes fazer que resplandeça o sogeito, a quem seu ser natural luzes não cõmunica, assi V. Illustrissima como Sol, em quem os resplendores de tantas excellencias se atesourão ilustrará as sombras, que nesta obra se achaõ, para que reuerberadas com os rayos de sua grandeza na presença de todos respaldeção, & os applausos, q por obra minha não merece, lhe assignem as luzes; [que] em V. Illustris. Busca o fauor [que] procura, & grandeza [que] uenera [...]*¹²⁵

Em 1681 saía da oficina de Miguel Deslandes a I Parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, composta pelo mesmo autor do *Alívio de Tristes*, dedicada a «Chistovam de Brito Lobo». De acordo com a informação colhida na folha de rosto desta edição, a *princeps*, a publicação do presente volume foi custeada por «Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca». No entanto, o Padre Mateus Ribeiro começou o texto da sua dedicatória reconhecendo as obrigações que deve ao seu dedicatário, Cristóvão de Brito Lobo:

*Nam posso desempenharme em parte das obrigações, que a V. M. reconheço, se não com lhe oferecer esta Parte Primeira do Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura, piquena offerta, mas nascida de hũa vontade grande*¹²⁶.

Neste excerto, como noutros a que temos feito referência, surge o mesmo tipo de discurso fundado no tópico da humildade com que os autores de Seiscentos ofereciam as suas obras a grandes senhores. Apesar de pequenas dádivas eram bem acolhidas pelos dedicatários, posto que as patrocinavam ora custeando-as ora favorecendo-as com as sua qualidades pessoais. É neste contexto que surge também o reconhecimento de possíveis falhas na elaboração das novelas seiscentistas, aspecto a que Mateus Ribeiro também não foge ao ter afirmado nesta dedicatória da I Parte do *Retiro de Cuidados* que

*Quem deuendo muito, paga pouco, ou pôde nascer da limitação dos cabedaes, ou do conhecimento ao que deue: Porém eu, que não ignoro o muito da diuida, pagando-a no que posso, euitarei a censura de parecer ingrato na paga; pois de cabedaes pequenos, não podem esperarse desempenhos grandes*¹²⁷.

¹²⁵ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc»*. Ed. cit.

¹²⁶ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte. Composta Pello P. Mathevs Ribeyro, Theologo, Prêgrador deste Arcebisgado, & natural de Lisboa. Dedicado a Chistovam de Brito Lobo. [Gravura]* Lisboa. Na officina de Miguel Deslandes. *Com todas as licenças necessarias*. 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca.

¹²⁷ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte. [...]* Dedicado a

Recorrendo a Plutarco, o autor fundamentou as suas afirmações, aproveitando para enobrecer as excelências de D. Cristóvão de Brito Lobo ao ter acolhido com benevolência os seus escritos:

*He attributo de ânimos generosos, não menos, disse Plutarcho, o offerecer grandezas liberal, do que aceitar pouquidades agradecido*¹²⁸.

Mencionado o revalorizado tópico renascentista da harmonização prestigiante das Armas e das Letras, Mateus Ribeiro aproveitou, deste modo, para enaltecer a ilustre descendência do dito senhor, da qual decorreriam todas as suas virtudes:

*He a generosidade em V. M. natural, como deduzida das duas preclaras fontes de seus Progenitores, que nas Armas, & Letras tanto resplandecerão. São as Armas, & as Letras os dous princípios, de que no mundo procedeo toda a Nobreza politica, que nos lusimêtos da Fidalguia se venera. (...) E se como disse Demosthenes, hum varão insigne costuma engrandecer a toda descendencia, que delle procede; com tanta maior razão se pôde V. M. gloriar de ter na sua dous auôs, que hum nas Armas, & outro nas Letras tanto a illustrarão*¹²⁹.

Sendo que, como se afirmou, a publicação desta parte da obra foi custeada por «Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca», destas últimas considerações se poderá concluir que a escolha de D. Cristóvão de Brito Lobo para dedicatário da I Parte do *Retiro de Cvidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, se deve à sua ascendência como forma de garantir o sucesso editorial da novela.

No mesmo ano, 1681, e do mesmo autor, era dada aos prelos a II Parte do *Retiro de Cvidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, dedicada a «Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.», também esta custeada por «Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca», mas impressa na oficina de

Chistovam de Brito Lobo. Ed. cit.

¹²⁸ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cvidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte*. [...] *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*. Ed. cit.

¹²⁹ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cvidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte*. [...] *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*. Neste passo da dedicatória o autor recorreu à inclusão de uma «fábula» para consolidar e acreditar a sua argumentação. Cita o exemplo de Júlio César, «primeiro Emperador da Monarchia Romana», que se fazia representar com uma espada na mão e com uma pena na outra, juntamente com um letreiro que dizia «Em hum, & outro he Cesar, porque não menos com a sabedoria das Letras, que com o valor inuicto das Armas, adquirio o Imperio do mundo». Os dois «progenitores» de D. Cristóvão de Brito Lobo a quem se refere Mateus Ribeiro são, pela via paterna, «O Capitão Mór Christouão Ferreira Lobo» que «seguiu as Armas na India, em seruiço da Coroa deste Reyno», e, pela via materna, «O Doutor Ignacio Colaço de Brito» que «seguiu as Letras, em que floreceo, sendo Caualleiro da Ordem de Christo, Desembargador, & Corregedor da Cortez».

Miguel Manescal¹³⁰. O discurso que consta desta dedicatória é praticamente idêntico ao que se encontra na dedicatória à I Parte do *Retiro de Cuidados*, pelo que o seu autor iniciou o texto afirmando que escolhera bem o dedicatário desta II Parte, justificando-se com a bondade deste último ao receber com tanta estima uma oferta de tão pouca valia e socorrendo-se do exemplo de Santo Ambrósio:

*Pera sahir a luz esta Segunda Parte do Retiro de cuidados, com grande accerto fiz eu eleição, de que fosse V. M. seu Mecenas, & singular patrono: piquena offerta à vista; porém muito grande na vontade. Hum animo generoso (diz Santo Ambrósio) põem os olhos no affecto, mais que na offerta, sabendo estimar em muito, o que nos limites do cabedal avulta pouco*¹³¹.

Neste sentido, Mateus Ribeiro não deixou também de fazer referência directa à protecção de Pedro Moniz Pereira quanto à publicação da II Parte do *Retiro de Cuidados*, sublinhando que «He V. M. seu generoso Mecenas, & assi pode apparecer seguro, pois lhe grangea, as confianças o venturoso auspicio

¹³⁰ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte. Composta Pelo P. Mathevs Ribeyro, Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.* [Gravura] Lisboa. na officina de Migvel Manescal. *Com todas as licenças necessarias.* 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca. As pesquisas effectuadas no sentido de encontrar informação relativa aos dados biográficos de Pedro Moniz Pereira revelaram-se infrutíferas. Descobriu-se, no entanto, que o exercício das suas funções é atestado num Alvará de Subrogação, datado de 26 de Setembro de 1699, constante da Chancelaria de D. Pedro II, o qual adaptámos e passamos a citar: «Alvará de Subrogação (26.9.1699) = Pedro Moniz Pereira Leiria = João Thomas Guersse = «Eu El Rey = Faço saber que Pedro Moniz Pereyra Leria me representou por sua petição que era administrador da Capella q. instituhira Donna Ellenna de Tovar moradora q. fora na Villa de Setuval e q. entre os bens vinculados a d^a Capp^a hera huás Cazas foreiras a Manoel Guterres na rua das flores desta Corte as quais por estarem m.^{to} danificadas queria sobrogar por hum juro de vinte e cinco mil r.s que no estanque do tabaco lhe offerecia João Thomaz Guersse de sesenta mil r.s de juro que havia Comprado a Donna Anna Lourença Justinianna Dourada como Constava da escriptura q. se juntava. Pedindome lhe fizesse m.ce coneder Alvará para o d^o efeito, e visto o mais q. alegou e informação, q. se houve pello Provedor dos Orfãos, e Capellas desta Cidade ouvindo o immediato suceor e P.es adonde se dizem as missas q. a este Requerimento não tiverão dúvida. Hey por bem fazer m.ce a supp.e que possa trocar as Cazas de q. faz menção sem embargo de Serem de Cappella sobrogando em seu lugar o juro de vinte e cinco mil r.s que dos d^{os} sesenta lhe offerece João Thomas Guersse no Estanque do tabaco, o qual júri fucará unido, e vinculado a d^a Cappella, e livre della as Cazas referidas e este Alvará se cumprirá como nelle se contem q. valerá posto q. seu efeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do L^o 2^o tit^o 4^o em contr^o e se tresladará na escriptura q. se fizer desta troca e sobrogação, e no tomo, e instituição da d^a Cappella tirandosse pello Cons^o da faz^a padrã dos d^{os} vinte e cinco mil r.s para ficarem logo obrigados a ditta Cappella, e pagou de novos dir.^{tos} cinco mil r.s que se carregarão ao Thez^o delles a fls. 92 do L^o 1^o de sua Receita, e se registou o conhecim^o em forma no L^o 1^o do Regt^o G.al a fls. 92 = Andre Rodriguez da Silva o fez em Lx^a a dez de Agosto de mil seiscentos noventa e nove. Jozeph Fagundes Bezerra o fez escrever. Rey = Manoel Lopez de Oliveira, Manoel da Costa de Almeida = João de Roxas e Azevedo = Pagou quatrocentos r.s aos off.es trez.t^{os} e dez r.s = Lx^a 26 de Set^r de 1699 = Dom Francisco Maldonado = E comigo M.el Sobr^o da Cruz = L.do Antonio de Mendonça». In I.A.N./T.T., Chancelaria de D. Pedro II, Doações, L^o 53, fls. 205. Cf. NEMÉSIO, Gonçalo de Andrade Pinheira Monjardino — *Familias Italianas em Portugal* – Ghersi (a publicar).

¹³¹ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte.* [...] *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.* Ed. cit.

de seu nome»¹³². Ao reflectir sobre as dificuldades que teve para ver impresso este seu texto, Mateus Ribeiro introduziu nesta dedicatória uma «fabula», de molde a poder relatar as circunstâncias adversas a que teve de fazer frente para ser bem sucedido sem que por isso fosse punido pela Inquisição. Assim, tal como «Temia o pobre pescador Amiclas atravessar os procelossos golfos do mar Adriatico no fragil de sua piquena barca, em que levava César sem conhecello», por ser «a noite escura», «inquieto o mar», «furioso o vento», ameaçarem «as ondas submersão â barca atrevida, piquena ponte pêra tão árdua passagem, era a vella incapaz pêra largarse, & os remos innuteis pera assegurar navegação tão arriscada, o Ceo fechado com nuvens naõ mostrava o farol, nem da menor estrella, tudo annunciava perigos, & nada prometia boñaças»¹³³, também Mateus Ribeiro (a «barca atrevida»), simultaneamente elemento da Igreja e autor de novelas de entretenimento, teve medo e encontrou grandes barreiras («perigos») para poder alcançar a tão desejada publicação da II Parte do *Retiro de Cuidados* («piquena ponte pêra tão árdua passagem»). No entanto, se Amiclas encontrou em César o seu protector no momento em que quase desistia da missão a que se propusera – «Quiz arribar â terra intimidado Amiclas, porém o animoso Cesar até entãõ desconhecido lhe bradou, dizendo: de que temes pescador? Conhece, que contigo levas a Cesar, & com elle os favores da ventura»¹³⁴ – Mateus Ribeiro encontrou igualmente essa protecção na pessoa de D. Pedro de Moniz – «Naõ de outra sorte pode sahir confiado este Retiro a navegar os golfos de tão varios juízos, pois leva por guia o patrocínio de V. M. que com o discreto de sua aceitação o assegura»¹³⁵. Neste último passo que transcrevemos, o autor refere não só o longo processo administrativo pelo qual passavam os livros no século XVII antes de serem publicados, como ainda as entidades intervenientes nesse mesmo processo: ambos sintetizados na expressão «golfos de tão vários juízos». Numa relação de intertextualidade com o «Prologo ao Leytor» da mesma edição da II Parte do *Retiro de Cuidados*, Mateus Ribeiro entrou novamente no campo da defesa da ficção narrativa em prosa seiscentista e dos seus autores no caminho do *prodesse ac delectare*, tendo associado a esta questão um elogio às qualidades intelectuais do seu dedicatário com fundamentação nos autores da Antiguidade Clássica:

He em V. M. a benignidade natural, & o juízo grande: mui versado na

¹³² RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³³ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³⁴ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³⁵ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

*continua lição dos livros, discreto exercício, em que se aproveita o melhor tempo, pois como disse o Seneca, os engenhos se apurão, & alimentaõ com a frequêcia da lição dos livros; a quem Plínio chamou divertimento das moléstias, & alívio das dores*¹³⁶.

Por fim, agradeceu a D. Pedro Moniz Pereira a estima demonstrada pelo seu *Retiro de Cuidados*, despedindo-se com a fórmula habitual da época, identificando-se como seu Capelão:

*E como tal fazendo deste Retiro estimação, fica engrandecendo o felice de seu credito, & o seguro de sua confiãça, pèra largar as vellas no patrocínio de V. M. cuja pessoa Deos nosso Senhor guarde por felices annos, &c*¹³⁷.

A III Parte do *Retiro de Cuidados*, *E Vida de Carlos*, *E Rosavra*, composta igualmente pelo Padre Mateus Ribeiro, saiu da oficina lisboeta de Manuel Lopes Ferreira no ano de 1697, tendo sido dedicada a *Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*¹³⁸. Desta primeira edição não consta o texto da dedicatória, pelo que é na Folha de Rosto da mesma que se identifica o seu dedicatário. No entanto, é curioso notar que, na edição *princeps* da IV e última Parte desta obra, impressa alguns anos antes (1689) por motivos que ignoramos, na mesma oficina e à custa de «António Correa da Fonseca», o dedicatário é também Diogo de Vasconcellos e o texto laudatório nela inserido dá conta da benevolência com que este recebera já a oferta da III Parte do *Retiro de Cuidados*¹³⁹. Justifica assim o autor o facto de dedicar novamente a IV e última Parte desta sua obra a Diogo de Vasconcellos:

*Com hũa cortezia tão illustre, & com hum coração tão fidalgo, aceitou V. M. o ser generoso Mecenas da Terceira Parte deste Rei de cuidados, que lhe offereci; que me concedêo confiãças de lhe dedicar o fim deste Retiro, por ser obra de todos esperada, & desejada*¹⁴⁰.

¹³⁶ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³⁷ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³⁸ RIBEIRO, Mateus (1697) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. III Parte, composta Pelo P. Matheus Ribeyro, Theologo, Prêgrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*. [Gravura] Lisboa. Na officina de Manoel Lopres Ferreyra. M.DC.XC.VII. Com todas as licenças necessárias.

¹³⁹ RIBEIRO, Mateus (1689) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte. Composta Pelo P. Matheus Ribeyro, Theologo, Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicada a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de S. Magestade, &c*. Anno [Gravura] 1689. Lisboa. Com todas as licenças necessarias. Na officina de Manoel Lopres Ferreira. A custa, de Antonio Correa da Fonseca. Com Privilegio Real.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Mateus (1697) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte*.

Neste último passo o autor aponta claramente para o sucesso editorial alcançado pela publicação das restantes Partes do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura*, motivo pelo qual os seus leitores desejariam então a impressão de uma última Parte que desse fim à novela. No início da dedicatória da IV e última Parte desta obra, recorreu Mateus Ribeiro a Aristóteles e Quintiliano, autores da Antiguidade Clássica, para saudar e enaltecer as virtudes do dedicatário, já que seriam essas qualidades que enobreceriam a conclusão do *Retiro de Cuidados*, favorecendo a sua divulgação e aceitação entre o público-leitor:

Se como diz Aristóteles, o fim tem por attributo das obras, não só ser a clausula, que as termina, mas a coroa, que as ennobrece, & o timbre, que as illustra, porque, como escreve Quintiliano, o fim he o que dà luz aos principios, & aos meynos. Pois sem este, tudo fica indifferente, & em suspensão confusa: pareceu-me que era de minha obrigação o dedicar a V. M. o patrocínio desta Quarta, & final Parte do meu Retiro de cuidados¹⁴¹.

Mais adiante, apoiando-se em Cícero, introduziu o autor o tópico da vontade com que dedicou esta última parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura* a Diogo de Vasconcellos, seu mecenas e patrocinador, tendo explicitado que não é no tamanho das ofertas que se deve avaliar os intuitos com que são atribuídas, mas sim no seu valor e, sobretudo, na estima que se tem a quem são dedicadas:

Abriu as portas da vontade, diz Cicero, a conceder hum favor hum animo grandioso, he franqueallas para côceder outros, & com esta ousadia offereço a V. M. neste volume pequeno, o memorial de hũa vontade grande. Não consiste o valor só no que avulta a grandeza das cousas, porèm na estimação. Pequeno he o diamante no que avulta, & pequena a perola no que mostra, & com tudo tem o diamante em corpo pequeno muita luz, & a perola em pouca luz excessiva estimação. O diamante tem a genealogia de seu nascimento nos brilhantes resplandores do Sol, sendo filho de seus rayos, ainda que nas minas da terra nascido, & por isso sendo hum átomo de seus resplandores, adquire tanto valor. E a perola por ser lagryma da Aurora no berço de seu nácar cahida, & no centro do mar congelada logra tão subida estimação¹⁴².

[...] Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. Ed. cit.

¹⁴¹ RIBEIRO, Mateus (1697) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte.*

[...] Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. Ed. cit.

¹⁴² RIBEIRO, Mateus (1697) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte.*

[...] Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. Ed. cit.

Após estas considerações, reafirmou Mateus Ribeiro o sucesso que esta sua publicação alcançaria uma vez atribuída em dedicatória a *Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, terminado o texto cumprimentando-o em idênticos moldes às outras duas dedicatórias do *Retiro de Cuidados* (I e II Partes):

*Este pequeno volume, que a V. M. dedico, tem o solar na grandeza da vontade, com que lho offereço, & confio eu que da benévola aceitação de V. M. lhe resultará o mayor abono, & com os felices auspícios de tão preclaro Mecenas, logrará repetidas as venturas, a quem Deos guarde, & prospere como desejo*¹⁴³.

A edição de 1724 da novela do Padre Mateus Ribeiro, intitulada *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta*, cujas duas primeiras Partes são publicadas em volumes diferentes, embora ambas tivessem sido impressas no mesmo ano, em Lisboa, na oficina de Filipe de Sousa Vilela, são oferecidas pelo impressor «Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d'El Rey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretário, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificações, & Secretario da Augustissima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mór de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c»¹⁴⁴. Partindo do título, é precisamente com base nos elogios prestados aos cargos ocupados pelo senhor António de Basto Pereira que o autor da dedicatória da I Parte da *Roda da Fortuna* justifica o facto de lha oferecer, nunca deixando de se afastar do já habitual argumento da vontade com que o fez e da benevolência com que foi recebido:

Breve lamina para gravar o excelso nome de V. Senhoria he este livro à vista da limitação do seu corpo mas bem proporcionada he à vista da verdade do seu titulo, pois na Roda da Fortuna aparece aquelle mesmo circulo, que a Mathematica reconhece adequada figura do Mundo todo. Represente pois o circulo desta Roda a todas as distancias terrenas, que o esclarecido Protector, que a ampara domina toda a sua desigual volubilidade com a recta administração da justiça; cuja enteyreza, (a pesar da sua mesma inflexibilidade,) para premtar beneméritos, & castigar delinquentes, he também sempre hum perpetuo gyro. E se a modestia de Vossa Senhoria lhe mandar suspender esta representasão, não pôde deyxar o meu affecto de lhe pedir outra: tambem a figura da Coroa, tem esta Roda; pois para premio

¹⁴³ RIBEIRO, Mateus (1689) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte*. [...] Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. Ed. cit.

¹⁴⁴ As informações relativas aos cargos ocupados pelo Sr. António de Basto Pereira foram por nós confirmadas em consulta efectuada à *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Tomo XXI, p. 120, na seguinte entrada: «PEREIRA (António de Basto). Jurisconsulto do séc. XVIII. Foi secretário de D. João V e de seu Conselho e do da Fazenda, secretário da rainha D. Maria Ana de Áustria, juiz da Inconfidência, chanceler da Relação e por muitos anos regedor das justiças»; estabelecendo-se a partir destas uma possível relação com a obtenção das licenças de impressão da presente novela.

*das promptissimas satisfaçoens, que o venerado talento de Vossa Senhoria dá aos gravissimos diferentes empregos que logra, glorifica, & preciosa Coroa seja esta Roda da Fortuna*¹⁴⁵.

Já na dedicatória à II Parte da *Roda da Fortuna*, Filipe de Sousa Vilela reforçou a convicção com que dedicara a I Parte da obra ao senhor António de Basto Pereira, pelo que também o elegeu para ser o mecenas desta II Parte:

*Prosegue a Roda da Fortuna a representação da sua inconstancia nos sucessos deste livro, & juntamente a representação da sua firmeza na eleição desta Dedicatoria, pois segunda vez para lhe dar proctecção procura a esclarecida pessoa de Vossa Senhoria sim he para admirar, que desejando todos os pertendentes o amparo da fortuna, solicite ella o de Vossa Senhoria para suas rodas.*¹⁴⁶

Sobre as possíveis intervenções do dito senhor quanto à obtenção das licenças para esta II Parte desta novela de Mateus Ribeiro voltam a estar em evidência os cargos ocupados por António de Basto Pereira, já que Filipe de Sousa Vilela afirmou claramente no texto da dedicatória que

*[...] de Vossa Senhoria dependem os seus movimentos, pois vè nas suas mãos, pena, que para os agitar he apressado voo, & vara, que para os suspender he poderoso cravo (...) pois como tem a fortuna, & grande fortuna do patrocínio de Vossa Senhoria esta roda, esta roda por esta causa he a verdadeyra habitação da fortuna*¹⁴⁷.

Cinco décadas antes, em 1673, era dedicada a D. Margarida Juliana de Távora, filha dos Senhores Condes de São Miguel, a obra *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*, de Gerardo de Escobar. No texto laudatório dirigido à dedicatória, em estilo simples e humilde, o autor começou por referir que terá sido ela a sua protectora, pelo que afirmou:

Ninguem estranharà que estas rusticas flores do meu Iuizo busquem em V. Senhoria os rayos do mais galhardo Sol; as influencias da mais bella Aurora; &

¹⁴⁵ RIBEIRO, Mateus (1724) — *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Primeyra Parte, Composta pelo Padre Matheus Ribeyro, Theologo, Prègador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. Com todas as licenças necessárias.

¹⁴⁶ RIBEIRO, Mateus (1724) — *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Segunda Parte, Composta pelo Padre Matheus Ribeyro, Theologo, Prègador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. Com todas as licenças necessárias.

¹⁴⁷ RIBEIRO, Mateus (1724) — *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Segunda Parte, [...] Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Ed. cit.

*os verdores da mais linda primavera*¹⁴⁸.

Tal como se tem constatado na exegese de outros textos dedicatórios endereçados aos mecenas das obras impressas no século XVII, também neste Gerardo de Escobar justificou a oferta dos *Cristaes da alma*, apesar da sua «pequenes», na bondade e benevolência com que foram recebidos, sobretudo tratando-se D. Margarida Juliana de Távora de uma senhora nobre:

*Naõ temem, que, a pequenes da oferta dezarme em offensas o que o affecto fabricou para lizonja, vendo que o Sol com taõ beneuolos rayos corõa de resplandores a grosseira espadana que o jasmim polido. Se a luz de huma vella recambia em estragos os rendimentos da borboleta, he que o seu nascimento lhe não dictou maiores bizarrias; Filha de hum pauio obra pellas qualidades da cera humilde, que a alimenta, conforme à de seus avõs abelhas, & flores agrestes; mas o Sol, que tem por solar a primeira luz recebe com cortezes agazalhos os grosseiros affeitos do girasol. Disse Licurgo que os Deuses formaraõ aos Principes de pedaços de Sol. V. Senhoria tendo por ascendentes as luzes do mais generozo sangue de Portugal, ha de aceitar benigna as grosserias que lhe offerece meu affecto*¹⁴⁹.

Proseguiu o autor referindo que estes seus *Cristaes da alma*, ainda que oferecidos a D. Margarida Juliana de Távora, não deixariam, com certeza, de ser igualmente recebidos por outras pessoas, pelo que afirmou:

*Naõ entendo que V. Senhoria estrague o tempo que emprega em tão luzidias applicaçoes em terrestres dezalinhos; mas como o escrevi à instancia de varias pessoas, & me derão estes assumptos, quero que agora a minha penna faça esta lizõja ao meu gosto, & à minha obrigação para que emmendem bem offerecidos o dizer de mal escritos*¹⁵⁰.

Não perdeu, contudo, a oportunidade para elogiar a ilustríssima senhora a que votava esta sua obra:

¹⁴⁸ ESCOBAR, Gerardo de (1673) — *Cristaes da alma, frases do coraçam, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos. Escreveos Gerado Escobar, Offerecidos À Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*. [Gravura] Lisboa: na officina de loam da Costa, M.DC. LXXIII. Com todas as licenças necessarias. Sobre a biografia desta senhora nada se conseguiu encontrar. No entanto, cremos que terá sido irmã de D. Álvaro José Botelho de Távora, 2.º Conde de São Miguel, sendo ambos filhos do 1.º Conde de S. Miguel, D. Francisco Nuno Álvares Botelho [cf. AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes de São Miguel». Ed. cit., vol. II, p. 339-342 (339)].

¹⁴⁹ ESCOBAR, Gerardo (1673) — *Cristaes da alma, frases do coraçam, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. [...] *À Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*.

¹⁵⁰ ESCOBAR, Gerardo (1673) — *Cristaes da alma, frases do coraçam, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. [...] *À Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*.

*O aplauzo das prendas de V. Senhoria não pode caber na pequena taboa deste papel quando tem a admiração por obelisco. V. Senhoria as logre com as felicidades que merece, que o meu affecto lhas não podezejar maiores. Como em V. Senhoria se unirão a beleza, & a discrição, ordinariamente entre si mal auindas, também espero que V. Senhoria veja Portughal a nouidade das prendas venturosas*¹⁵¹.

Em 1674, um ano depois da publicação dos *Cristaes da Alma* é dada aos prelos uma outra novela do mesmo autor, Gerardo de Escobar, intitulada *Doze Novelas*, por sua vez *Offerecidas Ao Ilustrissimo Senhor, o Senhor Alvaro Joseph Botelho de Tavora, Primogenito dos Senhores Condes de S. Miguel*¹⁵². Esta é a edição *princeps*, da qual, de acordo Barbosa Machado e Inocêncio, se desconhecem novas reedições¹⁵³. As várias tentativas por nós encetadas para encontrar a primeira edição das *Doze Novelas* revelaram-se infrutíferas, pelo que na presente dissertação nos é também impossível fazer referência aos vários paratextos que possivelmente nela estariam incluídos. No entanto, através de um trabalho realizado pela Doutora Ana Cristina Moura Marques Gonçalves Fontes¹⁵⁴, mencionado já anteriormente, foi possível entrar em contacto com o frontispício da mesma. É nele que se encontra, entre outras informações, a referência ao dedicatário das *Doze Novelas*, o senhor Álvaro José Botelho de Távora, 2.º Conde de São Miguel, «que morreu a 22-IV-1724, filho do 3.º casamento do 1.º Conde. Sucedeu a seu pai e, como ele, foi varão insigne nas Letras e nas Ciências. Foi governador da Guiné. Encontra-se o seu nome inscrito na Irmandade do Senhor dos Passos da Graça em 5-III-1688. Casou com D. Antónia Luía de Bourbon, dama do Paço, já viúva de Fernando Mascarenhas, comendador de Aljustrel e de Alcácer do Sal, na Ordem de Cristo, filha dos 3.ºs Condes dos Arcos; c. g. O título foi-lhe concedido por Carta de 5-XI-1687 (D. Pedro II)»¹⁵⁵. Pela posição social do referido dedicatário e pelo gosto revelado pelas letras e ciências se poderá dizer que a escolha de Gerardo de Escobar terá

¹⁵¹ ESCOBAR, Gerardo (1673) — *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. [...] *À Ilustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*.

¹⁵² ESCOBAR, Gerardo de (1674) — *Doze Novelas escreveas Gerardo de Escobar, I Parte. Offerecidas Ao Ilustrissimo Senhor, o Senhor Alvaro Joseph Botelho de Tavora, Primogenito dos Senhores Condes de S. Miguel*. [Gravura] Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. M.DC.LXXIV. Com todas as licenças necessárias.

¹⁵³ MACHADO, Diogo Barbosa (1965-1967) — *Bibliotheca Lusitana: historia, critica, e cronológica, na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Ed. cit.: Tomo I, p. 260; e, SILVA, Inocêncio Francisco da (1858) — *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo I, p. 128 e 129.

¹⁵⁴ FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves (1993) — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit.

¹⁵⁵ Cf. AA.VV (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes de São Miguel». Ed. cit., vol. II, p. 339-342 (339).

sido intencional. Nele deve ter procurado protecção para a impressão das suas *Doze Novelas*, tanto mais que, como já se disse, o autor, de seu nome próprio Frei António de Escobar, terá sido alvo das mais apertadas censuras.

Por último, em 1682 apareceria a *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, do Padre Alexandre de Gusmão, oferecida *Ao Peregrino Celestial, S. Francisco de Xavier, Apostolo do Oriente*¹⁵⁶. Trata-se esta da edição *princeps* da novela, tendo sido a mais editada na altura. Como jesuíta, Alexandre de Gusmão terá escolhido para dedicatário da sua novela S. Francisco de Xavier pelo exemplo de vida que o mesmo representava na época de Seiscentos, sobretudo do ponto de vista da evangelização; valerá a pena notar que, ao tempo, Francisco Xavier já era Santo desde 1622, funcionando como um exemplo prestigiante de jesuíta evangelizador, no contexto problemático que era o Brasil. Através de centenas de cartas enviadas pessoalmente para a Europa e com um serviço permanente de informações periódicas dos seus colaboradores, conseguiu despertar, em todos os centros da Cristandade, inclusivamente na Alemanha do século XVII, um irremediável e crescente surto de vocações missionárias¹⁵⁷:

*Injusto foi, Glorioso Apostolo do Oriente, que seguindo este meu Peregrino vossos passos, como luz que sois de Peregrinos, so debaxo de vossa protecção sabisse a luz, para que assim no roteiro de vosso exemplo se leão mais bẽ compostos os acertos de seu caminho. [...] Peregrino fostes que sabindo do Egipto para a Cidade de IESV, correstes como sol allumiando tantas terras com luzes peregrinas de celestias virtudes até chegar á doce Patria de Ierusalem do Ceo, como Predestinado Peregrino: por isso tomais tanto á vossa conta os peregrinos, que para lá caminhaõ, que sendo já cidadão daquella Patria, appareceis ainda como *ij Peregrino cá na terra, para que na semelhança lhes mostreis o amor, & nos ensineis a todos o caminho para lá chegar*¹⁵⁸.

No último passo da dedicatória, Alexandre de Gusmão solicita, então, a S. Francisco Xavier que proteja esta sua novela com vista ao proveito do público:

*E já que este foi sempre, ou neste desterro, ou nessa Patria a vossa principal empresa, fazei vosso este meu trabalho, para que seja como os vossos proveitozo ás almas, como espero*¹⁵⁹.

¹⁵⁶ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito*. Ed. cit., cf. «Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente».

¹⁵⁷ AA.VV. (1969) — *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Verbo, vol. 8, p. 1580-1583.

¹⁵⁸ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito*. Ed. cit., cf. «Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente».

¹⁵⁹ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito*. Ed. cit., cf.

Conclusão

Perante a análise prática a que nos propusemos ao longo deste artigo, procurando estudar detidamente o *corpus* textual de paratextos relativos a onze novelas seiscentistas de oito autores portugueses, procurámos, tanto quanto possível, contribuir para a clarificação de alguns dos problemas suscitados no âmbito desta questão. Num balanço de conjunto sobre o que fica dito nas páginas anteriores, várias são as conclusões a que chegámos. Na impossibilidade de as enumerar a todas, vamos mencionar apenas as mais significativas, uma vez que o presente estudo não pode nem deve considerar-se exaustivo, dada a vastidão dos temas e assuntos versados. Ficarão assim alguns caminhos deixados para mais tarde se retomar o seu percurso.

Da exegese encetada aos textos preliminares do *corpus* textual apresentado, ficou claro que os paratextos se assumiam como o lugar privilegiado para a inscrição das exigências das diversas instituições que à época regiam a actividade editorial, bem como para a apresentação e/ou representação da relação de uma obra com o seu tempo e os seus leitores. Questionar esses paratextos, ou seja, a própria materialidade do livro, permitiu-nos traçar não apenas um esboço elucidativo das práticas de escrita presentes nas páginas iniciais das obras em causa, como ainda identificar o horizonte de expectativas dos leitores coevos.

Neste sentido, esclareceu-se que a progressiva transformação da escrita em objecto de leitura condicionou o estabelecimento das ligações existentes entre os agentes envolvidos no processo administrativo pelo qual passavam todos os livros do «século de ouro», desde o autor, ao mecenas, ao censor, ao editor, ao impressor e ao leitor, e conduziu, não raras vezes, à sua inscrição nos paratextos desses mesmos livros. Dos prólogos ao leitor, às dedicatórias e licenças das obras de Seiscentos é possível encontrar marcas bem precisas das condições em que se operava a escolha do texto, a sua publicação e distribuição. Este aspecto permite-nos mesmo afirmar que é nos paratextos que se expõem as etapas da transformação da escrita em objecto de leitura: a passagem do manuscrito ao texto impresso, e, por fim, a apropriação por parte do leitor é aí apresentada, recontada e moldada em matéria narrativa.

De tudo quanto foi dito – e muito ainda haverá para investigar nesta área da ficção narrativa em prosa, em Portugal, – julgamos poder concluir da pertinência do estudo dos paratextos como elementos essenciais para a compreensão da circulação, da leitura e dos múltiplos sentidos textuais.

Artigo recebido em 24/05/2012

Aceite para publicação em 01/06/2012

«Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente».

FRANÇOIS BCESPFLUG, **Le Dieu des peintres et des sculpteurs: l'Invisible incarné**. Paris: Hazan / Musée du Louvre, 2010, ISBN 978 2 7541 0459 3, 272 p., 51 il., índices, bibl.

Depois da sua obra monumental, *Dieu et ses images* (2008)¹, Fr. François-Dominique Bcespflug O.P publica, em 2010, *Le Dieu des peintres et des sculpteurs: l'Invisible incarné*.

Trata-se do texto escrito das conferências que proferiu em Paris, no Museu do Louvre, na cátedra deste museu (*la Chaire du Louvre*).

Desde a sua tese de doutoramento 'de 3^e cycle' sobre o caso de Crescência de Kaufenbeure, defendida há quase 40 anos (Abril de 1983)², este padre da Ordem dos Pregadores (vulgo Dominicanos) tem-se dedicado à abordagem do tema de Deus na arte e, de modo particular, o tema da Trindade.

Tive a graça de o ter como supervisor da minha investigação no estrangeiro no âmbito do meu projeto de pós-doutoramento, e de seguir, de Outubro a meados de Dezembro de 2008, o curso por ele dirigido no Centre Sèvres - Facultés jesuites de Paris, no qual ele me convidou a proferir uma aula sobre as Anunciações com homúnculo. Os temas então abordados nesse curso, intitulado «“Il descendit du ciel”. L'incarnation dans l'art médiéval (XII^e-XV^e siècles)», constituem o núcleo dos assuntos abordados nos capítulos II e III do presente livro. A ele me refiro abundantemente no artigo que publiquei no número 17 desta revista, «*Annuntiationis Puer*. O Menino na Anunciação, em Portugal».

É uma boa síntese (de 164 páginas só de texto³, em pequeno formato⁴), escrita de uma forma muito didática, em pequenas porções de texto antecedidas de títulos e subtítulos que resumem bem o conteúdo das mesmas. Por isso, nesta recensão, traduzirei todos esses títulos e alguns dos subtítulos, explicando-os brevemente à luz do texto que eles precedem.

O autor já nos tinha habituado a sínteses magistrais, como «La Trinidad en el arte: un balance teológico», que realizou para as Atas do XXXIX Simpósio de teologia trinitária, em Salamanca, intituladas *La Trinidad en el Arte. Lenguajes simbólicos del misterio* (2004)⁵.

Esta obra pretende ser um ensaio documentado, realizado a partir da pesquisa feita para o já referido livro *Dieu et ses images* (2008). Propõe-se, no dizer do autor, ser

¹ *Dieu et ses images: Une histoire de l'Éternel dans l'art*. Montrouge: Bayard Éditions, 2008.

² Publicada com o título: *Dieu dans l'art. Sollicitudini Nostrae de Benit XIV (1745) et l'affaire Crescence de Kaufenbeuren*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1984.

³ Não contando nem as 51 ilustrações (distribuídas por 48 páginas) nem as 422 notas (em 30 páginas, a duas colunas), colocadas no final.

⁴ Metade de A4, aparado.

⁵ «La Trinidad en el arte: un balance teológico». In *La Trinidad en el Arte. Lenguajes simbólicos del misterio*. Salamanca: Ediciones Secretariado Trinitario, D.L., 2004.

uma visita guiada erudita a um património que hoje em dia corre o risco de se tornar incompreensível. Trata-se de uma «Cristologia pela imagem», pensando este Deus em imagens com as próprias imagens, naquilo a que Henri Loyrette, no prefácio, chama «teologia paralela» e «visão artística de Deus».

O livro está dividido em 5 capítulos (correspondendo às três conferências proferidas no Louvre), divididos em partes, e estas em alíneas, terminando cada capítulo por uma conclusão.

Na Introdução, o autor explica o título dado ao ciclo de conferências de que este livrinho resulta: 'O Deus dos pintores e dos escultores - o Invisível incarnado'. Um dos atributos de Deus é ser o Invisível. Mas o Deus tornou-se visível quando encarnou em Jesus Cristo – por isso o subtítulo da obra: «O Invisível incarnado»⁶.

François Boesplug confessa que, abrangendo este seu ensaio obras do século III ao XXI, privilegiou as realizadas na segunda metade da Idade Média, visto ser este período temporal aquele em que os artistas levaram mais longe a sua inventividade no que toca à representação da encarnação de Deus.

«As belas-artes», afirma o autor, «fornecem, revelam, exprimem e transmitem uma “visão” global de Deus». Isto seguindo a «razão narrativa» dos artistas, que compõem uma verdadeira «saga» da Encarnação do Verbo, e utilizam um «pensamento figurativo» coerente e distinto do «pensamento discursivo». O plano do livro segue um percurso narrativo parabólico de ida e volta do céu ao céu, da eternidade de Deus à eternidade de Deus, passando pela encarnação do Verbo, seu nascimento, morte, ressurreição e glorificação junto do Pai.

No capítulo I, intitulado «Deus feito Homem. Da imagem interdita à de um Deus “humano, demasiadamente humano...”», o autor revela-se o professor de História das Religiões⁷. Começa, numa 1ª parte por refletir sobre a interdição das imagens em duas das chamadas religiões abraâmicas, o Judaísmo e o Islamismo, para abornar numa 2ª o facto de, contrariamente às religiões tratadas anteriormente, na outra dessas religiões, o Cristianismo, serem permitidas as imagens de Deus, por causa da «humanidade de Deus» em Jesus Cristo. Após uma fase de aniconismo inicial, a arte cristã começa, no século III por reempregar formas da arte helenística que se prestavam a exprimir um novo sentido, como a do pastor com a ovelha às costas ou a do filósofo. Na segunda metade do século IV, e após o I Concílio de Niceia, aparece a imagem do Pantocrátor, insistindo-se na divindade de Cristo. O decreto do II Concílio de Niceia conduz à regra do cristomorfismo.

⁶ Utilizo as formas incarnado e encarnação, incarnar e incarnado sempre que as formas mais tradicional encarnação, encarnar e encarnado correm o risco de ser confundidas com o processo artístico de encarnar um estátua ou com a cor 'encarnado'.

⁷ Na Faculdade de Teologia Católica da Universidade de Estrasburgo.

Depois de referir dois casos em que a Santíssima Trindade é representada pela figura de Cristo em majestade, o autor aborda muito brevemente o surgimento dos diversos tipos de representações da Trindade. Já o tinha feito, de modo esquematizado, na introdução ao livro *La Trinité dans l'art d'Occident* (1ª ed. em 2000)⁸.

O II capítulo é consagrado à representação de «O Filho único no seio do Pai». Com o subtítulo de «Quando Deus delibera», depois de ter falado da representação binário-trinitária da *Paternitas*, frei François-Dominique detém-se longamente no chamado Conselho da Encarnação, referindo em seguida as imagens que figuram a missão aceite pelo Filho, em abaixamento voluntário.

O Pe. Bœspflug ocupa-se no capítulo central do seu livrinho (o III) de como os artistas representaram de forma visível o mistério da encarnação do Verbo, servindo-lhe de título a afirmação do credo niceno «Desceu do Céu». As várias etapas representadas levam o nosso autor a colocar a locução «A epopeia da Encarnação» como subtítulo deste capítulo. Efetivamente, os artistas representam a «convocação e envio de Gabriel», «a descida do Verbo» e a cena da Anunciação com a figuração de um homúnculo.

Depois de nos ter mostrado nos capítulos anteriores alguns quadros da pré-história de Cristo no céu, no IV capítulo, intitulado «Emanuel, “Deus entre nós”», o autor fala-nos de como os artistas representaram a existência histórica de Jesus Cristo na terra, mostrando-o já, à transparência, no ventre da Virgem Maria. Mas não se ficam por aí as liberdades dos artistas em relação à abstração dos teólogos. Eles representam Deus-Cristo com aspeto polimórfico, desde o de Menino e de Adolescente imberbe até ao de Adulto barbado e mesmo de Ancião encanecido, conforme as preocupações e a sensibilidade de cada tempo e região.

O frade pregador, irmão de hábito do grande Aquinate, demora-se na 3ª parte deste penúltimo capítulo na reflexão filosófico-teológica da representação do sofrimento não só de Cristo mas de Deus, intitulando essa parte «O Impassível que se torna passível». Enquanto o Deus dos filósofos e o dos teólogos e dos crentes não deixa lugar a qualquer especulação sobre o sexo de Cristo, outro tanto não se pode dizer do Deus dos «pintores»; apresentando o nosso historiador da arte, na 4ª e última parte deste capítulo, a fina observação das mudanças no comportamento dos artistas frente à representação ou não das partes pudibundas de Cristo adulto, conforme as várias épocas artísticas e os ditames da «decência».

O último capítulo do pequeno livro, intitulado «Deus de Glória: Dar a ver o Invisível», debruça-se primeiramente sobre a representação do «Vitorioso sobre a morte», «subido aos céus, sentado à direita de Deus». Apresenta as formas que revestem as figurações da Transfiguração e da Ressurreição, bem como da Ascensão e entronização

⁸ *La Trinité dans l'art d'Occident (1400-1460). Sept chefs-d'œuvre de la peinture*. 2ª ed. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2006.

de Cristo, cabeça da Igreja. Segue-se a apresentação do papel de Cristo como Intercessor e como Juiz escatológico; para terminar com a forma como os artistas representam a Deus na visão beatífica dos santos.

A conclusão do último capítulo serve de conclusão a todo o livro. Mas demos lugar a uma tradução livre da prosa saborosa do autor, nem sempre fácil de verter para a nossa língua. Nesta conclusão, Fr. François Bœpflug faz uma reflexão entre «o “pensamento discursivo” dos tratados teológicos e o “pensamento figurativo” das obras de arte, entre os quais as obras de espiritualidade e as visões dos místicos fazem a ponte, assegurando a junção entre os dois mundos». «O Deus dos pintores e dos escultores não é redutível nem a um eco nem a um reflexo nem a um equivalente visual do Deus dos pastores e dos teólogos», afirma frei François, «nem a uma “tradução” em linhas e cores do Deus que a Bíblia dá a conhecer (...), nem a uma réplica escrupulosa do *Credo* ou do dogma», pois «as palavras e as formas não funcionam da mesma maneira». O Deus dos «pintores» não faz apelo somente ao mundo da sensibilidade, mas dá que pensar. «E sobretudo traz-nos um efeito de proximidade, de presença, uma vez que nos mostra um rosto, um olhar». O cristianismo é «uma religião de rostos», como afirma o teólogo ortodoxo Olivier Clément, citado por Bœspflug. A arte «contribuiu a tornar o *Credo* credível e amável (...) para o grande número», termina o nosso autor.

Fr. António-José de Almeida O.P.

Investigador de pós-doutoramento na Universidade do Porto
Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT e investigador do CITCEM
Académico correspondente da Academia Portuguesa de História
ajdalmzenit@gmail.com

MARÍA SOLEDAD ARREDONDO, PIERRE CIVIL Y MICHEL MONER (eds.) — **Paratextos en la Literatura Española (siglos XV-XVIII)**. Madrid: Collection de la Casa Velásquez (111), 2009, ISBN 978-84-96820-32-6, ISSN 1132-7340, 627 páginas.

O volume que aqui se apresenta, intitulado *Paratextos en la Literatura Española* (siglos XV-XVIII), resulta de um conjunto de estudos reunidos por María Soledad Arredondo, Pierre Civil y Michel Moner e constitui uma das mais recentes publicações acerca de um dos temas que nos últimos anos tem vindo a ocupar um lugar relevante no âmbito das investigações literárias levadas a cabo em meio universitário, em países como a Espanha, a França, a Itália ou Portugal, entre outros que se poderiam nomear.

Na introdução a estes estudos, Michel Moner procura enquadrar, justificando, a importância da análise dos paratextos, naturalmente que a par dos textos que antecedem ou precedem, enquanto «peças» fundamentais para uma compreensão global, mais precisa e aprofundada, de certas obras manuscritas e/ou impressas ao longo dos séculos XV e XVIII, sobretudo no que diz respeito à Historiografia e à Literatura espanholas de tão grande fôlego «produtivo» no período em causa. Como refere Moner, se as abordagens iniciais sobre esta questão suscitaram uma certa desconfiança entre os estudiosos da Literatura, que viam neste tipo de enfoque a manifestação de uma moda passageira, mostrando-se resistentes à atenção dada pela crítica aos «contornos» do texto em detrimento do mesmo, a verdade é que actualmente pode dizer-se que os estudos paratextuais adquiriram legitimidade no campo da investigação científica.

Quanto à Literatura Hispânica, a ideia de sistematização dos estudos paratextuais apenas se começou a operacionalizar no início da década de 90 do século XX, num colóquio que teve lugar na Universidade de Stendhal, em Grenoble, e do qual as actas publicadas em 1992 se tornaram, desde então, numa obra de referência¹. Dando continuidade ao caminho encetado, em 1994, na mesma Universidade, Anne Cayuela apresentou a sua tese sobre «El paratexto en el Siglo de Oro»², contribuindo para evidenciar o interesse pelos estudos paratextuais, bem como para sublinhar a necessidade de dar seguimento às investigações em aberto.

Os textos integrados no presente volume seguem, precisamente, esta linha de pesquisa e surgem na sequência de um projecto de investigação iniciado por dois dos seus editores, Pierre Civil e Michel Moner, e realizado entre várias equipas de

¹ MONER, Michel y LAFON, Michel (eds.) — *Le Livre et l'édition dans le monde hispanique (XVI-XX^e siècles). Pratiques et discours paratextuels. Actes du colloque international Centre d'études et de recherches hispaniques de l'Université Stendhal (Grenoble, 14-16 novembre 1991)*. Grenoble: Université de Grenoble, 1992 (n^o hors-série de *Tigre*).

² CAYUELA, Anne — *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lecteurs en Espagne au XVII^e siècle*. Genève: Librairie Droz, 1996.

investigação (o LEMSO, de Toulouse; o LECEMO, de Paris III; e o CLEA, de Paris IV), em colaboração com a Universidade Complutense e a Casa Velásquez. As características das equipas implicadas no projecto, essencialmente compostas por «siglodoristas», explica o facto deste conjunto de estudos se restringir ao campo da investigação em áreas como a Literatura e a Historiografia espanholas dos séculos XVI e XVII, embora a par de outras contribuições que contemplam os séculos XV e XVIII. Na altura em que este projecto abraçou as tarefas a que se propuseram os intervenientes nele envolvidos, os objectivos a atingir seriam três: criar uma base de dados que integrasse um corpus sistemático de elementos paratextuais; investigar as relações estabelecidas (ou não) entre texto e paratexto; e ampliar a análise dos aspectos formais através de uma série de estudos temáticos dedicados às grandes questões que recorrentemente aparecem nos paratextos.

Os primeiros resultados deste projecto de investigação foram apresentados em dois colóquios, ambos realizados na Casa Velásquez: um em Fevereiro de 2006, «Prácticas y discursos paratextuales en la Literatura española del Siglo de Oro», dedicado à reformulação da ideia de sistematização dos estudos paratextuais com aplicação directa à Literatura do «Século de Ouro» espanhol; e outro em Dezembro de 2007, «Liminares y preliminares en la literatura del Siglo de Oro», que permitiu aprofundar e recuperar alguns dos aspectos pouco ou nada estudados na primeira parte do programa delineado, como por exemplo os paratextos dos textos dramáticos.

Já em 2009, após este longo percurso surge, por fim, o volume agora recenseado, organizado em sete capítulos, correspondentes às grandes linhas de orientação propostas pelo projecto de investigação atrás mencionado.

Assim sendo, o capítulo inicial, dedicado ao paratexto poético, privilegiou uma abordagem direccionada ou para a análise dos textos preliminares de uma só obra, ou para vários tipos de textos preliminares de diferentes obras, passando sobretudo por aprovações, prólogos e dedicatórias. Neste capítulo, subscrevendo a opinião de Moner, merecem especial referência três contribuições: o estudo de Jesús Antonio Cid, «Paratextos “interliminares” en el Romancero viejo y tradicional. Estribillos, invocaciones y responderes»; de Antonio Carreira, «El paratexto en los manuscritos poéticos del Siglo de Oro»; e de Pedro Ruiz Pérez, «Garcilaso y Góngora. Las dedicatórias insertas y las puertas del texto». Em função dos trabalhos que tenho vindo a desenvolver, destaco o artigo de Mónica Güell, «Paratextos de algunos libros de poesía del Siglo de Oro. Estratégias de escritura y poder»³.

³ Refiro-me à contribuição do estudo em causa para a elaboração do texto de uma comunicação por mim proferida no âmbito das Oficinas de Investigação do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), intitulado «Paratextos e poder: as estratégias de escrita presentes nas dedicatórias de algumas obras de natureza diversa nos séculos XVI-XVIII», realizadas no dia 28 de Setembro de 2012, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e dedicadas ao tema «A construção discursiva da Santidade: textos, contextos e paratextos».

O segundo capítulo integra três trabalhos que oferecem especial atenção às obras dramáticas. São eles, os textos de María Aranda, «Paratexto y paternidade. La dedicatória a El verdadero amante (Parte XIV de las comedias de Lope de Vega)⁴; de Christophe Couderc, «El autor ante la edición de sus obras. Los prólogos de las Partes de comedias»; e de Françoise Gilbert, «Paratexto y texto. Relaciones entre la loa y el auto de Calderón El árbol del mejor fruto (1677)». Questões como a relação entre a biografia «real/ficcional», a preocupação com a vida pública e as vicissitudes da ocupação literária, ou a análise do texto como paratexto de outro são respectivamente tratadas por Aranda, Couderc e Gilbert.

O capítulo terceiro, votado à narrativa, evidencia uma certa predileção pelo Lazarillo de Tormes, ou antes pelo género picaresco que este texto representa (Aldo Ruffinatto, «El lugar del destinatario y del narratario en la picaresca. [falta ? ao contrário] Texto o paratexto?»; Michel Moner, «La arquitectura paratextual de La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades»; Céline Bertin-Elisabeth, «Entre alcahuetes y pícaros. Cómo se escribe, escondiéndola, la marginalidade en los prólogos»), a par de um destacado interesse pelos paratextos das novelas bizantinas (Chistine Marguet, «El por qué de la ficción. El paratexto de la novela de amor y aventuras («novela bizantina») de los siglos XVI y XVII»), pelo paratexto do Persiles (Jean-Pierre Étienne, «Trámites y trances en el paratexto del Persiles») e pelos prólogos cervantinos (José Manuel Martín Morán, «Cervantes desde sus prólogos»). Por outro lado, neste capítulo a contribuição de Maria Zerari-Penin pautou-se pela análise das variações da designação «novela» nos títulos de obras seiscentistas, questão que de resto, e devido à sua importância, tem vindo a ser alvo de diversas apreciações⁵.

O quarto capítulo, centrado na exposição de problemáticas ligadas à Historiografia, sai do campo da Literatura e do âmbito cronológico «del Siglo de Oro». Concorrem para a realização deste pressuposto os textos de Marta Lacomba («Estrategias y eficacia de los prólogos alfonsíes») e de Jean-Pierre Jardin («Las estrategias paratextuales en las crónicas del siglo XV»). Tal como para o campo da Literatura, também aqui a atenção dada pelos historiadores continua a focar-se em prólogos e dedicatórias, embora se deva apontar uma diferença significativa: a importância atribuída ao conteúdo ideológico do paratexto. Coincidem com esta observação as comunicações de Sarah Voinier, «Dedicatoria y poder en unas crónicas históricas del siglo XVII»⁶, e de Araceli Guillaume-Alonso,

⁴ Cf. nota de rodapé n.º 3.

⁵ Já antes tive oportunidade de sintetizar o «estado da arte» desta questão em NEMÉSIO, Maria Inês de Andrade e Castro Monjardino (2010) — «*Exemplares Novelas*» e «*Novelas Exemplares*»: os paratextos da ficção em prosa no século XVII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado. Chamo especial atenção para o primeiro ponto da introdução: «As denominações da ficção narrativa em prosa no século XVII», bem como para um conjunto de referências bibliográficas incluídas na nota de rodapé n.º 3 do artigo deste número 19 da *Via Spiritus* com o mesmo título da minha dissertação (p. 173).

⁶ Cf. nota de rodapé n.º 3.

«Construir la memoria y exaltar el linaje. El paratexto al servicio de los Guzmanes». Na sua totalidade, as contribuições agrupadas neste capítulo constituem, segundo Moner, um valioso subsídio quer para o conhecimento do paratexto historiográfico, quer como base documental e metodológica para a área da Literatura muitas vezes confrontada com textos híbridos.

«Lo político y lo religioso» são os dois grandes eixos temáticos em torno dos quais se dispõe a organização do quinto capítulo deste volume. Claude Chauchadis, Marie-Françoise Déodat-Kessedjian e Françoise Crémoux dedicaram, respectivamente, os seus estudos ao «político»: «Paratexto y autoría en los Flos sanctorum renascentista», no qual se observa como se constrói a figura de um autor, nas edições e reedições dos «santorales», a partir de obras anónimas; «El paratexto en la literatura de viajes. El caso de varias peregrinaciones a Tierra Santa», em que se exploram as estratégias editoriais dos santuários marianos; e «El paratexto de los libros de fundación y de milagros en los siglos XVI y XVII. Un recorrido en el corpus mariano», no qual se examina o modo como os editores (compiladores) dos relatos de viagem acabam por exceder os seus autores. Por sua vez, María Arredondo, Michèle Estela-Guillemont e Anne Cayuela debruçaram-se sobre o «religioso»: «Paratextos: Ficción y política en prosas de Castillo Solórzano y Quevedo», artigo em que se reflecte sobre as circunstâncias de publicação das obras; «Política y paratexto. En torno a Martín de Azpilcueta y la reedición del Tratado de alabanza y murmuración de 1572», análise reveladora de um exemplo em que o paratexto não só mantém um vínculo com o texto como, por outro lado, com o contexto histórico imediato; e «Adversa cedunt principi magnanimo. Paratexto y poder en el siglo XVII»⁷, texto que, partindo do caso de Lope de Veja, aborda problemáticas ligadas à utilização de um espaço inicial para construção de uma identidade própria e de uma imagem social concreta do autor.

O sexto capítulo, destinado ao tema da transmissão do saber, inclui trabalhos de investigação que vão desde a exploração de um paratexto raro inserto num livro de cozinha – Nathalie Peyrebonne, «El paratexto de los libros de cocina en la España del siglo XVI, aos comentários explicativos de um refrão – Françoise Cazal, «La emergencia de la personalidad del recopilador en las glosas del Vocabulario de refranes y frases proverbiales de Correas (1627). A estes dois trabalhos, e no mesmo capítulo, somam-se ainda os de Ana Vian Herrero, «Los paratextos dialógicos y su contribución a la poética del diálogo en los siglos XV a XVII», estudo denso e de referência; e de Fernando Copello, «Autobiografía, intimismo y publicidad en la periferia de un libro de Ambrosio de Salazar. Espejo general de la gramática en diálogos... (Rouen, 1614), um autêntico modelo metodológico para os estudos paratextuais, na opinião de Michel Moner.

Por fim, o mesmo se poderá dizer das contribuições que constituem o sétimo e último capítulo deste volume inteiramente dedicado ao «paratexto». Explorando a vertente

⁷ Cf. nota de rodapé n.º 3.

iconográfica destes textos preliminares, Pierre Civil dedicou a sua atenção ao frontispício, apresentando um artigo intitulado «El frontispicio y su declaración en algunos libros del Siglo de Oro español». Por sua vez, José María Díez Borque deu continuidade às suas investigações sobre o paratexto iconográfico dos Lazarillos de 1554, à luz dos hábitos editoriais do século XVI: «Las ilustraciones del Lazarillo de 1554».

No seu conjunto, os trabalhos publicados neste livro revelam que em inúmeros casos a especificidade de determinadas obras assenta precisamente na sua «paratextualidade». Porém, e apesar de definições tão bem conhecidas dos que a esta área têm dedicado as suas pesquisas, como a que primeiramente apareceu pela mão de Gérard Genette⁸, o conceito de «paratexto» carece ainda de uma explicação. Neste sentido, seguindo a linha traçada por Genette, mas sem entrar em detalhes de natureza técnica ou teórica, Michel Moner adianta a ideia «de que se puede considerar como paratexto cualquier objeto, textual o gráfico, que mantenga una relación tácita o explícita con el texto que le corresponde, sea para caracterizarlo — prospectiva o retrospectivamente — en la lectura o interpretación del mismo»⁹.

Por isso mesmo, e em hora de concluir, afirma-se seguramente que, reunindo um corpus significativo de «peças» paratextuais, quase todas elas retiradas da Literatura e/ou da Historiografia do «Siglo de Oro» espanhol, os resultados apresentados são bem reveladores das múltiplas facetas do «paratexto áureo» e dão conta da variedade e da fecundidade de abordagens possíveis no âmbito dos estudos paratextuais.

Maria Inês Nemésio

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Bolseira de Investigação da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Investigadora do CITCEM

ines_nemesio@hotmail.com

⁸ GENETTE, Gérard (1982) — *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Éditions du Seuil, p. 9: «Le second type (de relations [...] transtextuelles) est constitué par la relation [...] que, dans l'ensemble formé par une oeuvre littéraire, le texte proprement dit entretient avec ce que l'on ne peut guère nommer que son paratexte: titre, sous-titre, intertitre; préfaces, postfaces, avertissements, avant-propos, etc; notes marginales, infrapaginales, terminales; épigraphes; illustrations; prière d'insérer, bande, jaquettes [...]». A dedição do conceito de «paratexto» apresentada por Genette foi posteriormente desenvolvida numa outra publicação do mesmo autor: GENETTE, Gérard (1987) — *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil. Col. «Poétique».

⁹ MONER Michel — «Introducción. El paratexto: ¿para qué?» In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre y MONER Michel (eds.) — *Paratextos en la Literatura Española (siglos XV-XVIII)*. Madrid: Collection de la Casa Velásquez (111).

JUAN PABLO Forner — **Discurso sobre el modo de escribir y mejorar la historia de España**. Prólogo de François Lopez. Pamplona: Urgoiti editores, 2010, CXXVI, 128 p.

In Memoriam François Lopez (1934-210)

Ainda que tardiamente, esta pequena nota sobre a reedição do *Discurso sobre el modo de escribir y mejorar la historia de España*, de Juan Pablo Forner [1756-1797], preparada por François Lopez [1936-2010], professor emérito da Universidade Michel de Montaigne (Bordeaux III) pretende recordar, prestando uma discreta mas sentida homenagem, a figura e os trabalhos deste erudito hispanista, falecido em Agosto de 2010. Grande conhecedor da Ilustração espanhola e tendo dedicado a esta controversa figura uma longa e densa tese de doutoramento, publicada em 1976 - *Juan Pablo Forner et la crise de la conscience espagnole au XVIIIe siècle* (Institut d'Etudes Ibériques et Ibero-Américaines de l'Université de Bordeaux) - mais tarde, em 1999, editada na língua de Cervantes, François Lopez contribuiu decisivamente, com outros estudiosos, para a revisão do olhar «científico» sobre a Espanha de setecentos (v. por exemplo, Joaquín Álvarez Barrientos et Inmaculada Urzainqui, *La República de las letras en la España del siglo XVIII* (CSIC, 1995) e a *Historia de la edición y de la lectura en España. 1472 1914* (Fundación Germán Sánchez Rui Pérez, 2003), que F. L. dirigiu com Víctor Infantes e Jean - François Botrel). Curiosamente, a reedição do *Discurso*, pela longa e informativa introdução dedicada a Juan Pablo Forner, parece querer condensar e sistematizar, na erudição, na riqueza e diversidade do aparato textual, na bibliografia actualizada, um conjunto de saberes adquiridos, nas palavras sábias do autor, «por vida»: «Mi interés por Juan Pablo Forner se remonta a los inicios de mi carrera de hispanista y, pese a unas inevitables y para mí fecundas reconversiones temáticas, me há acompañado en cierto modo de por vida» (Advertencia Preliminar). De resto, François Lopez já havia editado este importante texto (Labor, 1973) que apresenta a concepção de «discurso histórico» preconizada por Forner, «pensando» a história como género literário implicando uma «unidade de estilo» que não ignora para além da política, a economia, o direito, as «sociabilidades culturais», no mesmo movimento em que preserva a tradição humanista espanhola e o papel de cronistas e historiadores na conservação da memória. De resto, as páginas da presente edição, como afirma F. L., «pueden ser tenidas como una refundición – muy condensada – de los principales capítulos de mi tesis de doctorado, especialmente en lo atañe al análisis de la Oración apologética, las disputas que ésta suscitó y los posteriores

escritos políticos» (Advertencia Preliminar). O A. traça, assim, um complexo e matizado retrato de Juan Pablo Forner, possível para quem domina textos e contextos também de outras figuras da Espanha de setecentos: G. Mayans e A. Piquer, cada um a seu modo figuras tutelares da formação intelectual de Forner, mas também, Melendez Valdés, Cadalso, Moratín... Convicções e «fidelidades» políticas e ideológicas, obras literárias, intervenções polémicas, sempre num quadro que, procurando explicar e compreender, não simplifica nem ignora matizes e diferenças. Haverá, assim, que louvar as edições «Urgoiti editores» por, também simbolicamente, terem contribuído para que este derradeiro texto de François Lopez, dedicado a uma figura tão complexa, objecto de díspares interpretações, permitisse sintetizar um leque de saberes que uma longa vida de estudo sedimentou.

Zulmira C. Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Investigadora do CITCEM

zcoelho@letras.up.pt

FABRICIO LYRIO SANTOS, *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012, 315 p.

Orientador: Professor Doutor Evergton Sales Souza

Co-orientadora: Professora Doutora Zulmira Santos

RESUMO: Ao longo do período colonial, diferentes concepções a respeito das populações indígenas e da catequese foram formuladas e colocadas em prática na América Portuguesa. A partir da segunda metade do século XVIII, novas diretrizes referentes a essas questões foram definidas no âmbito do reformismo ilustrado pombalino (1750-1777). A promulgação das leis de 6 e 7 de junho de 1755 e do alvará com força de lei de 8 de maio de 1758 indicavam mudanças significativas em termos da política a ser seguida e no tocante ao papel da Igreja, com consequências importantes quanto à atividade desempenhada pelo clero regular. Após a abolição da jurisdição temporal e espiritual dos religiosos sobre os índios e a transformação das aldeias em vilas, um número crescente de agentes civis e militares passou a ocupar o lugar deixado pelos religiosos, assumindo o papel de “civilizadores” dos índios. Simultaneamente, o verbo civilizar e o substantivo civilidade – presentes na legislação da década de 1750 – passaram a figurar com destaque cada vez maior no discurso colonial, deixando em segundo plano as noções de «catequese», «conversão» e «cristianização» dos povos nativos. O propósito deste trabalho é discutir o impacto dessas mudanças na capitania da Bahia, buscando percebê-las como parte da configuração de um novo modelo político e religioso ancorado na ideia de «civilização dos índios».

PALAVRAS-CHAVE: Jesuítas, Índios, Catequese, Aldeias, Século XVIII, Vilas, Civilização.

MARIA DO CÉU DE SOUSA FERREIRA, *«Desde el Parnaso os escribo»: Cartas de uma Monja Escritora. Edição e Análise da Correspondência Manuscrita de Soror Maria do Céu à Duquesa de Medinaceli*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, 258 p.

Orientadora: Professora Doutora Isabel Morujão

RESUMO: Este trabalho procede à edição criteriosa de um vasto conjunto de cartas manuscritas de uma religiosa portuguesa de conceituada fama literária, Soror Maria do Céu, dirigidas a uma grande senhora da corte madrilena, a Duquesa de Medinaceli. Paralelamente, o estudo introdutório que a antecede procura analisar, contextualizar e entender o sentido e a função deste carteamto.

A análise do epistolário procurou captar não só as características obviamente literárias das cartas de uma escritora (ponderando-as no âmbito deste particular quadro comunicativo), mas, sobretudo, a sua funcionalidade, no contexto das práticas sociais

que caracterizaram o Antigo Regime.

São poucos os trabalhos teóricos sobre o género epistolar português, embora não faltem referências pontuais a cartas, aos seus usos e às suas formas. Nesse sentido, a existência deste epistolário ainda manuscrito revela-se particularmente interessante, na medida em que, na época em que as cartas foram escritas, teoria e prática literárias se apresentavam estreitamente ligadas entre si, no que se refere à formação de certos géneros. Por isso, nunca será demais salientar o papel que estes conjuntos (como o que agora se edita) tiveram, na sua época, na consolidação do género epistolar em geral, bem como a sua importância actual para a elaboração de uma codificação do género no contexto da vida de clausura feminina e da sua «forma mentis», em particular.

O carteamo entre SMC e a DM arrastou esta reflexão para o entendimento da função desta correspondência, que não se deixava surpreender na mais corrente tradição de orientação espiritual associada ao carteio monástico. Assim, fomos conduzidos pela natureza dos próprios textos, que nos fez desaguar, metodologicamente, na teoria das redes, ajudando-nos a perceber a forma como os «nós» desta correspondência determinaram «laços» que a catapultaram para a esfera do social e do público.

O facto de este epistolário ter ocorrido numa fase de adiantada velhice da religiosa franciscana explica a natureza inédita dos poemas que o integram e a importância que adquirem para a História da Literatura Portuguesa, que por este modo os resgata.

PALAVRAS-CHAVE: Epistolografia, Literatura monástica, Mulheres escritoras, Redes sociais e literárias.

MARIA TERESA CABRITA FERNANDES CADETE, *Análise comparativa da pintura mural do Noroeste Peninsular (Galícia-Norte de Portugal, 1500-1565)*. Santiago de Compostela: Faculdade de Xeografía e Historia, Departamento de Historia da Arte, Universidade de Santiago de Compostela, 2012, 1 vol., 619 p.

Orientador: Juan Manuel Monterroso Montero

RESUMO: Esta dissertação que apresentamos tem como objectivo estudar as pinturas murais do Noroeste Peninsular (Galícia e Norte de Portugal) 1500-1565, a fim de analisar e comparar composições, temas, estilos e valores cromáticos. Este trabalho vem sendo realizado por nós desde os inícios dos anos 80, querendo com ele despertar para a importância da pintura mural em Portugal. Com o estudo das pinturas que então analisamos, julgamos ter contribuído para um maior conhecimento e um entusiasmo mais alargado pela identificação de outras pinturas. A partir daí tem havido um interesse crescente por este património artístico. Este estudo da pintura mural está longe de se poder considerar terminado. Há ainda um longo caminho a percorrer, por exigência das circunstâncias do homem activo.

Na investigação que realizámos para esta tese verificamos que era em espaços religiosos de construção românica que se situavam uma grande parte de pintura mural, designadamente no contexto Peninsular. A peregrinação a Santiago contribuiu como fonte de espiritualidade, afinidade e criatividade para temas e composições. Assim, a contemplação das pinturas nos principais lugares de culto a Santiago servia de referência para outras realizações sobretudo no noroeste peninsular.

Entre os vários temas iconográficos encontramos um campo muito alargado, possível de estabelecer semelhanças, contudo surgem variantes na sua diversidade plástica.

Perante a ausência de documentos escritos, procuramos fontes iconográficas, como iluminuras e xilogravuras. A partir daí indagamos traçar possíveis caminhos de inspiração e de composição, bem como correntes estilísticas.

Na época do nosso estudo, o artista pintor recorria à pintura a óleo, como a tempera ou o fresco. Daí podermos confrontar modelos e tipologias em pinturas independentemente da técnica utilizada.

Nas repetidas comparações que realizamos, encontrámos padrões muito similares ou quase iguais, o que permite pensar ser uma prática comum a mobilidade ou troca de materiais entre oficinas, também certamente pela limitação de meios e de artistas.

Tentámos, na medida do possível, desvendar a identificação tanto de autores como de clientelas, as envolvências de estilos e influências exteriores. As hipóteses que formulámos a propósito da circulação entre oficinas estão sujeitas a futuros acertos.

PALAVRAS-CHAVE: Pintura mural, Afinidade, Espiritualidade, Inspiração, Peregrinação.

MASSIMO BERGONZINI, *Ascética, Mística e Retórica na obra do Padre Manuel Bernardes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, 2 vols., 1051 p.

Orientadores:

Professora Doutora Zulmira Santos e

Professor Doutor Pedro Tavares

RESUMO: Com o presente estudo intentou-se a não fácil tarefa de abranger, numa visão de conjunto, a extensa produção literária do padre Manuel Bernardes. Antes de mais, numa perspetiva de contextualização histórico-espiritual, a comparação das regras estatutárias permitiu identificar os aspetos caracterizantes da Congregação do Oratório, criada em Lisboa em 1668, em confronto com aquela nascida um século antes, em Roma, por iniciativa de san Felipe Neri. No mesmo sentido, mostrou-se também significativa a inevitável influência cultural exercida pelas instituições pedagógicas da Companhia de Jesus, e principalmente, no que diz respeito aos exercícios e hábitos caritativos já organizados e divulgados pelas mais antigas Congregações marianas, sobre a formação humana

e religiosa de Bartolomeu do Quental, fundador daquele sodalício de sacerdotes sem obrigação de votos, dedicado a *Nossa Senhora da Assumpção*, peculiarmente instituído *no terreno* português.

Todas as obras do padre Manuel Bernardes resultam desse contexto, encontrando totalmente as suas razões redacionais nas necessidades didáticas e pastorais do Instituto oratoriano, em estreita adesão às normas previstas nos *Estatutos* e em obediência às ordens do Prepósito, para a utilidade dos padres Congregados e dos seus laicos penitentes, socialmente diversificados. A maior parte dos escritos bernardesianos é por isso constituída por *Meditações*, em que *os pontos* estão racionalmente e afetivamente desenvolvidos para facilitar a prática do fundamental exercício, comum ou particular, da Oração Mental. A unidade estética de todos os textos encontra-se porém numa predileção pelo comentário parenético, que é elaborado juntando escolasticamente as argumentações racionais tiradas de autoridades bíblicas e patrísticas com as provas narrativas exemplares, que se aplica em cada obra indistintamente, tanto aos temas sermocionais, como a *exempla*, aos membros de diálogos, aos apotegmas, aos pontos meditativos. Essas explicações doutrinárias constituem a verdadeira *lição espiritual* do autor, que do ponto de vista da construção retórica privilegia as figuras da metáfora e da antítese, para comparar e exprimir a irredutível oposição entre o mundano e o divino, e que se apresenta maravilhosamente clara e persuasivamente eficaz, sobretudo quando se resolve em sintéticas expressões conceituosas, em «xadrez de palavras».

Quanto aos conteúdos, considerando a conceção imitativa de Bernardes, não parece estranho verificar a sua falta de originalidade teórica, e, pelo contrário, a evidência de uma atitude compilatória que utiliza inúmeráveis fontes - aliás quase sempre referidas - de autores plenamente reconhecidos pela Igreja, sendo possível realçar nessa contínua retoma textual e intertextual a importância da atividade de tradutor e a consciente valorização da língua nacional. Nesse sentido, e no que se refere em particular aos perigosos assuntos místicos, salienta-se o indiscutível, ainda que pouco conhecido, grande aproveitamento de importantes tratados de autores italianos, nomeadamente dos cardeais Giovanni Bona, sobre as *Orações Jaculatórias*, e Lorenzo Brancati da Lauria, sobre a *Contemplação adquirida* e *Oração de Quiete*.

Com os seus livros, na opção moral por uma pregação apostólica que mova ao temor e ao amor de Deus, oposta à oratória predominante no século, *toda conceitos e floreyos*, Manuel Bernardes *cumpr*e com as suas obrigações para com Deus e os seus próximos, realizando plenamente aquele ministério de *diretor espiritual* douto, mas sobretudo *discreto* e *experiente* que se preocupa e obra constantemente para a salvação das preciosas almas dos homens.

PALAVRAS-CHAVE: Ascética, Mística, Retórica, Padre Manuel Bernardes.

Escrevo-lhes do Parnaso: notícias de investigação sobre escritoras

É sempre com indisfarçável reconforto que quem promove e desenvolve esforços numa determinada área de investigação vê o seu trabalho ter continuidade junto das novas gerações de investigadores.

Vêm estas considerações a propósito da recente dissertação de mestrado defendida em Julho passado por Maria do Céu de Sousa Ferreira, desenvolvida no âmbito do seminário de Literatura Feminina do Curso de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes da FLUP: «Desde el Parnaso os escrevo: cartas de uma monja escritora. Edição e análise da correspondência manuscrita de Soror Maria do Céu à Duquesa de Medinaceli, cujo resumo se apresenta nas páginas desta revista.

De facto, a literatura feminina portuguesa dos séculos mais remotos tem vindo lentamente a ser resgatada do esquecimento em que a situava a ignorância da sua riqueza e complexidade. Em 2010, a defesa da dissertação de mestrado de Ana Luísa Pêgo Reis (integrada nas reflexões resultantes do já referido seminário de Literatura Feminina da FLUP) pode ter constituído a pedra de toque para o relançamento do dinamismo da reedição de esquecidas (iniciado em sede académica por Ana Hatherly em 1990, com a reedição de *A Preciosa* de Soror Maria do Céu, a partir do Códice 3773 da Biblioteca Nacional de Portugal e não da sua primeira edição, em 1731), assinalando, com visível êxito e notável entusiasmo, quase vinte anos de interregno editorial. Antes desta data, só em 1983 João Palma Ferreira, no âmbito da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, editara a *Vida de Antónia Margarida de Castelo Branco*, escrita por ela mesma por mandado do seu confessor. E, apesar da reedição, em 1994, de *Rimas Várias*, de Soror Violante do Céu, por Margarida Vieira Mendes, e da edição, em 1993, da *Relação da Vida e Morte da Madre Helena da Cruz*, por Filomena Belo, muito continua ainda por fazer neste campo, em que urge resgatar estas autoras do passado, em nome de uma mais aguda consciência do cânone literário desses séculos e da necessária revisão de algumas perspectivas sobre a literatura portuguesa e a história das suas formas. Recentemente ainda, também em 2010, Anne-Marie Quint reeditou a brevíssima organização de aforismos, sentenças e versos intitulada *Ditos da Freira*, da autoria de Joana da Gama.

As bases de dados de escritoras que, um pouco por toda e Europa, têm vindo a ser dinamizadas nos últimos anos (refira-se a Bieses [Bibliografía de Escritoras Españolas], a PWW [Portuguese Women Writers], a NEWW [New Approaches for European Women Writers] ou a KNJIZENSTVO [Theory and History of Women's Writing in Serbian until 1915], por exemplo) constituem uma excelente ferramenta de trabalho para quem quiser perspectivar a actividade literária de determinada senhora, conjugando essa informação com dados biográficos e remissões várias. Elas resultam de um esforço, a todos os níveis meritório, para a reconstituição e ampla divulgação do dinamismo da autoria literária feminina (uma noção a exigir alguma calibração e teoria, pois não é muito consensual, entre os vários países europeus, que a obra manuscrita ou a obra impressa possam contribuir, indiferentemente, para a validação do conceito de mulher autora). No entanto, a par deste trabalho, há que programar a edição e reedição dessas obras, sob pena de que esses índices correspondam a uma realidade que se valoriza e cujos contornos se conseguem detectar e contabilizar, mas que se desconhece na sua essência e no(s) seu(s) sentido(s).

A reedição de *Reino de Babilónia* (...), de Soror Madalena da Glória, por Ana Reis, e a edição da correspondência manuscrita de Soror Maria do Céu com D. Teresa de Moncada, por Maria do Céu Ferreira, não se limitam, naturalmente, a editar o texto, fixando-lhe os limites da sua actualização linguística ou anotando criteriosamente alguns aspectos mais complexos da sua interpretação. O estudo prévio que as acompanha, o primeiro centrado nos paratextos e o segundo enquadrado teoricamente na teoria das redes, constitui a melhor prova de como textos antigos redescobrem uma vitalidade renovada, ao serem perspectivados sob outros prismas metodológicos.

É necessário não deixar esmorecer estes dinamismos que finalmente emergiram do novo contexto de Bolonha, em que a necessidade de completar ciclos de estudo fundou novos caminhos de pesquisa, que os variados centros de investigação, as acções possíveis de alguns projectos financiados e a vocação de algumas editoras mais afeiçoadas à *res literaria* deveriam acolher, incentivar, editar.

Isabel Morujão

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Investigadora do CITCEM e do PWW

isabelmorujao@mail.telepac.pt

NORMAS PARA OS COLABORADORES DE *VIA SPIRITUS*

I. *Via Spiritus* é uma revista universitária, publicada pelo CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», e o seu âmbito científico é a História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso.

II. A estrutura da revista comporta: artigos, resenhas e notícias. Cada volume procura uma unidade, cronológica e/ou temática, apresentando-se a revista como, de preferência, monográfica desde o primeiro número.

III. Segundo o tema de cada volume, a redacção da *Via Spiritus* solicita artigos e aceita propostas de textos, desde que inéditos, com validade científica e cumprindo os requisitos temáticos da revista: versarem sobre temas de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso ou temas literários e culturais na área da Literatura e História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso.

IV. Os originais propostos serão examinados pela Direcção da revista que, caso os considere pertinentes, os submeterá ao parecer de especialistas (referees). Os autores serão oportunamente informados acerca da decisão da Direcção em publicar ou não o respectivo texto, ou ainda da conveniência de o alterarem ou reformularem de acordo com as indicações dadas pelos especialistas, que serão então comunicadas ao autor. O processo é anónimo.

V. Os artigos propostos devem:

- ter uma extensão máxima de 100.000 caracteres;
- vir acompanhado por um resumo na língua em que está redigido o artigo e em inglês;
- ser entregues impressos em papel e em suporte electrónico (e-mail), processados em word ou compatível. Caso sejam utilizadas fontes ou símbolos especiais, estes devem ser identificados e enviados anexos ao artigo;
- incluir uma página referindo o título do artigo, o nome do autor, a instituição académica ou profissional a que está ligado, a direcção postal e electrónica, e o telefone.

VI. O autor terá acesso às primeiras provas tipográficas para correcção. Contudo, não são permitidas alterações significativas à estrutura e dimensão do texto.

VII. Aos autores serão disponibilizados 3 exemplares da revista.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A. Estilo:

1. O corpo do texto deverá ser em letra Times New Roman, corpo 12, a espaço e

meio de entrelinha, com margens de 2,5 cm. Não são aceites sublinhados.

2. O título do artigo deve ser alinhado à esquerda, em tamanho 14, negrito, e ocupar a primeira linha.

3. O nome do(s) autor(es) deve(m) figurar na linha imediatamente a seguir ao título, alinhado à direita, em tamanho 12, seguida da instituição a que pertence e do correio electrónico institucional ou pessoal.

4. As notas de rodapé (em letra Times New Roman, corpo 10, com espaço simples de entrelinha) deverão ser reduzidas ao essencial. Desaconselha-se, igualmente, a utilização de um número excessivo de quadros e imagens. A bibliografia final, caso exista, deverá conter as obras referenciadas no texto ou em notas e ordenadas alfabeticamente.

B. Citações

1. Citações de excertos de textos:

a) Caso se trate de citações de pequena dimensão, integradas no corpo do texto, devem ficar entre aspas, sem itálicos.

Ex:

texto proposto, texto proposto «texto citado, texto citado» texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto

b) Caso se trate de excertos de maiores dimensões, deverão ser citados em parágrafo(s) distintos, sem aspas, com entrada de 1 cm do lado esquerdo, de tamanho e entrelinhamento iguais aos das notas de rodapé (letra Times New Roman, corpo 10), em itálico.

Ex:

texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto proposto, texto proposto

texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado

texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto proposto, texto proposto

2. Na citação e referência documental e bibliográfica, os artigos deverão respeitar as seguintes normas, adaptadas da NP 405-1:

a) Citações em texto:

i) citação de documentos: as citações documentais, em notas de rodapé, deverão integrar, embora de forma abreviada ou com siglas (a desenvolver no final do texto, junto à bibliografia), todos os elementos necessários à identificação da espécie. A identificação de fundo ou colecção documental deve ser feita em itálico (ex: IAN/TT — *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, cx. 37, mç. 7, s.n.).

b) Citações em bibliografia final:

i) Monografias:

Ex: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo — *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, 2 vols.

SARAIVA, Arnaldo (org. e introd.) — *O personagem na obra de José Marmelo e Silva*. Porto: Campo das Letras, 2009a.

SARAIVA, Arnaldo — *Guilherme IX de Aquitânia, Poesia*. Campinas: Unicamp, 2009b.

TORRES, Carlos Manitto — *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.], 1936.

ii) Publicações periódicas:

Ex: ROSAS, António; MÁIZ, Ramón — *Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9 (2008), p. 337-356.

Ex: ROSAS, António; MÁIZ, Ramón — *Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 9 (2008), p. 337-356.

iii) Capítulos de obras colectivas:

Ex: PIRES, Ana Paula — *A economia de guerra: a frente interna*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 319-347.

iv) Teses:

Ex: AMARAL, Luís Carlos — *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Tese de doutoramento.

vi) Monografias em suporte electrónico:

Ex: AMARAL, Luís Carlos — *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Disponível em <<http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

vii) Analíticos em suporte electrónico:

Ex: AMARAL, Luís Carlos — *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9 (2007), p. 337-356. Disponível em <<http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

3. Citação de fontes:

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo embora a abreviaturas ou siglas. Estas deverão ser desenvolvidas no final do artigo, após a bibliografia. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex: AN/TT — *Chancelaria D. Afonso V*, Iv. 15, fl. 89

VIA SPIRITUS

ASSINATURA (ANUAL):

Portugal e outros países da zona Euro - € 20.00

Outros países - €35.00 (USD)

Nota: a assinatura inclui portes de envio

VENDAS E ASSINATURAS:

CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto (Portugal)

Tel: (+351) 226077177 | Fax: (+351) 226091610 | email: citcem@letras.up.pt

Biblioteca Central - Serviços de Publicações

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto (Portugal)

Tel: (+351) 226077130 | email: apsoares@letras.up.pt